

ÁFRICA: **PERSPECTIVAS**

Ensino, pesquisa e extensão

SEMINÁRIO: ÁFRICA NA FFLCH II
16 A 18 DE NOVEMBRO DE 2016



ORGANIZAÇÃO:
TANIA CELESTINO DE MACÊDO

FFLCH/USP
São Paulo, 2018



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Vahan Agopyan*

Vice-reitor: *Antonio Carlos Hernandes*



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: *Maria Arminda do Nascimento Arruda*

Vice-diretor: *Paulo Martins*



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Diretora: *Tania Celestino de Macêdo*

Vice-diretora: *Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez*

Secretária: *Antonia de Lourdes dos Santos*

Estagiária: *Victória Golfetti*

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S471 Seminário: África na FFLCH (2. , 2018 : São Paulo, SP).
Seminário África na FFLCH II [recurso eletrônico]: África: perspectivas:
ensino, pesquisa e extensão, 16 a 18 de novembro de 2016 / Organização :
Centro de Estudos Africanos.. -- São Paulo: FFLCH: CEA, 2018.
6.211 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-7506-324-8

1.África (aspectos socioculturais). 2. Colonialismo (África e ensino)
(Influência) (História). I. CEA. II. Título

CDD 916

Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria.
É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Tania Celestino de Macêdo
Organizadora

África: Perspectivas. Ensino, pesquisa e extensão

DOI: 10.11606/9788575063248

O evento “África na FFLCH” propiciou o encontro de pesquisadores e a apresentação de trabalhos sobre África existentes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Na oportunidade, foram expostos e discutidos dezenas de trabalhos abrangendo as áreas de Cinema, Geografia, História, Letras e Linguística, Literatura, Museologia e Relações Internacionais sobre o continente africano e a sua diáspora. Uma parte desse importante evento científico fica aqui registrado neste livro.

A todos os participantes, agradecemos a colaboração!

Centro de Estudos Africanos
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
2018

ÍNDICE:

6

INTRODUÇÃO: UM CONTINENTE A CONHECER

Tania Macêdo

09

COLONIALIDADE DO SABER E PESQUISA EM ÁFRICA

José Luís de Oliveira Cabaço

ÁFRICA AUSTRAL

18

EM TEMPOS DE PAZ, EM TEMPOS DE GUERRA: A ANGOLA PORTUGUESA NO GOVERNO DE FERNÃO DE SOUSA (1624-1630)

Alec Ichiro Ito

33

POR UMA ESTÉTICA DA EXPERIÊNCIA: EXPERIÊNCIA E ALTERIDADE EM UM ENSAIO DE RUY DUARTE DE CARVALHO

Aline Molina

42

CIRCULAÇÃO EXTRAVERTIDA DE MERCADORIAS EM MOÇAMBIQUE: REDES TÉCNICAS ATUAIS E SUA REGULAÇÃO HÍBRIDA

Antonio Gomes de Jesus Neto

61

ALMANACH DE LEMBRANÇAS: UM NOVO ESPAÇO AFRICANO

Débora Leite David

77

DIZANGA DIA MUENHU, UMA FORMA MODERNA AFRICANA DE NARRAR

Estefânia Francis Lopes

86

O FUNCIONAMENTO DOS SEGMENTOS PRÉ-NASALIZADOS DO QUIMBUNDO

Ingrid Lidyane S. Silva

97

REPRESENTAÇÕES DA MILITÂNCIA ANTICOLONIAL: NÓS, OS DO MAKULUSU E UM FUSIL DANS LA MAIN, UM POÈME DANS LA POCHE

Jacqueline Kaczorowski

107

COOPERAÇÃO SUL – SUL: A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE CIDADES BRASILEIRAS E MOÇAMBICANAS: O CASO DE BELO HORIZONTE (BH) E MAPUTO (MPT)

Joaquim Miranda Maloa

121

TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE

José Júlio Júnior Guambe

138

O AGENTE SECRETO DE ANGOLA

Luiz Carlos Loureiro de Lima Junior

ÁFRICA DO OESTE

147

“CONTOS E LENDAS DO NÍGER”, DE BOUBOU HAMA: A TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA

Ana Luiza de Oliveira e Silva

161

VOZES DE LAGOS, COMERCIANTES BRASILEIROS EM TEMPOS DE IMPÉRIO BRITÂNICO

Angela Fileno

ÁFRICA ORIENTAL E ÁFRICA CENTRAL

178

MOÇAMBIQUE EM TIMOR E TIMOR EM MOÇAMBIQUE: DIÁSPORA, GUERRA E
REVOLUÇÃO NAS MARGENS DO ÍNDICO (SEMINÁRIO ÁFRICA NA FFLCH II)

Daniel De Lucca

199

MUITO ALÉM DO PREÇO: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A VENDA DE “FETICHES”
ENTRE OS BATEKE E FREDERICK STARR EM LEOPOLDVILLE (1905)

Paulo Roberto Marques de Oliveira

217

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS YAO E OS MISSIONÁRIOS BRITÂNICOS NA ÁFRICA CENTRO-
ORIENTAL: A CRIAÇÃO DA MISSÃO DAS UNIVERSIDADES PARA A ÁFRICA CENTRAL (1859-1861)

Thiago Folador

HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA

232

AS CONTAS DE VIDRO EM CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DE POPULAÇÕES AFRICANAS NO
MUNDO E O POTENCIAL DOS ACERVOS ETNOGRÁFICOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS
DO MAE/USP PARA ESSES ESTUDOS

Alessandro Luís Lopes de Lima

285

A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS ATRAVÉS DO
ACERVO DA MISSÃO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS

Ana Carolina Apolinário

271

“LOIRA VOCÊ FICA MUITO MAIS BONITA”: CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Carolina Batista de Almeida Farias

290

ARQUEOLOGIA DE QUILOMBO E QUILOMBOLA NA ILHA DE TINHARÉ, BAHIA: PRIMEIROS
APONTAMENTOS

Fabio Guaraldo Almeida

311

IMAGENS SENSORIAIS NAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO: O ODOR E O SUOR DO NEGRO NO
IMAGINÁRIO SOCIAL DO BRASIL REPÚBLICA

Poliana Santos

UM CONTINENTE A CONHECER

Os vários povos africanos trazidos para o Brasil contribuíram efetivamente para a nossa maneira de ser, incluindo a língua, os costumes, a religião, entre outros aspectos de nossa “brasilidade”. A respeito, lembremos a afirmação do historiador Alberto da Costa e Silva, em *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África* (2014): “Ainda que disto não tenhamos consciência, o obá do Benim ou o angola a quiluanje estão mais próximos dos brasileiros do que os antigos reis da França”.

Sem dúvida, o continente africano constitui referência incontornável quando nos referimos a nossas origens e à nossa história e conseqüentemente, falar de África é também traçar linhas que tangenciam e muitas vezes se mesclam à nossa formação. Apesar de sua importância nas matrizes culturais, religiosas e linguísticas de nossa gente, o continente africano ainda é bastante desconhecido de muitos brasileiros.

Atendendo a uma necessidade de conhecimento de parte importante de nossa História e ao mesmo tempo como ferramenta para o enfrentamento do racismo em que, infelizmente ainda estamos mergulhados, a Lei 10639 (depois substituída e ampliada pela Lei 11645) determinou que conteúdos sobre História e Cultura dos Povos Africanos e Ameríndios fizessem parte efetiva do ensino formal em todos os níveis. Passo importante para diminuir o desconhecimento da África, a referida Lei, infelizmente, ainda não é totalmente cumprida em numerosas escolas brasileiras.

A fim de juntar esforços a várias instâncias da sociedade no sentido de criar condições para o cumprimento da Lei 11645, o Centro de Estudos Africanos, cujo papel primordial é o de difundir a realidade africana através de cursos, conferências, encontros e publicações, tem realizado, principalmente a partir de cursos de extensão, a atualização de professores em serviço, assim como tem apoiado jovens pesquisadores que se dedicam ao estudo da África.

Dentro desse quadro, o livro *África: Perspectivas*, lançado em forma de e-book, visa a contribuir para o conhecimento do continente africano entre nós, colocando à disposição de professores, alunos e público em geral um material que abrange diversas facetas dos saberes sobre e de África.

Os artigos que compõem este livro foram apresentados resumidamente no evento intitulado “África na FFLCH II”, ocorrido em novembro de 2016. Naquela oportunidade, objetivou-se “mapear” as pesquisas e pesquisadores sobre África

existentes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em variadas disciplinas. Apresentaram-se cerca de setenta trabalhos de diversas áreas, abrangendo Cinema, Geografia, História, Letras e Linguística, Literatura, Museologia e Relações Internacionais sobre o continente africano e a sua diáspora. Destes, vinte fazem parte deste e-book.

África: Perspectivas abre-se com o texto do Professor e Pesquisador Sênior José Luís Cabaço, moçambicano e ex-ministro em seu país. Sua conferência de abertura no evento, “Colonialidade do saber e pesquisa em África” elabora em uma discussão importante e instigante sobre os campos e as perspectivas da pesquisa sobre/da/África, refletindo entre outros aspectos, sobre as limitações impostas pelos centros hegemônicos ao “pensamento e o comportamento dos operadores africanos”, a fim de “reforçar a formação do pensamento dominante”. Com um tom bastante crítico, sem ser contudo apocalíptico, o Professor Cabaço também examina a questão do desenvolvimento no continente, a partir do pensamento crítico ali produzido.

Após o texto do Professor José Luís Cabaço, o livro apresenta quatro partes, cada uma delas correspondendo a um dos grupos de pesquisa do Centro de Estudos Africanos. Em cada uma delas, encontrar-se-ão artigos com perspectivas, assuntos, períodos e bibliografia diversos, indiciando a dinâmica e a heterogeneidade dos estudos africanos na Universidade de São Paulo.

Em “África Austral”, dez textos focalizam sobretudo Angola e Moçambique, refletindo sobre Literatura, Línguas nacionais, Turismo, Cooperação internacional e Colonialismo.

Já em “África do Oeste”, três textos apresentam questões sobre a Nigéria, São Tomé e Príncipe e Níger, focalizando não apenas questões africanas referentes à linguística e à oralidade, mas também a presença de comerciantes brasileiros sob o Império Britânico no continente africano.

Na terceira parte do livro, intitulada “África Oriental e África Central” iluminam-se as relações coloniais a que foram submetidos os povos yao e os bateke, além de um estudo sobre as relações entre Moçambique e o Timor Leste.

Por último, em “História e Cultura Afro-Brasileira”, aspectos diversos como a literatura de João do Rio, as contas de vidro e a arqueologia tomando como ponto de partida o acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, a intolerância religiosa no governo Getúlio Vargas ou ainda a questão quilombola em Tinharé, na Bahia.

Como se pode aquilatar, trata-se de matéria de grande abrangência e que, sem dúvida, contribuirá efetivamente com o desejo de todos os que desejam conhecer melhor a África em suas várias facetas, assim como a sua diáspora entre nós. Esperamos contribuir com os esforços que visam a fazer a Lei 11645 uma realidade no Brasil.

Tania Macêdo

COLONIALIDADE DO SABER E PESQUISA EM ÁFRICA

José Luís de Oliveira Cabaço¹²

"Early modern European empires (...) were built, not merely on the violence of extraction, not just by brute force, bureaucratic fiat, or bodily exploitation. They also relied heavily on the circulation of stylised objects, on disseminating desire, on manufacturing demand, on conjuring up dependencies. All of which conduced to a form of bondage, of conquest by consumption, that tied peripheries to centers by potent, if barely visible, threads and passions. Indeed, the banality of imperialism, the mundanities that made it so ineffably real, ought not to be under-estimated"

Jean and John L. Comaroff, *Of Revelation and Revolution, Vol.II. The Dialectics of Modernity on a South African Frontier*, Chicago, Chicago University Press, 1990, pp.219-220.

A maioria dos países de África – como, em geral, a dos países da periferia - é palco de uma confrontação entre a violenta ofensiva epistemológica que acompanha a tentativa de hegemonia cultural e científica e a legítima vontade de inovação dos intelectuais do continente africano em busca de caminhos autônomos para o conhecimento de suas próprias realidades.

Se por um lado o avassalador *tsunami* do pensamento hegemônico busca mercantilizar e quantificar as ciências sociais e humanas, eliminando sua função histórica de formação do pensamento crítico, por outro lado, há a registrar que, a partir dos anos 90, tem aumentado em número e qualidade a produção de conhecimentos por cientistas africanos e, sobretudo, tem-se aprofundado a problematização das questões epistemológicas ligadas aos estudos africanos envolvendo cientistas e acadêmicos de diferentes latitudes.

Com motivações diferentes, cresce em várias partes do mundo o interesse e sensibilidade sobre os problemas do continente. Os esforços empreendidos por esses intelectuais dialogam, cada vez mais, com o debate internacional, propondo alternativas radicadas em experiências e vivências diferentes. Têm-se multiplicado as pesquisas, enriquecido as análises, aprofundado as reflexões. Vai-se alargando a sensibilidade sobre a complexidade e as especificidades das nossas realidades sociais. Estas são, sem dúvida, constatações que nos dão ânimo. Mas a luta é bem mais sutil.

O objetivo desta minha intervenção é o de procurar evidenciar, de entre esses problemas, uma específica forma insidiosa de influenciar e formatar o pensamento e

¹ Doutor em Antropologia Social pela USP. Ex-Reitor da Universidade Técnica de Moçambique

² Agradeço ao Centro de Estudos Africanos o convite que me foi endereçado para me dirigir a vós na abertura deste importante evento. Faço, desde já, os meus votos dos maiores sucessos nos vossos trabalhos.

comportamento dos operadores e pesquisadores sociais locais, bem como o de reforçar a formação do pensamento dominante.

Apesar de períodos de aparente crescimento econômico e de surpreendentes indicadores macro até anos recentes, a esmagadora maioria dos países africanos continua vivendo à beira do precipício. Suas economias são vulneráveis e não resistem às oscilações negativas dos preços internacionais das *commodities* e dos recursos naturais ou aos aumentos do custo de importação de fatores de produção essenciais.

É uma África ulteriormente fragilizada pela falta de quadros qualificados e de *know how* e asfixiada por uma imagem de instabilidade política e social, má governação, corrupção, fome, pandemias, etc.

Muitos desses males são de debitar às elites ambiciosas que não quiseram ou não foram capazes de se libertar de heranças coloniais, preferindo cooptar sua estrutura predatória em benefício próprio.

África continua um continente de “Cidadãos e Súbditos”, como explica o ugandês Mahamood Mamdani na sua magistral obra de 1996 sobre a África contemporânea e o legado do tardo-colonialismo.

Adam Branch, um discípulo de Mamdani, numa notável análise sobre essa obra, em mesa redonda na African Studies Association de S. Diego, em novembro de 2015, chamava a atenção para o método do seu mestre, ao enfatizar a natureza contraditória das tentativas de mudança nas sociedades africanas. Todas essas mudanças, dizia Branch comentando o texto de Mamdani, quer venham do estado ou da sociedade civil, são moldadas pelas estruturas políticas que pretendem reformar e acabam por voltar a reproduzi-las.

Essa circularidade auto-reprodutiva dos estudos políticos e sociais é retomada, de certa forma, por Neocosmos, um professor australiano trabalhando na África do Sul, o qual defende que a ciência social dos nossos dias concentra-se fundamentalmente no que já existe e parece incapaz de pensar soluções alternativas.

Mamdani vê, como imperativo de ruptura, a definição da África como unidade de análise e, a partir dessa premissa, a urgência em estabelecer o que existe de comum nas experiências africanas.

Tais são os dilemas e angústias da pesquisa social para quem vive no coração da violência epistemológica que caracteriza a colonialidade do saber em África.

Paralelamente, para os jovens pesquisadores em geral, o problema se coloca de forma ainda mais condicionada.

A dependência de África da comunidade doadora se traduz, também de forma violenta, no papel que os estudos sociais desempenham no reforço da colonialidade do saber e na formação de pesquisadores africanos dentro dos parâmetros e paradigmas do pensamento hegemônico.

Proliferam, nos países do continente, os estudos, pesquisas e análises sobre diversos campos da atividade econômica e financeira, frequentemente associados a temas sociais e políticos, como pobreza, gênero, saúde, terra, ambiente, direitos humanos, democracia, governação, sociedade civil, etc.

Com raríssimas exceções, esses trabalhos surgem de assessorias e consultorias que acompanham a viabilidade e aspetos particulares de projetos específicos ligados ao chamado esforço de desenvolvimento. Os projetos, como é do conhecimento de todos, são promovidos e financiados principalmente por instituições estrangeiras (organismos internacionais, agências governamentais dos países doadores, ONG`s e investidores privados).

Na sua maioria, sendo projetos de pesquisa orientada para os objetivos da cooperação, os termos de referência e as linhas principais das metodologias de trabalho continuam sendo elaborados no exterior do país e a pesquisa continua sendo dirigida, quando não realizada, por especialistas estrangeiros contratados para o efeito. Os quadros locais, acadêmicos ou empresas de serviços de consultoria, são em geral meros executores, praticamente mão de obra especializada.

A escassez de recursos financeiros disponíveis para a investigação científica nos vários institutos e centros de estudo autônomos ou das universidades locais, bem como os baixos salários pagos pelas instituições nacionais aos acadêmicos e pesquisadores convidam quadros e organismos locais a buscarem no chamado “mercado das consultorias” complementares fontes de rendimento.

Existem nesta atividade de pesquisa, em geral, importantes limitações e efeitos preocupantes relacionados com os objetos de estudo seleccionados, com as práticas de investigação, com as referências conceptuais e com as metodologias utilizadas: os temas respondem a prioridades e necessidades geradas pelos programas de cooperação internacional; o trabalho de investigação obedece, quase sempre, a critérios que devem ser sancionados pelos financiadores; os estudos focalizam-se em problemas segmentários – os dos projectos – e muito raramente oferecem margem de investigação para se aprofundarem criticamente as verdadeiras causas das questões abordadas.

Pelo seu volume e quantidade de investigadores envolvidos, esses estudos impõem, como verdades universais, paradigmas e metodologias importados, estabelecem procedimentos, criam um *habitus*. De uma forma geral, eles reafirmam e consolidam a hegemonia do pensamento do “Norte” como a única fonte do saber científico e eliminam variáveis históricas e culturais que condicionam os fenômenos em estudo. Muitos dos jovens pesquisadores aceitam e assimilam essas teorias, técnicas e métodos como uma necessidade para se manterem competitivos no “mercado das consultorias” e, depois, como a **única** forma de estudar e contribuir para o que a comunidade internacional e as elites africanas cooptadas chamam de “processo de modernização da sociedade”.

Tais estudos e pesquisas têm permitido a recolha e sistematização de dados, os quais são posteriormente elaborados na perspectiva dos objetivos que os geraram. A quantidade de informação que encerram já vem condicionada pela metodologia, pelos princípios e pela interpretação que nortearam o estudo, pelo que essa informação acaba condicionando, num processo de contágio em cascata, os diversos atores econômicos e sociais nacionais que a usam como material de outros estudos e análises.

No âmbito do “mercado das consultorias”, o espaço para a criatividade na investigação e para reflexão crítica é limitado. Os estudos focalizados exigem logicamente resultados funcionais aos projectos que os determinam. Só em casos excepcionais se discutem as premissas da sua abordagem, mas tais discussões se limitam, como regra geral, à aferição dos termos de referência e/ou a detalhes nos procedimentos metodológicos, nunca pondo em causa os pré-conceitos e paradigmas que os condicionam,

Mesmo os institutos e unidades de pesquisa públicos vão-se conformando com as regras do “mercado” e, por vezes, acabam complementarmente condicionados por prioridades oficiais e imperativos políticos. A razão econômica, na perspectiva das estratégias globais, pressiona fortemente a produção do saber, sob o manto do “interesse nacional”.

É contra esse estado de coisas que cientistas africanos procuram, contudo, combater. Em África produziram-se, e produzem-se, trabalhos de pesquisa e análises de excelência, levados a cabo no âmbito de instituições prestigiadas e de referência nos vários países. Lá onde ela tem lugar, essa produção acadêmica encerra um grande potencial de conhecimento do país real, questionando caminhos percorridos e abrindo debates fundamentais. Mas ela não incide, ou incide apenas de forma marginal, nos

processos de decisão e na definição das políticas. As elites no poder padecem da síndrome do novo rico, segundo o qual o que vem de fora é sempre melhor! Até porque, “o que vem de fora” responde aos seus desígnios.

Os condicionalismos ligados a muitos dos trabalhos encomendados, constituem motivo de preocupação para um crescente número de investigadores africanos, não apenas para alguns dos académicos locais mais prestigiados, mas também para muitos das gerações mais novas. Eles confrontam-se com questões cruciais do país que gostariam de ter a oportunidade de investigar e que passam ao lado do seu trabalho. Paralelamente, veem problemas da sociedade africana tratados com critérios, conceitos e métodos que não contemplam as especificidades nacionais, que não consideram variáveis determinantes e que não abordam as suas causas essenciais.

Os estudos finalizados aos projectos não consideram, por exemplo, as variáveis da conjuntura internacional quando analisam uma realidade que é fortemente dependente do exterior. Raramente tomam em devida conta, e as discutem em profundidade, questões como o significado cultural dos fenómenos, suas representações, a interpretação e compreensão dos fatos, o conteúdo dos símbolos, a força e o sentido dos mitos, as dimensões de espaço e tempo, etc. A maioria dos paradigmas é “importada” sem questionamento. As situações estudadas não têm história, para além da “história” da civilização ocidental que enforma tais conceitos e metodologias.

As situações sob estudo são vistas como fatos e fenómenos em si e, portanto tratados da mesma forma como análogos fatos ou fenómenos seriam tratados em outra latitude e em outro contexto. Essa conformação com o modelo universalizado ignora, muitas vezes, aspetos essenciais para a sua compreensão bem como para a identificação dos procedimentos e metodologias de intervenção.

Subjacente a toda essa problemática, está uma visão de “desenvolvimento” que decorre diretamente do conceito eurocêntrico de modernidade. O desenvolvimento é apresentado como um movimento unívoco em direção ao modelo de civilização representado pelos países do “centro”.

Como tive ocasião de escrever na comunicação “Apropriação cultural e desenvolvimento”, apresentada em 2006 em Contagem, no II Seminário Internacional Brasil-África, o ‘desenvolvimento’ é comumente conotado como a extensão do Conhecimento, das Tecnologias e das Metodologias dos países hegemônicos aos países periféricos, tendente à uniformização do seu uso e aplicação. A questão da diferença é remetida, temporariamente, as especificidades culturais e às idiossincrasias de cada

povo (de notar que a esmagadora maioria dos conflitos que se sucedem em África não se fundamentam na contraposição de opções políticas ou económicas, mas sim em oposições que refletem luta de elites rivais pelo acesso aos centros de poder e aos centros de desfrute). A “missão civilizadora” enunciada no século XIX desloca, deste modo, seu eixo da uniformização religiosa e cultural para a assimilação económica e tecnológica.

Ora, um desenvolvimento real implica necessariamente a auto-sustentabilidade do ser humano. Ela decorre do processo histórico, da relação entre o ser humano e o que o circunda – a natureza, os outros membros da comunidade, as outras comunidades com que se relaciona –, ela “resulta da dialética entre as necessidades e prioridades que surgem na vida de cada comunidade e o espírito criador e inventivo das mulheres e homens que a integram. Depende, em última análise, da crescente incorporação pela comunidade e seus membros das práticas e conhecimentos decorrentes de cada nova necessidade resolvida”.

O insucesso de alguns programas de cooperação, associado, aqui e além, ao empenho e à pressão de pesquisadores, tem levado à revisão de objetos de estudo e de metodologias, mas o exercício realiza-se, invariavelmente, seguindo a mesma lógica vertical: as novas abordagens têm de merecer o aval científico e metodológico do “Norte” antes de serem aplicadas no “Sul”.

É ainda longa e difícil a estrada a percorrer. Na nova colonialidade das relações entre as potências do centro e os países da periferia, o Conhecimento substitui o papel outrora desempenhado pelas forças de ocupação das potências coloniais. O pensamento produzido nos países dominantes constitui padrão de referência e de avaliação da qualidade do trabalho científico e técnico produzido no “Sul” e uma ferramenta decisiva para preservar as sobrevivências do conceito de superioridade civilizacional que caracteriza as relações com o “Sul” desde a época do colonialismo.

Tal é, nos seus traços gerais, o panorama da violência epistemológica a que estão sujeitos os países da periferia.

Porém, as inquietações aqui mencionadas representam, como referido, um campo de discussão cada vez mais amplo entre pesquisadores e académicos por toda a África bem como entre um número crescente daqueles que, fora do continente, se dedicam ao estudo dos problemas das realidades africanas.

A produção teórica e a discussão epistemológica deu origem a organismos supranacionais que têm vindo a promover o diálogo intelectual horizontal e a ampliar e

aprofundar a reflexão sobre as próprias experiências. Particularmente relevantes têm sido as contribuições do CODESRIA (Council for the Development of Social Science Research in Africa), da CLACSO (Latin America Council of Social Sciences) e do ICSSR (Indian Council of Social Science Research).

Como atrás se disse, o esforço de análise e inovação dos acadêmicos e intelectuais africanos ainda pouco se repercute no quotidiano dos povos pela ação colaboracionista e cúmplice das elites governantes. Sob a cobertura da inevitabilidade deste modelo de globalização e do necessário pragmatismo, elas aderiram, de uma forma geral, ao paradigma do desenvolvimento proposto e imposto pelas instituições de Bretton Woods e encarregam-se de marginalizar do debate nacional e dos centros de decisão as formas de pensamento que o questionam.

Alguns quadros africanos formados nas universidades internacionais ou em universidades nacionais seguem, infelizmente, esses padrões e modelos, optando por se adequarem acriticamente às fórmulas apresentadas como consagradas. A empregabilidade e o sucesso desses quadros no mercado de trabalho dependem do rigor com que se empenham pela estrada do mimetismo.

A verdadeira linha de demarcação entre “Norte” e “Sul”, no campo do conhecimento, passa pela abordagem epistemológica. No prefácio do seu livro *Epistemologias do Sul*, Boaventura de Sousa Santos defende a inexistência de epistemologias neutras. A reflexão deve incidir nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais. Ela ganha, portanto, sentido se é elaborada sobre questões concretas e se o seu potencial criativo e inovativo se reflete, direta ou indiretamente, na vida da sociedade.

Somos contemporâneos e sujeito/objeto de uma ofensiva neo-liberal contra o estudo das humanidades. A marginalização do pensamento crítico tem por finalidade, precisamente, interromper ou minimizar esses impactos. Conhecer mais profundamente os fenômenos sociais aumenta o número de variáveis a considerar, torna mais complexa a governação, multiplica as luzes que incidem sobre o palco do poder e muitas vezes revela a inconsistência de “verdades” que em nome do pragmatismo se pretendem indiscutíveis. Conhecer mais profundamente os fenômenos sociais e buscar caminhos alternativos para os conhecer alarga a democracia real, torna progressivamente os centros de decisão e o poder mais próximos do cidadão.

Termino com as palavras do grande filósofo e pensador africano Paulin Hountondji no seu ensaio “Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”:

“Há que repor, escreve ele, a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento”.

Bibliografia:

BRANCH, Adam. “Vinte anos de *Citizen and Subject*”, mesa redonda na African Studies Association of S. Diego, California, nov. 2015.

CABAÇO, José Luis. “Apropriação cultural e desenvolvimento” (texto apresentado no II Seminário Internacional Brasil-África). PUC-Minas, Contagem, 2006 (não publicado)

CABRAL, Amílcar- “A Cultura Nacional”. in COMITINI, C. *A Arma da Teoria*. Rio de Janeiro, Codecri, 1980.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Ed. Ulisseia, s/d.

HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”, em SANTOS, B. de S. e MENEZES, M. P. (Orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Ed. Almedina, 2009.

MAMDANI, Mahamood. *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey. 1996.

NEOCOSMOS, Michael. “The Political Conditions of Social Thought and the Politics of Emancipation: Na Introduction to the Work of Sylvain Lazarus”, em JACKLIN, Heather e VALE, Peter (Edit.), *Re-imagining the Social in South Africa*. Pietermaritzburg, University of Kwazulu-Natal, 2009.

NKRUMAH, Kwame- *A Luta de Classes em África*. Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul* (Prefácio). Coimbra, Ed. Almedina, 2009.

ÁFRICA

AUSTRAL

EM TEMPOS DE PAZ, EM TEMPOS DE GUERRA: A ANGOLA PORTUGUESA NO GOVERNO DE FERNÃO DE SOUSA (1624-1630)

TIMES OF WARFARE, TIMES OF PEACE: THE PORTUGUESE ANGOLA DURING FERNÃO DE SOUSA'S GOVERNMENT (1624-1630)

*Alec Ichiro Ito**

RESUMO: O presente artigo versará sobre a montagem de um sistema administrativo misto na Angola portuguesa, durante o início do século XVII. Tal domínio ultramarino foi arquitetado no formato de nodos interconectados, ou apenas “rede”, funcional em prol da manutenção de um espaço jurisdicional em além-mar. Primeiramente, chamaremos atenção para a participação de alguns agentes de intermediação, necessários para o funcionamento dos órgãos régios instalados no interior continental. Além disso, exploraremos o processo de escolha dos capitães-mores, responsáveis pela condução da máquina de guerra, criada em razão da chamada “conquista do Ndongo”. Mesmo que parcialmente, o nosso balanço final sustentará que ocorriam justaposições e aglutinações entre as formas de dominação e intermediação em jogo na organização política da Angola portuguesa, contanto que duas precondições fossem atendidas: o engrandecimento da exploração econômica, através do tráfico transatlântico, e a penetração institucional e política do continente africano.

ABSTRACT: this article address some issues about the construction of a mixed administrative system in the Portuguese Angola, in the beginning of the sixteenth century. The overseas domain was built in an interconnected node form, or a net, standing for a jurisdictional space that was created overseas. Firstly, we call attention to the participation of some intermediaries, working for the benefit of the regal institutions sustained in the countryside. Besides, we will investigate the process of the “capitães-mores” selection, officials that were responsible for the conduction of the machine war, created for the sake of the Ndongo's conquest accomplishment. Although provisionally, we will eventually hold on that juxtapositions and agglutinations were part of the dynamics between domination and intermediation, taking for granted two preconditions though: the enlargement of the slave trade economical exploitation and the political and institutional penetration of the African continent.

Introdução³

No presente texto, abordaremos o funcionamento institucional da Angola portuguesa, a partir de alguns documentos contidos nas *Fontes para a História de Angola do século XVII*. Tal corpo documental foi editado por Beatrix Heintze e publicado em dois volumes, um em 1985 e outro em 1988 (doravante apenas *FHA*). Destarte, defenderemos que no domínio ultramarino de Angola vigorava um sistema administrativo misto. Além disso, na década de 1630, a Angola portuguesa funcionava em “rede”, quer dizer, por meio de nodos institucionais interconectados, sempre em

* Mestrado em História Social. FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2603314921925287>

³ O presente texto foi inspirado em Ito, 2016: consultar especialmente os capítulos 3 (seção 3.2) e o capítulo 4 (seções 4.1, 4.2 e 4.4). Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número de processo 2013/18238-3. Agradecemos à Profª. Drª. Marina de Mello e Souza pelo auxílio e pelos comentários fornecidos.

defesa de um espaço jurisdicional transplantado para o interior do continente. Sucintamente, chamaremos atenção para o papel que alguns funcionários exerceram localmente, destacando a relevante função que eles detinham como *agentes de intermediação*. Ponderaremos que as hierarquias internas e os contatos luso-africanos foram gestados em um ambiente conflituoso, entrecortado por tensões sociais, atritos institucionais e embates políticos. Assim, o acordo, a negociação e a aliança vigoraram como elementos-chave para a construção de um sistema administrativo misto, capaz de absorver agentes africanos e atrair autoridades que cooperassem com a ocupação portuguesa. No mais, diversas formas de intermediação foram decisivas para a montagem da máquina de guerra portuguesa, alavancando a chamada “conquista do Ndongo” durante o governo de Fernão de Sousa (1624-1630), concretizada apenas em 1671.

Se nos tempos de paz o que importava era a manutenção do sistema administrativo misto e em rede, nos tempos de guerra o essencial era arregimentar as tropas e organizar o exército. Nesse sentido, destrincharemos como era escolhido o “capitão-mor do quilombo português”,⁴ forma pela qual era denominado o comandante da “gente de armas”. A escolha de indivíduos para assumir esse ofício atesta para a fluidez entre os pares “guerra econômica-guerra política” e “investimento público-investimento privado”. Finalmente, mesmo que parcialmente, sustentaremos que ocorriam sobreposições e aglutinações entre as formas de dominação e intermediação, necessárias para o funcionamento político e institucional da Angola portuguesa, contanto que duas precondições fossem atendidas: o engrandecimento do tráfico transatlântico e a penetração portuguesa do continente africano.

A administração da Angola portuguesa

No início do século XVII, os quatro presídios que faziam parte da Angola portuguesa – Ambaca, Massangano, Muxima e Cambambe – e as feiras de escravos,

⁴ Nos documentos da *FHA*, um “quilombo” poderia significar: *i*) “Acampamento de guerra” ou “arraial” do exército português em trânsito (exemplo: “quilombo de Paio de Araújo”); *ii*) “exército” ou “tropas”, no sentido mais lato (exemplo: “quilombo que atravessou o Lucala”). De todo modo, esse termo aceita múltiplas acepções e grafias. Para algumas delas, conferir Ito, 2016: suplemento para alguns vocábulos africanos.

sediadas pelos sobas “vassalos”,⁵ conformavam um espaço jurisdicional reivindicado pela monarquia portuguesa. No ultramar centro-africano, o núcleo administrativo e burocrático, responsável pela organização desses entrepostos institucionais, era Luanda. A penetração portuguesa seguia acompanhada pela imposição de um domínio indireto, na prática implementada através do avassalamento de sobas. Paralelamente a esse movimento, a aplicação da justiça, respaldada no “direito natural”, estava concatenada à transplantação de órgãos régios ao interior continental.

Queremos chamar a atenção para seguinte fato: a reiteração de mecanismos de vigilância e fiscalização e a interiorização do aparato administrativo não eram promovidas ao esmo. Frequentemente, essas medidas estavam ligadas às tentativas de viabilizar a canalização de escravos para o porto de Luanda. Entre 1624 e 1627, houve um grande esforço para promover a gestão de feiras de escravos no interior. Via de regra, as feiras aconteciam em pontos específicos, mas dispersos, da conquista, como na banza de Angola Aire, nos arredores de Massangano, Ambaca, Muxima e Cambambe e nas terras dos sobas vassalos normalmente fixados entre o Ndongo até o Lucala, havendo a possibilidade de feiras serem abertas em locais relativamente distantes, ou descoladas, dos entrepostos avançados de apoio institucional da Angola portuguesa, como ocorreu no caso das feiras promovidas no Haco e na Kissama. Competia para a gestão dessas feiras o provimento de cargos régios específicos, como os de meirinhos, guardas e de “manis quitandas”, sendo estes últimos os de maior relevância local, pois na maioria das vezes eram eles os responsáveis pela prévia seleção de meirinhos e guardas locais, investidos sob o aval do governador. É importante também dizer que, de uma forma geral, “manis quitandas” eram “vigilantes de mercados colocados pelos portugueses” cujo cargo, nas palavras de Beatrix Heintze, durante o governo de Fernão de Sousa, foi exercido por um “africano ao serviço dos portugueses”.⁶

⁵ “Soba” é um título genérico, referindo-se às lideranças e aos chefes políticos centro-africanos, normalmente mbundu.

⁶ Segundo Beatrix Heintze, “quitanda” faz referência a *kitanda* que, em kimbundu, significa “mercado” ou “feira” e, em kikongo, significa “mercado diário”. Por sua vez, “mani” era um termo usado para designar um “título político no Kongo e no litoral sul d’a África Central” que, porventura, também poderia ser empregado como sentido de “funcionário do Ndongo”. Por indicar a ocorrência de serviços prestados por africanos aos portugueses, Heintze ainda sugere que o cargo de “mani quitanda” seria análogo à função de “quimbar”, pelo menos no sentido prático adotado pelo funcionalismo régio. Verificar: Esclarecimentos sobre vocábulos africanos, *FHA*, vol. I, 1985, pp. 121-122. Os significados para a palavra *kitanda*, em kimbundu, foram fornecidos por José Matias Delgado (Cadornega, vol I: p. 620). Mais informações podem ser consultadas em: Ito, 2016, suplemento para alguns vocábulos africanos.

Devido à carência de portugueses na região, deduzimos que esses postos régios eram desempenhados frequentemente por africanos ou luso-africanos, que viam no serviço régio algum tipo de benefício ou ascensão social, à margem das formas endógenas de estruturação social. Tudo indica que essa tríade de agentes, a serviço de Luanda, detinha um alto grau de relevância local, certamente porque sem ela não haveria a menor condição de gerir a “paz” e o “bem comum” das feiras, como os documentos escritos fazem menção. Apesar de os registros sobre o funcionamento das feiras não serem vastos na *FHA*, há alguns vestígios e pistas, sobretudo a respeito dos manis quitandas. O primeiro deles diz respeito ao provimento de mani quitanda que consta no regimento de julho de 1624, no qual Fernão de Sousa ordenou que, “por meios brandos e suaves”, o capitão de Muxima “fizesse” o soba Caculo Casongo “abrir as feiras que costuma fazer”. Em troca do comércio, Luanda lhe defenderia de “todas as vexações”, para que ele vivesse “livre” e como bem entendesse. Para assegurar a “paz” local, um “mani quitanda” seria nomeado para a feira, salientando que os mesmos “cuidados”, tomados na feira de Caculo Casongo, deveriam ser instituídos na montagem da feira da Kissama e em Queso Atumba.⁷

Há em outra fonte escrita, intitulada por Beatrix Heintze de “O extenso relatório do governador a seus filhos”, mais menções aos “manis quitandas”. Por exemplo, um homem chamado António de Andrade, escravo de Domingos Luís de Andrade, foi nomeado em 15 de agosto de 1624 para ser “mani quitanda” da então recém-inaugurada “feira de Ambaca”. Não muito tempo depois, em 1 de outubro de 1624, esse mesmo António de Andrade exerceria o posto de mani quitanda na feira de Caculo Cacabaça, quiçá acumulando serviços nessas duas feiras. Segundo Fernão de Sousa, por volta de 1627, António de Andrade ainda servia em pelo menos um desses postos, onde deveria ser acompanhado por “bons meirinhos” e “guardas”, sob os quais tinha responsabilidade, podendo “retirá-los” caso julgasse necessário para o “bem comum da feira”.⁸ Um ano depois, em 1628, António de Andrade já não era mais mani quitanda em nenhuma feira e “encontrava-se ilegalmente no interior do território ao serviço de

⁷ Fernão de Sousa [escrito por Luís Correa Coelho]. Regimento de Fernão de Sousa a João del Rincon Salazar, Constantino Cadena e Sebastião Dias Tição. 25 de julho de 1624. BAL, cód. 51-IX-21, ff. 124-24v. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 172, *FHA*, vol. II, 1988, pp. 267-268. A denominação “Queso Atumba” provavelmente equivalia ao nome do soba que controlava o território onde a feira foi montada, de modo que antropônimo e topônimo se sobrepujam.

⁸ Fernão de Sousa. O extenso relatório do governador aos seus filhos. S.d., 1625-1630. BAL, cód. 51-IX-20, ff. 220-74v. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 30, *FHA*, vol. I, 1985, p. 285 e nota 233 de Heintze.

seu senhor”, Domingos Luís de Andrade.⁹ A partir dessas informações, salientamos a posição subalterna de António de Andrade em relação a Domingos Luís de Andrade – “seu senhor” –, de modo que é possível aventar que o primeiro era escravo ou empregado do segundo. Além disso, ao partir para o interior, António de Andrade infligiu a lei que proibia a viagem de qualquer indivíduo ao sertão, sem prévio aval de Luanda. O espaço jurisdicional foi desrespeitado, a mando de um “senhor” português.

Outro caso interessante é o de Marcos Pires, “quimbar forro” que, nas palavras de Beatrix Heintze, “aparentemente sabia ler e escrever” e tinha origem africana.¹⁰ Marcos Pires provavelmente vivia em Massangano quando, em 1627, um indivíduo chamado João Lourenço, também de Massangano, levou-o “para Guizambande”, ou “Gunza Ambande”, para que Marcos Pires virasse “mani quitanda” da feira que ali seria inaugurada. Após alguns contratemplos, o africano chegou às terras do soba, onde “solicitou portaria para mani quitanda e poder fazer oficiais, e pôr preços nas fazendas, e peças, e se lhe mandou [Fernão de Sousa]”.¹¹ De acordo com Heintze, na altura em que Marcos Pires recebia o cargo de mani quitanda na feira de Gunza Ambande, sua filha se casaria com Gaspar Cardoso, “um africano que os portugueses classificaram de forro [e] sabia ler e escrever”, com ressalva de que “não se veste à portuguesa, senão com panos ambundos”, diferente de um de seus filhos que, assim como o pai, sabia ler e escrever, porém andava com trajes “à portuguesa”.¹² Ressaltando a importância de promover o comércio de escravos, no ano anterior a esse registro, em 26 de março de 1626, conforme escreveu Fernão de Sousa no extenso relatório, o meirinho e secretário Domingos Pires deveria alertar aos sobas que nenhum “quimbar, pombeiro, forro nem cativo” poderia ser acolhido nas banzas do Ndongo, dessa forma incentivando-os a comercializar na feira de Bumba Aquizanzo.¹³

⁹ Nota 233 de Heintze para *ibidem*, p. 285.

¹⁰ Fernão de Sousa. O extenso relatório do governador aos seus filhos. S.d., 1625-1630. BAL, cód. 51–IX–20, ff. 220–74v. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 30, *FHA*, vol. I, 1985, p. 289, nota 241 de Heintze.

¹¹ *Ibidem*, p. 289.

¹² Informações extraídas de: Fernão de Sousa. O extenso relatório do governador aos seus filhos. S.d., 1625-1630. BAL, cód. 51–IX–20, ff. 220–74v. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 30, *FHA*, vol. I, 1985, nota 241, p. 289. Segundo a pesquisadora, sobre as informações de Gaspar Cardoso e seu filho, consultar: BAL, cód. 51–IX–20, f. 399, (s.d). Ficamos também com algumas considerações interessantíssimas de Heintze: “Não era decerto invulgar o caso de um africano livre ou libertado por morte do seu proprietário, que vivia juntamente com alguns portugueses num dos chefados dos Mbundu, sabia ler e escrever (!) e dispunha ele próprio de uma aldeia com duzentos escravos” (Heintze, 2007: p. 490).

¹³ Fernão de Sousa. O extenso relatório do governador aos seus filhos. S.d., 1625-1630. BAL, cód. 51–IX–20, ff. 220–74v. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 30, *FHA*, vol. I, 1985, p. 282.

Em todo caso, homens como António de Andrade, Marcos Pires, Domingos Pires e Diogo Mendes compartilhavam características em comum. Eles provavelmente eram bilíngues e tinham hábitos dialógicos, dentre eles o de vestir roupas à portuguesa ou à africana, ou seja, seus “usos e costumes” podem ser classificados como “mistos”. Pelo fato de poderem ser portugueses africanizados ou africanos aportuguesados, as influências e aportes culturais tendiam a trafegar em ambos os sentidos, configurando uma “via de mão-dupla” de graus e matizes variados.¹⁴ Eram versados em um saber técnico, como a escrita e a contabilidade, normalmente empregado para fins aplicados, ligados à gestão das feiras e à administração da justiça local. Em vista do espaço jurisdicional estendido da costa atlântica até as portas de Pungo Andongo, todos esses homens exerciam cargos e postos considerados de baixo escalão, caso os comparemos com as funções de governador, capitão e ouvidor, comuns ao espaço atlântico.¹⁵ Todavia, localmente, eles eram de suma importância para a remontagem de hierarquias locais e reorganização de espaços de comércio, contando com grande liberdade de atuação. Além disso, essas pessoas contavam com a confiança do governador, especialmente por serem indispensáveis agentes de intermediação e detentores de postos administrativos relacionados, direta ou indiretamente, com o tráfico de escravos. Por serem fundamentais na manutenção de mecanismos de controle e para a otimização da comunicação institucional entre os funcionários régios e os sobas que sediavam feiras em suas terras, homens como António de Andrade, Marcos Pires, Domingos Pires e Diogo Mendes serviam aos interesses das cúpulas de comando de Luanda e, em menor medida, aos sobas que cooperavam com os funcionários régios, figurando como elos importantes de ligação institucional. Isso também explica porque eles não foram perseguidos, ou tiveram suas atividades extraoficiais tolhidas, por qualquer entidade local ou regional.

¹⁴ Fenômeno parecido é compatível com o caso da Senegâmbia dos séculos XVII e XVIII, conforme a noção de “conjuntos de portadores culturais estrangeiros” e a relevância que tiveram no desenvolvimento do comércio atlântico na África, apresentada por Philip D. Curtin (1975, vol. I: pp. 5, 60 e capítulo 1). Em nosso caso, é necessário lembrar que, por mais que os corpos de texto produzidos pela burocracia portuguesa tocassem em conhecimentos e saberes provenientes de diferentes aportes culturais, por outro lado eles não deixavam de ser vestígios de formas de dominação, figurando como “objetos formais e simbólicos de poder” que trazem à tona a “relação de subordinação do estado africano vassalo perante o governo estabelecido em Luanda” (Santos, 2008: p. 175; 2009: pp. 768-769).

¹⁵ Conciliando algumas das práticas adotadas localmente com as diretrizes que integravam o projeto ultramarino português, construído em volta de um espaço atlântico de experiências compartilhadas (Ito, 2016: capítulo 2, seção 3).

A condução da guerra contra Ginga Ambande

Após as longas discussões e debates ocorridos em Luanda, no início de 1626 foi encaminhada a declaração de guerra justa contra a principal inimiga centro-africana da monarquia portuguesa, Ginga Ambande. Dessa forma, foi dado o passo inicial rumo à série de operações militares que marcaria o governo de Fernão de Sousa, também reconhecida como a “conquista de Angola”. Entre outras coisas, ficou determinado que o objetivo dessas guerras, pelo menos público e oficial, era o de capturar a líder africana. Ao mesmo tempo que eram procedidas as negociações e discussões em torno da legitimidade de confronto bélico, outro ponto importante ainda estava indefinido. Quem comandaria o exército português? Muito mais do que um simples “escolhido” ou um “preferido” do monarca ou do governador, a nomeação do chamado “capitão-mor do quilombo português”, como assim é registrado nos documentos que compõem a *FHA*, esconde três aspectos fulcrais e intimamente relacionados ao emprego e à utilização da gente de guerra. Em primeiro lugar, o comandante deveria ser competente e à altura do cargo. Em segundo lugar, ele deveria atender às demandas e aos interesses daqueles que colocavam suas contas em risco, ao decretarem a justiça de guerra contra Ginga Ambande. Tais indivíduos compunham os grupos sociopolíticos que atuavam na Câmara de Luanda, no Colégio da Companhia de Jesus e no bispado de Congo e Angola.¹⁶ Apesar de zelarem pela condução espiritual e religiosa dos locais, as rinchas e os desentendimentos entre o reitor do colégio jesuíta e o bispo eram frequentes, havendo inclusive disputas entre searas que integravam essas diferentes instituições.¹⁷ Por fim, o capitão-mor do exército deveria ter “meios” para fazer a guerra, ou seja, capital para investir na mobilização militar, estando diretamente comprometido com o sucesso da empreitada. Por motivos ligados à carreira e aos interesses pessoais de uma pessoa experiente no serviço militar-ultramarino, o encarregado para a missão foi Bento Banha Cardoso.

Um dos mais prestigiados indivíduos que serviam no alto escalão português da África Centro-Occidental, Bento Banha Cardoso era “Cavaleiro fidalgo da casa do rei” e desde 1592 habitava na África.¹⁸ Prestou serviços como “lugar-tenente”, alferes, capitão

¹⁶ A “diocese de Angola” foi fundada em 1579, pouco tempo depois da criação da “cidade de São Paulo de Luanda”. O colégio da Companhia de Jesus, incumbido da formação educacional e espiritual da região, foi erguido em 1623 (Ferreira, 2012: p. 141; Alencastro, 2007: p. 110). Para a atuação relativamente independente, mas auxiliar, da Companhia de Jesus em relação ao bispado de Congo e Angola e a Luanda, consultar Ito, 2016: capítulo 4.

¹⁷ Nesse sentido, consultar Ito, 2016: capítulo 2, especialmente as seções 4.2 e 4.4.

¹⁸ O português chegou ao ultramar na companhia do governador Dom Francisco de Almeida.

de infantaria, capitão-mor de guerra e capitão de Cambambe, tendo uma ascensão tão rápida que se deu ao luxo de recusar a função de “capitão e ouvidor de todos os Portugueses no Kongo”, com a desculpa de que estava descontente pelo fato de não ter sido agraciado com o “hábito de Cristo”. O auge da sua vida pública a serviço da monarquia foi alcançado entre 1611 a 1615, quando Bento Banha Cardoso foi eleito como governador interino de Angola, logrando dois feitos que seriam rememorados pela posterioridade: a conquista da província de Lumbo, também conhecida como Ilamba Alta, e a construção do presídio de Ango,¹⁹ perto do Lucala. Após o término do serviço administrativo, retornou para Portugal, onde foi alvo de acusações e processos, dos quais se safou e teve “sua fortuna restituída por alvará real”. Em 1 de setembro de 1625 estava de volta em Luanda, agora como capitão-mor nomeado por Filipe III de Portugal, além de receber o soldo anual condizente com o ofício. Como a guerra era iminente na Angola portuguesa, Bento Banha Cardoso trouxe consigo um “reforço de duzentos soldados”. Observador e versado na política palaciana, o português deixou uma boa impressão entre os membros do círculo de influência do monarca, tanto que recebeu, por ordem de Filipe III de Portugal, a condução da primeira campanha de guerra contra Ginga Ambande, que partiu de Luanda em 7 de fevereiro de 1626.²⁰

O evento histórico que mais nos intriga na carreira desse homem ocorreu quando vagou a função de governador de Benguela, após o falecimento de Manuel Cerveira Pereira, em 9 de abril de 1626.²¹ Por recomendação de Fernão de Sousa, o primeiro candidato para tomar o posto de comando do domínio sulista foi Bento Banha Cardoso. Este, contudo, ao invés de se aventurar em Benguela, preferiu ficar no comando do quilombo de guerra português, alegando que o domínio “não era de grande proveito para a Coroa, e que o cargo não era remunerado, não tendo ele capital necessário para manter os soldados”. Além do mais, como salientou Beatrix Heintze, o português receava ter o nome manchado, caso perdesse o domínio para os holandeses.²² No entanto, todas essas alegações nos geram certa estranheza e suscitam alguma desconfiança, certamente porque os holandeses não mais navegavam em águas centro-africanas, desde 1 de dezembro de 1624, e porque Bento Banha Cardoso não era um

¹⁹ Também grafado “Hango”.

²⁰ HEINTZE, Beatrix (coord.). Apêndice: Tabela Cronológica, 1618-1630. *FHA*, vol. I, 1985, p. 395. Idem. Breves biografias de alguns europeus em Angola (1620-1630). *FHA*, vol. I, 1985, pp. 79-80.

²¹ Fernão de Sousa. Carta de Fernão de Sousa ao Governo. 1 de julho de 1627. BAL, cód. 51-IX-20, ff. 337-37v, 338. IN: HEINTZE, Beatrix (coord.). Documento 92. *FHA*, vol. II, 1988, p. 180.

²² HEINTZE, Beatrix. Breves biografias de alguns europeus em Angola (1620-1630). *FHA*, vol. I, 1985, p. 80.

inexperiente na terra. O capitão conhecia os riscos das campanhas militares, mas também as vantagens e os lucros que elas poderiam gerar.²³ Ele sabia que Ginga Ambande contava com apoio regional e que abrir guerra contra ela seria uma árdua tarefa, tão ou mais difícil do que governar Benguela. Aliás, qualquer empreendimento ultramarino, seja de guerra ou governadoria, necessitava da aplicação de capital,²⁴ motivo que igualmente não justifica a preterição de Benguela. Restava decidir pelo empreendimento mais rentável e promissor.

Como homem experiente na terra e conhecedor dos meandros da administração da Angola portuguesa, Bento Banha Cardoso sabia que a guerra era mais lucrativa do que a governadoria ultramarina.²⁵ Talvez desiludido com o futuro de uma carreira política na corte portuguesa, ou resignado com a vida no ultramar, houve uma escolha deliberada desse homem, que preferiu deixar de lado o “bom serviço” administrativo para se dedicar ao enriquecimento dentro dos moldes da economia atlântica, visível por meio da aquisição de escravos e que na época foi impulsionada pelo incentivo à guerra. Coerente com a sua trajetória de vida e contando com o respaldo institucional necessário para a empreitada, a preferência de Bento Banha Cardoso pela guerra de mobilização do quilombo, em 1626, é um ponto-chave para a compreensão de como ocorria a utilização das forças armadas e as operações militares. Subjacente à missão política de captura de Ginga Ambande, divididas em duas “jornadas de guerra”, a primeira entre 1626-1627 e a segunda entre 1628-1629, havia um objetivo exclusivamente econômico: gerar lucro para os envolvidos.

Dando cabo à primeira jornada contra Ginga Ambande, Bento Banha Cardoso regressou a Luanda, em 21 de julho de 1627. Pouco tempo depois, em fins de 1627, o

²³ Idem, Apêndice: Tabela Cronológica, 1618-1630. *FHA*, vol. I, 1985, pp. 395-396.

²⁴ Na documentação inserida na *FHA*, a aplicação de capital é visível através de simples investimentos em dinheiro e por meio de doação de fazendas. Por exemplo, em 1625 Fernão de Sousa doou “800 alqueires de farinha para Manuel Cerveira Pereira e para os doentes de Benguela”, como lembra Beatrix Heintze. Em meados de 1627, Lopo Soares Lasso investiria uma soma considerável de recursos em Benguela. Verificar: HEINTZE, Beatrix. *A Colectânea Documental de Fernão de Sousa*, *FHA*, vol. I, 1985, pp. 37-38

²⁵ Além disso, por mais que a opinião pública da época pregasse que ele havia perdido “toda a sua fortuna a serviço da Coroa e que não possuía escravos”, e mesmo que Fernão de Sousa achasse que “ainda que não tem escravos é bem quisto dos soldados,... me dizem que não é cobiçoso...”, é difícil de crer que Bento Banha Cardoso fosse um miserável nos últimos anos de vida, já que faleceu em uma das suas quintas no Lembo, em 8 de agosto de 1628, e depois foi sepultado em Massangano. No mínimo, a família Cardoso detinha cabedal material – terras, dinheiro para investir na guerra e pagar o sepultamento, além do soldo régio – e imaterial – as graças de Fernão de Sousa, do rei que lhe concedera o título honorífico de capitão-mor e a condução do exército português –, e não há motivos para duvidarmos da influência de seu nome na Câmara de Luanda, entre os moradores de Massangano e gente de guerra em geral. HEINTZE, Beatrix. *Breves biografias de alguns europeus em Angola (1620-1630)*. *FHA*, vol. I, 1985, pp. 79-80.

militar português partiu para Massangano, onde iniciou os preparativos para a segunda investida contra a chefe guerreira. Por mais de um ano Bento Banha Cardoso juntou recursos, pessoas e apoio político necessários para reconstituir a máquina de guerra, em um longo e vão processo de desgaste pessoal que, dizia o povo, drenou soma considerável de fazendas próprias. O desfecho de tudo não seria favorável ao experiente capitão-mor português, que acabou acometido por enfermidades e faleceu em 3 de agosto de 1628.²⁶ O comando da segunda investida militar passou ao português Paio de Araújo de Azevedo, nomeado para a função de capitão-mor, em 23 de agosto desse mesmo ano. No dia 9 de setembro de 1628, o oficial partiu de Luanda com as tropas portuguesas, atravessando o continente por mais de oito meses, seguindo os rastros de Ginga Ambande. Paio de Araújo de Azevedo levava a ordem de capturar a líder mbundu a qualquer preço, porém não logrou êxito. Contando com o apoio dos povos de além-Lucala até a Quina Grande,²⁷ montando escaramuças e despistando o quilombo português, Ginga Ambande acharia refúgio, pelo menos temporariamente, nas longínquas terras dos “Songas”, povos afamados por comer carne humana. Paio de Araújo de Azevedo se deu por satisfeito e regressou a Luanda em 8 de novembro de 1629, após certos contratemplos enfrentados na viagem de volta.²⁸

Residente na África desde 1602, quando aportara em Luanda junto do governador João Rodrigues Coutinho, o português Paio de Araújo de Azevedo ocupou diversos cargos a serviço do aparato ultramarino, dentre eles o de “capitão lugar-tenente” em 1606 e juiz ordinário em 1623. Veio depois a obter o título honorífico de capitão-mor, sem contudo exercer nenhum ofício à altura da honraria.²⁹ Por volta do verão de 1625, foi nomeado “ouvidor geral, provedor da fazenda, da comarca, das causas do mar, e juiz dos órfãos” e, em 1627, foi “auditor da guerra” da primeira campanha contra Ginga Ambande. Homem experiente na terra e ativo na vida política

²⁶ HEINTZE, Beatrix (coord.). Apêndice: Tabela Cronológica, 1618-1630. *FHA*, vol. I, 1985, pp. 395-396. Cerca de dois anos antes, em 12 de outubro de 1626, a varíola, uma doença altamente contagiosa e chamada na época popularmente de “bexigas”, levou a óbito Aire Aquiloange. Antes dele, Garcia I, “rei exilado do Kongo”, também havia morrido por causa desse mal. Segundo Beatrix Heintze, na década de 1620 ocorreu uma “eclosão”, ou surto, da doença na região, retardada apenas em Quindonga devido ao seu isolamento (Heintze, 2007: p. 351). Outro tipo de doença comum na região eram algumas febres endêmicas, conhecidas como “calenturas”, que vitimavam muitos estrangeiros que não tinham imunidades contra elas (Miller, 1982: p. 23).

²⁷ A “Quina Grande” foi o último ponto de referência geográfico descrito por Paio de Araújo de Azevedo durante a perseguição. Verificar: HEINTZE, Beatrix (coord.). Apêndice: Tabela Cronológica, 1618-1630. *FHA*, vol. I, 1985, p. 396.

²⁸ *Ibidem*, pp. 395-396. Estariam os observadores da época se referindo ao atual grupo étnico “songo”?

²⁹ Não temos a data exata da nomeação, mas graças a Beatrix Heintze se sabe que ocorreu antes da chegada de Fernão de Sousa em Luanda.

da Câmara de Luanda, Paio de Araújo de Azevedo era bastante estimado por Fernão de Sousa, que o considerava o “mais honrado morador de Luanda”.³⁰ Foi considerado apto para concorrer à sucessão de Manuel Cerveira Pereira, quando esse morreu e deixou vago o governo de Benguela, em 1627. Não recebeu a governadoria, mas graças ao apreço que detinha nos círculos de influência em Luanda, como também devido às fazendas que possuía e que poderiam ser empreendidas na montagem da máquina de guerra portuguesa, no ano seguinte seria encarregado da segunda campanha contra Ginga Ambande, que no final das contas lhe rendeu ainda mais “glórias”, escravos e outras riquezas, materiais e imateriais.³¹ No mais, não seriam menos desinteressadas as suas insistências em permanecer no Ndongo: lá havia mercados de escravos e de fazendas que poderiam ser negociadas – por valores nem sempre justos, é preciso lembrar – ou simplesmente roubadas.

A breve visita à vida pública de Paio de Araújo de Azevedo permite depreender um traço que aqui nos é caro. Ao negar a inclinação que até então demonstrava pelos cargos judiciais e funções administrativas – a maioria obtida durante a sua carreira, como se nota acima, pelo menos até meados de 1628 – para assumir o comando do quilombo de guerra – ele poderia ter pleiteado por Benguela ou simplesmente abandonado a direção do quilombo –, o capitão-mor declinara das posições que mais trariam crédito ao seu nome e família. Ao invés disso, aceitou os benefícios materiais advindos de butins, saques ou de roubos infligidos contra os sobas do Ndongo, Matamba e Tango Angonga. Também é importante notar que, se a partida das jornadas de guerra costumava ser onerosa aos cofres régios e aos bolsos daqueles que apostavam na empreitada bélica, o retorno era lucrativo. Aliás, é possível depreender que havia uma articulação lógica entre a primeira jornada de guerra contra Ginga Ambande (fevereiro de 1626 a julho de 1627), aparentemente mais voltada ao avassalamento de sobas “por todas as formas” possíveis, e a segunda (setembro de 1628 a novembro de 1629), mais direcionada para a cobrança de baculamentos de sobas vassalos e não-vassalos. Primeiro era necessário avassalar os sobas, para depois cobrar os baculamentos.³² No final das contas, o intuito do quilombo era o de regressar a Luanda

³⁰ Nos termos de Beatrix Heintze, Paio de Araújo de Azevedo era “morador de Luanda e possuía aqui, ou muito perto, ‘senzalas’ (pequenas aldeias) o que significa, provavelmente, que vivia aí um número considerável dos seus escravos”.

³¹ HEINTZE, Beatrix. *Breves biografias de alguns europeus em Angola (1620-1630)*. *FHA*, vol. I, 1985, pp. 73-74.

³² Para as relações entre o avassalamento e os baculamentos (tributos), consultar Ito, 2016: capítulo 2, especialmente a seção 2.5.

abarroto de fazendas, de proveniências diversas, mas principalmente mbundu.³³ Assim sendo, a razão do aceite de Paio de Araújo de Azevedo era óbvia. Ela indicava que, em meados de 1628, o capitão-mor já apostava em um tipo de enriquecimento inserido nos moldes atlânticos, intimamente ligado à guerra e angariação de fazendas, principalmente escravos. Na ótica institucional, a entrega da direção da máquina de guerra a esse português também foi premeditada. De grandes proporções e onerosa, a armação do quilombo necessitava do investimento de pessoas interessadas na empresa bélica e que acumulassem experiência na terra, soubessem lidar com os mbundu e que conhecessem os “atalhos” para a legitimação da justiça de guerra. Em 1628, Paio de Araújo caía como uma luva para os anseios do governador.

No final das contas, os pares “guerra econômica-guerra política” e “investimento público-investimento privado” não eram dicotômicos e nem excludentes entre si, como o senso comum atualmente prega. Não eram e tampouco foram ao longo do processo histórico. Em uma perspectiva alargada de tempo, a associação dialética *inter* e *intra* pares e binômios foi um aspecto marcante da execução da guerra durante o governo de Fernão de Sousa (1626-1629), mas também arriscamos a dizer que tal associação dialética conformava um padrão, levado a cabo durante as guerras promovidas nos governos de Paulo Dias de Novais (1580-1590) e Luís Mendes de Vasconcelos (1617-1621). As tênues separações entre a política e economia, público e privado, fizeram parte do funcionamento institucional da Angola portuguesa, vislumbrado através de um processo histórico de constante formação e reconstrução das formas de dominação e intermediação, ao longo dos contatos luso-africanos.³⁴

³³ Por mais que sejam pouco precisos e que suscitem discussão, a julgar pelos números e evidências europeias mais recentes sobre o comércio oficial de escravos, o volume de escravos abarroto apenas em tumbeiros portugueses, durante o período compreendido entre 1601-1650, foi muito maior do que nos períodos precedentes e mesmo posteriores, pelos menos até 1726-1750. Esses levantamentos também indicam que o período de maior volume de pessoas comercializadas via Atlântico se confundiu com o de guerras generalizadas pela África Centro-Occidental. Sobre os números, verificar as tabelas fornecidas por Eltis; Behrendt; Richardson, 2000: pp. 39 e 49.

³⁴ Interessante é notar que o exercício político de Mem de Sá na governadoria-geral do Estado do Brasil, entre 1558-1572, pareceu seguir essa mesma tendência. Ficamos então com o comentário de Rodrigo Faustinoni Bonciani, de acordo com o qual “uma guerra de sujeição, comandada pelo governador em nome do rei, [...] não desfaz a possibilidade de apropriação privada do butim e a contradição entre *dominium* privado/doméstico e a autoridade régia. Essa guerra planejada, para ser eficaz do ponto de vista das relações coloniais, deve favorecer os diferentes grupos sociais da colônia em formação, por meio da concessão de diferentes modalidades de *dominium* sobre os indígenas, segundo os serviços e a condição social dos participantes.” (Bonciani, 2010, pp. 161-162).

Conclusão

Luanda e os entrepostos portugueses conformavam uma rede institucional, na qual os presídios e feiras de escravos figuravam como nodos institucionais interconectados, relativamente autônomos, mas que respondiam aos ditames da “cidade de São Paulo de Luanda”. O funcionamento institucional do domínio ultramarino era assegurado pela atuação de agentes locais, absorvidos em prol da manutenção de um espaço jurisdicional português e em nome da reiteração de mecanismos de vigilância e fiscalização. Todo esse esforço era necessário não apenas para assegurar os negócios escravistas, mas também para legitimar o tráfico de escravos praticado na Angola portuguesa, portanto à luz da justiça escrita e do direito natural.

A linha de condução institucional, apesar de misturar formas de dominação e intermediação, sempre começava por intermediar os contatos, achando maneiras de engendrar a comunicação e a coabitação de indivíduos diferentes, genericamente identificados como “portugueses” e “africanos”, para enfim propor formas de subjugar, submeter ou sujeitar os contactados. O governo da Angola portuguesa lograva êxito apenas quando a atuação política dos membros que compunham o círculo de influência e sociabilidade do alto comando de Luanda, responsável pela decisão institucional e reunido em “coalizões de searas”, superava as diferenças e chegava a um consenso sobre como agir e reagir frente aos desafios políticos. Era preciso resolver a política interna, para então lidar com a externa. A autoridade de maior peso no concerto político de Luanda, o agente reinol Fernão de Sousa, tinha grande peso nisso: era ele o responsável em fazer com que as partes funcionassem pelo todo. Sobre isso, é importante ter em mente que, mais do que tino ou genialidade pessoal, para um governador obter memorável passagem na Angola portuguesa, como conseguiu Fernão de Sousa, era preciso que ele soubesse governar e que conhecesse os governados e, portanto, que estivesse em constante aprendizagem e reciclagem de ideias e conceitos. Ao experimentar e adquirir saberes e conhecimentos locais, tanto sobre a vida em Luanda quanto aos povos mbundu, ndembu e bakongo, Fernão de Sousa aprendeu que, no domínio ultramarino atlântico, a escravidão, o comércio e a guerra eram tónicas indissociáveis da “paz”, “justiça” e do “bem comum” para o sistema administrativo ultramarino. De tão importantes, foram encomendadas recorrentemente pelo monarca português, tornando-se emblemáticas nos regimentos de Angola. Doravante, ao

aprender como manipular e manejar tais experiências e prescrições, Fernão de Sousa dominou a *arte de governo* da paz portuguesa.

No final das contas, a aplicação da justiça era manipulada conforme a ação política, de modo que tal arte de governo era extremamente pragmática e legitimadora dos interesses de uma elite local. Na prática, portanto, a manutenção de um domínio indireto – a transferência de órgãos régios para o interior – estava concatenada à imposição de um domínio direto – as jornadas de guerra –, de modo que os tempos de paz estavam imbricados aos de guerra. Ambos visavam ao engrandecimento do tráfico transatlântico e à penetração portuguesa do continente africano e, em última instância, beneficiavam uma elite local, autoidentificada como portuguesa, ora interessada na paz, ora na guerra, mas sempre em escravos.

Bibliografia

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (ed.). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 536.

BONCIANI, Rodrigo Faustini. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico: Da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)*. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)/ Departamento de História, Universidade de São Paulo (USP), 2010.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. [1680-1681]. Edição de José Matias Delgado (vols. I e II) e Manuel Alves da Cunha (vol. III). Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/ Agência Geral das Colónias, 1940-1942.

CURTIN, Philip D. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*. 1ª edição. Wisconsin: University of Wisconsin, 1975, vol. I de p. 363, vol. II de p. 150.

ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen D.; RICHARDSON, David. A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. *Afro-Ásia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), n.º 24, 2000, pp. 9-50.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. 1ª edição. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 623.

_____. (coord.). *Fontes para a história de Angola do século XVII: I. Cartas e documentos oficiais da coletânea de Fernão de Sousa (1622-1635)*. 1ª edição. Stuttgart: Frans Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1985, p. 419. *II. Cartas e documentos oficiais da coletânea de Fernão de Sousa (1624-1635)*. 1ª edição. Stuttgart: Frans Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1988, p. 431.

ITO, Alec Ichiro. *Uma “tão pesada cruz”: o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)*. Dissertação de mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)/ Departamento de História, Universidade de São Paulo (USP), 2016. Endereço eletrônico: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112016-152529/pt-br.php>.

MILLER, Joseph C. The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 23, n.º 1, 1982, pp. 17-61. Endereço eletrônico: <http://www.jstor.org/stable/181270>.

SANTOS, Catarina Madeira. Écrire le pouvoir en Angola: Les archives Ndembu (XVIIe-XXe siècles). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, n.º 64, 2009/4, pp. 767-795. Endereço eletrônico: <http://www.cairn.info/revue-Annales-2009-4-page-767.htm>.

_____. Escrever o Poder: os Autos de Vassalagem e a Vulgarização da Escrita entre as Elites Africanas Ndembu. IN: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (ed.). *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History*. 1ª edição. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008, p. 265. Endereço digital: <http://www.frobenius-institut.de>. O mesmo texto foi publicado em: *Revista de História* (USP). São Paulo: Universidade de São Paulo, n.º 155, 2º semestre de 2006, pp. 81-95.

**POR UMA ESTÉTICA DA EXPERIÊNCIA: EXPERIÊNCIA E ALTERIDADE
EM UM ENSAIO DE RUY DUARTE DE CARVALHO**

**FOR AN AESTHETICS OF EXPERIENCE: EXPERIENCE AND ALTERITY IN
NA ESSAY OF RUY DUARTE DE CARVALHO**

*Aline Molina**

*“Viajar pelo deserto é navegar.
Por aqui é progredir a muito custo.”
Ruy Duarte de Carvalho em “As águas do Capembáua”*

Introdução ou “o tempo do lugar”....

Ao olhar desatento a obra de Ruy Duarte de Carvalho pode parecer demasiado deslocada no cenário da Literatura Angolana, provavelmente por se situar fora da Angola comumente esperada pelos leitores. Seus contos e romances pouco, ou quase nada, se referem a Luanda (“Longe de Luanda, Luanda é longe, e é sempre longe, de Luanda aqui.” (2007, p. 21)); como cenário, não vemos os musseques ou a Baixa, mas as paragens do Sul, munholas, desertos, ongandas e acampamentos; a guerra só se faz mencionar em fragmentos; e o autor, este, sim, é personagem. Ruy Duarte de Carvalho se inscreve em seus textos como personagem e, ao assumir o caráter ficcional do texto e sua condição de autor, configura sua escrita de forma a permitir em seu texto outras vozes, que não a sua. A reflexão sobre o Outro e a condição do Outro é uma das constantes de sua obra.

A comunicação que será analisada neste ensaio, intitulada “Falas & vozes, fronteiras & paisagens... escritas, literaturas e entendimentos...” (2008), Ruy Duarte propõe tratar a relação entre a fala e a escrita, em especial, como a oralidade pode ser transformada em texto escrito. Diferente do que se poderia esperar de intelectual, Ruy Duarte faz uso de nenhuma espécie de teoria da linguagem para tecer sua reflexão, não recorre à semiótica ou à etnolinguística: constrói sua reflexão a partir de um fato muito claro, a sua experiência, ou melhor, o que entende por experiência. O conceito de experiência para Ruy Duarte não se configura como uma experiência etnográfica ou

* Mestrado em Literaturas Comparadas. FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6461543780230988>

uma experiência científica; se relaciona menos com a ideia de experimento do que com a possibilidade de experiência como sedimentação de uma trajetória particular.

Neste texto pretendo tecer uma reflexão sobre a ideia de experiência neste texto de Ruy Duarte de Carvalho, de modo a demonstrar como seu conceito de experiência se refrata por toda sua obra, como um fio condutor.

“coisas que só se revelam a quem não é do lugar:” a experiência a bem dizer

A forma como a ideia de experiência é apresentada na obra de Ruy Duarte de Carvalho passa menos pelos meandros da antropologia e etnologia que por um estar no mundo próprio, delimitado pelas condições que permitiras que as coisas se dessem de determinada maneira:

“É ela [a experiência] que constituiu o mais importante do capital acumulado. Mas ela, a experiência, constitui-se a partir das referências. As do mundo e do tempo anteriores. E é a esse mundo anterior que a ordem das coisas, e da própria experiência, me impõe dar testemunho. Não viesse eu de fora e a experiência seria a da existência comum, não se revelaria como experiência, nem se revelaria sequer, estaria integrada na existência. (...) A experiência, assim, só faz sentido quando referida à partida e à chegada, ao que lhe é exterior. Sem o antes não poderia ter tido lugar, sem o depois perderia o sentido.” (CARVALHO, 2007, p.25)

O conceito da experiência, na obra de Ruy Duarte de Carvalho, se configura como um período circunscrito no espaço e no tempo, limitado pela trajetória pessoal de cada um, em que um indivíduo vive algo que não faz parte da sua existência cotidiana. A experiência seria, portanto, esse fora da existência em que o indivíduo não se encontra mais no espaço de suas vivências, mas no espaço do OUTRO. A experiência não se daria de forma a inserir o indivíduo no espaço do OUTRO, mas na medida em que ele adquire a percepção deste OUTRO

Dessa forma, podemos afirmar que não existe experiência sem o contato com a alteridade, sem estar com o OUTRO em seu espaço. A experiência se manifesta, portanto como uma experimentação da alteridade, ou seja, como experiência do OUTRO:

“Quiseram as determinações do destino que a minha língua materna seja a língua portuguesa..... e que ela tenha vindo a ser o principal terreno e instrumento do meu labor existencial e social accionado por circunstâncias que fizeram de mim um sujeito em situação no contexto de uma configuração social e formal, política, fora da geografia humana e física que me viu nascer..... quer isto dizer que todo o meu investimento pessoal, literário e

cívico, se viu aplicado a um meio habitado e experimentado, existido, por seres humanos a quem, na sua maioria, couberam outras línguas maternas..... e em que a minha própria experiência das coisas sempre se viu marcada por uma diferença, uma distancia a preencher entre as cargas, as marcas, das palavras da língua que uso e em que me movo, aplicadas a diferentes geografias, paisagens e referências observáveis.....”. (CARVALHO, 2008a, p.20)

“dei-me portanto a um exaustivo labor”: o OUTRO como projeto literário

Ao trabalhar a obra de Ruy Duarte de Carvalho, somos forçados a lidar com o fato que não é possível dissociá-la de sua trajetória, da experiência que permitiu que as coisas se dessem de determinada maneira:

“... tive de ver se entendia o que andava a ver, que é aliás o que, parece-me há de forçosamente acontecer de qualquer maneira seja a quem for que se queira escritor perante o que a vida lhe dá para viver... e, entre o que andava a ver, havia gente a agir..... e para me atrever a conjecturar o que levava essa gente a agir da maneira que agia, sendo por vezes de cultura tão distante da ocidental ou ocidentalizada e agindo assim de maneira tão diferenciada em relação à razão dominante, tive que fazer muita travessia e fazê-lo exactamente onde e da maneira como me aconteceu..... partindo da poesia e entrando pela antropologia adentro pela ponte do cinema, e deixando que a antropologia me catapultasse para a ficção que ando finalmente a arriscar.....” (CARVALHO, 2008a, p. 22)

Neste texto, Ruy Duarte ainda fala sobre como a leitura de alguns livros, em especial o *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, teria constituído para si um momento decisivo em sua vida pois foi a partir da leitura de *Luuanda* e de *Grande Sertão: Veredas* que adquiriu uma enorme admiração e respeito pela literatura escrita que continuaria pelo resto de sua vida, já que “urdiu sua vida a partir da escrita e para a escrita...” (CARVALHO, 2008a, p.14) Segundo Ruy Duarte de Carvalho, tal feito se deve principalmente a um pequeno livro chamado *Luuanda*, escrito por José Luandino Vieira que, “em 1963, tinha por dois ou três dias aparecido à venda nas livrarias de Luanda.” (CARVALHO, 2008a, p. 13):

“Ora a esse livrinho e a alguns versos de Viriato da Cruz e de Aires de Almeida Santos, bem como a algumas crônicas de Ernesto Lara Filho, eu devo o golpe da consciência, pela via do arrepio, de uma alma Angolana que então em mim se veio acrescentar à consciência prévia de uma razão Angolana e foi responsável pela conversão à condição de Angolano.”(CARVALHO, 2008a, p.14)

No entanto, seu projeto literário se distancia da escrita de Luandino Vieira e de outros escritores angolanos. Sua escrita se faz também pelas vias da identidade, mas ao passo que encontramos, principalmente na literatura anterior à independência, uma literatura que dá voz à possibilidade uma identidade nacional, a questão da identidade se configura de forma diferente na obra de Ruy Duarte de Carvalho.

Ao voltar sua escrita ao sul, Ruy Duarte configura para si uma dicção literária própria e extremamente particular que procura construir uma identidade, mas uma identidade plural, que se faz sempre em contato com o OUTRO, o não ocidental.

O OUTRO se torna, dessa forma, uma das principais forças em sua obra. No entanto, a forma de Ruy Duarte apresentar este OUTRO em sua obra, não passa pela da apropriação, acabando por reduzi-lo a caricaturas em que suas potencialidades são anuladas:

“Temos muitos autores que para além de se obrigarem às marcas estilísticas de certos mestres, acabam quase sempre por reduzir seus personagens a caricaturas de indigência verbal. Pondo os seus heróis a falar português, configuram-lhes a cabeça e o coração como se a capacidade que essas figuras poderão ter para pensar, para decidir, para efabular, para imaginar, para interrogar, para amar e para odiar, estivesse sempre confinada ao escasso capital de que dispõem nos terrenos da língua portuguesa, sendo no entanto outra a sua língua materna ou de pensamento.” (CARVALHO, 2008a, p.19)

Sendo assim, Ruy Duarte procura fazer a proposição de uma possibilidade outra de se pensar a alteridade a partir da invenção de uma nova forma de ficção “ligada, já que não nasci ensinado, à aprendizagem da escrita que colhi nos terrenos da poesia, e a outras aprendizagens para as quais me servi da antropologia.” (CARVALHO, 2008a, p.19) Uma nova forma de ficção sedimentada na experiência do OUTRO.

“Onde melhor nos vemos”: os OUTROS

A partir da experiência, percebendo o OUTRO em seu tempo e seu espaço, Ruy Duarte acaba por trazê-lo para sua escrita. A partir de sua experiência, como uma espécie de OUTRO em relação à Europa e ao Ocidente, Ruy Duarte, de forma antropofágica, se apropria desta categoria e a desmembra em diversas possibilidades de alteridade, desconstruindo, dessa forma, a dicotomia imposta pelo colonizador. Dentre as diversas categorias de OUTRO possíveis, Ruy Duarte em um em uma comunicação

intitulada “Tempo de ouvir o “outro” enquanto o ‘outro’ ainda existe, antes que haja só o outro... Ou pré-manifesto neo-animista” trabalha com as categorias de alteridade que estão presentes nas sociedades pós-coloniais e nas antigas metrópoles, resultantes de uma espécie de

“avanço de uma língua sobre uma paisagem que não é a que a modelou e aí se constitui, por seu turno, coo um instrumento de domínio, do poder sobre essa paisagem... a língua que avança e se impõem... em situação de fronteira, portanto, não só os sujeitos que avançam sobre a paisagem que desconhecem e os desconhece, mas também os sujeitos locais perante a ‘paisagem’ que avança sobre eles e se lhes impõem...” (CARVALHO, 2008a, p.20)

Seriam elas o *OUTRO*, que representa os ex-colonizados ou seus filhos que vivem nas ex-metrópoles. Apesar de serem cidadãos das ex-metrópoles, são considerados grupos minoritários que apresentam traços fenotípicos e culturais semelhantes. O ‘OUTRO’ representaria para o autor o ex-colonizado ocidentalizado que hoje, nas antigas colônias faz parte das classes dominantes e dirigentes. O “OUTRO”, por fim, seria o OUTRO absoluto, “aquele sujeito marcado por traços afetos a populações que, integradas embora como nacionais em estados-nação que hoje existem a partir de contornos ex-coloniais, mantêm usos, praticas e comportamentos mais afins a quadros pré-coloniais do que pós-coloniais ou mais ou menos ocidentalizados.”

Segundo Ruy Duarte, a relação estabelecida pela Europa e este *OUTRO*, que se encontra em seu território, um “não saber muito bem o que fazer”, que se manifesta pela marginalização e exclusão econômica e social desse *OUTRO*, se aproxima do modo como, no território das ex-colônias, o ‘OUTRO’ se relaciona com este “OUTRO” absoluto. A forma com que se lida com o “OUTRO” ainda é profundamente marcada pela expansão ocidental que nunca deixou de existir e segundo o autor, da qual essas populações continuam a sofrer:

“...ver populações que eram assediadas antes por agentes da ocidentalização impondo-lhes assumir os sinais e as maneiras do modelo ocidental e do progresso tecnológico e que são assediadas hoje pelos mesmos agentes ou equivalentes que agora pretendem impor-lhes a preservação dos sinais e as maneiras dos seus modelos arcaicos e não-ocidentais porque isso passou a insinuar-se como o mais rentável tanto para uns como para os outros desde que se deixem integrar em menus de programas turísticos e se deixem representar como expressões de um exótico ecológico e redentor ao lado de outras atrações bizarras como manadas de zebras, de elefantes e de gazelas.....” (CARVALHO, 2008b)

Neste imperativo ocidentalizante, as culturas animistas, para as quais, todos os seres da criação disporiam de uma alma, foram obliteradas pela concepção antropocêntrica ocidental, segundo a qual “só é verdadeiramente humano, quando aferido em relação não à medida do resto da criação no mundo, mas à da maneira de certos homens que têm uma versão do mundo e da vida que impõem aos outros, e armas, meios e dispositivos para tirar benefício disso.....” (CARVALHO, 2008b)

Em contraposição a esta concepção, Ruy Duarte traz ao texto um personagem do novo livro que está escrevendo. Este personagem é o Nambalisita, aquele que gerou a si mesmo e que se configura como uma espécie de herói tutelar que, frente aos problemas do mundo, pede auxílio a toda a criação. Desta forma, propõe “uma volta paradigmática”: tentar ouvir este “OUTRO” e reconhecer que ele possa ter algo a dizer sobre o que está acontecendo neste mundo, do qual ele também faz parte, que sua experiência também é legítima. Mais que isso: propõe também uma revisão do lugar do “OUTRO” na literatura etnográfica, de modo a trazer à luz os muitos outros modos do homem relacionar-se no mundo e com o mundo.

Frente aos problemas que o mundo global hoje enfrenta e sua total impotência diante deles, Ruy Duarte sugere um retorno às cosmogonias desse “OUTRO” e de sua experiência como OUTRO enquanto no Ocidente, não como um exercício ecológico, ou a substituição total e simples do modo de vida ocidental e ocidentalizado, mas apenas convocar saberes que poderiam abrir uma possibilidade para a criação do inédito: “admitir, e reconhecer, que alguém, mesmo sendo o “OUTRO”, pensando de uma maneira radicalmente diferente, possa conseguir ver certas coisas e certos fenômenos de uma maneira melhor e mais adequada à efetiva configuração do mundo,” (CARVALHO, 2008b) enquanto ele ainda existe. Mais que isso: que alguém, exatamente porque faz parte desse OUTRO, possa, em sua experiência, ter algo a dizer.

Essa concepção de alteridade presente na obra de Ruy Duarte que propõe olhar o OUTRO enquanto OUTRO, sem reduzi-lo ao modo como o ocidente o concebe, também pode ser encontrado na obra de Édouard Glissant. Em “Pela opacidade”, Glissant procura propor uma forma diferente de se relacionar com o outro: enquanto para o pensamento ocidental, a diferença é vista a partir de uma ótica da transparência, segundo a qual só é possível compreender aquilo que é reconhecido e avaliado dentro de seus próprios critérios, no seu próprio sistema: o direito à opacidade, ou seja, o direito à uma singularidade não redutível, no qual o outro seria reconhecido, em sua singularidade, como igual, não mais como bárbaro.

Na medida em que a transparência pressupõe o verbo compreender (no francês *comprendre*), que, por sua vez, carrega em si o movimento de encerramento e apropriação (*prendre*), a opacidade se caracterizaria pela multiplicidade dentro da totalidade. A não-redução característica da opacidade e, em si mesma, “uma garantia de participação e confluência” (p. 180), não mais é necessário compreender o outro para estabelecer com ele uma relação de empatia ou solidariedade, ou seja, não é preciso tornar-se como o outro ou modifica-lo para que ele fique igual a si.

Como ilustração para esta perspectiva de solidariedade, Glissant utiliza a história de Victor Segalen, médico naval, etnógrafo e escritor francês, que, na perspectiva do autor, teria morrido de opacidade. Segundo Glissant, Segalen era etnocêntrico, como todo europeu de sua época, mas também era extremamente generoso ao ponto da obsessão: mais do que compreender o outro, Segalen queria se tornar o outro e frente a essa impossibilidade, sucumbiu.

Ao voltar os olhos para Ruy Duarte de Carvalho e sua obra, no entanto, não observamos o mesmo processo a que esteve sujeito Segalen, já que em nenhum momento se pode perceber este dissolver-se no OUTRO, muito pelo contrário. Diferentemente da literatura de Guimarães Rosa ou de Luandino Vieira, cuja escrita, precisa, se transforma no que o autor de voz coletiva¹, o projeto literário de Ruy Duarte se faz sentir quando percebemos a forma como articula a inserção do OUTRO em seu texto, na forma em que a ideia do OUTRO é sempre condicionada à sua experiência do OUTRO:

“a antropologia , entretanto, veio não só garantir-me a hipótese de ter acesso ao que poderia passar-se na cabeça e no coração de determinadas personagens – em termos de cultura – por lógicas, conceptualizações e representações que não exatamente as que determinavam o curso do mundo que predominantemente me envolvia a mim e as envolvia a elas(...), como me permitiu constituir-me a mim mesmo como personagem, como narrador que das personagens que refere sabe o que sabe e o que pode, com alguma segurança e sem operar obrigatoriamente reduções, inferir..... quer dizer, o que pode presumir entender da maneira como os outros agem, e pensar e sentir do do que os outros poderão pensar e sentir.....e ainda assim..... o narrador em que me constituo continua a não ser capaz de colocar-se naquela situação em que o autor se apodera da consciência do outro..... apenas lhe disponibiliza o que o outro lhe terá feito saber de si mesmo.....” (CARVALHO, 2008^a, p.23)

¹ “foi isso também precisamente, quanto a mim, que GR [João Guimarães Rosa] conseguiu e, ao conquistá-lo, produziu uma dessas escritas que transitam da língua para a linguagem sem reduzir em nada o alcance da língua, aumentando-o mas é, e assim adregam conferir-lhe uma pertinência tão adequada a um espaço e a um tempo que o escrevem se transmuda em voz, autogerada e coletiva voz. (CARVALHO, 2008b, p.15)

Este ato de não tomar para si a expressão do outro, seja ela fala ou pensamento adquire neste ensaio uma forma radical: em sua ficção a fala do outro se configura de forma a apenas disponibilizar ao leitor o que OUTRO fez o narrador saber de si mesmo: permitir ao outro uma voz. Uma voz, mas o que seria de fato esta voz? No início do texto Ruy Duarte traz à cena a estória da gruta em que a voz seria o eco da fala. Em outro momento, apresenta a voz como a sedimentação de um povo em um tempo e espaço no texto literário, como no caso de Guimarães Rosa e Luandino Vieira e como a realização da paisagem na língua, como, novamente, Guimarães Rosa e Juan Rulfo, que “foram capazes de convocar, para dizer, para escrever, linguagens locais expressas por figuras que resultam caracterizadas como do mais comum que há entre os homens sem lhes limitar o horizonte de entendimento, sem as condenar a caricaturas de primitividades, de autenticidades ou de regionalidades.....”(CARVALHO, 2008^a, p.22) A voz seria, portanto, não algo concedido ao OUTRO, mas sua presença enquanto OUTRO no texto literário.

“Onde o sentir da gente é que produz os ventos”: ou à guisa de uma conclusão

Ler Ruy Duarte de Carvalho implica sempre um retorno à alteridade, um repensar o modo como trabalhamos e convivemos com o OUTRO. Neste ensaio, navegamos por textos vários, partindo de “Falas & vozes...”, passando pelo “Tempo de ouvir o “outro”” e “Pela opacidade” para retornar sempre à ideia de experiência, como a experiência do OUTRO. A experiência do OUTRO na obra de Ruy Duarte de Carvalho, pode ser sentida a partir do modo como o autor se coloca no texto literário, portando consigo, a todo momento o modo como a experiência, esse estar no mundo, fora da vivência, condicionado por tudo o que levou a lá estar nesse determinado momento, lhe permite ver o outro e, mais que isso, trazê-lo junto a si na medida em que escreve.

Bibliografia

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os papéis do inglês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A Câmara, a escrita e a coisa dita...* Lisboa, Cotovia, 2008a.

_____. “Tempo de ouvir o “outro” enquanto o ‘outro’ ainda existe, antes que haja só o outro... Ou pré-manifesto neo-animista”. Intervenção na Conferência da Gulbenkian a 27 /10/2008 cujo título geral era: *Podemos viver sem o outro?* e foi publicada no livro com o mesmo título, vários autores, pela Tinta da China/Fundação Calouste Gulbenkian, 2008b. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/ruy-duarte-de-carvalho/tempo-de-ouvir-o-outro-enquanto-o-outro-existe-antes-que-haja-so-o-outro-ou-p>>. Acessado em: 11 de julho de 2015

GLISSANT, Édouard. “Pela opacidade”. In *Poética da relação*.

CIRCULAÇÃO EXTRAVERTIDA DE MERCADORIAS EM MOÇAMBIQUE: REDES TÉCNICAS ATUAIS E SUA REGULAÇÃO HÍBRIDA

EXTRAVERTED CIRCULATION OF GOODS IN MOZAMBIQUE: CURRENT TECHNICAL NETWORKS AND THEIR HYBRID REGULATION

Antonio Gomes de Jesus Neto¹

RESUMO: Construídas durante o período colonial, as redes ferroviárias do Sul, Centro e Norte de Moçambique tornaram seu território historicamente voltado ao exterior e, sobretudo, regulado por interesses estrangeiros. Com a independência, em 1975, o novo Estado tomou, por um breve período, as rédeas da regulação do território moçambicano, mas no final da década de 1980 a situação de guerra e a aproximação do Banco Mundial recolocaram seu sistema de transportes na mira do capital externo. Conjugando diversas redes técnicas (como portos, ferrovias e rodovias), os atuais Corredores de Desenvolvimento tornam Moçambique novamente um território de escoamento do *hinterland* da África Austral, mas agora grandes conglomerados estrangeiros dividem a gestão das infraestruturas de transporte do país com o Estado, configurando uma regulação híbrida do seu território.

ABSTRACT: Built throughout the colonial period, the Mozambican South, Center and North rail networks made the country's territory historically extraverted and, above all, ruled by foreign interests. With the independence in 1975 the new State briefly took control over the Mozambican territory regulation, but in the late 1980s the war situation and the World Bank's approach once more placed the transport system as a target of external capital. Combining several technical networks (such as ports, railways and roads), the current "Development Corridors" have again turned Mozambique into a drain region for the Southern African hinterland, but now large foreign conglomerates share the transport infrastructures management with the State, setting up a hybrid regulation of the territory.

Introdução

A premissa básica deste artigo, que se preocupa em analisar as principais redes técnicas de transporte do território moçambicano (bem como seu modelo de regulação), é a de que no período contemporâneo a circulação alcançou um novo status no processo mundial de realização do capital. Ainda que a circulação tenha sido sempre fundamental para esse processo, é possível dizer que no período contemporâneo esse atributo é ainda mais importante, uma vez que "hoje não basta produzir. É indispensável pôr a produção em movimento, pois agora é a circulação que preside à produção (Santos & Silveira, 2001: 167)".

Em Moçambique, essa proeminência da circulação levou à criação, em meados da década de 1990, dos chamados "corredores de desenvolvimento", sistemas de

¹ Mestre em Geografia Humana (2016) pela Universidade de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0235061486800021>

transportes compostos por portos, ferrovias e rodovias que integram a costa moçambicana com as áreas produtivas do *hinterland* da África Austral. Aparentemente moderno, para Fonseca (2003), esse modelo de circulação baseado em corredores de exportação nada mais é do que a retomada do pilar fundamental da inserção de Moçambique na divisão internacional do trabalho desde os tempos coloniais, breve e parcialmente interrompida durante o período socialista.

Essa volta ao seu antigo papel na divisão internacional do trabalho se deu por uma nova forma de pluralismo jurídico² em seu território, após cerca de uma década (de 1975 a 1987) de regulação estatal e certa autonomia econômica. A essa nova forma de pluralismo jurídico Antas Jr (2005: 65) deu o nome de “regulação híbrida do território”, onde “os Estados têm repartido porção significativa dessa responsabilidade com as grandes corporações transnacionais”, e em Moçambique sua implementação significou um grande processo de concessões de infraestruturas ferro-portuárias e rodoviárias. Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre o atual Estado das redes técnicas de transporte em Moçambique (os corredores de desenvolvimento) e o modelo de regulação híbrida do território ao qual o país foi se engajando desde meados dos anos 1980, e é essa relação o principal escopo do presente artigo.

Da regulação estatal à regulação híbrida: as experiências de concessão das infraestruturas de transporte em Moçambique

A passagem de uma regulação majoritariamente estatal, fruto da opção da FRELIMO³ pelo socialismo logo após a independência, para uma regulação híbrida, teve um responsável e um marco principal. Como discutido em Pereira (2013), as relações do Banco Mundial com o continente africano até os anos 1980 tinham sido instáveis e, muitas vezes, apenas indiretas. Uma conjunção de fatores, porém, como a sucessão de independências no continente e a subida ao poder de Margareth Thatcher e Ronald Reagan (no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente), levou a instituição a dedicar atenção especial à África, culminando na elaboração, em 1981, do chamado Relatório Berg.

² Conceito introduzido, para a realidade moçambicana, por Sousa Santos (2006).

³ Frente de Libertação de Moçambique, movimento criado na década de 1960 para capitanear a luta de libertação colonial moçambicana, e que após a independência (em 1975), se tornou um partido político, desde então no poder.

Com a mensagem principal de que “o Estado pós-colonial tornara-se excessivamente grande, ineficiente e intervencionista (Pereira, 2013: 361)”, o relatório recomendava que os Estados africanos reduzissem drasticamente seu tamanho, preparando os ajustes preconizados pelo grande Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) proposto pelo Banco Mundial e FMI à época. Moçambique, praticamente destruído economicamente após uma década de guerra de desestabilização, aderiu ao programa em 1987, tendo-o rebatizado localmente como Programa de Reabilitação Econômica (PRE). De acordo com Bellucci (2007: 216-217), a versão moçambicana do PAE basicamente “incentivava a participação do capital privado” e “trocava a economia planificada e a direção centralizada da economia pelo Estado em favor da economia de mercado”, abrindo caminho para as concessões e a regulação híbrida do seu território.

Todas essas recomendações (que eram praticamente imposições) do Banco Mundial para a reestruturação da economia de Moçambique passavam, obrigatoriamente, pela reestruturação das empresas estatais administradas diretamente pelo Estado moçambicano, dentre as quais os CFM⁴ eram a mais importante. De acordo com Diogo (2013), os CFM são, historicamente, a maior empresa moçambicana, tanto no volume de trabalhadores quanto no de infraestruturas, e por isso sua reestruturação era ao mesmo tempo crucial e complicada. Como o Estado moçambicano não tinha recursos para fazê-lo, porém, a solução encontrada foi recorrer ao auxílio do próprio Banco Mundial.

Dentre todos os setores em que o Banco Mundial investe em Moçambique, o de transportes é o maior beneficiado. No total, foram cinco projetos de investimento do Banco Mundial no setor de transportes em Moçambique desde 1989, sendo o mais importante para seu sistema ferro-portuário o “Projeto de Reestruturação de Ferrovias e Portos”, aprovado em 1999. Mais do que investimentos em infraestruturas, como a reabilitação da linha ferroviária de Ressano Garcia, o grande objetivo do Banco Mundial nesse projeto era promover uma reestruturação organizacional do sistema ferro-portuário moçambicano, incentivando o regime de concessões na administração dessas estruturas.

Antes desse projeto, porém, a implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) em Moçambique já havia começado o processo de reestruturação e desestatização da economia, sobretudo no setor de transportes. Transformado em

⁴ Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, empresa pública responsável pela gestão dos portos e ferrovias do país.

empresa estatal em 1989, os CFM definiram em 1991 algumas políticas de descentralização das decisões e de envolvimento do setor privado na construção e expansão de infraestruturas e na gestão de algumas instalações, culminando com uma nova transformação organizacional da empresa em 1995, agora como Empresa Pública (Nhabinde, 1999). Isso significava uma maior autonomia em relação ao Estado, pois a empresa teria gestão autônoma e um orçamento desvinculado do estatal.

Além disso, e pensando também no modal rodoviário, em 1996 o governo moçambicano lança em conjunto com o governo sul-africano o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, marco inicial de um programa de incentivo à intervenção do setor privado no sistema de transportes de Moçambique, os chamados “corredores de desenvolvimento⁵” (Nhabinde, 1999).

A transferência da gestão das infraestruturas do país do Estado ao setor privado não pode ser considerado, porém, puramente uma aceitação unilateral do governo moçambicano às imposições externas. Saúte (2010) afirma que a ideia da privatização já era muito discutida internamente na FRELIMO. O processo de nacionalização que se seguiu à independência gerou um enorme número de empresas estatais, as quais o governo moçambicano não conseguia manter com seus próprios recursos. O gigantismo do setor estatal que existia em Moçambique na época, sua incapacidade produtiva, e o longo período de guerras, levaram a que a própria FRELIMO, até então firme no seu projeto socialista, considerasse a possibilidade de privatizar algumas empresas, indo de encontro aos interesses do Banco Mundial no país.

Foi nesse contexto de discussão entre manter o controle estatal e iniciar as negociações de privatização que se deu o processo de reestruturação dos CFM. Sobre ele, Diogo (2013) afirma que o governo moçambicano ficou entre a espada e a parede: de um lado, os parceiros internacionais (a espada) pressionavam para que a empresa fosse totalmente privatizada (pois já estava “falida”), enquanto do outro lado a pressão interna (a parede) insistia para tudo ficasse como estava.

A solução encontrada pelo governo moçambicano foi uma espécie de intermediário entre a estatização e a privatização: as concessões. Concessionar as infraestruturas ferro-portuárias em Moçambique significava, assim, que sua gestão ficaria a cargo de empresas privadas, mas elas ainda eram pertencentes ao Estado moçambicano, que continuaria a obter receitas, previamente negociadas, oriundas da

⁵ Que serão abordados mais detalhadamente na próxima seção.

utilização dos portos e ferrovias pelas concessionárias. Apesar da polarizada discussão interna sobre as concessões indicada por Saúte (2010), a realidade é que os CFM eram extremamente importantes para a economia moçambicana, e a recuperação do país passava pela sua reestruturação. O Estado, porém, não possuía recursos próprios para realizá-la, então o regime de concessões foi a solução encontrada para resolver o impasse.

Apesar do projeto de reestruturação levado a cabo pelo Banco Mundial ter sido aprovado em 1999, e ter sido o responsável pela realização das principais concessões que veremos a seguir, é importante dizer que ele não foi o precursor desse tipo de experiência. Antes disso, Saúte (2010: 70) afirma que

“O CFM iniciara, nos meados dos anos 90, o processo de envolvimento do sector privado na exploração ferro-portuária. Fazia-o na base da concessão terminal a terminal. Esta experiência começara justamente no Porto de Maputo. Mas também ocorrera na Beira, sendo a mais emblemática a da Cornelder, que em 1998 passou a operar o terminal de contentores e de carga geral. Cornelder de Moçambique é uma sociedade entre a Cornelder holandesa e o CFM”.

Se a concessão de alguns terminais do porto da Beira à Cornelder em 1998 foi a mais emblemática desse processo inicial, as experiências precursoras foram realizadas no porto de Maputo cinco anos antes. Nhabinde (1999) indica que o primeiro terminal a ser concessionado, em 1993, foi o terminal de carvão da Matola, a uma empresa de capitais sul-africanos chamada CMR. Um ano depois, em 1994, a *Swaziland Sugar Association* e a *Zimbabwe Sugar Sales* passaram a gerir o terminal de açúcar, numa *joint venture* denominada Sociedade Terminais de Açúcar de Moçambique (STAM), que até hoje é responsável pelo terminal no porto de Maputo. Segundo o mesmo autor (1999: 143), “até abril de 1996, já haviam 10 diferentes acordos de concessão e *leasing*, dos quais seis no porto de Maputo e Matola, dois na Beira e um em Nacala”. Importante dizer, até então apenas os terminais portuários eram objetos de concessão. Somente com o projeto de reestruturação dos CFM levado a cabo pelo Banco Mundial em 1999 as infraestruturas portuárias e linhas ferroviárias foram contempladas por esse tipo de política.

A primeira experiência de concessão resultante do projeto do Banco Mundial foi a do porto de Maputo, em 2003, ao *Maputo Port Development Corporation* (MPDC), de capitais majoritariamente britânicos, mas também com envolvimento da sueca Skanska, dos portugueses da Liscont e do grupo moçambicano Moçambique Gestores (MG)

(Saúte, 2010). Além de “emagrecer a instituição” (Diogo, 2013), diminuindo sensivelmente o quadro de funcionários, a concessionária ficou responsável pela gestão dos terminais de contêineres, de frutas, de açúcar, de carvão e de cabotagem do Porto de Maputo. Segundo Saúte (2010), a experiência não foi benéfica à empresa, uma vez que a MPDC nunca pagou a renda fixa estipulada na negociação⁶, alegando descumprimento do contrato pela não concessão (e conseqüente modernização) da linha férrea de Ressano Garcia.

A segunda grande concessão aconteceu em 2004, dessa vez a um consórcio de capitais indianos - o Rircon -, formado pela Rites, companhia dos caminhos-de-ferro da Índia, e pela Ircon, empresa indiana da área de infraestruturas. O consórcio ficaria responsável pela operação da linha de Machipanda (que liga o porto da Beira ao Zimbabue) e pela reconstrução da linha de Sena (que liga o mesmo porto às minas de Moatize), mas segundo Saúte (2010) a experiência também não foi positiva. Interessante dizer, durante a concessão da Rircon os CFM já negociavam com a empresa brasileira Vale, hoje responsável pela construção de uma ferrovia que liga as minas de carvão de Moatize ao porto de Nacala.

A última concessão se deu em 2005, relativa ao porto de Nacala e à linha do Norte. Nessa experiência criou-se o Corredor de Nacala, “um consórcio entre uma entidade americana, a Railroad Development Corporation, a Edlow Resources da Bermuda Inglesa e uma entidade moçambicana com vários accionistas nacionais (Diogo, 2013: 102)”, além de contar também com financiamento da OPIC, uma instituição americana. Com essa concessão, os CFM puderam investir no Malawi, ganhando um concurso internacional de concessão para a exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, onde são sócios majoritários (Saúte, 2010; Diogo, 2013).

A partir do início dos anos 2000, Moçambique estava totalmente inserido no sistema capitalista mundial novamente, considerado seguro para se investir, e foi com base nesse modelo de “regulação híbrida do território” que as principais infraestruturas de transporte começaram a ser geridas conjuntamente entre o Estado e grandes grupos estrangeiros.

⁶ Diogo (2013) explica que o modelo de viabilização econômica das concessões foi o de “renda fixa” e “renda variável”. A renda fixa seria um valor pago à CFM independente da receita obtida pelo gestor, enquanto a renda variável dependeria do volume de mercadorias movimentadas.

As redes técnicas de transporte em Moçambique: os Corredores de Desenvolvimento e seu caráter regional

A organização das redes técnicas de transporte voltadas à exportação em Moçambique tem, historicamente, um caráter regional. Desde a construção das primeiras ferrovias e portos, ainda no período colonial, a circulação no território moçambicano foi estruturada a partir das 3 regiões na qual ele é comumente dividido (Fig. 1), de maneira que a circulação da região Sul de Moçambique tem como base o porto de Maputo (e as ferrovias e rodovias que dele derivam), com o mesmo valendo para o Centro (e o porto da Beira) e a região Norte (e o porto de Nacala). Assim, seria possível dizer que tal situação corrobora com uma antiga afirmação da Geografia, há muito tempo norteadora de boa parte dos estudos da disciplina, de que “a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica (Arroyo & Cruz, 2015: 9)”.

Desde a assinatura do Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia da SADC (1996), porém, essas redes técnicas regionais de transporte em receberam o nome de “corredores de desenvolvimento”, por terem, supostamente, o objetivo de alavancar desenvolvimento econômico das regiões por onde passam (Fonseca, 2003). Mais do que puramente técnicas, Arroyo (2015) sugere também que se considere a dimensão normativa da circulação para compreendê-la, e nesse sentido alguns estabelecimentos especializados registram e controlam os movimentos da circulação, como será visto a seguir.

Figura 1: A divisão regional de Moçambique



Elaboração: Wagner Nabarro

O Corredor de Maputo: o mais fluido e diversificado

Condizente com a histórica intervenção estrangeira na circulação moçambicana, a política dos “corredores de desenvolvimento” é fruto de uma iniciativa do governo sul-africano (concebida em 1995, durante o mandato de Nelson Mandela) chamada de “*Spatial Development Initiatives (SDI)*”, e que consistia em políticas de crescimento econômico e criação de empregos através do incentivo à indústria nacional sul-africana. O mais conhecido caso de SDI é o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (CDM), lançado oficialmente em maio de 1996 (Rogerson, 2001), e de acordo com Roodt (2008), o objetivo maior da sua criação era “destravar” a economia local, atraindo investimentos e gerando empregos nas regiões perpassadas pelo corredor, além de servir

também como meio de escoamento da produção das províncias sul-africanas de Gauteng , Mpumalanga e Limpopo.

O eixo estruturante do CDM foi a reabilitação de infraestruturas de transporte como a Estrada Nacional nº 4 (EN4), a linha ferroviária de Ressano Garcia e o porto de Maputo, além do posto fronteiriço de Ressano Garcia/Komatipoort (Roodt, 2008). Soderbaum & Taylor (2001) avaliaram em US\$ 661,5 milhões o total de investimentos na implementação do CDM, sendo que US\$ 400 milhões foram destinados à reabilitação da rodovia, US\$ 85 milhões no porto de Maputo, US\$ 70 milhões na ferrovia e US\$ 1,5 milhões no posto fronteiriço entre os dois países.

Principal investimento do CDM, a reabilitação da EN4, que liga Maputo à província de Gauteng, na África do Sul, foi iniciada em 1997 e finalizada em 2004 pelo consórcio TRAC (*Trans-African Concessions*), formado por uma multinacional francesa e duas empresas sul-africanas, que investiram cerca de 250 milhões de dólares (Roodt, 2009). O consórcio tem a concessão da rodovia por 30 anos, e é responsável pela operação e manutenção dos seus aproximadamente 90 km de extensão (com trechos de pistas simples ou duplas) e seus 2 pedágios (na Matola e em Moamba). É notável, ao se percorrer a rodovia, que a quase totalidade do movimento é constituída por caminhões cheios de minérios vindos da África do Sul em direção ao porto de Maputo, e que basicamente apenas 4 empresas transportadoras sul-africanas executam esse trabalho: a Nifiquile, a Ngululu, a Ni-Da e a Heynans Kole (Fig. 2)

Assim como no caso da rodovia, a solução para a reabilitação do porto de Maputo (Fig. 3) foi uma parceria público-privada (PPP), o que em termos práticos significa uma gestão compartilhada dos sistemas técnicos de transporte entre grupos privados e o Estado: uma regulação híbrida do território, como disse Antas Jr (2005). O porto de Maputo é, desde 2003, concessionado e gerido pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), sendo que a concessão tem vigência até 2033, prorrogável por mais 10 anos. O grupo MPDC é atualmente composto pelo CFM e por algumas empresas de capital estrangeiro e moçambicano que formam o grupo Portus Índico (Tab. 1). Os CFM possuem menos de 50% das ações da MPDC, estando assim o grupo Portus Indico na condição de sócio-maioritário, e tal composição certamente foi fundamental para a política de subconcessão de alguns dos terminais de carga do porto de Maputo.

Figura 2: Caminhão de minérios da Ngululu no pedágio de Maputo



Autor: Antonio Gomes (29/10/2015)

Figura 3: Vista aérea do porto de Maputo



Fonte: Fornecida pela Maputo Port Development Corporation (MPDC) em 08/10/2015

Tabela 1 – Composição acionária da Maputo Port Development Corporation (MDPC) em 2015

CFM - 49%
Portus Indico - 51%
Grindrod (África do Sul) - 24%
DP World (Emirados Árabes) - 24%
Moçambique Gestores - 3%

Fonte: Dados fornecidos pela Maputo Port Development Corporation (MPDC) em 08/10/2015

Importante ressaltar, quando se fala do porto de Maputo, inclui-se também os 4 terminais do porto da Matola, que por serem terminais potencialmente prejudiciais à saúde da população foram deslocados para uma área mais afastada. Dos portos de Maputo e Matola, que juntos processaram 19 milhões de toneladas no ano de 2014, abrem-se 3 linhas ferroviárias principais e mais 3 ramais que ligam o país à Swazilândia, África do Sul, Zimbabue e algumas regiões produtivas do interior moçambicano. Mas além dos portos, ferrovias e rodovias, a circulação do Corredor de Maputo se baseia também em outro tipo de capital fixo que garante a realização do movimento: os terminais portuários.

A variedade de terminais existentes nos dois portos, os responsáveis pela gestão de cada um deles, e a quantidade de carga movimentada nos últimos anos, permitem tirar algumas conclusões sobre a circulação de mercadorias do Corredor de Maputo (Tab. 2). Em primeiro lugar, é de se ressaltar que os maiores volumes de carga movimentados nos portos de Maputo e Matola correspondem a produtos primários voltados à exportação, como minérios a granel, alumínio e carvão. Desses três principais produtos, é interessante notar que em dois deles (minérios a granel e alumínio) a MPDC manteve a gestão dos terminais para si, enquanto que apenas no caso do carvão o terminal foi subconcessionado à Grindrod. Igualmente importante é o fato de que o terminal de combustíveis, estratégico para a soberania nacional de um país que não possui reservas de petróleo em exploração, está ainda a cargo dos CFM, uma empresa pública moçambicana.

Talvez o terminal mais simbólico em relação à inserção de Moçambique no imperativo da fluidez contemporânea (Santos, 1996) seja o terminal de contêineres, pois para Mónica (2011: 303), “a construção de um terminal de contêineres marca o ingresso no novo padrão teórico-operacional do transporte marítimo”. A importância econômica de tal terminal no porto de Maputo, reforçada por sua subconcessão a um grupo

estrangeiro (DP World), são indícios de uma mudança no argumento de Machado (2012: 23-24) de que boa parte dos portos africanos não tem conseguido “acompanhar e implementar as inovações tecnológicas”, desempenhando papel apenas “secundário na dinâmica portuária mundial”.

Tabela 2: Terminais de carga, gestores e volume movimentado (2013-2015) nos portos de Maputo e Matola

Porto	Terminais	Gestor	Volume movimentado (Ton)		
			2013	2014	2015 (até setembro)
Maputo	Minérios a Granel (dados agregados de mais de um terminal)	MPDC	3.833.401	3.172.894	3.634.844
	Carga Geral	MPDC	931.344	878.286	714.380
	Contêineres (volume em TEU's)	DP World	103.669	111.871	88.646
	Carros (volume em unidades)	Grindrod	97.159	64.169	30.961
	Açúcar a Granel	STAM	625.826	813.360	568.256
	Açúcar Ensacado	EDFMan	s/d	s/d	s/d
	Melaço	Agrimol	23.528	45.776	19.079
	Óleo Vegetal	MLSC	43.783	35.229	12.456
Matola	Alumínio	MPDC	1.881.741	1.943.232	1.348.072
	Combustíveis	CFM	630.300	865.600	661.543
	Carvão (e Magnetita)	Grindrod	4.042.229	4.695.334	3.383.570
	Grãos	STEMA	200.069	252.092	150.098

Fonte: *Elaboração própria com base em dados fornecidos pela Maputo Port Development Corporation (MPDC) e pelos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) durante trabalho de campo realizado entre setembro e novembro de 2015.*

A característica histórica de território de escoamento do *hinterland*, principal forma de inserção moçambicana na divisão internacional do trabalho, vem abrindo também a possibilidade de uma exploração mais intensa do terminal de carvão do porto da Matola, atualmente concessionado à Grindrod Limited. Com capacidade anual de exportação de 6 milhões de toneladas, está em curso um projeto de expansão do terminal que possibilitaria um incremento de 20 milhões nessa capacidade, totalizando 26 milhões, possibilidade aventada devido ao crescente interesse de Botswana em exportar sua produção de carvão via Moçambique (Macauhub, 2015).

Extremamente relevante no quadro de produção nacional em Moçambique, o açúcar responde também por uma parcela importante do volume de cargas

movimentado nos últimos anos no porto de Maputo, ocupando nada menos do que três terminais diferentes no porto (incluindo o melaço), todos eles subconcessionados para grupos estrangeiros. Além da produção nacional moçambicana, de acordo com Dércio Filipe, diretor de planejamento da MPDC, o açúcar responde também pela totalidade da carga proveniente da Swazilândia hoje em dia, bem como de boa parte da carga com origem no Zimbabwe, sendo que no caso desses dois países vizinhos todo o transporte do açúcar até os terminais do porto de Maputo é feito por via férrea.

A questão dos modais de transporte utilizados para levar a carga do *hinterland* aos portos de Maputo e Matola, aliás, é considerada fundamental por Dércio Filipe e Miraldo Camba, funcionários do MPDC. Se o açúcar proveniente da Swazilândia e do Zimbabwe chegam 100% por via férrea, igualmente ao carvão sul-africano com destino ao terminal da Matola, os funcionários estimaram que o restante, cerca de 90% da carga, chega por meio de caminhões⁷. De acordo com Dércio Filipe, os caminhões que chegam do *hinterland* são geralmente de transportadoras sul-africanas subcontratadas pelos donos da carga, enquanto que os caminhões que recebem e distribuem a carga importada são de transportadores individuais moçambicanos contratados coletivamente, sem intermédio do MPDC.

Para que as centenas de caminhões carregados de minérios e outros produtos provenientes da África do Sul cheguem diariamente ao porto de Maputo, eles obviamente precisam passar pela fronteira entre os dois países. Para fazer o desembarço da carga dos caminhões que entram em território moçambicano, foi construído em 2010, sob a coordenação da Autoridade Tributária de Moçambique, um recinto aduaneiro que se tornou fundamental para garantir uma maior porosidade territorial (Arroyo, 2001) em Moçambique: o Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia, espécie de porto seco localizado 4 km após a fronteira. Além da apresentação da documentação da carga, os caminhões precisam também passar por um escaneamento compulsório da carga realizada pela empresa Khudumba⁸, que tem sido alvo de muitas críticas pelo excesso de taxas cobradas e pela falta de critério nessa cobrança por parte dos usuários do sistema.

Os Corredores da Beira e de Nacala: carvão, caminhão e rumo à soja

⁷Por volta de 900 caminhões circulando diariamente no porto de Maputo em 2014.

⁸Pertencente ao ex-presidente moçambicano Emílio Armando Guebuza, de acordo com um dos entrevistados em trabalho de campo.

Quando comparado ao Corredor de Maputo, o Corredor da Beira possui números mais modestos. Com o porto da Beira movimentando cerca de 6,6 milhões de toneladas em 2013, existem apenas 2 linhas ferroviárias principais (Sena e Machipanda) e mais 2 ramais complementares, além da Estrada Nacional nº 6 (EN6), que liga a cidade da Beira à fronteira com o Zimbábue. A grande diferença, porém, está no número bem mais reduzido de terminais em relação ao porto de Maputo (Tab. 3).

Tabela 3: As principais exportações e importações do porto da Beira (2013-2015)

Produtos	Volume movimentado (10 ⁶ Ton/Km)		
	2013	2014	2015 (até setembro)
Exportação			
Carvão	4.085	5.045	3.705
Contêineres	659	935	671
Açúcar e Melaço	61	43	28
Importação			
Contêineres	1.041	1.084	743
Klinker	303	505	424
Combustível	388	456	310
Trigo	147	145	127
Cimento	66	60	0

Fonte: Dados fornecidos pelos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) durante trabalho de campo realizado entre setembro e novembro de 2015

Apesar do destaque ao recebimento de contêineres (primeiro terminal subconcessionado, à Cornelder de Moçambique), o terminal que mais evidencia o papel do Centro de Moçambique na nova divisão internacional do trabalho é o terminal de carvão. Projetado na década de 1980, o terminal de carvão tem capacidade atual de operar 6 milhões de metros cúbicos de carvão, mas com a recente concessão à Sociedade Comercial New Coal Terminal Beira⁹ espera-se aumentar essa capacidade consideravelmente. Ainda em relação à exploração de carvão mineral, já foi licitada ao consórcio Thai Moçambique Logística¹⁰ a construção e modernização de um porto de águas profundas em Macuse, na província da Zambézia, e de uma ferrovia de 525 km que ligará esse porto à bacia carbonífera de Moatize, em Tete (Macauhub, 2014).

⁹ Onde os CFM possuem apenas 30% das ações.

¹⁰ Formado pela empresa tailandesa *Italthai Industrial Company Limited* (com uma participação de 60%), pelos CFM (com 20%), e pelo grupo empresarial Corredor de Desenvolvimento da Zambézia (Codiza, também com 20%)

Se o carvão mineral é o tipo de carga mais movimentada no sistema ferro-portuário do centro de Moçambique, Pérez-Niño (2014) indica que, excluindo essa *commodity*, cerca de 95% da carga que circula no Corredor da Beira é transportada pelo modal rodoviário, e 80% dos veículos que realizam esse transporte são caminhões. Segundo a autora, tal atividade é basicamente realizada por meio de empresas transportadoras nacionais criadas durante o período pós-guerra, quando faziam o transporte da ajuda humanitária com caminhões comprados com economias familiares, e que hoje são grandes responsáveis pela geração de empregos e pela acumulação de capital privado nacional.

Em relação a essas empresas, Pérez-Niño (2014) afirma que muitas delas possuem (ou estão construindo) terminais logísticos próprios no porto da Beira, e têm nos caminhões seus principais ativos, variando desde caminhões-tanque para transporte de combustível até caminhões para carga a granel, passando também pelo transporte de contêineres. De maneira geral, circulam em caminhões pelo Corredor da Beira minérios diversos (principalmente crômio, klinker e carvão), alimentos (chá, milho, açúcar, trigo, arroz) e outros tipos de carga como madeira e tabaco.

Essa predominância do modal rodoviário no transporte de cargas no Corredor da Beira é, para a autora, consequência da incapacidade do sistema ferro-portuário em processar essa variada quantidade de carga. Assim, “o transporte rodoviário de mercadorias prosperou num nicho de oportunidade criado pelos défices e limitações do desenvolvimento, manutenção e funcionamento dos serviços de caminho-de-ferro (Pérez-Niño, 2014: 222)”. Mais uma vez, como no caso do Corredor de Maputo, e apesar da importância da ferrovia para o transporte de carvão, o modal rodoviário ainda responde por boa parte da carga que circula no Corredor da Beira, sendo, portanto, o principal vetor da circulação extravertida de mercadorias no Centro de Moçambique.

Chegando, finalmente, à região Norte, o porto de Nacala, que em 2014 processou 2 milhões de toneladas de carga, é equipado com terminais de contêineres, granéis líquidos e carga geral, e funciona desde 2005 sob gestão do consórcio Corredor de Desenvolvimento do Norte, onde os CFM possuem 49% das ações, e cuja concessão tem validade de 15 anos¹¹. Da mesma maneira, as duas linhas ferroviárias já existentes, ligando Nampula a Cuamba e Cuamba a Lichinga, também são concessionadas a esse consórcio desde 2005, com vigência até 2035¹².

¹¹Disponível em: < www.cdn.co.mz>. Acessado em: 10 mar. 2017.

¹² Idem.

O grande projeto, porém, que promete alterar profundamente a circulação do Norte de Moçambique, é a construção pela empresa brasileira Vale de uma ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize ao porto de Nacala, impulsionando também outro projeto, envolvendo Brasil, Moçambique e Japão, para produção em larga escala de soja na região: o ProSavana (Rossi, 2015). Parte desses projetos (que configuram o chamado Corredor de Nacala) também implica a modernização do porto de Nacala, naturalmente favorável à ancoragem de grandes navios devido a sua grande profundidade, sendo que essa modernização está sendo levada a cabo com financiamento do governo japonês (Macahub, 2016). Além disso, a Odebrecht, empresa também brasileira, com incentivos normativos do governo moçambicano, pretende implementar um polo logístico em Nacala, com a criação de uma zona franca que aproveitaria a modernização ferro-portuária da cidade, bem como do aeroporto local já modernizado pela empresa através de incentivos do BNDES (Valor Econômico, 2014).

Considerações Finais

O atual modelo de regulação híbrida do território moçambicano, traduzido na concessão de infraestruturas ferro-portuárias e rodoviárias a empresas estrangeiras, pode ser interpretado de diferentes formas. Numa abordagem mais crítica, a transferência da gestão de parte desse sistema ao capital privado estrangeiro pode significar uma considerável perda de autonomia de Moçambique num setor historicamente essencial para sua economia. Por outro lado, à época das concessões não havia possibilidade financeira do governo moçambicano arcar sozinho com a reestruturação do sistema de transportes do país, de modo que praticamente não havia outra opção a não ser a concessão, o que, aliás, ocorreu em boa parte dos países subdesenvolvidos no período.

A novidade das últimas duas décadas reside, talvez, no fato de que não são mais apenas os países capitalistas centrais que investem no setor em Moçambique. Investimentos de países como Brasil, Tailândia, África do Sul e China (que têm construído centenas de quilômetros de estradas em Moçambique), ratificam o novo desenho da divisão internacional do trabalho, com a presença crescente de grandes conglomerados oriundos do antigo Terceiro Mundo, até então excluído desse tipo de empreendimento.

Pensando nos modais de transporte utilizados nos corredores de desenvolvimento de Moçambique, é possível identificar uma inversão entre eles: se os corredores foram historicamente estruturados a partir das ferrovias, atualmente grande parte do tráfego em direção aos portos de Maputo e Beira é realizada por meio de caminhões. Mesmo assim, tanto o Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique, quanto a MPDC (concessionária do Porto de Maputo) alegam que o transporte ferroviário é mais barato e mais eficiente para as distâncias percorridas ao longo dos corredores.

Por fim, é importante mencionar que a opção pela política de corredores convive de alguma maneira com uma política de integração nacional dos transportes em Moçambique. Desde a independência do país, em 1975, a FRELIMO se esforça em configurar uma economia eminentemente nacional, e a construção de rodovias que integram o território moçambicano é componente fundamental desse processo. Principal marco dessa política, a construção da ponte sobre o Rio Zambeze (em 2012) interligou por terra pela primeira vez o Sul e o Norte de Moçambique, simbolizando a passagem de um território essencialmente extravertido para outro integrado internamente pelas rodovias e pelos caminhões, não apenas orientado na direção dos corredores.

Referências Bibliográficas

ANTAS JR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo : Humanitas, 2005.

ARROYO, Maria Mónica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. 250 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Maria Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). *Território e Circulação: a dinâmica contraditória da globalização*. São Paulo : Annablume, 2015, p. 37-49.

ARROYO, Maria Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Introdução. In: _____ (org.). *Território e Circulação: a dinâmica contraditória da globalização*. São Paulo : Annablume, 2015, p. 9-12.

BELUCCI, Beluce. *Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo*. Rio de Janeiro : Educam, 2007

DIOGO, Luísa. *A sopa da madrugada*. Das reformas à transformação econômica e social em Moçambique: 1994-2009. Maputo : Plural Editores, 2013.

FONSECA, Madalena Pires. Os Corredores de Desenvolvimento em Moçambique. *Revista Africana Studia* (Universidade do Porto), Porto, n. 6, p. 201-230, 2003.

MACAUHUB. Obras de ampliação do porto de Nacala, Moçambique, iniciam-se em 2016. Macau, 11 jan. 2016. Disponível em:

<http://www.macauhub.com.mo/pt/2016/01/11/obras-de-ampliacao-do-porto-de-nacala-mocambique-iniciam-se-em-2016/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Botsuana quer exportar carvão a partir de Moçambique. Macau, 27 jan. 2015. Disponível em: < <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/01/27/botsuana-quer-exportar-carvao-a-partir-de-mocambique/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Thai Moçambique Logística promete solução de baixo custo para escoamento de carvão moçambicano. Macau, 26 nov. 2014. Disponível em: < <http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/11/26/thai-mocambique-logistica-promete-solucao-de-baixo-custo-para-escoamento-de-carvao-mocambicano/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

MACHADO, Isabela Silveira. *O Porto de Santos e a revolução dos contêineres*. 164p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MONIÉ, Frederic. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). *Circulação, transportes e logística*. Diferentes perspectivas. São Paulo : Outras Expressões, 2011, p. 299-330.

NHABINDE, Simeão Amosse. *Desestabilização e guerra econômica no sistema ferroportuário de Moçambique, 1980-1997*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. *Revista Brasileira de História* (ANPUH), São Paulo, v.33, n.65, p. 359-381, 2013.

PEREZ-NIÑO, Helena. O caminho pela frente: desenvolvimento actual e perspectivas futuras do sector do transporte rodoviário de mercadorias em Moçambique: Um estudo de caso do Corredor da Beira. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, Antonio (org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 195- 227.

ROGERSON, Christian. Spatial development initiatives in Southern Africa: the Maputo Development Corridor”. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* (Royal Dutch Geographical Society), Oxford, v. 92, n. 3, p. 324-346, 2001.

ROODT, Monty. The impact of regional integration initiatives and investment in a southern African cross-border regions: The Maputo Development Corridor. *African Sociological Review* (CODESRIA), Dakar, v. 12, n. 1, p. 90-104, 2008.

_____. Borderlands and spatial development initiatives - The impact of regional integration initiatives in a Southern African cross-border region: the Maputo Development Corridor. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno;

CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio (org.). *Southern Africa and challenges for Mozambique*. Maputo : IESE, 2009, p. 89-116.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, o Brasil é aqui*. Rio de Janeiro : Record, 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. The Heterogeneous State and Legal Pluralism in Mozambique. *Law & Society Review* (University of Utah), Salt Lake City, v. 40, n. 1, pp. 39-76, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SAÚTE, Nelson. *Crônica de uma integração imperfeita: o caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro em Moçambique (2000-2005)*. 194 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SODERBAUM, Fredrik; TAYLOR, Ian. Transmission belt for transnational capital or facilitator for development? Problematising the role of the State in the Maputo Development Corridor. *The Journal of Modern African Studies* (Cambridge University), Cambridge, v. 39, n. 4, pp. 675-695, 2001.

VALOR ECONÔMICO. Odebrecht tem projeto de zona franca e industrial. São Paulo, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3590806/odebrecht-tem-projeto-de-zona-franca-e-industrial#ixzz3Bc6w5uds>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

ALMANACH DE LEMBRANÇAS: UM NOVO ESPAÇO AFRICANO

ALMANACH DE LEMBRANÇAS: A NEW AFRICAN SPACE

*Debora Leite David**

O *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* recebeu desde as suas primeiras edições na década de 1850, numerosas colaborações oriundas das colônias portuguesas no continente africano. Reunido este material, verificamos distintos olhares sobre a África. Muito embora os editores persistam no cuidado de evitar inserções críticas contundentes de caráter sociopolítico, permeiam o periódico, tensões que desenham as imagens das Áfricas possíveis na transição do século XIX. Se de um lado temos os portugueses, funcionários da administração colonial e provisoriamente instalados nestes espaços, que descrevem os “costumes indígenas”, ora em viés pejorativo, ora em viés sarcástico, de outro lado temos os “filhos da terra”, aqueles nascidos no continente africano, que surgem apresentando uma identidade própria e os valores sociais e culturais desse continente desconhecido para muitos.

A interlocução entre os seus colaboradores é deduzida a partir de sutis indicações encontradas nos textos. São as epígrafes, as dedicatórias e as réplicas, os principais elementos, que confirmam o diálogo ou a discussão entre pares. Colaboradores e colaboradoras (assinantes), que liam e participavam do *Almanach de Lembranças* em localidades as mais inusitadas, que no mais das vezes estavam além das principais cidades e capitais das ex-colônias portuguesas em território africano. Entre estas podemos citar algumas como Catumbela, Barra do Kuanza, Dombe, Huíla, Dondo, Malange, Benguela e Moçâmedes em Angola, ou Quelimane, Inhambane e Tete em Moçambique, ou ainda Bolama, Cacheu e Bissau na Guiné. A leitura mais atenta, contudo, observa o diálogo em vários níveis entre os colaboradores e a recorrência de alguns temas, como por exemplo, as descrições toponímicas das cidades africanas, as lendas “gentílicas” ou as narrativas etnográficas. Assim, percebemos que a circulação deste periódico oitocentista foi, não somente, duradoura, como também extremamente abrangente, haja vista a sua longevidade e a sua tradição entre os seus leitores/colaboradores. Por meio das citações dos autores e editores na seção

* Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2012-2015), com o projeto de pesquisa *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro: marcas literárias africanas em língua portuguesa no século XIX* (Bolsa FAPESP), sob a supervisão da Profa. Dra. Tania Celestino de Macêdo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6216538739441029>

“Correspondência”, verificamos tratar-se de uma leitura ansiosamente aguardada nos rincões mais longínquos, ultrapassando os limites das áreas urbanas e letradas.

O século XIX, para os países africanos de língua portuguesa, representa o momento de um novo meio de circulação das ideias, das palavras, da escrita: a imprensa. A recepção, independentemente da alfabetização na língua corrente desta imprensa, é ampliada, amplificada, e o consumo da palavra escrita ultrapassa, sem retorno, o pretense isolamento do ou no continente africano. Nesse sentido, ao confrontarmos as colaborações de todo o período de existência do *Almanach de Lembranças*, percebemos a relevância de uma outra publicação periódica: o jornal. Muitos semanários, que indicam um extenso e intenso trânsito de autores, de posições políticas e de ideias.

Nas duas primeiras décadas do *Almanach de Lembranças* (1850 e 1860) era comum encontrar textos, até mesmo dos próprios editores, com a descrição dos usos e costumes dos africanos, de maneira sarcástica e pejorativa. Como, por exemplo, o verbete sobre “Amor africano”, que se lê à página 147 do *Almanach de Lembranças* para o ano de 1864: “Em certa região da Africa, quando uma rapariga está para casar, enche uma cabaça d’agua, ajoelha na presença do seu amante, pede-lhe que lave as mãos, e bebe depois a agua, o que lá é reputado como a maior prova d’amor... é cá de porcaria”. À medida que aumentam as colaborações africanas sobre os rituais tradicionais e realidades socioculturais, ocupando algumas vezes duas ou três páginas do periódico, percebemos a diminuição, ou mesmo a inibição, daquelas colaborações depreciativas, tendo em vista, que se tornam comuns as correspondências e as réplicas, que colocam em controvérsia tais manifestações. A partir da década de 1870 diminui drasticamente a imagem depreciativa nas colaborações sobre a África ou seus habitantes.

A circularidade de ideias e de autores promove a indagação sobre possíveis conciliações e/ou diálogos entre as tendências literárias oitocentistas encontradas nos espaços alcançados pelo *Almanach de Lembranças*. Nesse passo, entendemos que o Romantismo pode representar um forte elo de conexão entre os assinantes/autores do periódico. Uma ligação intermediada pela imprensa, que se fortalece nos espaços africanos de língua portuguesa na segunda metade do século XIX, especialmente na década de 1880, quando numerosos autores ensaiam versos e temas, tendo a

oportunidade da leitura e da interlocução, como verificamos em abundantes referências no âmbito do *Almanach de Lembranças*.

Este exercício da escrita, em grande parte sem demonstrar um projeto estético, ainda que marcado pela inspiração romântica, verifica-se também na produção poética encontrada nos jornais dos países africanos de língua portuguesa nas últimas décadas do século XIX. Ainda que predominem em muitos jornais e mesmo no *Almanach de Lembranças*, os sonetos e as oitavas que exaltam os amores e a saudade da metrópole portuguesa, não se pode ignorar a presença de outros sonetos e oitavas que reverenciam a beleza africana e outras paragens que não a metrópole. Este sujeito que não rima sua existência com a negação de sua identidade e de seu espaço, passa a se reconhecer e a se representar, seja individualmente ou coletivamente, por meio dessa escrita. Um sujeito africano que não se identifica mais apenas nos limites da realidade colonial. E experimentando o caminho da subjetividade romântica encontra o inconformismo, e nesse sentido transcrevemos o texto de Joana Passos:

“Na concepção romântica do mundo caberia ao poeta inconformista articular a sensibilidade humana e as tensões sociais do seu tempo, traduzindo, pela sua superior percepção, um sentir coletivo marcado pelo espírito da época”.
(Passos, 2012: 75)

Essa perspectiva romântica do “sentir coletivo marcado pelo espírito da época”, instiga outra indagação em relação a esses escritores “africanos” oitocentistas, que seria sobre o início de uma literatura própria, ou ainda das primeiras manifestações literárias, na acepção de Antônio Candido. Muito embora, seja consenso na historiografia literária a pouca relevância da produção africana em língua portuguesa oitocentista, à exceção de Angola, não se pode ignorar o antagonismo tão próprio do Romantismo, como elemento dinamizador à negação da negação no âmbito colonial (Sartre),¹ que já encontramos nessa contundente produção literária, ainda que pequena e esparsa. É certo que a afirmação de uma identidade coletiva, de um projeto nacional, enfim, de uma nação, requer uma corrente clara e definida de pensamento e articulações intelectuais e políticas. No entanto, verificamos por meio dessa pesquisa a existência de um “nós”, os angolenses, os cabo-verdianos, os moçambicanos, os santomenses e os guineenses. Talvez o princípio de “uma fé no espírito coletivo” (Passos, 2012: 75), que, pouco a

¹ Somente é possível a reintegração do colonizado, a partir da violência contra o colonialismo. Prefácio de Jean-Paul Sartre para *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon.

pouco, será inscrito e engendrado por suas literaturas, no caminho de uma identidade nacional.

Ao buscarmos referências sobre possíveis manifestações literárias ou nacionalistas ao longo do século XIX nos países africanos de língua portuguesa, a imprensa representa um espaço importante em que se pode encontrar postura vária sobre a realidade ali constituída. Nesse sentido, observa-se a proximidade entre a literatura e a imprensa, neste espaço possível às práticas culturais, sociais e políticas. Num momento histórico que não incentivava ou permitia a produção de livros, a imprensa livre (tipografias particulares) torna-se o veículo à materialização da comunicação que será utilizada também pelos escritores: a possibilidade da escrita impressa e divulgada no espaço público. Será desse espaço público que surgirá aos autores uma demanda específica em razão do público leitor. É possível observar, assim, como se deu essa relação entre os autores da imprensa oitocentista nos países africanos de língua portuguesa e seu público,² que por meio da imprensa pode alcançar um público ao mesmo tempo específico e muito mais amplo quantitativamente. Nesse sentido, afirma Hans-Jürgen Lüsebrink que:

*« La proximité des deux champs (littérature et presse) réside également dans le fait que de nombreux écrivains étaient aussi des publicistes et des journalistes, pour des raisons économiques et politiques, mais aussi pour atteindre de la sorte un public différent et plus large ».*³ (Lüsebrink, 2000: 127)

Ainda que a participação na imprensa represente à crítica literária, no mais das vezes, a produção considerada menos nobre, aos escritores do espaço colonizado, significa a sua existência como escritor, e também como sujeito colonizado, no espaço público, em que pode alcançar efetivamente algum ou mesmo o seu público. Infelizmente, essa percepção da menor importância da imprensa induz o leitor à prestigiar somente o material literário produzido e divulgado. No entanto, parece temerário ignorar a produção de um autor da envergadura de Joaquim Dias Cordeiro da Matta, por exemplo, que produziu incansavelmente artigos para diversos jornais, além

² Não tivemos por foco principal pesquisar sobre a alfabetização em língua portuguesa nos cinco países africanos estudados. No entanto, indicamos as referências bibliográficas de Helder Garmes e Ana Monica Henrique Lopes para maiores informações a esse respeito.

³ A proximidade destes dois campos (literatura e imprensa) se estabelece igualmente no fato de que numerosos escritores foram também jornalistas, por razões econômicas e políticas, mas também para atender um público diferente e maior. (tradução livre)

da sua produção literária em prosa e poesia. Ainda que tenha publicação considerável,⁴ não houve um interesse na reunião de sua produção “jornalística”. E pelas referências encontradas, é de supor o grande impacto social e cultural provocado por suas incursões por diversos jornais de Angola e pelo *Almanach de Lembranças*.

A grande dificuldade na produção divulgada pela imprensa reside justamente na sua precariedade, posto que se apresenta fragmentada e dispersa. E muitas vezes a impossibilidade de sua reconstrução reforça a dúvida sobre a sua veracidade, e por conseguinte, implica em negligência na sua consideração crítica. Contudo, é essa mesma precariedade que permite ao escritor colonizado transitar por um espaço público interdito nas relações de poder que movimenta o contexto cultural sob a administração colonial. Nesse passo, a imprensa se mostra como um campo de interesse crítico, tendo em vista, que é também um espaço anterior à constituição da literatura como um campo consolidado e autônomo. Lembramos que, ao iluminar a oposição entre a literatura e sua estética e a imprensa e o seu pragmatismo, podemos também dizer que temos a oposição entre o cânone literário e as formas culturais excluídas daquele. A forma hegemonicamente considerada e os fragmentos relegados ao esquecimento.

Deste modo, as colaborações de um escritor à imprensa são consideradas uma característica menor de seu autor se o mesmo está incluído no campo hegemônico, isto é, no cânone literário. Em se tratando das colaborações oitocentistas, período em que raros autores conseguiam publicar um livro nos espaços africanos de língua portuguesa, a imprensa representa um material primário de extrema importância, no sentido de estabelecer mais realisticamente a produção de alguns autores, bem como a sua orientação social, cultural e política naquela altura. O século XIX está repleto de periódicos publicados nos espaços africanos de língua portuguesa,⁵ significando um campo aberto às manifestações literárias, culturais e políticas, relevantes à compreensão do passado desses espaços, seus autores e interlocutores.

Apesar de todas as dificuldades para o desenvolvimento sociocultural em meio à administração colonial, os filhos da terra ousam criar um país, ainda que não haja uma geografia definitiva desse espaço, “que se assume fora da lógica da administração

⁴ “..., o nosso autor notabilizou-se nas letras angolanas como o mais prolixo e profícuo dos autores da sua geração e mesmo do seu século, pela variedade de domínios, volume de textos produzidos e, sobretudo, pelo ativismo em prol daquilo que ele chamava *a fundação da literatura pátria* angolense.” (BONAVENA, 2001, p. 9)

⁵ Cf. Tese sobre os periódicos em língua portuguesa em Língua Portuguesa. (Garmes, 1999).

portuguesa, quer do ponto de vista cultural como político” (Cruz e Silva, 2013: 5), segundo Rosa Cruz e Silva. Os exemplos da contribuição de José Fontes Pereira (1823-1891) e Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894), no caso de Angola, podem nos mostrar como os intelectuais dessa elite africana oitocentista, que promovia ativamente a sua imprensa, já fundamentava suas manifestações no legado das resistências, que remontam até mesmo ao século XVI. Narrar a sua realidade sociocultural, ainda que permeada por todas as contradições e ambiguidades provocadas pela repressão colonial, permite a esses intelectuais buscar, ainda que precariamente, os caminhos para reconstruir uma identidade estilhaçada: afastar os heróis e a épica colonizadora e em seu lugar indagar-se sobre os seus. Nesse sentido, transcrevemos as palavras de Rosa Cruz e Silva:

“O debate que anuncia estas ideias, em pleno séc. XIX, é conscientemente elaborado e reporta-se ao espaço que se percorre nos dois sentidos, no interior da colónia onde o debate se desenvolve e nos espaços dos potentados, que oferecem, não apenas o legado histórico das resistências, mas a presença efectiva, como foi o caso de Ndunduma, o Soba Grande do Bié que, no texto dos independentistas em *O Tomate*, não deixou qualquer dúvida. (Cruz e Silva, 2013: 5)

Assim, constatamos que o crescimento da imprensa, além do trânsito pelo *Almanach de Lembranças*, promove nas sociedades africanas colonizadas o princípio da tomada de consciência da sua própria identidade cultural, elemento crucial à formação dos nacionalismos, que, por sua vez, concorrerá à pretensão de um reconhecimento universal dessa identidade. Esse crescimento da imprensa livre será interrompido com a implementação das novas estratégias de ocupação e exploração colonialistas, impingidas pela movimentação das potências europeias no continente africano com a Conferência de Berlim (1884-1885) e a pressão inglesa sobre Portugal com o *Ultimatum* de 1890. E será no início do século XX, com as mudanças políticas ocorridas na metrópole portuguesa, com o advento do golpe de 1926 e da implantação do Estado Novo salazarista, que a imprensa livre nas províncias ultramarinas será controlada severamente, inibindo quase completamente as manifestações independentistas e nacionalistas das elites locais.

Contudo, antes que essa ruptura ocorresse, podemos apontar no final do século XIX, um período de intensa atividade da imprensa com uma produção literária peculiar que nos chama a atenção e merece destaque no tocante às reflexões sobre uma primeira

fase nacionalista ou protonacionalista nas províncias ultramarinas portuguesas do continente africano. Uma fase incipiente, mas que faz parte de um processo de invenção nacionalista que Gellner e Hobsbawm enfatizam como uma engenharia na formação das nações, em que o nacionalismo toma culturas preexistentes, as inventa ou mesmo as oblitera completamente para a consolidação de um Estado-nação (Cf. Hobsbawm, 2002: 19). Nessa perspectiva, cabe ressaltar que não são os Estados ou as nações que promovem o nacionalismo, mas sim o contrário. É a construção desse sentimento de pertença, a consolidação do nacionalismo, que levará ao surgimento da nação, e assim, do Estado-nação.

A partir da concepção de nação e Estado-nação na era do liberalismo burguês durante o século XIX, um dos critérios que permitiam a um povo ser classificado como nação era a existência de uma elite cultural estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. Assim, a identificação nacional era muito mais linguística, ainda que a língua nacional fosse falada apenas por uma pequena minoria inserida na elite intelectual local. São relevantes, pois, à nossa perspectiva de pesquisa e análise na imprensa oitocentista, notadamente no *Almanach de lembranças luso-brasileiro*, os laços e vocabulários políticos dessa elite que estava diretamente ou indiretamente ligada às esferas de poder (instituições políticas e administrativas), ocupando cargos públicos da administração colonial portuguesa. A atuação desses escritores / jornalistas amadores seria a responsável pelas tentativas de generalização, extensão e popularização desse sentimento de pertença à terra africana, além dos ideais separatistas em relação à metrópole portuguesa.

Entretanto, antes mesmo de rotularmos esse período como um pré-nacionalismo ou um protonacionalismo, não podemos nos esquecer de que a aceção do nacionalismo moderno requer a ligação com uma unidade de organização política territorial, e o parâmetro colonial não era contestado completamente naquele momento, haja vista que aquela elite, apesar de manter uma postura mais aguerrida, não estava ainda voltada a uma práxis de definitiva ruptura com a metrópole portuguesa (independência). Nesse sentido, encontramos algumas referências nas colaborações africanas do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, entre estas, uma de direta e explícita relação com uma postura independentista angolana, em que Joaquim Cordeiro da Matta faz uma homenagem póstuma a José de Fontes Pereira:

Está de luto o jornalismo angolense! José de Fontes Pereira, o denotado propugnador dos interesses da sua pátria, o estrenuo separatista, já não existe! (...)

Contristou-me immenso a morte d'este prestante angolense. Lamentei-a como se fosse a d'uma pessoa de minha família. (Mas o que são os nativos d'uma terra, senão uma só família?) (*Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1894, p. 419-422)

Nas páginas do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, Cordeiro da Matta ainda descreve extensamente as qualidades jornalísticas do homenageado, chamando-o de “fiel depositário das tradições da terra”:

Foi durante muitos annos um funcionario incansavel, e como jornalista, no periodo de vinte e sete annos, foi correspondente d'alguns jornaes da metropole e collaborou em quase todos os jornaes que se publicaram na capital d'esta provincia. (*Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1894, p. 419-422)

Estas iniciativas espelham a importância da imprensa e do jornalismo durante o século XIX nos países africanos de língua portuguesa, que tiveram acesso tardio à uma estrutura gráfica e editorial própria. O papel dos periódicos é extremamente relevante na formação das respectivas literaturas, como meio de difusão acessível aos novos escritores, inclusive dos almanaques como afirma Manuel Ferreira:

No entanto, para a formulação de uma correta ideia dos valores que povoam a última parte do século XIX e a primeira do século XX, em relação a qualquer desses países, é necessário ter em conta a colaboração dada aos almanaques, com especial atenção ao *Almanach de Lembranças* (1851-1932), publicado em Lisboa, mas para onde convergiam muitos poetas africanos de língua portuguesa. (Ferreira, 1987: 35)

Ainda que por sua natureza de calendário ilustrado o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* representasse uma publicação de gênero popular e de lazer, a sua seção de “Variedades” dedicada à matéria literária cresceu de tal forma que nas edições de 1886 a 1890, juntou-se um suplemento somente de “Variedades” para acolher as numerosas colaborações. E é nessa seção do periódico português em que podemos encontrar indícios do esboço destas literaturas que viriam a se consolidar somente em meados do século XX. Os poemas e pequenos textos enviados pelos colaboradores dos espaços africanos de língua portuguesa apresentam marcas de um sentimento de pertencimento à terra africana, afastando assim a ligação e a imagem da metrópole nas manifestações literárias publicadas durante o século XIX. Não existe ainda a comunidade imaginada, na acepção de Benedict Anderson, mas é possível apontar um declínio da imagem da metrópole como pólo agregador das relações e das comunidades nos espaços africanos. Concomitantemente, surge uma mobilização nestas manifestações literárias, que se apresentam como instrumentos da expressão de um sentimento de vínculo coletivo e de laços protonacionais. (Hobsbawm, 2002: 63)

Nas palavras de Amílcar Cabral,

A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural de parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. (Sanches, 2011: 363)

Publicar no *Almanach de Lembranças*, ao filho da terra, significava a oportunidade de afirmar sua identidade cultural superando as fronteiras coloniais. Destacamos, nesse sentido, o diálogo constante entre Cordeiro da Matta e outros colaboradores, alguns de Angola, outros de Portugal, em relação a questões angolanas, especialmente históricas, como foi a polêmica em torno da história da rainha Ginga nos anos de 1882, 1883 e 1884. A sua resposta é publicada imediatamente no ano seguinte, no *Almanach de Lembranças* para o ano de 1883, p. 229 e seguintes, de onde transcrevemos alguns trechos:

A verdadeira Rainha Ginga (Ginga N'Bandi ou Ginga Amena, D. Anna de Souza). – Lemos a pag. 230 do *Almanach de Lembranças*, para 1882, a história de uma rainha Ginga, *phantasiada*, pelo se. A. X. da Silva Pereira, história que não achamos fundamentada sobre nenhuma base histórica, pelas seguintes razões:

Primeira – A rainha Ginga do referido articulista (sendo do Ginga!) não é do Congo, nem é uma simples negra.

(...)

...que sendo nós angolenses, deixámos *deturpar* ou antes *romantisar* os factos de nossa historia,...

(...)

..., ahí vae agora a verdadeira história da rainha Ginga N'Bandi, irmã do rei de Matamba (hoje Ginga) – para dar-se a Cezar o que é de Cezar, apesar de Portugal ser “paiz onde nem sempre se dá o seu a seu dono”...

Note-se, que ao utilizar a oportunidade de contestar uma colaboração, Cordeiro da Matta seguindo além de sua afirmação identitária e de seu protagonismo pela narração da sua História, ataca frontalmente a metrópole ao apontar Portugal como um reles larápio, questionando a suposta superioridade do colonizador e realçando a integridade do colonizado.

Compiladas as colaborações desse período (1878-1898), pudemos verificar que as mesmas podem ser indicadas a partir de cinco categorias que seriam a poesia, o *fait-divers*, a prosa etnográfica, a micronarrativa e a adivinha (charadas, enigmas e logogrifos). É de notar, no entanto, igual importância das citações e das interlocuções

que encontramos nas palavras dos editores nas seções de Prólogo e de Correspondência. Nestas últimas notamos a revelação de uma diretriz editorial, e, principalmente, de um cuidado com a sua manutenção, como podemos ver no excerto a seguir destacado: “A.S. (Angola). – Ainda que a sua indicação seja a benefício d’essa parte da Africa, tão digna de uma boa sorte, parece ella envolver censura a uma authoridade, e como tal foge do nosso programa.” (*Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1864, p. 32) Além disso, notamos, outrossim, indícios de uma postura que não se distancia da postura colonial, que se poderia esperar de um periódico metropolitano, ainda que aberto a todas as comunidades de língua portuguesa, publicando, inclusive, textos em línguas de algumas “etnias africanas” ou em crioulo. Destacamos, nesse sentido, a resposta dos editores ao colaborador “Reparador africano”, em que se aponta “a índole que imprime nos corpos o calor africano”: “Ao leitor, que dominado pela índole que imprime nos corpos o calor africano, só mezes depois de lá chegar o *Almanach* de 1884, se lembrou de debicar n’uma das suas paginas, respondemos: - Escapou, sim senhor.” (1885, p. 57)

Como elemento de leitura e fruição, ao mesmo tempo em que é instrumento de lazer e de informação, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* é dirigido por seus editores com uma atenta seleção dos textos recebidos, evitando as participações marcadamente críticas e combativas de seus colaboradores, o que certamente traria à nossa colação um perfil mais completo dessa elite intelectual africana oitocentista que perscrutamos.

A controvérsia encontrada entre os estudiosos das literaturas africanas de língua portuguesa sobre a relevância dos textos ou ainda da produção literária encontrada nas colaborações à imprensa ao longo do século XIX, notadamente, ao *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* – acreditamos, afasta as iniciativas mais consistentes de análise desse material. A inexistência de um engajamento indiscutível dessa escrita que se intensifica com a imprensa africana na segunda metade do século XIX impede que os pesquisadores se aproximem desse material, na sua preocupação e inibição pela conspiração ideológica colonizadora destas iniciativas presumidamente “não-africanas”, o que, afinal, representa um temor pertinente. É fato que, nesse universo da imprensa oitocentista, espera-se encontrar a manifestação hegemônica própria do contexto colonialista, qual seja, no caso estudado, de portugueses que ocupam cargos na administração colonial, nem sempre radicados no continente africano, ou ainda negros e mestiços, que pertencem a uma elite africana “mantida” pela metrópole portuguesa.

Assim, a participação destes indivíduos na criação de uma literatura ou imprensa que represente realmente uma identidade própria, que supere a relação colonial, mostra-se duvidosa, tendo em vista que não encontraríamos essa identidade cultural, mas sim, apenas o que dissesse respeito ao colonizador, ou por ele modelado, protagonista que é da hegemonia do poder na realidade colonialista.

Entretanto, dois fatos determinam a persistência de um olhar mais atento ao material compilado do *Almanach de Lembranças*. O primeiro refere-se à constatação de que quase todas as categorias dos textos encontrados no *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* tinham por característica a brevidade e a oralidade, haja vista a mais intrínseca propriedade do almanaque, que é a presença das formas simples (André Jolles) na sua seção de “Variedades” (Cf. Lüsebrink, 2000: 48). Ainda que, a princípio, possamos classificar as colaborações no *Almanach de Lembranças* em função das categorias que apontamos anteriormente (poesia, o *fait-divers*, a prosa etnográfica, a micronarrativa e a adivinha), à exceção da poesia e da prosa etnográfica, encontramos a forma simples como um elemento comum que orienta seus autores. Desse modo, seria possível entrever uma linguagem cotidiana e simples, estreitamente ligada às formas de sociabilidade de um espaço comum, com seus provérbios, ditados, enigmas e anedotas, enfim, “formas orais”, desta feita, inscritas na imprensa.

Nesse material primário embasado na forma simples, observamos ao menos uma parte da multiplicidade e da diversidade do ser e dos acontecimentos num espaço comum da língua portuguesa, buscando compreender a sua relação no contexto colonizado. A partir dessa concepção, percebemos os sentidos que acompanhavam os textos dessas colaborações “africanas”, sendo possível entrever a posição dos autores em relação ao contexto colonial.

O segundo fato recai sobre a verificação de que alguns autores encontrados entre os assinantes/colaboradores do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* também participavam das imprensas portuguesa e africana, com o espírito de contestação numa espécie de produção de combate, ressalvada a variação de uma consciência separatista ou até mesmo “pré-anticolonialista”, além da sua produção literária, ainda que incipiente, voltada para um diálogo com a tendência romântica ou ultrarromântica do período, incorporando fragmentos de uma identidade cultural própria e “africana”.

Estas duas vertentes reforçam, outrossim, a tentativa de entendimento do almanaque como uma publicação que, ao mesmo tempo em que se caracteriza como

uma publicação periódica íntima e confessional, também se coloca como um elo de ligação entre três vetores: o narrador/editor, o autor e o leitor. E, independentemente de sua trivialidade como almanaque, essa relação reforçaria “a consciência de uma comunidade delimitada por fronteiras socioculturais e/ou territoriais” (LÜSEBRINK, 2000, p. 52), altamente discutível se levarmos em consideração como as populações dos espaços africanos de língua portuguesa estariam naquela inseridas, a partir de uma realidade colonizada. Contudo, é de notar que os colaboradores, que não eram poucos, entendiam-se de algum modo “incluídos” nessa “comunidade” representada pelo *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, posto que as colaborações se multiplicam com o passar dos anos, à exceção do final do século XIX. Se realmente havia uma consciência de pertencimento à essa comunidade linguística, indagamo-nos como se daria esse pertencimento no tocante a identidade cultural. Lembramos que a brevidade desses textos incitava o leitor à repetição e à memorização, havendo de se considerar como estas formas simples seriam “consumidas” nos espaços africanos de língua portuguesa. A resposta, tentou dar-nos numerosas vezes o poeta Joaquim Dias Cordeiro da Matta, colaborador incansável que participava atentamente dessa tríade autor/editor/leitor, colocando-se sempre criticamente nessa “comunidade”, problematizando-a a partir de sua realidade colonizada.

Com efeito, destacamos que os anos em que menos houve colaborações africanas no *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* foram aqueles próximos da publicação do *Almanaque Luso-Africano*, este sim representante de uma identidade sociocultural e linguística, em que seus autores participaram com todas as ambiguidades e contradições de sua realidade colonial, buscando a sua mais ampla representação para espelhar seu pertencimento a uma comunidade, além dos estreitos limites coloniais. Foram apenas duas publicações para os anos de 1895 e 1899, tentando consolidar o espírito, a alma africana, o nosso!, em que não só o almanaque, mas a literatura, a História e as línguas “crioula” e/ou “africanas” estariam contempladas nesse pertencimento, referindo-se a uma herança histórica comum, ainda que atravessada pela dominação colonial, ou talvez por isso mesmo, condensada na mesma memória. Memória essa para não perder a menor parcela das suas próprias tradições, importantes, afinal, para que se conservassem próximos, os ancestrais.

Outra característica que se apresenta pertinente em relação à estrutura do almanaque é o lugar marginal que a literatura ficcional ocupa no “livrinho”. Ainda que

seja onipresente nos almanaques em geral, a literatura ficcional representa sempre uma situação de marginalidade ao figurar somente entre as últimas páginas daqueles, depois de todo o pragmatismo representado pelos calendários históricos, religiosos, e toda a sorte de informações úteis à sua comunidade. A última parte do almanaque é aquela dedicada às “Variedades”, onde se encontra a literatura ficcional, seção que muitas vezes é suprimida ou publicada como seção autônoma, como o foi durante cinco anos no caso do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*. Em se tratando deste último, essa característica é subvertida, considerando-se a presença constante de escritores renomados seja nas biografias ou nas colaborações, com um prestígio sempre elevado pelas palavras dos editores. Assim, havia um trânsito extremamente diversificado de autores e produção nesse “livrinho” que procurava manter-se como um referencial do periodismo oitocentista, tanto pragmático, quanto literário.

Em todo caso, não se pode ignorar como a ficção pode estar presente também em outras seções do almanaque na percepção do leitor. Não se pode ignorar o caráter de narrador que os editores assumem nestes almanaques. Uma personagem colada a uma determinada realidade sociocultural e, por isso, eventualmente, literariamente/ficcionalmente construída com a participação do leitor. A interlocução constituída a partir do cotidiano e de fatos históricos narrados pelo editor em diversas seções do almanaque, expressando deliberadamente sentimentos e opiniões, pode promover uma construção, ainda que parcialmente ficcional, pelo leitor. Com efeito, é compreensível, desse modo, como a presença crescente de filhos da terra entre os colaboradores do *Almanach de Lembranças*, também acompanhe na mesma proporção a atenuação de opiniões intransigentemente colonialistas, evidenciando essa intrincada relação editor/autor/leitor que subjaz à trivialidade e simplicidade do almanaque.

Ao considerarmos a imprensa como instrumento de registro, ainda que efêmero, da realidade africana oitocentista, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, significou um repositório instigante, justamente porque proporciona a visão dos autores na interlocução com um periódico, a princípio, representante da hegemonia colonial portuguesa. Percebemos que os autores de cada um desses espaços africanos de língua portuguesa participaram diferentemente dessa relação, o que, entretanto, não significa maior ou menor consciência de sua identidade sociocultural, como elemento secundário no contexto colonial. A imprensa oitocentista no continente africano pode, de certo modo, apresentar uma outra realidade cultural além da hegemônica. Se o imperialismo

português avançou com o final do século XIX, a imprensa africana, assim como as colaborações ao *Almanach de Lembranças*, também buscaram responder à progressiva investida colonialista pela negação das identidades existentes nestes espaços africanos de língua portuguesa. Contar a própria história, rever seu cotidiano nas formas simples, aceitar os desafios dessa interlocução possível nos almanaques, ainda que não tenha destituído a hegemonia colonial, afrouxando a repressão, buscou implementar uma resistência, mostrando a existência de duas forças que, independentemente de suas intensidades, têm de participar conjuntamente da narração da História.

Bibliografia

ABREU, Márcia. A Circulação Transatlântica dos Impressos: a globalização da cultura no século XIX. *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, São Paulo, p. 115-130, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano, continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

BONAVENA, E. As origens do nacionalismo africano – leitura crítica de Mário Pinto de Andrade. In MATA, Inocência; PADILHA, Laura. *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, s/d, p. 181-195.

_____. Cordeiro da Matta: “o poeta do rio Cuanza”. In CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2001, P. 7-24.

CARVALHO, Alberto; LOPES-FILHO, João. *Almanach Luso-Africano para 1895*. Lisboa: Almedina, 2011.

_____. *Almanach Luso-Africano para 1899*. Lisboa: Almedina, 2011.

CORDEIRO, António Xavier Rodrigues (editor). *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*. Lisboa: António Maria Pereira, 1877-1897. Anual.

CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2001.

COSTA ALEGRE, Caetano. *Versos*. Lisboa: Casa da Moeda – Imprensa Nacional, 1994.

CRUZ E SILVA, Rosa. Literatura e jornalismo (II). In *MUTAMBA – Sociedade, Cultura e Lazer* (Suplemento do Novo Jornal), Edição n. 271, Luanda, p. 5, 29 de Março de 2013.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

GARMES, Hélder. *A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Literatura e imprensa nas colônias portuguesas no século XIX. In BUENO, A. F. et alii. *Literatura Portuguesa: História, Memórias e Perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2007, 31-38.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 230p.

JACOB, Sheila Ribeiro. A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. In *Miscelânea*, Assis, vol. 8, p. 96-107, jul-dez 2010.

JOLLES, André. *Formes simples*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

LOPES, Ana Mónica. *Nas margens da história e da ficção. Identidades impressas e as fronteiras do nacionalismo em Angola (1866-1910)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011.

LÜSEBRINK, Hans-Jürgen. *La conquête de l'espace public colonial. Prises de parole et formes de participation d'écrivains et d'intellectuels africains dans la presse à l'époque coloniale (1900-1960)*. London: IKO-Verlag für Interkulturelle Kommunikation / Éditions Nota Bene, 2003.

_____. La littérature des almanachs : réflexions sur l'anthropologie du fait littéraire. In *Études Françaises*, vol. 36, n. 3, p. 47-64, 2000.

MACÊDO, Tania. *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Editora Unesp; Luanda: Nzila, 2008.

_____. As literaturas africanas e o jornalismo no período colonial. *Revista Maka*, União dos Escritores Angolanos, Luanda, n. 1, p. 71-83, outubro de 2010.

MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENDONÇA, Fátima. Dos confrontos ideológicos na imprensa em Moçambique. In BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Lisboa/Maputo: CLEPUL, Alcance Editores, 2014, p. 17-40.

MOSER, Gerald. *Almanach de Lembranças 1851-1932*. Linda-a-Velha: ALAC, 1993.

PASSOS, Joana. *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX*. Perspectivas pós-coloniais e revisão crítica. Ribeirão (Portugal): Húmus, 2012.

ROMARIZ, Andrea Germano de Oliveira. *O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*: um ensaio para um projecto maior. Dissertação Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem*: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

**DIZANGA DIA MUENHU, UMA FORMA MODERNA AFRICANA DE
NARRAR**
DZIANGA DIA MUENHU, A MODERN AFRICAN WAY OF NARRATING

*Estefânia Francis Lopes**

RESUMO: Se por um lado, a forma moderna africana de narrar apresenta extensão e ritmo pertinentes ao mundo contemporâneo, por outro, exhibe, em sua maioria, a tentativa de enraizar-se no patrimônio tradicional africano. Dessa forma, de identidade híbrida, o conto em África, sem recusar a herança oral coletiva, acaba por revelar traços particulares de cada escritor do continente, como buscaremos explanar neste texto por meio de narrativas breves do escritor angolano Boaventura Cardoso.

Ao permitir-se experiências de forma e estilo, podemos dizer que, a escrita boaventuriana, ao mesmo tempo que explora caminhos e rompe com a escrita formal de origem europeia, volta-se para o tradicional angolano a partir do uso de uma linguagem expressiva e próxima da oralidade. Identificamos também uma interpenetração entre os gêneros conto, crônica e poesia, na coletânea *Dizanga dia Muenhu*, primeiro livro do autor, que, com título em quimbundo, demarca a voz de quem fala e de onde fala.

PALAVRAS-CHAVE: Contos angolanos, Boaventura Cardoso, escrita moderna

ABSTRACT: If on the one hand, the modern form of African narrate presents relevant and extension to the contemporary world, on the other hand, displays, in your most, attempting to take root in traditional African heritage. Thus, hybrid identity, the tale in Africa, without rejecting the oral heritage, turns out to reveal traces of each writer on the continent, as we will seek to explain this text through brief narratives of the Angolan writer Boaventura Cardoso.

By enabling experiences of form and style, we can say that, writing *boaventuriana*, at the same time exploring ways and breaks with the formal writing of European origin, back to the Angolan from the traditional use of an expressive language and close to orality. Also identified an interpenetration between the genres, chronic and poetry, the *Dizanga dia Muenhu*, the author's first book, which, with title in Kimbundu, demarcates the voice who talks and where talks.

KEYWORD: Angolan tales, Boaventura Cardoso, modern writing

A narrativa breve, segundo Alfredo Bosi (1977, p. 7), “condensa e potencia no seu espaço todas as possibilidades da ficção”, pois não só “consegue abraçar a temática toda do romance”, como também “põe em jogo os princípios de composição que regem a escrita moderna em busca do texto sintético e do convívio de tons, gêneros e significados”. Para Edgar Allan Poe (2004), “um artista literário habilidoso constrói um conto”, ao escolher e organizar esses princípios que demarcam o território da narrativa breve quanto à extensão, à elaboração de um efeito único e à combinação dos eventos.

Ao refletir sobre o conto como um modo narrativo em África, Maria Fernanda Afonso (2004) levanta alguns aspectos relevantes para pensarmos sobre as condições de produção do primeiro livro de Boaventura Cardoso. Segundo a autora, o conto literário africano, ao ser elaborado pelo escritor que manifesta a arte, o talento e o espírito de

* Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH/USP.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5243978433769253>

invenção, diferencia-se do conto oral tradicional, que tem raízes profundas nas culturas africanas, a que este último comporta o conhecimento exemplar, conserva a harmonia e a coesão da comunidade e, pela sua invariabilidade, mantém os laços entre as gerações passadas, os antepassados e os vivos.

A forma moderna africana de narrar apresenta, todavia, em sua maioria, a tentativa de enraizar-se no patrimônio tradicional africano, lembra a autora ao evocar o escritor nigeriano Chinua Achebe, em sua antologia *African short stories*, sobre a identidade híbrida do conto em África que, sem recusar a herança oral coletiva, acaba por revelar traços particulares de cada escritor do continente.

A narrativa curta “tem a extensão e o ritmo apropriados” às exigências do mundo moderno em constante transformação e, por isso, para Afonso, “o conto aparece como um texto de predileção para exprimir o olhar do escritor africano face a [esse] mundo” (2004, p. 68), como “um testemunho da degradação das condições de vida e das relações humanas sentidas pelos povos africanos” (Ibid., p. 69).

Podemos dizer que as narrativas curtas boaventurianas estão mais próximas da “identidade híbrida” identificada por Chinua Achebe. Ao permitir-se experiências de forma e estilo, Cardoso, ao mesmo tempo que explora caminhos e rompe com a escrita formal de origem europeia, volta-se para o tradicional angolano seja a partir de uma “pesquisa intensiva de uma linguagem próxima das potencialidades da fala” (MARTINHO, 2005, p. 135), ou ao “pôr uma história”, como o narrador de “Nostempo de miúdo”, retomando e recriando na escrita valores referentes à oralidade.

Há uma polifonia constante nesse conto, que inicia *in media res* na voz do locutor, dos meninos e da torcida. Mais adiante, no quinto parágrafo, sabemos se tratar de um narrador que narra em primeira pessoa a experiência vivida dos tempos de miúdo, no ano de 1961, quando havia toque de recolher para os habitantes da terra, como marca o recorrente “sessenta e um quente”, e decide “pôr a história”: *Gente de paz*, a pedido de seus interlocutores,

Traquinice no tempo das férias? Eh! Se vos conto, me pagas quê então? Bem. Era uma vez..., não me lembro mais. Ih! Não faz mais truques, pá. Conta lá, pá. *Gente de paz*, é a história que vou pôr. Aconteceu nos tempos das confusões um dia, palavra d'honra. Ninguém si ri. (CARDOSO, 1982, p. 28, grifos do autor)

Os contos reunidos em *Dizanga dia Muenhu*, “alguns dos quais publicados na imprensa angolana, em 1967, data[m] do início das atividades literárias do escritor”

(SECCO, 2005, p. 108). Publicada no pós-independência a primeira edição da coletânea é de 1977, pelas Edições 70, e a quarta edição, de 1988, pela União dos Escritores Angolanos (UEA). No Brasil, há uma publicação de 1982, da Editora Ática, na coleção Escritores Africanos, coordenada pelo professor Fernando Mourão.

Assim, parte dos contos foi escrito no período colonial em Angola, “período marcado pela imposição do colonizador e a negação do homem angolano em sua dignidade” (CAETANO, M., 2000, p. 102). Ainda segundo Marcelo Caetano, o escritor Boaventura Cardoso,

Como homem das letras, contradiz radicalmente a escritura lusitana [...] a inserção crítica (e desconstrutiva) de imagens e mensagens do sistema colonial rompe com a organização concêntrica ocidental, ao interromperem o ordenamento estético, literário e político europeu. (Ibid., p. 102)

Vale referir como alguns críticos identificam na prosa do escritor angolano um elo com a poesia revelada no uso da linguagem expressiva ao incorporar estruturas da oralidade (CHAVES, 2009). Ao misturar em sua escrita o português ao quimbundo, língua falada principalmente na região de Luanda, revela-se uma forma amadurecida “no contato de uma prosa matizada pelas notas do canto urbano” (ABDALA JUNIOR, 2006, p. 215). Inocência Mata (2005, p. 154) chama a atenção para o ritmo da prosa de Cardoso marcada “por um coloquialismo inerente ao próprio ritmo oral, pontuado por expressões fáticas, interjeições, imprecações, exclamações, lenga-lengas” entre outros recursos. (Como, por exemplo, no conto “Meu toque!” em que a exclamação está no título, que é justamente “o grito da fome” dos meninos engraxates).

Boaventura Cardoso explora na elaboração das narrativas, recursos fônicos e acústicos de sílabas, palavras e frases comuns à poesia. Identificamos o uso em algumas passagens dos contos de recursos que, levantados por Solange Oliveira (2003, p. 22) em texto sobre a música na literatura, tais como, “imagens acústicas como assonância, consonância, aliteração, onomatopeia [...]. Além de elementos relacionais, essência do ritmo e da métrica, que incluem acentuação tônica, rima e pausas expressivas”, contribuem para o ritmo que o autor reconhece em sua obra. Elementos que podemos pontuar no conto “A Família Pompeu e Costa”.

O conto apresenta a personagem Sé-Bastião, morador do musseque Cazenga, que busca ajuda do amigo de infância Pompeu e, dessa forma, evidencia os rumos diferentes que os amigos tomaram na lagoa da vida (*Dizanga dia muenhu*). No início do

primeiro parágrafo do conto, o ritmo provém da repetição do som do s reiteradamente, bem como a rima em “-inho” e “-ão” na sílaba final de algumas palavras:

Senhora na porta aberta Sol rindo, gesticula só. Cabeça remoinho de confusão vive. Bastião na sala sozinho só na admiração dos quadros de Picasso sem que percebe nada. Traços, brincadeira kandengue [infantil] parecem, quem vai mesmo dizer aquilo é pintura nas mãos de mais-velho? (Ibid., p. 31, grifos nossos)

Vale a pena notar, na elaboração formal da narrativa, uma aproximação do conto com a poesia a partir de recursos expressivos, como a utilização da rima (das palavras terminadas em “-ão”), de assonâncias (fonemas em /ã/) e aliteraões, trazendo ao texto uma musicalidade, tal como neste caso: “Desajeitadamente, na ponta só do sofá aveludado, Sé-Bastião descansa o cansaço ainda que traz na *respiração* batucante” (Ibid., p. 32, grifos nossos).

O som anasalado inicia e finaliza o período. Abre a frase com o advérbio desajeitadamente e se repete no meio da frase (“ponta”, “descansa”, “cansaço”, “ainda”), que é finalizada com a palavra “batucante”. Este som anasalado é intercalado pelo som sibilante do s, dos monossílabos abertos de “só”, “sofá” e “Sé-Bastião”, e de fricativas em t e d e bilabiais em b e p, a repetição dessas consoantes traz ao texto um efeito sonoro do ritmo da respiração ofegante e do bater do coração acelerado de quem chega com pressa. O que pode ser aproximado ao ritmo do tambor, pois seu toque com maior ou menor intensidade cria “um significado específico que pode ligar-se tanto ao ritmo da fala quanto à pulsação do coração” (SOUZA, F., 2003, p. 36).

Podemos dizer que há musicalidade na escrita boaventuriana a partir da elaboração da linguagem, produzindo no jogo das palavras da prosa um ritmo poético. No excerto acima, Cardoso traz a sonoridade do corpo da personagem, sua respiração e batimentos cardíacos entrelaçados em uma só frase, recriando artisticamente o ritmo biológico e universal. Segundo Meneses (2009, p. 154), “o ser humano é submetido a ritmos na vida de seu corpo” que são fundantes “no processo vital: a respiração com seu movimento de expansão/retração, dos processos de inspiração e expiração; o pulsar do coração, o latejar do sangue nas veias, o movimento ondeante do desejo”. A nosso ver, a escrita de Cardoso alcança uma perfeita conjugação de som e sentido.

Mobília luxuosa, no canto da sala o piano reluzente-írgem, candelabros, aveludadas cortinas, livros monte, no quintal grande lá fora ajardinado meninos baloiçando sua infância felizmente embalada e o Jaguar cavalo de velocidades imobilizado. Quando todos meus não tiverem mais casa de madeira é bom-pensamento pensado. Talvez um dia no futuro que vem. Se

sente desconfortado ali, o hábito não *tem*. Porcaria só, no kamusseque dele Cazenga adonde saíra *zunindo*. Miséria nas casas dentro e fora também é *mundo*, mas a **esperança duma vida outra** está crescer crescendo, crescendo risos na boca e nos olhos. (Ibid., p. 31, grifos nossos)

As palavras cuidadosamente selecionadas que dão corpo ao parágrafo criam uma atmosfera do que é o mundo cindido entre o musseque Cazenga (que o narrador chama de kamusseque em seu falar quimbundo para dizer o quanto é pequeno o local) e a luxuosa casa. E revelam o esbanjamento de objetos como o piano e o carro Jaguar que não por acaso encontram-se inutilizados. O instrumento musical de origem europeia não era comum nas casas luandenses no período colonial, tanto pelo aspecto cultural quanto econômico.

Identificamos também nesse trecho do conto recursos sonoro-expressivos que enriquecem a narrativa, como o uso das rimas no fim das palavras (que grifamos em itálico), a inversão da ordem lexical em “aveludadas cortinas, livros monte, no quintal grande lá fora ajardinado”, “vida outra”, em que os adjetivos ora aparecem antecipadamente, ora posteriormente e, o uso de crescendo”, não interferindo na compreensão, mas, sim, causando um efeito na leitura ao desviar do repetições, nos exemplos: “bom-pensamento pensado”, “no futuro que vem”, “crescer crescendo, lugar-comum.

A repetição da palavra “crescer” na frase “mas a esperança duma vida outra está crescer crescendo, crescendo risos na boca e nos olhos”, traz ao texto a imagem de algo em movimento. Assim, o recurso formal da repetição reforça o sentido da frase, ou seja, do movimento crescente da esperança de uma vida melhor entre os angolanos moradores dos musseques, como a raiz que se espalha pela terra procurando por espaço, ou ainda, o movimento da árvore que cresce do chão para o alto, alcançando gradualmente a boca e depois os olhos.

Interessante notar como as palavras e expressões que grifamos acima em negrito (quando, no futuro, esperança duma vida outra) sintetizam a ideia do parágrafo a partir das escolhas formais de Boaventura Cardoso e, dessa forma, propiciam o aprofundamento da narrativa enriquecendo o conto. O desejo coletivo e utópico de Bastião (“quando todos meus”) projetado para o futuro, na esperança de uma vida mais confortável para os que nada (ou pouco) tem, mais uma vez, realça o contraste com o acúmulo de bens da casa de Pompeu.

Ao refletirmos um pouco mais sobre a estrutura do conto boaventuriano identificaremos alguns aspectos, levantados por Julio Cortázar (2004), como noções de significação, de intensidade e de tensão; da profundidade e da noção de limite condensados em uma imagem ou em um acontecimento que ganha densidade a partir do tratamento literário dado pelo autor. Somados às questões formais, os assuntos presentes nos contos revelam tensões forjadas na narrativa a partir de “captação de flagrantes” no cotidiano dos angolanos. Aproximando-se, desta forma, do gênero crônica, como aponta Maria Aparecida Santilli (2005, p. 128),

Desde logo me havia parecido que os contos de *Dizanga dia Muenhu* (A lagoa da vida) marcam-se como instâncias de captação de flagrantes. Cenas densas, deslocamentos breves, algumas alterações de quadros bastam para Boaventura Cardoso forjar um texto. São, por excelência, contos de situação, em que outras matérias de mais largos enredos aí se põem no plano de reserva, do potencial que, na estreita dimensão do conto, não cabe extensiva ou ostensivamente mostrar e dizer. São textos que frequentemente se constroem nas fronteiras da crônica.

A crônica é um gênero literário que, segundo Antonio Candido (1993, p. 24), “está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” e, desta forma, “quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto” (Ibid., p. 24). Próxima da poesia “na sua forma mais direta”, a crônica “ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo que ela não se dissolva de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na forma dos seus valores próprios” (Ibid., p. 24). Neste sentido, identificamos um possível paralelo do gênero com a escrita de Cardoso, na medida em que, a partir da condensação e do trabalho com as palavras, a crônica pode “levar longe a crítica social” (Ibid., p. 26).

Em “Nga Fefa Kajinvunda”, a personagem feminina, vendedora de peixes, que dá título ao conto ao reagir diante da prepotência de uma colona portuguesa sofre as consequências da autoridade do regime colonial. Boaventura Cardoso nos apresenta a partir da construção da personagem Nga Fefa, uma relevante denúncia quanto aos anos de opressão e, conseqüentemente, sobre a falta de liberdade de um povo subjugado a imposição de uma cultura outra, muito distante dos seus hábitos e costumes. Neste conto, o sexto da coletânea, é tratado mais profundamente tanto em Kajinvunda quanto no coro formado pelas demais quitandeiras.

Como evidencia o excerto a seguir,

Palavrosamente as quitandeiras caçoaram a mulher da Baixa, desaparecendo. Nos kimbundos delas escondiam toda a fúria contra o colonialismo que não podiam falar na língua da senhora abertamente. Anos de opressão se transformavam em liberdade nas falas quimbundas.(CARDOSO, 1982, p. 26)

Podemos dizer que a denúncia das opressões sofridas no período colonial, a conscientização da libertação “total e imediata” do país e o pós-independência são a tônica da literatura angolana produzida entre os anos 1950 até início dos anos 1980 (onde se encontra o *Dizanga*). Há um movimento de voltar-se para o continente africano como um movimento de autonomia e singularidade, considerar elementos tradicionais, como, por exemplo, a oralidade na escrita, mas sem cair em exotismos, valorizar o encontro do tradicional com o moderno,

Analogamente à própria conformação geográfica dos musseques, aparecem configurações do diverso, em termos étnicos, sociais, linguísticos. Um espaço em ebulição, ao contrário do estabelecido, seja ele referido ao espaço étnico tradicional ou ao da cidade europeia. Da tradição, interessava aos novos atores sociais aquela que se fazia presente e não a mítica nostalgia do passado. Da modernização, uma apropriação nacional através da desalienação. (ABDALA JUNIOR, 2003, p. 254)

Como observa Laura Padilha (2007, p. 211), Cardoso sabe ouvir os mais-velhos e explicita “a ‘fonte’ de onde emana o contar letrado angolano e, nele, o seu, em especial”:

Fieis à cultura banto, na forma de conceber o texto oral e de o narrar, assumimo-nos como o contador africano, na sua exuberante expressividade dramatizadora, na sua preferência pela linguagem-espetáculo, tornando-a uma polifonia de linguagens idiomáticas, gestuais, de imitação de sotaques de personagens, dos seus estados de espírito. (CARDOSO, 2004 apud PADILHA, 2007a, p. 212)

Configurando, dessa forma, os modos de ser e de estar do angolano. Quando o texto escrito ganha ritmo pela sonoridade das palavras e revela imagens a partir do narrado. Assim, podemos dizer que Boaventura Cardoso ao mesmo tempo enraizado nas tradições mostra-se atento à modernização.

Bibliografia

_____. Dizanga dia Muenhu. São Paulo: Editora Ática, 1982 (Coleção de Autores Africanos, 16).

_____. Dizanga dia Muenhu. 4. ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.
ABDALA JUNIOR, B. De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Panorama histórico da literatura angolana. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania C. (orgs.). Marcas da diferença: as literaturas Africanas de Língua Portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.

AFONSO, Maria Fernanda. O conto: um modo narrativo privilegiado em África. In: O conto moçambicano. Escritas pós-coloniais. Lisboa: Caminho, 2004.

BOSI, Alfredo (org.). Situações e formas do conto brasileiro contemporâneo. In: O conto brasileiro contemporâneo. São Paulo: Cultrix, 1977.

CAETANO, Marcelo J. Palavra e gesto em Boaventura Cardoso. In: SALGADO, Maria Teresa; SEPÚLVEDA, Maria do Carmo (orgs.). África e Brasil: letras em laços. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

CANDIDO, Antonio. Recortes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHAVES, Rita. A formação do romance angolano, entre intenções e gestos. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999.

_____. (org.). Contos Africanos dos países de língua portuguesa. São Paulo: Ática, 2009.

CHAVES, Rita; MACÊDO, T. (orgs.). Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico. São Paulo: Arte e Ciência, 2003 (Coleção Via Atlântica, 5).

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: Valise de cronópio. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).

GOTLIB, Nádia B. Teoria do conto. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002 (Série Princípios).

MACÊDO, Tania C. Luanda, cidade e literatura. São Paulo/Luanda: Editora da Unesp/Nzila, 2008.

MATA, Inocência. Maio, mês de Maria: as águas da memória em movimento. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; MATA, I. Boaventura Cardoso: a escrita em processo. São Paulo: Alameda/União dos Escritores Angolanos, 2005.

MENESES, Adélia Bezerra de. Tempo: tempos. In: FERNANDES, Rinaldo de. Chico Buarque do Brasil: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro. Rio de Janeiro: Garamond/Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de [et al.]. Literatura e música. São Paulo: Editora Senac/Instituto Itaú Cultural, 2003.

PADILHA, Laura C. Pelo ventre sagrado da terra. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; MATA, I. (orgs.). Boaventura Cardoso: a escrita em processo. São Paulo: Alameda/União dos Escritores Angolanos, 2005.

_____. Cartogramas (Ficção angolana e o reforço de espaços e paisagens culturais). In: MACÊDO, T.; CHAVES, R.; VECCHIA, R. (orgs.). A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo/Luanda: Cultura Acadêmica/Editorial Nzila, 2007a.

_____. Ficção e guerra angolana: a perda da inocência. In: MACÊDO, T.; CHAVES, R.; VECCHIA, R. (orgs.). A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo/Luanda: Cultura Acadêmica/Editorial Nzila, 2007b.

POE, Edgar Allan. A filosofia da composição. In: _____. Poemas e ensaios. 3. ed. São Paulo: Globo, 1999.

_____. Segunda resenha de Edgar Allan Poe sobre *Twice-told tales*, de Nathanael Hawthorne, *Graham's Magazine*, maio 1842. Trad. Charles Kiefer. Bestiário: revista de contos, ano 1, n. 6, ago. 2014.

SANTILLI, Maria A. Estórias africanas: história e antologia. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Paralelas e tangentes: entre literaturas de língua portuguesa. São Paulo: Arte&Ciência, 2003 (Coleção Via Atlântica, 4).

_____. O fogo da fala em “Nostempo de Miúdo”. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; MATA, I. Boaventura Cardoso: a escrita em processo. São Paulo: Alameda/União dos Escritores Angolanos, 2005.

_____. Mulheres angolanas: um viés alegre da resistência cultural. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T.; VECCHIA, R. (orgs.). A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo/Luanda: Cultura Acadêmica/Nizla, 2007.

SOUZA, Florentina. Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro. In: LEÃO, Ângela Vaz (org.). Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

**O FUNCIONAMENTO DOS SEGMENTOS PRÉ-NASALIZADOS DO
QUIMBUNDO**
**THE FUNCTIONING OF THE PRE-NASALIZED SEGMENTS OF
KIMBUNDU**

*Ingrid Lidyane S. Silva**

RESUMO: A pré-nasalização é um traço recorrente nas línguas africanas (LAs). Assim, o presente texto tem por objetivo demonstrar o comportamento dos segmentos pré-nasalizados do quimbundo falado no Libolo, com ênfase na fundamentação teórica dos autores africanistas estudados.

PALAVRAS CHAVE: segmentos pré-nasalizados, quimbundo, Libolo.

ABSTRACT: The pre-nasalization is a recurring trait in African Languages (AL). So, this text aims to demonstrate the behavior pattern of pre-nasalized segments of the Kimbundu spoken in Libolo, with emphasis in theoretical foundations of the studied africanists.

KEYWORDS: pre-nasalized segments, Kimbundu, Libolo.

Introdução

As LAs apresentam um traço recorrente em seu inventário fonológico, trata-se dos segmentos pré-nasalizados que consistem numa sequência de consoantes representadas pelo grupo NC (nasal + consoante obstruinte). A realização dos segmentos pré-nasalizados em termos articulatórios ocorre da seguinte maneira, segundo a descrição de Childs: “Na produção do segmento pré-nasalizado o véu palatino permanece abaixado – portanto a cavidade nasal permanece aberta – até certo momento durante a produção da oclusiva oral que segue a oclusão nasal”. (Childs, 2003, p. 62).

O quimbundo é uma das LAs de Angola, falado nas províncias de Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malange, Uíge e Zaire, que apresenta em seu inventário fonológico os segmentos pré-nasalizados tais como: /mb/, /nd/, /mv/, /nz/, /nz/, e o segmento [ŋg] de que falaremos adiante.

É notório destacar que o segmento nasal tem a função de nasalizar a consoante seguinte e não a vogal antecedente. O segmento nasal é representado por m e n, sendo que a realização de n ocorre antes das dentais: d, j, z, e antes de vogal; também esta nasal ocorre antes de g como a nasal dorso velar ŋ que forma o segmento [ŋg]. A realização de m ocorre antes das labiais b, p, v, f e antes de vogal.

Os segmentos pré-nasalizados podem ser interpretados através de uma análise monosssegmental, em que a sequência NC é analisada como uma só consoante, porém

* Iniciação Científica em Linguística. FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4128091855685156>

foneticamente complexa; ou uma análise bissegmental em que esses segmentos são analisados como uma sequência de dois fonemas. Neste trabalho, desenvolveremos argumentos que sustentam a análise monossegmental dos segmentos pré-nasalizados do quimbundo focalizando os argumentos de alguns africanistas. Posteriormente, mostraremos alguns dos resultados, apresentados ao longo da pesquisa de IC, que demonstram o comportamento dos segmentos pré-nasalizados coletados no Libolo, em Angola.

Análise de T. Childs (2003)

O linguista africanista T. Childs (2003, p. 63) afirma que os segmentos pré-nasalizados são sincronicamente unitários (fonemas simples) em *kisi* (língua falada na Libéria), alternâncias sincrônicas mostram que esses segmentos surgiram historicamente do que Herbert (1986) denominou de “abutment”. Uma nasal *abutment* requer que uma consoante nasal seja adjacente a uma oral. Os dados, em *kisi*, (aqui traduzidos) mostram a sequência [ŋ + l] que resulta no segmento simples [nd]:

Kisi: lèèŋ + léŋ → lèèndéŋ ‘espada’ raiz MCN (marca de classe nominal)

Os dados mostram que o segmento pré-nasalizado é originário do grupo NC, uma nasal seguida de uma oclusiva vozeada (a líquida “l” muda para a oclusiva no exemplo). Todas as pré-nasalizadas em *kisi* consistem em uma sequência homorgânica que começa com uma nasal e termina com uma oclusiva vozeada não nasal, um padrão comum em línguas com tais segmentos. Assim, Childs demonstra em sua análise que os segmentos pré-nasalizados são interpretados como segmentos simples, o que sustenta o argumento de uma análise monossegmental desses segmentos.

A interpretação de D. Creissels (1994)

Para Creissels (1994, p. 47), a maioria dos linguistas africanistas propõe uma análise monofonemática das sequências homorgânicas NC. Assegura que muitas descrições de línguas negro-africanas reconhecem uma ou mais séries de fonemas consonantais que se definem pelo traço [+ pré-nasalizado]. Contudo, também demonstra o argumento de que é possível isolar o elemento nasal da sequência NC como função de prefixo, assim, o autor ilustra esta observação através da língua uólofe, com o exemplo:

mbej (cultura) – *bej* (cultivar). Explica que *mb* representa um segmento fonológico único.

Em sua análise sobre o comportamento das nasais nas línguas negro-africanas, o autor enfatiza que, na análise fonológica de uma língua, é necessário atentar ao fato de que, recorrentemente, as nasais diferentes de [m] e [n] são atestadas sem que elas sejam mantidas como fonemas distintos. O autor pontua que a nasal palatal e a nasal velar só se realizam em contextos onde seu ponto de articulação se explica por uma regra que obriga as nasais imediatamente seguidas por uma oclusiva a serem homorgânicas. O autor mostra o quadro em que o subsistema das nasais apresenta-se de acordo com o prolongamento exato do subsistema das oclusivas:

p t c k
b d ʃ g
m n ɲ ŋ

A análise de F. Xavier (2010)

Xavier (2010) apresenta uma série de argumentos que sustentam uma análise monosssegmental dos segmentos pré-nasalizados a partir de sua descrição do quimbundo:

- a) O quimbundo apresenta pares mínimos que contrastam consoantes pré-nasalizadas e suas respectivas correspondentes orais, por exemplo: *mvúlà* ‘cozinha’ e *vúlà* ‘aumentar’;
- b) O quimbundo é uma língua que determina fortes restrições que impossibilitam que as condições de composicionalidade e de separabilidade para alguns desses segmentos sejam atestadas, por exemplo, nos casos de empréstimos do português essas condições ocorrem para atender a regra da estrutura silábica canônica, em que se verifica a inserção de um segmento na sílaba para a formação regular da estrutura CV (consoante/vogal), no início, meio e fim: *ɲgáláfù*, ‘garfo’, *kálávù*, ‘cravo’, *ʃíkólà*, ‘escola’.
- c) O fato de o rendimento funcional dos segmentos pré-nasalizados no sistema da língua admitir que eles se combinem com todas as vogais do quimbundo permitindo a estrutura silábica universal CV, tais segmentos ocorrem em todas as posições da sílaba. Dados

extraídos do corpus da pesquisa realizada no Libolo¹: *ngana* ‘senhor’, *kimbanda*, ‘médico’ e *kubhanga* ‘fazer’, (os tons presentes nas palavras não foram grafados), isto é, na posição inicial, intermediária e final da sílaba.

d) O principal argumento para o autor é o fato de que as consoantes pré-nasalizadas aparecem em início absoluto de sílaba. Assim, reforça a análise monossegmental dos segmentos pré-nasalizados a partir de uma perspectiva estritamente fonológica. Lembra que o sistema fonológico do quimbundo não permite grupos de consoantes em início absoluto de sílaba, salvo as sequências do tipo NC (nasal + obstruente). O autor, portanto, destaca que tais consoantes pré-nasalizadas são efetivamente unidades distintivas elementares em quimbundo.

Em contrapartida, Xavier também demonstra o processo de derivação no nível fonético que caracteriza os segmentos pré-nasalizados como sequências eventuais de NC, o que permite considerar a análise bissegmental desses segmentos. Para exemplificar tal argumento, verifica-se a consoante pré-nasalizada [ŋg], que em quimbundo é resultado da combinação entre a obstruente nasal velar, que é fonema na língua, e a obstruente oral velar que só ocorre após sua contraparte nasal. Após a observação exaustiva do corpus do quimbundo, o autor constata que o segmento [g] só ocorre após a nasal velar [ŋ], o que reforça o argumento de que a obstruente velar nasal é unidade mínima distintiva na língua e tem por alofone o segmento pré-nasalizado [ŋg]: *ŋŋgà* ‘insultar’, *zŋgà* ‘torcer, enrolar’. Já o segmento [ŋ] pode ocorrer sem a obstruente oral velar: *ŋóŋò* ‘mundo’, *dŋù* ‘mandioca’.

Afirma ainda que no caso de [ŋg] trata-se do processo de epêntese de [g] que consequentemente, resulta na criação de uma pré-nasalizada no nível fonético do quimbundo, já os demais casos que envolvem outros segmentos pré-nasalizados podem ser explicados pelo apagamento da vogal da sequência NVC (nasal/vogal/consoante), como se verifica em: *mutù*→*mtù* ‘pessoa’; *mukázi*→*mkázi* ‘esposa’; e *mundélè*→*mndélè* ‘pessoa branca’. Os dois primeiros dados mostram o apagamento da vogal ‘u’ entre a nasal e a oclusiva que resultou na criação de um novo segmento pré-nasalizado sem estatuto fonológico por meio do processo de derivação de natureza fonética; no último exemplo também se verifica a realização desse mesmo processo,

¹ Os dados do quimbundo analisados neste texto foram extraídos do corpus coletado pela equipe de linguística do Projeto Libolo ou “Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguístico educacionais, histórico culturais, antropológicos e sócio-identitários”, coordenado pelo professor Carlos Figueiredo, da Universidade de Macau, e Márcia dos Santos Duarte de Oliveira, da Universidade de São Paulo.

sendo que o segmento pré-nasalizado [nd] que constituía o ataque silábico da sílaba posterior passou a integrar o ataque silábico da sílaba precedente unindo-se a nasal que perdeu seu núcleo vocálico para recompor a estrutura silábica universal (CV).

Outra observação verificada, a partir dos experimentos de medição acústica, se fez com relação à duração em milissegundos do segmento nasal que tende a ser menor em consoantes pré-nasalizadas em quimbundo do que em sequências acidentais NC. O autor demonstrou esta observação através de dois exemplos, a saber, a palavra *Samba* ‘nome próprio; orar’, e *mbákà* ‘pessoa dos ambacas’, sendo que aquela apresentou uma duração de 107 milissegundos, enquanto esta foi realizada em 276 milissegundos. Com isto, Xavier conclui que no caso onde a nasal se realizou com menor duração verifica-se que o segmento pré-nasalizado é uma única consoante, pois esta curta duração é uma evidência fonética de que a nasal é produzida junto com a obstruente que a segue, assim, o autor reforça o argumento de que o segmento pré-nasalizado permite, em termos descritivos, uma análise monossegmental.

Em trabalho precedente, na sua dissertação de mestrado, Xavier (2005) discorre sobre os grupos de nasal + obstruente e dentre as considerações levantadas, faz referência à Clements (2000) quando defende que o grupo NC das línguas africanas apresenta uma questão a ser explicada por meio de análises da fonologia atual:

Em alguns casos, eles (o grupo NC) podem mostrar o comportamento de uma única consoante foneticamente complexa - análise “monossegmental” e, em outros casos, eles são tomados como sequências de fonemas - análise “bissegmental. (Clements 2000: 145).

A partir dessa constatação, Xavier ao examinar os trabalhos de Creissels (1994) e Clements (2000), declara que uma análise satisfatória depende, na maioria dos casos, da forma como o grupo NC é silabificado. Quando a análise considera esse tipo de segmento como um único fonema convém retomar as observações de Clements (2000: 149-150):

Clements mostra como a não-eliminação de segmentos durante o processo de reduplicação de palavras, a ausência do ‘efeito de borda’ em NCs do tipo NCC, em que a nasal deveria assimilar o ponto de articulação da primeira consoante, e não da segunda, e o contraste fonológico de sequências bissegmentais e monossegmentais em algumas LAs podem fornecer fundamentos para considerar certos NCs como monossegmentais. Do ponto de vista descritivo, Clements & Hume (1995: 254-256), retomando trabalhos anteriores, as definem como uma sequência de traços atachados a dois nós de raiz, respectivamente [+ nasal] e [-nasal], ligadas, por sua vez, à mesma unidade temporal X. De fato, os NCs contêm duas qualidades melódicas, isto é, duas substâncias fonéticas em si. A representação [- nasal] se reserva, no

caso das pré-nasais, a uma consoante de tipo [-contínua] e [-soante]. O traço nasal, em suma, está atachado ao seu nó de raiz não-contínua. (Xavier, 2005: p. 54)

A representação da escrita fonética de uma análise monosssegmental do NC é identificada quando a nasal é sobrescrita antes da obstruente. Assim, esse tipo de NC constitui um mesmo fonema e, portanto, é representado como único segmento (C) que compõe o *onset* (primeiro segmento da sílaba). Esta apresentação conceitual define o segmento pré-nasalizado que é bastante recorrente nas línguas bantas (LBs).

Maddieson e Hyman²

Maddieson estabelece de início que a Fonética tem interesse especial pela nasalidade consonantal verificada nas línguas bantas e envolve principalmente os segmentos pré-nasalizados e a realização das nasais desvozeadas (produzidas sem a vibração das pregas vocais). O autor analisa o *timing* dos segmentos pré-nasalizados. O estudo do *timing* em segmentos pré-nasalizados compara a duração das nasais e das pré-nasalizadas vozeadas bem como as vogais que as precedem em duas línguas, *ganda* e *sukuma* (línguas bantas faladas em Uganda e Tanzânia respectivamente). Em ambas as línguas a duração oral dos segmentos pré-nasalizados vozeados é muito curta, assim a duração do segmento total não é muito diferente de uma nasal simples.

Encerrando o capítulo, Maddieson mostra exemplos de espectogramas que demonstram processos de realização de segmentos nasais, dado de maneira fragmentada em função do tempo em (ms), através da língua *Nyamwezi* (língua falada na Tanzânia).

O capítulo sobre a fonologia segmental escrito por Hyman, sobretudo na seção a respeito da fonologia consonantal, o autor faz a seguinte afirmação: “Algumas línguas possuem NC, escritos como mp, mb, nt, nd, etc. e são analisadas tanto como um agrupamento de uma nasal homorgânica + consoante quanto consoantes pré-nasalizadas simples”. (Hyman, 2003: 49).

² Este texto baseia-se em dois capítulos do livro *The Bantu language* (2003). Maddieson é autor do capítulo *The sounds of the bantu languages* e Hyman é autor do capítulo *Segmental Phonology*.

Após a apresentação teórica dos africanistas estudados, mostraremos adiante o comportamento dos segmentos pré-nasalizados do quimbundo falado no Libolo através dos dados coletados in loco.

Resultados obtidos a partir dos dados coletados no Libolo

Nesta análise, optamos por reforçar a análise monosssegmental dos segmentos pré-nasalizados. O segmento nasal realiza-se como uma nasal flutuante diante de uma consoante sonora como mostram os dados encontrados na comuna do Quissongo, a partir da transcrição fonética:

1. [ŋgi.mba] → ⁿgi.^mBA ‘canto’
2. [mu.ndwe] → mu.ⁿdwe ‘cabeça’
3. [ŋge.la] → ⁿge.la ‘guerra’

Os dados mostram a realização da nasal flutuante (sobrescrita) como pré-nasalização do segmento obstruinte sonoro. É preciso destacar que este segmento pré-nasalizado representa um grupo que é definido como:

Uma sequência fonética de consoantes que pode ou não se analisar como um ou dois fonemas, isto é, como monosssegmentais ou como bissegmentais. Sendo que o cluster do tipo “nasal + obstruinte” é representado como NC (Xavier, 2005, p. 50).

O grupo NC ocorre sempre na posição de onset da sílaba, ou seja, realiza-se na posição inicial da sílaba, isto é, na função do ataque silábico. Esta observação é o principal argumento que sustenta uma análise monosssegmental dos NC, já que o quimbundo não permite a ocorrência de grupos consonantais em início absoluto de sílaba, exceto, o grupo NC. Outro argumento importante é o fato de que tal segmento não permite a realização de epêntese (processo fonológico referente à inserção de segmento na sílaba) entre a nasal e a obstruinte seguinte, isto reforça o fato de que as consoantes pré-nasalizadas comprovam uma análise monosssegmental do NC. Outra evidência em favor da defesa deste ponto de vista, segundo Xavier, é o fato de que os experimentos de medição acústica mostraram que a duração em milissegundos do segmento nasal tende a ser menor em palavras pré-nasalizadas em quimbundo.

Por outro lado, os segmentos pré-nasalizados do quimbundo são analisados como unidades distintas elementares, sendo que cada consoante oral possui sua

contraparte nasal. Voltando às particularidades desses segmentos, a realização de [ŋg] resulta da combinação da obstruinte nasal velar com a obstruinte oral velar. Esta só ocorre após sua contraparte nasal, enquanto aquela se caracteriza como unidade distintiva na língua. Dito isto, convém lembrar que:

O fato de [g] jamais aparecer isoladamente em quimbundo, senão diante de [ŋ], corrobora o argumento pelo qual se deve considerar a obstruinte velar nasal como a unidade mínima distintiva, a qual tem por alofone o segmento pré-nasalizado [ŋg]. De fato, da observação exaustiva do corpus, comparando as ocorrências de [ŋg] e [ŋ], revela-se que somente esta última ocorre nos dados sem a participação da obstruinte velar oral, e não o contrário. (Xavier, 2010: p.61).

A partir das observações constantes do corpus do Libolo, constituído pelos dados fornecidos pela informante LS, nota-se uma forte recorrência ao segmento [ŋg]. Seguem abaixo alguns exemplos:

4. [ŋga.kuka] → ‘envelheci’
5. [ŋge.ʒia] → ‘conheço’
6. [mu.ŋgo] → ‘somente’
7. [ŋgi.ta.ŋge.la] → ‘falo’
8. [ŋgu.ŋgwe.tu] → ‘nosso rei’

Esses dados ilustram uma das regras fonológicas do quimbundo:

“O rendimento funcional dos segmentos pré-nasalizados no sistema da língua permite que eles se combinem com todas as vogais do quimbundo de modo a formar sílabas CV (consoante vogal), tanto no início como no meio de palavras”. (Xavier, 2010: 59 e 60)

Um dos processos fonológicos atestados nos dados de pré-nasalização no quimbundo do Libolo é o processo de sonorização, visto que os segmentos *t* e *k* precedidos de nasal são realizados como *nd* e *ŋg* respectivamente:

9. [Ka mu.te.ku.lu.ka.mi] → [ka.mu.nde.ku.lu.ka.mi]

ka –mu- tekulu ka-mi

12- 1- neto- 12- gen1^apsg

12, 1 = classes nominais, raiz, prefixo de classe, possessivo da primeira pessoa

‘meu netinho’

10. [ma. ka. nda] → [ma. ŋga. nda]

ma - kanda

6 - solas dos pés

6= Classe nominal, raiz

‘sola dos pés’

Também verificamos casos de aparecimento e apagamento do segmento nasal. Na gramática de Chatelain, para o significado de ‘pessoa/pessoas’, o autor apresenta o par mutu/atu, comparando esses dados com o quimbundo falado no Libolo, onde se verifica, além de um pré-prefixo “o”, o aparecimento do segmento nasal (m) na realização do plural – omutu/omatu, demonstrando o processo de epêntese do segmento nasal para a formação da estrutura regular da sílaba CV (consoante-vogal–ma-tu).

Notamos, ainda, o processo de variação na realização de uma mesma palavra:

11. *Mukwánguzu ~ uŋgwánguzu*

mu - kwa - Ø- nguzu

1 - homem -9- força

1= prefixo de classe nominal, raiz -9 = prefixo classe nominal, raiz

‘homem forte’

Se compararmos as duas realizações, notamos que na segunda houve elisão do segmento nasal *m* e também a pré-nasalização e sonorização de *k* para *ng*. O plural é realizado como 12. *aŋgwánguzu* (homens fortes). Vale destacar a presença do elemento suprasegmental, ou seja, a marca do tom alto que ocorre acima do segundo segmento vocálico em ambos os exemplos.

É importante ressaltar também a existência de variação dialetal entre alguns termos falados em Malange, província localizada ao norte da região do Libolo. Os termos utilizados para significar ‘pássaro’ e ‘caminho’, diferem nessas duas variedades de quimbundo. No Libolo, são usados os vocábulos *otxijila* (pássaro) e *ondjila* (caminho), e em Malange encontramos os termos *njila/njila* ‘pássaro’/‘caminho’ que constituem um par mínimo, isto é, duas palavras com significados distintos, mas com uma única diferença na pronúncia, no caso o tom alto (representado pelo acento agudo) na palavra significando ‘pássaro’, e o tom baixo (sem nenhuma marca gráfica) para significar ‘caminho’. Trata-se de uma diferença no nível suprasegmental, que não altera os segmentos, mas sim a entoação, que tem uma melodia mais alta ou mais baixa, na primeira sílaba das palavras em análise. Essa variação dialetal demonstra a não

realização do segmento nasal em relação ao vocábulo *otxijila*, falado no Libolo, e a realização do segmento nasal em Malange expresso por *njila*.

Considerações finais

A partir dos processos fonológicos descritos, os dados apresentados mostraram o comportamento dos segmentos pré-nasalizados do quimbundo do Libolo. Ficou demonstrado que a nasal flutuante realiza-se como pré-nasalização da consoante obstruente sonora seguinte. Esses segmentos são interpretados como NC (nasal + obstruente) e constituem um grupo, que é analisado como monossegmental na maioria dos casos. Quanto à inserção e apagamento de segmentos em relação ao NC mostramos que o quimbundo não permite casos epentéticos de segmentos entre a nasal e a obstruente para a formação da estrutura regular da sílaba – CV (consoante + vogal), o caso de epêntese nasal é atestado na realização do vocábulo *omatu* (pessoas) falado no Libolo. Em relação ao apagamento de segmentos nasais, identificamos o processo de elisão da nasal ‘m’ que ocupava a posição de ataque silábico da primeira sílaba na realização da palavra *mukwanguzu* → *uŋgwáŋguzu* ‘homem forte’; e também identificamos, nesta mesma palavra, o processo de sonorização do segmento [k] para o segmento pré-nasalizado [ŋg].

Bibliografia

CHATELAIN, H. *Kimbundu Grammar – Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola*. Tip. de Charles Schuchardt, 1889.

CLEMENTS, G. Phonology. In HEINE, B.; NURSE, D. *African Languages*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 2000.

CREISSELS, D. *Aperçu sur les structures phonologiques des langues negro-africaines*. Paris: Ellug, 1994.

CHILDS, G. T. *An Introduction to African languages*. Amsterdam: John Benjamins Pub. Co., 2003.

HYMAN, L. M. Segmental Phonology. In NURSE, D.; PHILLIPSON, G. (eds). *The bantu languages*. London; New York: Routledge, 2003.

HERBERT, Robert K. Language universals, Markedness, Theory, and Natural Phonetic Process. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.

MADDIESON, I. Phonology. In NURSE, D.; PHILLIPSON, G. (eds). *The bantu languages*. London; New York: Routledge, 2003.

XAVIER, F. S. Fonologia segmental e supra-segmental do quimbundo. Tese de Doutorado apresentada pela FFLCH-USP. São Paulo, 2010.

_____. Adaptação fonológica dos empréstimos do quimbundo no português brasileiro: abordagem em teoria da otimidade. Dissertação apresentada pela FFLCH-USP. São Paulo, 2005.

_____. Fonologia. PETTER, M (org). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

REPRESENTAÇÕES DA MILITÂNCIA ANTICOLONIAL: NÓS, OS DO MAKULUSU E UM FUSIL DANS LA MAIN, UM POÈME DANS LA POCHE

ANTICOLONIAL MILITANCY AND REPRESENTATION: NÓS, OS DO MAKULUSU E UM FUSIL DANS LA MAIN, UM POÈME DANS LA POCHE

*Jacqueline Kaczorowski**

RESUMO: O presente trabalho apresenta o início do percurso de uma leitura comparativa entre duas obras literárias produzidas no continente africano, uma em língua portuguesa e outra em língua francesa - *Nós, os do Makulusu*, do angolano Luandino Vieira, e *Un fusil dans la main, un poème dans la poche*, do congolês Emmanuel Dongala, respectivamente - utilizando, para além dos contributos de ambas as tradições críticas e da historiografia que focaliza o fato colonial, a perspectiva teórica do materialismo histórico. Assim, observando as convergências e divergências dos processos históricos em que os autores se inserem, o objetivo final é verificar como se constrói a representação da militância nos dois textos, tendo como pressuposto a noção de que, embora o objeto artístico possua certa autonomia, o contexto de produção das obras determina em grande parte, de maneira complexa, sua organização formal. Pretende-se também, por meio deste estudo, contribuir com a compreensão do fato literário em contextos africanos que, embora vizinhos, como é o caso de Angola e da República do Congo, são pouco estudados comparativamente.

PALAVRAS CHAVE: Representação, militância, Literatura angolana, Literatura congoleza

ABSTRACT: This paper proposes to present the beginning of a comparative reading between two literary works produced in Africa, one in Portuguese and other in French – *Nós, os do Makulusu*, written by the Angolan Luandino Vieira and *Un fusil dans la main, un poème dans la poche*, written by the Congolese Emmanuel Dongala respectively - using, in addition to the contributions of both critical traditions and the historiography that focuses on the colonial fact, the theoretical perspective of historical materialism. Thus, noting similarities and differences of the historical processes in which the authors are inserted, the ultimate goal is to verify how the representation of militancy is built in the two texts, under the assumption that although the artistic object has certain autonomy, the context of the works' production largely determines, in complex ways, its formal organization. It is also intended through this study to contribute to deepening the understanding of the literary fact in African contexts that, although neighbors, as it's the case of Angola and Congo Republic, are poorly studied comparatively.

KEYWORDS: Representation, militancy, Angolan literature, Congolese literature

Embora o campo dos estudos literários das produções africanas tenha se desenvolvido muito no país nos últimos anos, e com diversos resultados excelentes, são ainda escassos (também internacionalmente) trabalhos que ultrapassem as fronteiras linguísticas. De um modo geral, mesmo os trabalhos de literatura comparada têm se detido no confronto entre obras escritas numa mesma língua, limitando-se muitas vezes a relações entre a produção das ex-colônias com a da antiga metrópole ou com a do Brasil, no caso dos territórios ocupados por Portugal. Um dos objetivos desta proposta é paliar essa rigidez a partir de um olhar que envolva contextos africanos vizinhos, como é o caso de Angola e a República do Congo. É interessante considerar, aqui, o fato de que ao incluir uma narrativa produzida em língua francesa, ainda pouco visitada no

* Mestrado em Literatura Comparada. FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4437300098725167>

Brasil, pode-se, ao mesmo tempo, contribuir para a diversificação de uma área, como a dos estudos sobre a literatura angolana, em franco crescimento entre nós.

O estudo de diferentes formas de representação da militância política na literatura é o objeto principal deste estudo, tendo como recorte a análise deste objeto em duas obras literárias produzidas em contextos próximos, porém muito diversos: *Nós, os do Makulusu*, romance do escritor angolano José Luandino Vieira, escrito no campo de concentração do Tarrafal em 1967 e *Un fusil dans la main, un poème dans la poche*, do congolês (de Brazzaville) Emmanuel Dongala, publicado em 1973. O tema das possíveis representações da militância política em textos literários africanos já foi abordado anteriormente, devido à sua presença muitas vezes incisiva nos textos literários, pela qual não é possível passar indiferente. A escolha do *corpus* para análise, no entanto, foi norteada pela busca por agregar algo novo ao eleger um autor congolês pouco lido no Brasil para comparação com o já consagrado Luandino Vieira e, ainda, ao escolher um olhar para compará-los que, embora parta de um ponto em comum, busque nas diferenças seu maior enriquecimento.

Os dois livros parecem ter partido de uma busca por deseroicizar a militância anticolonial, não para questionar a importância da luta ou o mérito daqueles que aderiram radicalmente a esta empreitada, mas, pelo contrário, para complexificar a representação deste processo e, assim, citando Candido (2006), humanizá-lo em sentido profundo.

A escolha dos autores por representar as personagens em situações tensas e profundamente humanas – de medo, indecisão, fragilidade; evidenciando falhas e deméritos –, em vez procurar aproximá-las de um ideal ético infalível e pouco verossímil, parece capaz de tornar esta História, que de certa maneira reescrevem através da Literatura, ainda mais pungente. A força da representação parece residir nesta escolha, que também é uma opção estética pela formalização da complexidade das situações eleitas como temas narrativos.

A necessidade de dar forma à complexidade demanda das obras escolhas particulares que resultam, de modo diverso, em situações narrativas de grande impacto. Como exemplo, vale mencionar o fato de que, mesmo trilhando caminhos estéticos muito diferentes, as duas obras colocam o leitor diante de situações-limite, em que as personagens são conduzidas, pela força das circunstâncias, a lutarem contra e matarem seus iguais. Este é um dos aspectos capazes de projetar a complexidade e de impedir

uma leitura maniqueísta das situações apresentadas, requerendo, assim, um tratamento comparatista aprofundado.

Em *Nós, os do Makulusu* há quatro personagens principais que cresceram juntas no musseque: Mais-Velho, Maninho, Paizinho e Kibiaka. Companheiros de brincadeiras na infância, tensões sociais os levam a escolher caminhos diversos: Maninho, branco nascido na metrópole (assim como seu irmão Mais-Velho) vai lutar no exército colonial português, acreditando que “só há uma maneira de a acabar, esta guerra que não queres e eu não quero: é fazer-lhe depressa, com depressa, até no fim, gastá-la toda, matar-lhe” (Vieira, 2004: 26). Paizinho, meio-irmão mulato dos dois, participa de ações clandestinas e é preso pela PIDE. Kibiaka, colega negro morador do Bairro Operário, entra para a guerrilha, partindo para o mato. Mais-Velho, narrador onisciente, testemunha e protagonista da narrativa, é aquele que segue do início ao fim do romance imerso em dúvidas; o “escrupuloso” que não teve coragem suficiente para tomar uma decisão radical como as de seus companheiros de infância e, segundo o olhar de Maninho, “limitou-se” ao trabalho clandestino:

Então para quê estudos, papéis, para quê reuniões e esse teu medo chapado que tens nos olhos e nessa cara bonita que eu gosto, porque o Paizinho não vem, não chega e todo o teu corpo treme e são só panfletos? Entrar numa mata, Mais-Velho, isso não fazes. Sei que tens medo, mas que tens mais dignidade que medo e que vencerias o medo e iria (...). Não, Mais-Velho, não é medo – eu sei, é mais pior. Podes vencer o medo mas nunca a falta de certeza, és assim: matemático e objectivo. E não tens a certeza de te aceitarem, Mais-Velho, nem ta podem dar porque também não a têm. Só indo fazendo-lhe a terão. E só se tem enquanto se constrói. Construída, ela vira dúvida outra vez. E então só tem um caminho...(…) Espalha os teus panfletos, que eu vou matar negros, Mais-Velho! E sei que eles te dirão o mesmo: ‘espalha os teus panfletos, vou matar nos brancos’. (Vieira, 2004: 23-26).

As personagens, companheiras de infância, são colocadas em uma situação diante da qual não há neutralidade possível. Deflagrada a guerra, não há mais possibilidade de conciliação e cada um precisa escolher seu lado. A conjuntura que, por fim, obriga os companheiros de infância a se enfrentarem na guerra impede que o leitor faça uma leitura irrefletida, impelindo-o a pensar na complexidade da situação colonial que, como fato social total¹, abarca tudo e todos, em todas as instâncias, de modo inevitavelmente violento.

¹ O conceito é utilizado, aqui, conforme apropriado por Balandier (1993), que toma de empréstimo o conceito construído por Mauss, segundo quem o fato social total representaria o próprio sistema social em

Em Dongala, o contexto é bem diferente, embora não menos tenso. Já na primeira página do romance, temos diante de nós Mayéla dia Mayéla, o seu protagonista, prestes a ser executado.

Enquanto no começo da narrativa seu percurso na luta contra os brancos parece exemplar, ao longo de seu desenvolvimento somos colocados diante de todas as fragilidades, incertezas e vaidades de Mayéla. Ele sobrevive à luta armada e à tortura, percorre milhares de quilômetros dentro do continente africano, em vários países; chega mesmo a ser presidente do governo revolucionário da “República Popular e Democrática de Anzika”, país fictício onde o autor situa a pátria de origem do protagonista. A narrativa evoca figuras históricas exemplares na luta contra a colonização: Patrice Lumumba, Frantz Fanon, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Nelson Mandela, entre outras. A discussão política aparece muitas vezes em primeiro plano, de forma didática, aproximando muito ficção e realidade no que diz respeito às ideologias que circulavam pelo continente no período².

A personagem, no entanto, quando chega ao poder, não consegue conduzir o país de acordo com as ideias que defende ao longo da narrativa. Durante seu governo, a economia entra em colapso, ocorrem prisões arbitrárias e tortura dentro das prisões. Os conflitos internos se acirram, a mídia, controlada por ele, distorce informações e a população começa a se revoltar, manifestando-se contra seu governo, inclusive por meio de um atentado contra sua vida. Mouyabi, opositor de Mayéla, reúne um grupo de partidários e consegue dar um golpe militar que coloca outro “governo revolucionário” no poder – cuja diferença ideológica do partido que já se encontrava no poder, ironicamente, é imperceptível. Mayéla é preso pelos golpistas e condenado à execução pública. A cena final do romance, em que ele corre em direção a uma colina, para não se “deixar arrastar para a morte como um carneiro” (Dongala, 1974: 213), é acompanhada pela mesma multidão que outrora o colocou no poder uivando e lhe apontando o dedo, enquanto ele é atingido, pelas costas, pelas balas que finalmente o derrubam no chão.

Nota-se assim que os dois romances, embora com contextos bastante diversos, mostram situações análogas no que diz respeito à luta armada entre iguais, no caso, conterrâneos sendo levados por duas situações muito distintas a se matarem entre si;

funcionamento, expressando o conjunto das relações; a dimensão social total que une os atores sociais no interior de uma sociedade (Mauss, 2003: 23).

² Referimo-nos, aqui, ao período que vai de 1960 a 1973, ano em que o romance foi publicado.

seja pela posição tomada em relação à luta colonial, seja pela posição, após a independência, tomada diante do processo espinhoso de construção de uma nação.

Aproximar os dois textos parece, assim, permitir analisar não só a diversidade de representações possíveis da militância política, como, também, compreender como o contexto de produção interfere na organização formal dos textos. Há muitas diferenças intrigantes no tratamento dos temas escolhidos, que vão desde a língua adotada para a escrita até a organização formal, vereda em que os autores trilham rumos estéticos bastante distintos. Parece produtivo aproximar as obras pelas diferenças porque tal aproximação pode revelar, de modo exemplar, como o processo social está intrincado, dialeticamente, na produção da escrita, uma vez que as duas obras, cada uma à sua maneira, entrelaçam intensamente à tessitura formal do texto as condições e contradições a que estão sujeitas.

Sabendo que não é possível ignorar as condicionantes históricas e mantendo a atenção à sua complexidade, o que significa evitar o risco de simplificações deterministas, parece profícuo também um estudo sobre os autores como “produtores” (Benjamin, 1994: 120-136). Ao trazer para a análise um ser social que carrega consigo todo um repertório coletivo a ser mobilizado no momento da escrita, Benjamin ecoa Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, obra em que aparece a modelar definição de que não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é sua vida, seu ser social imerso em um contexto, que determina sua consciência. É esta consciência, construída historicamente, que os autores terão como matéria-prima para a construção de suas obras:

As linguagens e as técnicas que um escritor tem à mão já estão saturadas de certos modos ideológicos de percepção, certas maneiras codificadas de interpretar a realidade; e o grau em que ele pode modificar ou recriar essas linguagens não depende apenas do seu gênio pessoal. Depende da ‘ideologia’, em um determinado momento histórico, ser tal que essas linguagens devam e possam ser alteradas. (Eagleton, 2011: 54).

Apontamentos metodológicos

O estudo comparativo parece tanto mais interessante quanto mais se afaste do olhar hegemônico que, em geral, tende a considerar os países outrora colonizados sempre como "devedores" quando comparados aos países cuja produção literária é dominante, utilizando as ideias de "fonte" e "influência" como forma de valoração hierárquica.

Considerando que o método adotado para o tratamento da realidade carrega sempre um olhar comprometido com aquilo que se torna o foco dos nossos olhares (e com a maneira como escolhemos olhar), a opção metodológica, ao aliar o aparato teórico materialista dialético à eleição de dois textos africanos como *corpus*, carrega intrinsecamente uma posição política contra a dominação cultural e ideológica a que os povos africanos foram submetidos durante tanto tempo – e cujos efeitos perduram.

A escolha pelo aparato teórico materialista, neste contexto, vem reforçar a posição tomada. Pretende-se mobilizar os elementos fundamentais desta já consolidada teoria crítica para uma leitura da situação literária e social dos contextos africanos estudados, unindo suas ferramentas interpretativas ao estudo das especificidades dos contextos africanos.

Para embasar esta reflexão, é necessário aprofundar os estudos também no campo da História. Neste caso, além dos estudos de contextualização da situação histórica africana, foi estabelecido como recorte, para um enfoque mais detalhado, o contexto das disputas políticas no continente africano dos anos de 1960 a 1975, tendo em vista que 1960 é o ano em que o Congo-Brazzaville negocia sua independência oficial; 1961 é o ano em que se acirram as tensões e começa de fato a luta armada em Angola; 1967 é o ano em que Luandino Vieira escreve *Nós, os do Makulusu*; 1973 é o ano em que Emmanuel Dongala publica *Un fusil dans la main, un poème dans la poche*, com grande e rápida repercussão (inclusive internacional) e, finalmente, 1975 é o ano em que Angola é declarado oficialmente um país independente.

Formado um repertório crítico, ao qual serão associadas naturalmente referências aos estudos já realizados sobre ambos os autores, o processo de análise comparativa da construção da representação da militância nas obras em questão buscará compreender todo o processo social do qual os textos fazem parte, atentando para o fato de que, compreender uma questão literária,

Significa, antes de tudo, compreender as relações complexas e indiretas entre essas obras e os mundos ideológicos que elas habitam – relações que surgem não apenas em ‘temas’ e ‘questões’, mas no estilo, no ritmo, na imagem, qualidade e (...) *forma*. (Eagleton, 2011: 20).

Apontamentos finais: caminhos

A principal pergunta que norteia este trabalho poderia ser resumida da seguinte maneira: enfocar dois textos formalmente muito distintos a partir de um mesmo ponto de vista pode ajudar a revelar como se dá a determinação social³ da escrita?

Recorrendo, mais uma vez, a Antonio Candido, quando afirma, sobre o fator social da escrita, que “não se trata de afirmar ou negar uma dimensão evidente do fato literário; e sim, de averiguar, do ângulo específico da crítica, se ela é decisiva ou apenas aproveitável para entender as obras particulares” (Candido, 2006: 21), chega-se à principal hipótese que norteia a pesquisa até o presente momento: nos dois textos escolhidos para o estudo comparativo, o fator social parece ser, mais que aproveitável, decisivo para compreender integralmente as obras.

A partir dos desdobramentos decorrentes desta hipótese, busca-se compreender quais os fatores que atuam na organização interna do texto, de modo a constituir uma estrutura peculiar, investigando qual a função que o fator social e histórico (externo) exerce na economia interna da obra, já que o maior interesse da crítica parece ser como é possível compreender “a integridade da obra (...) fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (Candido, 2006: 12).

Referências

ANYINEFA, Koffi. *Litterature et politique en Afrique noire: socialisme et dictature comme thèmes du roman congolais d'expression française*. Bayreuth, Germany: African Studies Series, Eckhard Bréitinger, Bayreuth University, 1990.

_____. "Bonjour et adieu à la Négritude?: Senghor, Dadié, Dongala et l'Amérique: Littérature et résistance". *Présence francophone*, n. 50, p. 89-111, 1997.

_____. "Intertextuality in Dongala's *Un fusil dans la main, un poème dans la poche*". *Research in African Literatures*, vol. 24, n° 1. Indiana University Press, spring 1993, p. 5 a 17.

AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BALANDIER, Georges. "A Noção de Situação Colonial". In: *Cadernos de Campo*, ano III, n° 3. Antropologia-USP, São Paulo, 1993.

_____. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1976.

³ Vale reforçar que, quando se utiliza este termo, nunca é de modo direto e biunívoco.

- CABRAL, Amílcar. “A Arma da Teoria”; “A Cultura Nacional”. In: COMITINI, C. A Arma da Teoria. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BESTMAN, Martin T. "Le roman africain comme expression d'une prise de conscience critique et révolutionnaire". Peuples noirs, peuples africains (edições disponíveis em: <http://mongobeti.arts.uwa.edu.au/>, consultado em 07/2014)
- _____. "Structure narrative et aventure révolutionnaire dans Un fusil dans la main, un poème dans la poche". Peuples noirs, peuples africains (edições disponíveis em: <http://mongobeti.arts.uwa.edu.au/>, consultado em 07/2014)
- CANDIDO, Antonio. A educação pela noite & outros ensaios. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- _____. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- _____. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- CARVALHAL, Tânia; COUTINHO, Eduardo (orgs.). Literatura comparada: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- CHAVES, Rita. A formação do romance angolano: entre intenções e gestos. São Paulo: Universidade de São Paulo, Coleção Via Atlântica, v. 1, 1999.
- CHAVES, Rita; CABAÇO, José Luís. “Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural”. In ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.
- DAVIDSON, Basil. O fardo do homem negro – Os efeitos do estado-nação em África. Porto: Campo das Letras, 2000.
- DONGALA, Emmanuel Boundzéki et SAMBA, Casimir. “Congo: retour d'URSS”. Peuples noirs, peuples africains (edições disponíveis em: <http://mongobeti.arts.uwa.edu.au/>, consultado em 07/2014)
- _____. "Littérature et société: Ce que je crois". Peuples noirs, peuples africains (edições disponíveis em: <http://mongobeti.arts.uwa.edu.au/>, consultado em 07/2014)
- EAGLETON, Terry. A ideologia da Estética. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. A idéia de cultura. Unesp, 2005.
- _____. Marxismo e Crítica Literária. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ERVEDOSA, Carlos. Roteiro da literatura angolana. Lisboa: edições 70, 1979.
- FANON, Frantz. Pour la révolution africaine: écrits politiques. Paris: Collection [Re]découverte, documents et témoignages, Éditions La Découverte, 2001.
- _____. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Edições UFJF, 2005.
- _____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. A era dos impérios: 1878-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- _____. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.
- _____. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, Fredric. O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX. Editora Hucitec, 1985.
- LABAN, Michel. Angola - Encontro com escritores. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991.
- LABAN, Michel; VIEIRA, José Luandino. Luandino: José Luandino Vieira e a sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas). Edições 70, 1980.
- LUKÁCS, György. A teoria do romance. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- _____. Marxismo e teoria da literatura. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilização (volumes I e II). Salvador: EDUFBA, 2003.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura (Textos escolhidos). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. A ideologia alemã. Boitempo Editorial, 2007.
- MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MOURALIS, Bernard. As contraliteraturas. Coimbra: Almedina, 1982.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). Malhas que os impérios tecem. Textos anti-coloniais/Contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. Colonialismo e neocolonialismo (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. "Orphée noir". Situations III, Paris: Gallimard, 2003.
- TROTSKI, Leon. Literatura e revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- UNESCO. História Geral da África. (todos os volumes da coleção disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=16146, consultado em 07/2014).

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. Coleção *Revoluções do Século XX*. São Paulo: Unesp, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

**COOPERAÇÃO SUL – SUL: A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE
CIDADES BRASILEIRAS E MOÇAMBICANAS: O CASO DE BELO
HORIZONTE (BH) E MAPUTO (MPT)**

**SOUTH – SOUTH COOPERATION: THE IMPORTANCE OF COOPERATION
BETWEEN BRAZILIAN AND MOZAMBICAN CITIES: THE CASE OF BELO
HORIZONTE (BH) AND MAPUTO (MPT)**

Joaquim Miranda Maloa¹

RESUMO: Este texto pretende apresentar os resultados de uma pesquisa de Pós-Doutorado, feita com base em entrevista, relatório e documentos oficiais e públicos, sobre o recente projeto de “*Cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique (2013-2015)*”. O foco deste artigo é avaliar a importância da cooperação urbana entre o Município de Maputo (Moçambique) e do Belo Horizonte (Brasil), na área de Planejamento Urbano. Há na história dos países emergentes, argumentos de que é possível atingir certo grau de desenvolvimento, mantendo cooperação entre si. Estes argumentos estão sendo bastante valorizados na atualidade e estudá-los permite conhecer com maior clareza e precisão qual é o impacto dessas cooperações.

PALAVRAS CHAVES: Cooperação SUL-SUL; Cidades brasileiras e moçambicanas; Ferramentas de gestão urbana.

ABSTRACT: The intends for this text is present the postdoctoral research results. We used interviews, official and publics documents and reports, on the recent project *Decentralized cooperation to democratize city: project to improve the capacities of local authorities in Brazil and Mozambique (2013-2015)*." The focus is evaluating the importance of urban cooperation between Maputo (Mozambique) and Belo Horizonte (Brazil) to the Urban Planning. We considered the countries and the city's history, and we arguments that it is possible to achieve a certain degree of development by cooperation among emerging countries. These arguments have being highly valued nowadays, and studying them allows us to know with greater clarity and precision what the impact of this cooperation's.

KEYWORDS: South-South cooperation. Brazilian cities; Mozambican cities; Urban management tools.

Introdução

Este artigo é, sob muitos aspectos, uma continuação da Tese de Doutorado defendida em maio de 2016, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, com o título: “*A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação*”².

¹ Pós-Doutor pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) – Área Temática de Geografia Urbana. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3526963701681982>

²Ver por exemplo a tese de Maloa (2016).

Nesta tese ressaltamos que um dos obstáculos da referida urbanização é a fraca capacidade do Estado de financiar as atividades administrativas, políticas e sociais dos municípios³. As transferências do orçamento público do Governo central para os municípios são baixas, trata-se de menos de 1% do total. Como apontou Guamba (2013), um especialista moçambicano em finanças municipais, os municípios necessitam de receitas robustas para desempenharem papel dinâmico nas vidas e no bem-estar dos residentes e que os critérios técnicos para definição dos níveis das transferências são limitados e baseados, sobretudo no número de população existente, dado que nem sempre é fácil de determinar com exatidão⁴.

O relatório do Banco Mundial (2009), intitulado: “*Desenvolvimento Municipal em Moçambique: as Lições da Primeira Década*” aponta que as finanças autárquicas são muito limitadas em termos da sua capacidade para cobrir os serviços e atividades dos municípios para o integral cumprimento das suas atribuições. Na generalidade, há falta de recursos e há também uma fraca e inadequada gestão financeira. Vale dizer, como Milton Santos (1965, 1973, 1978a, 1978b, 1979)⁵, um estilo próprio dos países emergentes, com escasso recurso financeiro e frágil mobilização dos investimentos públicos.

Neste contexto, há na história dos países emergentes, argumentos de que é possível atingir certo grau de desenvolvimento, mantendo cooperação entre si. Estes argumentos estão sendo bastante valorizados na atualidade. A recente “*cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique (2013-2015)*” – sinaliza o esforço do Brasil para transferir conhecimentos e experiência de gestão urbana para Moçambique⁶. O

³ O relatório da Cidade e Governos Locais Unidos (CGLU 2015) mostra que nenhum dos municípios brasileiros e moçambicanos gera recursos suficientes para cobrir seus custos operacionais, o que indica uma dependência estrutural de outras fontes de receitas. Em média, os municípios de Moçambique geram 25% do total das receitas municipais, enquanto os municípios do Brasil geram 35%. Em Moçambique, 70% das receitas municipais são transferidas pelo estado, enquanto no Brasil os municípios recebem 55%. Doações/Outros: As doações de outras fontes são inferiores a 10% nos municípios dos dois países. Receitas próprias: Em média, os municípios de Moçambique geram 25% do total das receitas municipais, enquanto os municípios do Brasil geram 35%. A qualidade de vida da sua população e a proteção ambiental é trinta vezes menor que no Brasil. Esta diferença se deve ao fato de que, no Brasil, a gestão da saúde, educação e água são financiadas pelo próprio município.

⁴Sobre os determinantes de investimento, sobre como podemos melhorar as nossas finanças públicas, ver. Nonnenberg; Mendoça (2005).

⁵ Um resumo do percurso do professor Milton Santos, pode ser visto em Grimm (2011).

⁶ O projeto foi executado num período de 24 a 30 meses. Foram implementadas atividades desenhadas no âmbito das parcerias entre as cidades moçambicanas e brasileiras integradas no projeto, os seguintes

foco deste artigo é avaliar a importância da cooperação urbana entre o Município de Maputo (Moçambique) e o de Belo Horizonte (Brasil), na área de Planejamento Urbano. Estudá-la permite conhecer com maior clareza o seu impacto e o sentido que foi dado para sua continuidade, bem como se retransmite e se reproduz ao nível local.

Dividimos a nossa exposição em três partes: primeiro descrevemos o problema que orientou esta pesquisa; depois, analisamos o impacto da cooperação urbana, sobre o Planejamento Urbano da cidade de Maputo e, na parte final, concluímos com uma breve avaliação dos desafios e oportunidades da cooperação entre cidades brasileiras e moçambicanas⁷ (Cooperação Sul-Sul⁸).

Problema

Há um espírito de orgulho e otimismo entre os países que compõem a cooperação Sul-Sul. Essas tendências provam que a colaboração entre países em desenvolvimento é benéfica⁹. A cooperação Sul-Sul é vista como um mecanismo de desenvolvimento conjunto, porque tem respostas a desafios comuns¹⁰. O ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou no dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (12 de setembro de 2016), a importância deste compromisso para a melhoria da

municípios: *Maputo, Matola, Manhiça, Xai-Xai, Inhambane, Dondo, Nampula e Lichinga e do lado do Brasil Vitória, Guarulhos, Maringá, Canoas, Belo Horizonte e Porto Alegre* (CGLU, 2015).

⁷ Para uma discussão acerca de como várias áreas de conhecimento têm entendido a cooperação Sul-Sul, ver. (Leite, 2011; Lima, 2005; Lima, 2015; Maciel, 2010; Mariano.; Mariano, 2008; Arin, 2016; Vigevani et al, 2003, 2007).

⁸ Embora o termo *Sul-Sul* seja anterior à década de 1970, nota-se atualmente o uso deste termo como substituto do de *Terceiro Mundo*, a fim de se referir a semelhanças entre países em desenvolvimento (Lima, 2015). Dois discursos de solidariedade convergem para justificar a nova reaproximação do Brasil com a África. *O primeiro* enfatiza as afinidades culturais e históricas diretas com o povo negro do continente africano e as transferências culturais. *O segundo* privilegia as afinidades étnicas e culturais com os países lusófonos da África (IPEA e BM, 2011). Como aponta Santos (2011), parece esse ser o caso da priorização da política externa brasileira com países africanos, sobretudo os de língua portuguesa. Fatores como cultura, língua, história e semelhanças em termos de desafios sociais aproximam o Brasil desses países. Mas também não se pode deixar de levar em conta que a progressiva importância geopolítica que o continente africano vem conquistando nos últimos tempos com um novo patamar de inserção na cena internacional contemporânea, pode também ser considerado um vetor de mudança da estratégia brasileira para o engajamento em parcerias de cooperação com a África. Sobre a diplomacia brasileira, ver. Saraiva (2008); Saraiva (2007); UNCTAD (2010).

⁹ Eis alguns estudos que destacam a importância da Cooperação Sul-Sul, v. Nações Unidas no Brasil (2016); IPEA.; ABC (2010); IPEA.; BM (2011); Landau (2008); Lafer (1994, 2001); Leite (2012) e Ministério das Relações Exteriores (2010).

¹⁰ Mas também a CEPAL (2010), o papel normativo das Nações Unidas faz referência à promoção da ideia comum de como “deve ser” o mundo e como alcançá-lo: criar consciência e prestar assessoria e orientação sobre o que contribui ou não para conquistar esse ideal. A CEPAL desempenha esse papel normativo em relação ao desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe. Sua contribuição à construção da visão de futuro da região no imaginário coletivo deu-se conjuntamente com a articulação do modelo “cepalino” de desenvolvimento, que, como já mencionado a respeito do papel catalítico, tem contribuído de maneira significativa para estreitar os laços de cooperação entre os países do Sul.

vida de bilhões de pessoas e que: “os países do Sul estabeleceram-se como participantes indispensáveis da arena socioeconômica global [...]. Apesar da volatilidade dos mercados mundiais, o investimento estrangeiro direto Sul-Sul está aumentando¹¹”.

Foi dentro deste contexto que, em janeiro de 2013, se estabeleceu a parceria entre Moçambique e Brasil, para melhorar as capacidades institucionais de gestão dos municípios moçambicanos; fortalecer os técnicos municipais como agentes de desenvolvimento urbano e enraizar a articulação de redes municipais em associações de autoridades locais, para possibilitar uma boa governança, sustentabilidade e participação para a extensão do direito à cidade e auxiliar a projeção dos municípios moçambicanos como atores de cooperação Sul-Sul e a criação de sinergias entre municípios locais como forma de fomentar interações com outros atores descentralizados. Os atores-chaves dessa cooperação foram as seguintes instituições: Associação de Municípios de Moçambique (ANAMM) e Frente Nacional de Prefeitos do Brasil (FNP) (CGLU, 2015).

No recente estudo sobre a urbanização moçambicana, Maloa (2016), constatou que: a) há um número crescente de bairros que surgiram sem planejamento urbano; b) os números de bairros aparentemente desordenados crescem mais rapidamente do que os planejados, desde a década de 1990. O pesquisador David Leite Viana, já apontava entre 2010 a 2012 que, a cidade de Maputo – capital moçambicana crescia aceleradamente, configurando formas urbanas complexas, entre o compacto, fragmentado e informe, que têm vindo a consubstanciar um organismo urbano cuja forma apresenta (em partes) características próximas a uma estrutura rizomática.

Ainda, Viana (2010a, 2010b, 2012), observou que o crescimento da cidade, tinha várias configurações, de bairros com extensão ramificada em múltiplos sentidos, crescendo de acordo com a dinâmica das oportunidades de ocupação do espaço, formando representações fragmentadas e aparentemente desordenadas: esta situação degenera e atrofia a relação estrutural entre projeto (planeamento) e forma urbana (como consequência), agravando a debilidade de nexos estabelecidos entre tipos morfológicos, programas e modos sociais plasmados na fluidez, fragmentação e no acaso não calculado – base de novas formas sociais de utilizar e criar espaço com um

¹¹ O relatório do CEPAL (2010) confirma o aumento considerado de investimento nas últimas décadas. Esta tendência permitiu aos países do Sul diminuir sua dependência em relação ao Norte.

alto potencial criativo, induzidos por via da imaginação (necessidade de sobreviver) e espontaneidade própria da subjetividade.

A partir deste problema, podemos afirmar que a cooperação urbana entre o Município de Maputo (Moçambique) e do Belo Horizonte (Brasil), na área de Planejamento Urbano foi um passo importante para mudar a cidade. E estudá-los permite conhecer com maior clareza e precisão qual é foi o impacto dessa cooperação.

O Impacto da Cooperação Sobre o Planejamento Urbano da Cidade de Maputo

Apesar do reduzido número de entrevistas¹², não foi difícil identificar alguns indicadores do impacto desta cooperação (2012-2015), na área de Planejamento Urbano entre o Município de Maputo (MPT- Moçambique) e de Belo Horizonte (BH-Brasil)¹³. A parceria desta cooperação técnica foi firmada para requalificar os assentamentos informais precários da cidade de Maputo. Dando grande ênfase a requalificação urbana, expresso na Política de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUM), na qual BH, transferiria a metodologia integrada e participativa de intervenção em assentamentos urbanos. A proposta visava fomentar as práticas urbanas regulatórias da utilização do espaço urbano.

Na verdade, o Planejamento Urbano em Moçambique, vem sendo arraigado desde o período colonial, principalmente a partir da década de 1930. Um dos problemas do Planejamento Urbano colonial é que não dava importância às periferias. Isso só foi possível com a restauração da independência nacional. Quando o novo Estado criou em 1977, a Direção Nacional de Habitação (DNH) no Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), com funções de retomar as atividades do Planejamento urbano. Em 1983, a Direção Nacional de Habitação (DNH) foi transformada em Secretaria de Estado do Planejamento (SEPF), e mais tarde em Instituto Nacional de Planejamento Físico (INPF), como forma de enfrentar o problema do planejamento físico e da habitação em escala nacional. As institucionalizações desses mecanismos foram determinantes para que ocorresse no País uma urbanização planejada (Araújo, sd, 1996; Mendes; Fernandes, 2012).

¹² É importante ressaltar que no estudo realizado foram entrevistados 2 técnicos do Conselho Municipal da cidade de Maputo – Moçambique. Advertimos que o texto não tem a pretensão de esgotar toda a análise das variáveis de cooperação urbana MPT e BH.

¹³ A Missão de Cooperação Técnica começa em agosto de 2013, depois de identificadas fragilidades e potencialidades do planejamento do município de MPT. Mas também se verificou o intercâmbio de informações e conhecimentos sobre assentamentos informais. A partir destes diagnósticos os prefeitos dos dois municípios e técnicos se envolveram num forte engajamento.

Criaram-se os chamados “Bairros comunais”– onde as residências apresentavam-se em paralelos entre si, parceladas em lotes ortogonais, agregados aos equipamentos urbanos (escola, posto médico, sede do bairro, entre outros). O governo para acelerar as atividades do Planeamento Urbano, conhecido na época por “Planeamento Físico”, criou em 1978, o Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), com objetivo de institucionalizar o Planeamento Físico nos espaços urbanos. A responsabilidade de execução nessa época recaiu sobre o *Conselho Executivo da Cidade (CEC)*, um colegiado, com poder executivo para gerir o espaço urbano. O CEC altera 1997, o seu nome *para Conselho Municipal (CM)*, por meio da Lei n° 2/1997¹⁴ das Autarquias Locais (AL).

A Lei enquadra-se, de modo geral, no processo de descentralização de poder, revogado na Constituição de 1990. Em 2007 foi aprovada a Lei do Ordenamento Territorial em Moçambique (Lei n.º 19/2007). Com isso, as atividades de planeamento físico, passaram a ser tuteladas pela Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DNPOT), principalmente o Departamento de Planeamento Urbano do Ministério para Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) que a partir de 2014, com a reestruturação governamental, passou a se chamar de Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Apesar de todo este aparato institucional e anos de experiências de Planeamento Urbano há reclamações dos munícipes, como deixa antever a seguinte entrevista realizada pela revista do Conselho Municipal da Cidade de Maputo (Acáciarubr, 2007, P.16): “*Maputo está a desenvolver-se de forma desordenada. Estão a decorrer muitas construções em lugares impróprios. Sob o olhar impávido das autoridades municipais*” (Nadio Malelana, residente no bairro de Inhagoia).

Trata-se de um sentimento estimulado e intensificado pela fragilidade do poder municipal em formular e planejar a urbanização. Dia após dia crescem as periferias, aparentemente desordenadas, sem infraestruturas e serviços urbanos, onde se acumula gente em condições desumanas ou indigentes. Arquitetos como *José Forjaz; Júlio Carrilho; Luís Laje; Albino Mazembe; Erasmo Nhachungue; Liana Battino; Marcelo*

¹⁴ Lei 2/97, *Boletim da República*, I Série n° 7, 2° Suplemento, 18 fevereiro 1997. Depois de votarem a Lei 9/96, *Boletim da República*, I Série, n° 47, 1° Suplemento, 22 novembro 1996. Que introduziu a questão do poder local. Este decreto revoga a Lei 3/94, referente aos distritos municipais. Os municípios são designados de autarquias locais com as funções de: organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios das suas comunidades e promover o desenvolvimento local, bem como o aprofundamento e a consolidação da democracia.

Costa; Anselmo Cani; Carlos Trindade apontaram em 2006, que os bairros periféricos moçambicanos, “crescem com ausência de instrumentos de planejamento do uso do solo, sua execução e controle” (Forjaz, *et al*, 2006:8).

Como resultado disso, grande parte da população urbana passou a residir em assentamentos informais, sem segurança de posse do lote urbano (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra – DUAT). Olhando para esta realidade podemos apontar que a experiência da cooperação urbana entre o Município de Maputo (Moçambique) e o Belo Horizonte (Brasil) foi importante, na medida em que permitiu a transferência de ideais, atitudes, conceitos e lições positivas¹⁵, para dinamizar os processos de melhoramento dos assentamentos informais da cidade de Maputo.

Sem dúvida o projeto foi uma oportunidade para melhorar as capacidades de Planejamento Urbano da cidade de Maputo que é um grande desafio. Como indica, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU, 2015), muitos dos planos analisados em Moçambique apontam dificuldade de elaboração ou de implementação dos mesmos e, sobretudo por deficiências nos seus conteúdos e por debilidade dos seus técnicos.

Embora se observe em Maputo, alguns bairros novos ordenados, o Município está bem distante para resolver os problemas de Planejamento Urbano, utilizado as palavras de Custódio (2015:461), podemos afirmar que se trata de uma: “*crise de gestão e planeamento, devido ao tratamento emergencial e paliativo que historicamente o poder público – sobretudo*” o municipal – tem dado à questão do Planejamento Urbano.

Conclusão: desafios e oportunidades

Quando se examina a recente cooperação, parece claro que o desafio maior da urbanização moçambicana. É apoiar uma cooperação de longo prazo (a ponte entre a visão política e sua efetiva instrumentalização), para que os municípios como os moçambicanos possam ter tempo suficiente para familiarizar-se com a assimilação de conhecimento transferido. Uma visão integrada como essa requer atores que, de fato, participem, se comprometam e auxiliem na coordenação do processo. Desta forma podemos caminhar rumo a um desenvolvimento urbano integral, como forma de superar a fragmentação e a falta de preparação que os consultores da Cidade e Governos Locais

¹⁵ Por exemplo, Dolowitz; Marsh (1996) alegam que política de transferência não é um processo de tudo ou nada.

Unidos (CGLU, 2015), encontraram em Moçambique, chegando a afirmar, por exemplo, que a cidade de Maputo, não estava capacitada para receber a cooperação técnica do BH.

É necessário enfatizar as cooperações de longo prazo, uma vez que esses acordos urbanos envolvem partidos políticos que ganharam as eleições municipais, com o fim dos seus mandatos, tudo fica frágil e quando se instala o novo governo urbano, não há uma continuidade dos projetos para fortalecimento do desenvolvimento¹⁶. Só assim, podemos ter uma mudança estrutural para o desenvolvimento urbano. Quando tivermos uma visão integrada de uma cooperação em longo prazo. A assimilação terá o papel fundamental de orientar, priorizar e concertar esforços para o direito à cidade (CEPAL, 2010, 2012).

Neste aspecto de fomento à assimilação, o Brasil é um País com muita experiência na política de desenvolvimento urbano. Como aponta (Villaça, 1999; Saboya, 2007; Rodrigues, 2010), o Brasil vem desde a década de 1960/1970, instituindo as políticas de gestão urbana. Podemos afirmar que é um País que utiliza há décadas os Planos Diretores, como instrumento de gestão urbana. Aproveitadas essas experiências, com certeza descartando aquilo que não corresponde com a nossa realidade¹⁷, Moçambique pode garantir um rumo adequado para o desenvolvimento urbano¹⁸.

Podemos fazer *jus* às palavras de Jean Pierre Elong Mbassi Secretário Geral, CLGU-África (2015, p.65) de que a implementação do Programa de Cooperação

¹⁶ Os resultados deste programa de cooperação descentralizada Brasil / Moçambique também demonstram os benefícios da organização de encontros regulares entre prefeitos latino-americanos e africanos, em particular durante eventos como “*Africitiés*”, o evento trienal emblemático dos governos locais africanos por um lado; e tangente à reunião bienal dos chefes de Estado e de Governo da América Latina e África por outro lado (CGLU, 2015).

¹⁷ Como ressaltado por Chang (2004), embora tais instituições possam ser benéficas aos países centrais, não necessariamente provocarão os mesmos efeitos em países com níveis de desenvolvimento bastante distintos. Cabe notar que muitos dos países submetidos ao processo não estão preparados para instituições desse tipo, que, quando implantadas, se mostrarão insustentáveis, provocando, potencialmente, retrocessos. Seus custos de instalação e manutenção não são desprezíveis e o horizonte temporal de adaptação esperado pelos chamados doadores é curto, o que torna ainda mais provável o aumento dos custos transacionais pós-implementação, efeito inverso do desejado, ou melhor, daquele proposto.

¹⁸ Santos (2011, p.12), aponta que no caso da Cooperação Sul-Sul, o governo brasileiro coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências, conhecimentos e melhores práticas de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social nas áreas demandadas pelos países parceiros. Neste processo o Brasil colocará à disposição as experiências e conhecimentos de instituições especializadas, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros países (IPEA/ABC, 2010). Sobre a capacidade de investimento externo do Brasil, alguns dados podem ser encontrados, em Nonnenberg.; Mendonça (2005). Moreno (2016) informa que, *Brasil doará R\$ 13,6 milhões a Moçambique*. Uma das críticas da cooperação brasileira pode ser encontrada em Visentini (2010). Como o Brasil tem lidado com legislação urbana, pode ser visto em Maricato (2010).

Descentralizada Brasil / Moçambique: “*esforça-se, portanto, para lutar e reproduzir tais experiências em todo o continente Africano, contribuindo, assim, para a construção de um mundo melhor para todos nós*”¹⁹. De acordo com o estudo, ainda é necessário reconhecer que cabe também à Associação de Municípios de Moçambique (ANAMM), a responsabilidade de gerar demanda de cooperação, como instituição pública responsável pela concepção de políticas e estratégias para a cooperação internacional. Já que engloba estrato político, ou seja, a alta hierarquia da administração municipal, que facilitaria a diplomacia na cooperação.

Mas também o ANAMM deve ser composto por técnicos formados por especialistas em desenvolvimento urbano, que planejam, gerem e avaliam as políticas de transferências. Esses técnicos devem prestar serviços a órgãos municipais a fim de promover a cooperação na esfera temática de competência de cada município. Também devem divulgar as distintas inovações dos projetos de cooperação em todos os municípios: conhecimento, metodologia e resultados alcançados, como base em exemplos práticos para a elaboração de novas ideias, muitas das quais podem ser convertidas em políticas públicas de desenvolvimento urbano local. A estratégia geral da ANAMM para alcançar os objetivos estabelecidos no seu programa de cooperação, deve centrar-se, no fomento da cooperação, no estabelecimento de redes e no intercâmbio de experiências em nível nacional e regional, internacional com os países do Sul do globo.

Por fim, cabe terminar este artigo apontando para um problema: a escassez de dados públicos sobre o projeto em Moçambique “*Ferramentas de Gestão Urbana: Cooperação SUL-SUL, Moçambique – Brasil*”²⁰, que possa permitir um estudo dos efeitos sociais, políticos e financeiros do mesmo. Dificultando uma análise mais acurada e detalhada da transferência da política de Planejamento Urbano²¹.

Se este fato continuar a persistir, pode impossibilitar a avaliação sobre o “sucesso” e o “fracasso” da política de cooperação implementada.

¹⁹ Ver por exemplo, GLOBO (2016), *Brasil e Moçambique, uma relação a cada dia mais forte* e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (2015). *PACS se posiciona contra acordos para facilitação de investimentos brasileiros em Moçambique e Angola*.

²⁰ Sobre Relações bilaterais Sul-Sul, onde Brasil faz parte podem ver Embaixada do Brasil em Maputo. *Relações bilaterais*. Disponível: <http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-mocambique.xml>. Acesso em: 3 jan. 2016; Milani(2013) e Online Brasil, com o título: *Em meio à crise dos ricos, Brasil volta-se para a África*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/em-meio-crise-dos-ricos-brasil-volta-se-para-africa-4064546>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

²¹ Por exemplo, incorporação de um módulo para processamento de bases de dados on-line (utilizando o servidor web) para promover cooperação entre especialistas de distintos ramos e continentes.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Histórico da cooperação técnica brasileira*. Disponível em: < http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp>. Acesso em: 25 jan. 2016.

ALIANÇA DE CIDADES. *Aliança de cidades no Brasil*. Disponível em: https://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Images/CA_BrazilFactsheet_Portuguese_0.pdf. Acessado 23 mai 2016.

ALIANÇA DE CIDADES. *Moçambique: Aliança de cidades*. 2014. Disponível em: <http://mocambique.avsi.org/2014/05/02/alianca-de-cidades/>. Acessado 23 mai 2016.

ALMEIDA, Celia *et al.* A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em Saúde. *RECHS-R. Eletr de Com. Inov-Saúde*. Rio de Janeiro, v,4, nº1, mar de 2010, p.25-35.

ALMEIDA, Elga Lessa. KRAYCHETE, Elsa Sousa. O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? Maputo III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS. 2011.

ALVES, A.C. Brazil-Africa technical co-operation: structure, achievements and challenges. *South African Institute of International Affairs*. 7 ago, 2013. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/policy-briefings/brazil%E2%80%93africa-technical-co-operation-structure-achievements-and-challenges>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

AMORIM, Celso. “Perspectivas da cooperação internacional”. In: MARCOVITCH, Jacques . *Cooperação internacional: estratégia e gestão*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 149-163.

ARAÚJO, Manuel. Espaço urbano demograficamente multifacetado: as cidades de Maputo e Matola. *COMUNICAÇÃO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS GEO-SÓCIO-DEMOGRÁFICA E OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTOS URBANOS EM MOÇAMBIQUE*. 2006.

ARRIGUI, Giovanni. A crise africana: aspetos regionais e sistemáticos do mundo. SEMINÁRIO REEXAME DA ECONOMIA POLÍTICA DA ÁFRICA. Instituto de estudos globais, Johns Hopkins University, abril de 2002.

BANCO MUNDIAL (Coord.). *Desenvolvimento municipal em Moçambique: lições da primeira década*. Maputo: Banco Mundial. 2009.

BAMBO, Tomé. *Cooperação Sul-Sul: o acordo Brasil-Moçambique na área de biocombustíveis*. 114p. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOSCAINI, Bruna. *O Brasil na cooperação Sul-Sul: a cooperação técnica como instrumento externa para América do Sul*. 63, p. Monografia. (Conclusão do curso em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande Sul. 2013.

BRAYNER, A.R.A.; MEDEIROS, C.B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9.; 1994, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

CAPTAIN, Yvonne. Brazil's Africa Policy under Lula. *The Global South* 4(1), 2010, p.183-198.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). *Governos distritais municipais em Moçambique continuam a não realizar efetivamente os seus planos*. 2016. Disponível em: <<http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=archive&docno=14>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS (CGLU). *A cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação*. Barcelona: CGLU, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Atividade do sistema da CEPAL no biênio 2008-2009 para promover e apoiar a cooperação Sul-Sul*. Trigésimo Terceiro período de sessões da CEPAL. Brasília, 30 de maio a 1 de julho de 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Mudança estrutural para igualdade: uma visão integrada de desenvolvimento*. Brasília: CEPAL, 2012.

CUSTÓDIO, Vanderli. A Crise Hídrica na Região Metropolitana de São Paulo (2014-2015). *Geosp* (USP), v. 19, 2015, p. 445-463.

DOLOWITZ, David P. and MARSH, David. Who Learns What from Whom: a Review of the Policy Transfer Literature. *Political Studies*, XLIV,1996, p. 343-357.

EMBAIXADA DO BRASIL EM MAPUTO. *Relações bilaterais*. Disponível: <http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-mocambique.xml>. Acesso em: 3 jan. 2016.

FILHO, Pio Penna. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Revista Brasileira de Política*. 44 (1), 2001, p.69-93.

FRANÇA, Cassio.; SANCHEZ, Michelle Rattton. *Política externa – a horizontalização da política externa brasileira*. Portal Global. 2009.

FORQUILHA, Salvador. “Remédio novo em panos velhos”: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique. 01 CONFERÊNCIA DO IESE. DESAFIOS PARA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA EM MOÇAMBIQUE. 19 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Forquilha,Salvador_RemendoNovoEmPanoVelho.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2015.

FORJAZ, José, et al. *Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção*. Maputo: Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, 2006.

GLOBO, O. *Brasil e Moçambique, uma relação a cada dia mais forte*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-mocambique-uma-relacao-cada-dia-mais-forte-7006594>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

GRIMM, Flavia. *Trajetória epistemológico de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica dos diálogos com a economia política*. 307p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade do São Paulo, São Paulo, 2011.

GUAMBA, José. Finanças municipais em Moçambique. CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE EXPERIÊNCIA AUTARQUICAS: SISTEMAS FISCAIS E DE FINANCIAMENTO. Angola, 22-25 de julho de 2013. Disponível em: <<http://ifal.gov.ao/pdfs/mocambique/O%20SISTEMA%20FISCAL%20DAS%20AUTARQUIAS%202013%20ANGOLA.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

INSTITUTO DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. *PACS se posiciona contra acordos para facilitação de investimentos brasileiros em Moçambique e Angola*. 10 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/2015/04/10/pacs-se-posiciona-contracordos-para-facilitacao-de-investimentos-brasileiros-em-mocambique-e-angola/>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) e AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005 – 2009*. Publicado em 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); BANCO MUNDIAL (BM). *Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília: IPEA.2011.

LANDAU, Georges D. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento. In: *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v.6, nº 12, jan 2008, p.103-16.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa*. São Paulo: Perspectiva 2001.

_____. *Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, v., p. 23-46.

LEITE, Lara. Cooperação SUL-SUL: conceito, história e marcos interpretativos. *Observatório político Sul-Americano*. V.7, nº 03, março de 2012 p.1-41.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, no 48, vol. 1, 2005, p. 24-59.

LIMA, Raphael. A cooperação Sul-Sul na política externa dos governos Lula da Silva: da margem ao centro da agenda. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, volume 4, 2015, p.356-383.

MACIEL, Tadeu. Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento socioeconômico: o caso Caixa Econômica Federal. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A CAIXA TRABALHOS PREMIADOS, 2010, p.55-80.

MALOA, Joaquim. *A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação*. Tese. 373p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MARIANO, Karina Pasquariello; MARIANO, Marcelo Passini. A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais. *Perspectivas*, São Paulo, v. 33, 2008, p. 99-135.

MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso; ROSSBACH, Ana Cláudia. *O estatuto da cidade: comentada*. São Paulo: Ministério das cidades: Aliança das cidades, 2010, p.5-22.

MARIN, Denise Chrispim. *Brasil amplia presença internacional para reforçar política externa Sul-Sul*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-amplia-presenca-internacional-para-reforcar-politica-externa-sul-sul,477537>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

MBASSI, Jean Pierre Elong. Pós-fácio. In: CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS (CGLU). *A cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação*. Barcelona: CGLU, 2015, p.65.

MENDES, Rui.; FERNANDES, Mário. *Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço*. 2012 [s.l..s.n] Disponível em:

<sigarra.up.pt/flup/en/publs_pesquisa> Acesso em: 2 jan. 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Agência Brasileira de Cooperação (ABC)*. Brasília: A Cooperação Técnica do Brasil para a África. 2010.

MILANI, Carlos. R. S. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*, vol. 1, no 1, jan-jun 2013, p. 11-35.

MORENO, Jorge Bastos. *Brasil doará R\$ 13,6 milhões a Moçambique*. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-moreno/post/brasil-doara-13-6-milhoes-mocambique-240508.html>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

NONNENBERG, M.; MENDONÇA, M. Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento. *Estudos econômicos*, v. 35, n. 4, p. 631-655, 2005.

ONLINE, Brasil. *Em meio à crise dos ricos, Brasil volta-se para a África*. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/em-meio-crise-dos-ricos-brasil-volta-se-para-africa-4064546>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

RODRIGUES, Fabíola. Cidades e plano diretor: considerações sobre a função social da cidade e da propriedade. In: BAENINGER, Rosana (Org.) *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: UNICAMP, 2010, p.132-117.

SANTOS, Maria. Lineamentos sobre a cooperação Sul-Sul brasileira e sua política de transferência a partir de um estudo. [ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS]. Brasília: IPEA. Code, setembro de 2011.

SABOYA, Renato. *Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos*. 231p. Tese (Doutorado em Engenharia civil) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2007.

SANTOS, Milton. *As cidades nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

_____. *Geografía y economía urbanas em los países sububdesairolados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.

_____. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas fluxos da economia urbana. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 53, São Paulo, fevereiro, 1977, p.35-59.

_____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, AGB, 1978a.

_____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978b.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo, 1979.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51. Nº 01, Brasília, 2008, p. 87-104.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v, 50, nº2, p.42-59.

UNCTAD. *South-South Cooperation. Africa and the New Forms of Development Partnership*. Genebra, 2010.

VIANA, David. Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma. *IPEA*, ano 7, edições 63, 2010a.

_____. Cidade Africana-urbanização [in]formal: uma abordagem integrada e sistêmica. 7º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS [CIEA 7]. Painel 3: Uma África Movidiza, Sociabilidad y Planificación en Las Ciudades Africanas. Lisboa, 2010b. Disponível em: <<http://repositorio. Iscte.pt/handle/10071/2253>>. Acesso em: 14 jan, p. 1-17. 2013.

_____. A urbanização extensiva [in] formal em Maputo a partir da retícula colonial. ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. IICT-JBT. Jardim Botânico Tropical. Lisboa, 24-26 Outubro 2012.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo.; RODRIGO, Cintra. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v.15, nº 2, 2003, P.31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Revista Contexto Internacional*. v.29, 2007, p.273-333.

VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, “diplomacia de prestígio” ou “imperialismo soft”? As relações Brasil-África no governo Lula. Século XXI, *Porto Alegre*, v. 1., no 1, jan-dez 2010, p. 65-84.

VILLAÇA, Flávio. *Dilemas do Plano Diretor*. In: Centro de Estudos e Pesquisa de Administração municipal (CEPAM). Fundação Perfeito Faria Lima. *O município no século XXI: Cenários e perspectiva*. São Paulo: CEPAM, 1999, p. 237 - 247.

TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE

TOURISM AND PRODUCTION OF THE SPACE IN INHAMBANE'S COASTAL REGION

José Júlio Júnior Guambe¹

RESUMO: Dadas as suas características físico-geográficas e sócio-culturais, Moçambique constitui um espaço favorável e atractivo ao seu consumo pelo turismo, dominado a partir de 1992 por grandes investimentos de capital privado estrangeiro, sendo a zona costeira de Inhambane (ZCI) uma das áreas preferenciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional. Todavia, no geral o nível de vida da população do país e da ZCI, em particular, é muito baixo, possibilitando assim, uma coexistência de duas formas de produção do espaço, uma cuja mediação é dada pelo consumo, associada ao turismo, e a outra relacionada à subsistência, constituída pela comunidade residente, historicamente estabelecidas. O objectivo desta pesquisa geográfica é analisar o desenvolvimento do turismo na ZCI, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ou seja, uma movida pelo consumo e a outra pela subsistência, ambas expressões do processo conflituoso e contraditório de produção do espaço. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado na revisão bibliográfica e documental e no trabalho de campo. Os resultados preliminares do estudo dão indicações da existência de conflitos inter e intra-sociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido a sua ocupação, principalmente por agentes turísticos para a construção de infra-estruturas e conseqüentemente a sua privatização para uso exclusivo do turismo.

PALAVRAS -CHAVES: Turismo, Produção do espaço, Conflitos, Zona Costeira de Inhambane

ABSTRACT: Given its physical-geographical and partner-cultural characteristics, Mozambique constitutes an favorable and attractive space for its consumption by the tourism, dominated since 1992 by big private capital foreign investments, with Inhambane's coastal zone (ZCI) being one of the preferred areas by the local, national and international geographical place context. However, the population's level of life in the country and in ZCI, particularly, is very low, enabling the coexistence of two forms of production of the space, one whose mediation is to consumption, associated to the tourism, and the other related to the subsistence, constituted by the community resident, historically established. The objective of this geographic research is to analyze the development of the tourism in the ZCI, evidencing the conflicts arising from the meeting, in the territory, of forms not only distinct, but contradictory of use and appropriation of the space, we mean, one moved by the consumption and the other by the subsistence, both expressions of the process of conflict and contradiction of production of the space. This is a qualitative study, based in the bibliographic review, documentary and on the work on field. The preliminary results of the study give indications of the existence of conflicts inter and intra-social arising of the weak or lack of insertion of the community hostess in tourism and to the loss of the possession of the land by them, due it's occupation, mainly by tourist agents for the construction of infrastructure and consequently the privatization for exclusive use of the tourism.

KEY WORDS: Tourism, Production of the space, Conflicts, Zone Coastal of Inhambane

¹ Doutorando da escola doutoral de Geografia da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente - Universidade Pedagógica

I - Introdução

O turismo é um fenómeno socioespacial em franca expansão no mundo contemporâneo, fruto das grandes e aceleradas transformações provocadas pelo processo de globalização, como produto do desenvolvimento do capitalismo que para a sua realização quebra barreiras e ultrapassa todo tipo de obstáculos. Por conseguinte, Moçambique não está à margem, e por isso, não foge à regra. Dadas as suas características físico-geográficas e sócio-culturais, constitui-se num espaço favorável e atractivo ao seu consumo pelo turismo, sendo a zona costeira de Inhambane (ZCI) uma das áreas preferenciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional.

É neste contexto que se desenvolve o presente estudo, tendo como seu pano de fundo as relações desenvolvidas na ZCI, decorrentes do consumo e produção do espaço pelo turismo a partir de 1992², considerando que, conforme Cruz (2009), a maior parte do turismo que se pratica no mundo é desenvolvido em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas quotidianas.

Assim, partindo do pressuposto de que a produção do espaço envolve seu uso e apropriação, e que o turismo desenvolvido na ZCI não é uma excepção à regra, considera-se a hipótese de que o mesmo gera conflitos inter e intra-sociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade local ou anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido à sua apropriação, principalmente por agentes turísticos e conseqüentemente à sua privatização para uso exclusivo do turismo.

O objectivo é analisar o desenvolvimento do turismo na ZCI de 1992 à 2017, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ou seja, uma movida pelo consumo e a outra pela subsistência, ambas expressões do processo conflituoso e contraditório de produção do espaço, dominado progressivamente pela actividade turística.

Para a elaboração da presente pesquisa, utiliza-se uma metodologia de matriz geográfica e qualitativa, privilegiando métodos e técnicas de colecta e análise dados predominantemente das ciências sociais, nomeadamente as pesquisas bibliográfica e documental e trabalho de campo, dominado pelas entrevistas em profundidade e pela observação directa não participante.

²Ano da assinatura dos acordos de paz em Roma, entre o governo moçambicano e a Renamo, depois uns longos dezasseis anos de guerra.

II - Contexto e enquadramento teórico

A - Turismo em Moçambique

Para um melhor entendimento do contexto em que o turismo como prática socioespacial e actividade económica se insere em Moçambique e na Zona Costeira de Inhambane, apresenta-se um breve enquadramento histórico, desde o início da sua prática no país.

A prática da actividade turística digna de realce, em Moçambique, é assinalada como tendo se iniciado na segunda metade do século XX, precisamente a partir de 1960, tendo como principais atractivos turísticos as praias e a fauna bravia³. Este turismo, tal como sucede até no presente, foi desde o início dominado por turistas estrangeiros, conforme atesta Mosca, na sua obra *Economia de Moçambique*, século XX.

"O turismo começa a possuir alguma importância na década dos anos de 1960. O turismo externo era sobretudo proveniente da África do sul e da Rodésia do sul. Era principalmente o turismo de praia, existindo ainda o cinegético (nos parques e reservas de caça - sobretudo da Gorongosa, na província de Sofala) e a pesca (principalmente nas ilhas em frente `a costa de Inhambane e no sul de Lourenço Marques⁴). As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta de Outro eram as mais procuradas. Nestes locais existiam importantes complexos e estâncias turísticas. O turismo interno era praticado por uma reduzida elite e geralmente era de pequena distância e de curta estância dirigindo se para as praias já referidas." (Mosca, 2005:117)

Esta demanda de turistas estrangeiros, sobretudo dos países vizinhos, a procura das praias e do safari em Moçambique estimulou, à partida, ainda no período colonial, a produção do espaço para o turismo através da construção de infra-estruturas turísticas e de apoio em Gorongosa na província de Sofala, e ao longo da costa moçambicana no geral, mas principalmente na costa de Inhambane, concretamente em Inhassoro, Vilanculos, cidade de Inhambane, Tofo, Barra, etc.

Após a independência do país em 1975, o turismo entrou imediatamente em crise. Essa situação foi devida ao abandono do país por parte de muitos portugueses, entre os quais alguns proprietários das infra-estruturas de uso turístico, a situação

³A economia faunística, em termos empresariais, era sobretudo de dois tipos:

- O turismo cinegético realizado nos parques e reservas, na Gorongosa e Maputo. O primeiro era muito visitado por rodesianos, sul africanos e por cidadãos de alguns países europeus (principalmente ingleses, alemães e espanhóis).

- O turismo de caça foi praticado por americanos, espanhóis, franceses e portugueses. pretendia-se caçar como desporto e turismo para a obtenção de troféus, principalmente de elefantes, búfalos, leões, leopardos e antílopes.

⁴Actual Maputo

política regional, e a guerra que iniciou no país um ano após a independência e que apenas terminou em 1992.

O turismo dominado pelos rodesianos e sul-africanos também estagnou devido à evolução política regional, caracterizada pelo apoio de Moçambique à luta contra o apartheid, na África do Sul e à luta pela independência na Rodésia (actual Zimbabwe), o que ditou o encerramento das fronteiras com esses dois países que eram os principais provedores dos fluxos de turistas. Apenas restou um turismo interno de praia, residual, sem expressão, de uma minúscula elite nacional.

Segundo Mosca (2005), os operadores turísticos abandonaram o país e, nesses casos, não houve a preocupação de manter as infraestruturas operacionais. Os parques de caça foram praticamente abandonados ou destruídos pela guerra, os safaris de caça deixaram de existir e as coutadas e respectivas infraestruturas foram igualmente abandonadas ou destruídas, as casas de praia foram nacionalizadas e ocupadas pela população, alugadas pela APIE⁵. Alguns hotéis nas cidades mantiveram-se em funcionamento e sobreviviam sobretudo com base nos fluxos internos, referentes às deslocações em serviço dos funcionários públicos e das empresas estatais e de cooperantes e agentes relacionados com a cooperação internacional.

Assim, ainda segundo Mosca, é fácil concluir que deixou de haver turismo, neste período, e que grande parte das infraestruturas foram abandonadas, destruídas ou utilizadas para outros fins. A riqueza faunística foi dizimada pela guerra e pela caça furtiva que gerou negócio de carne nas cidades. Muitos hotéis degradaram-se, sendo o exemplo mais emblemático o Grande Hotel, na cidade da Beira, e outros foram ocupados como residências.

Com a assinatura do acordo geral de paz em 1992, que ditou o fim da guerra e a abertura do país para a economia neoliberal, diante das tendências globalizantes da economia mundial, abriu-se uma nova página para o turismo moçambicano, caracterizada pela "invasão" massiva do capital privado e particularmente estrangeiro no investimento e revitalização do turismo em Moçambique, sendo Inhambane um dos principais destinos destes investimentos na área do turismo, sobretudo para o turismo de sol e praia.

A partir desse momento, a ZCI passou a desenvolver um turismo caracterizado por grandes investimentos na construção de infraestruturas e prestação de serviços, que

⁵Administração do Parque Imobiliário do Estado.

passa a demandar um grande número de turistas de todos os níveis de renda e dominando deste modo a produção do espaço.

B - Turismo e Produção do espaço

Desde que a expressão produção de espaço foi empregue pela primeira vez no século passado pelo francês Henri Lefebvre, esta tem sido utilizada nos mais diversos sentidos e abordagens.

No âmbito das abordagens sobre a actividade turística desenvolvidas pela geografia emergem, segundo Costa, et al (2004), três linhas teóricas de maior relevância: a primeira ligada aos estudos da produção dos espaços turísticos, tendo essa actividade como uma produção económica e política; a segunda relacionada aos estudos sobre o espaço vivido dos indivíduos das áreas destinadas ao turismo, tendo esse como uma actividade impactante desse espaço e; mais recentemente, tem se desenvolvido uma vertente ligada aos estudos sobre as representações espaciais das áreas turísticas, tendo a viagem como princípio da actividade em questão.

Este estudo sobre o turismo na zona costeira de Inhambane é desenvolvido seguindo a linha teórica de produção dos “espaços turísticos”, sustentando se nas abordagens de Henri Lefebvre, Milton Santos e Rita Cruz.

Partindo do pressuposto de que o espaço não existe em si mesmo, mas sim ele é produzido, Lefebvre o compreende como um processo de produção que acontece em termos de três dimensões ou processos dialecticamente interconectadas, “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, que estão fundados em sua própria teoria da linguagem tridimensional. Para ele, a prática espacial designa a dimensão material da actividade e interacção sociais; a representação do espaço dá uma imagem e desta forma também define o espaço; e espaços de representação, refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo, e por outro lado, utiliza um segundo conjunto de conceitos, nomeadamente o espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. (Schmid, 2012).

Segundo o foco da teoria lefebvriana, o espaço é para ser entendido em um sentido activo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. Conforme Cruz (2009), a produção do espaço significava para Lefebvre a própria (re)produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Neste sentido, entende-se que o turismo, como prática social, produz uma rede relações no processo activo da sua materialização, isto é, produz o espaço.

Por seu turno, o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço converge com o de Lefebvre. Para ele, segundo Cruz (2009), se o homem, pelo seu trabalho enquanto produtor, residente ou ocupante ocasional, não transmite vida à coisa, essa vida da qual somente ele é detentor, o objecto permanecerá sempre como tecnologia, e não como economia. Assim "não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço" (Cruz, 2009:95).

A produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, consequentemente, histórico, tal como coloca Santos,

"O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objectivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas" (2008:109)

O reconhecimento dessa natureza do espaço, ao mesmo tempo concreta e abstracta, está na base da definição Miltoniana de espaço: "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objectos e sistemas de acções, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". (Cruz, 2009:96)

Para Cruz, por outro lado, a prática social do turismo é fortemente determinada pela cultura, pois as paisagens, os atractivos etc. que são porções visíveis do espaço geográfico e, por isso, desempenham um importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direccionamento dos fluxos, são inventados culturalmente e por conseguinte, modificam-se no espaço-tempo.

Para esta autora, toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar diferentes factores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmo temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a actividade, bem como suas dimensões global e local. A valorização cultural das paisagens da ZCI para a actividade turística traz consigo o desenvolvimento de novo tipo relações, considerando que esta ocorre em espaços previamente ocupados.

III - Zona Costeira de Inhambane e a produção do espaço do turismo

A - Localização e características gerais

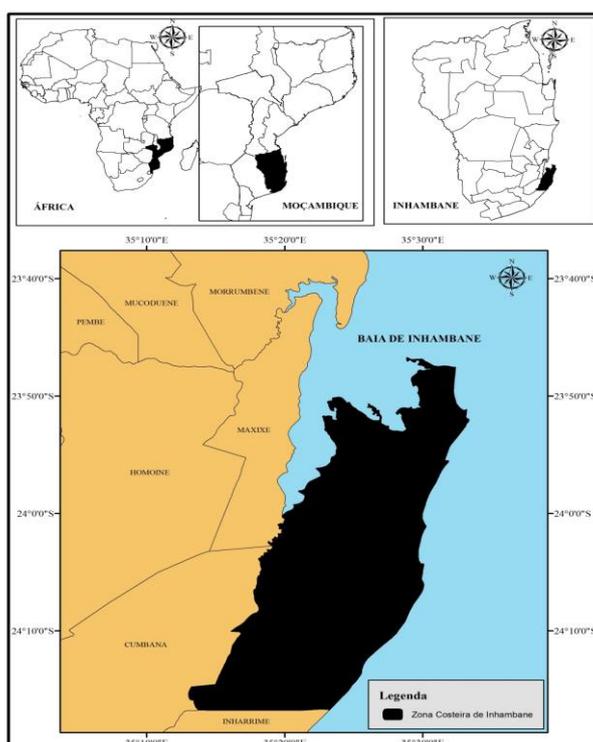
Inhambane é uma das onze províncias de Moçambique e localiza-se na zona sul do país, ao longo do litoral, entre os paralelos 21° e 25° de latitude sul e entre os meridianos 33° e 36° de longitude este. A província de Inhambane é subterritorializada em 14 distritos.

Da totalidade dos distritos da província, dez estão localizados ao longo dos cerca de 700 quilómetros da sua costa e representam conforme MICOA(2009) a ZCI. No entanto, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 no âmbito da definição das áreas prioritárias para o investimento em turismo (APITs), define como ZCI o território costeiro da província que se estende do distrito de Inharrime ao distrito de Massinga, abrangendo deste modo seis dos dez distritos costeiros, nomeadamente de sul para o norte, Inharrime, Jangamo, Inhambane, Maxixe, Morrumbene e Massinga (MITUR, 2004).

Como se pode notar, a delimitação da zona costeira em Moçambique é subjectiva e problemática, sobretudo se considerarmos que as delimitações apresentadas não indicam claramente a distância em relação à linha da costa, havendo por isso distritos que se estendem por muitos quilómetros adentro, como é o caso dos distritos de Inharrime, Jangamo Morrumbene e Massinga, em Inhambane, e mantêm em toda a sua extensão a denominação de zona costeira. Com efeito, sem contudo pretender resolver a problemática da definição e delimitação da zona costeira, pois esse não é o propósito desta pesquisa, define-se, para efeitos desta, como ZCI, a área correspondente ao distrito/município de Inhambane, capital da província do mesmo nome, e o posto administrativo de Jangamo, no distrito igualmente do mesmo nome.

Neste contexto, a ZCI localiza-se ao longo do litoral da região sudeste da província de Inhambane. É limitada a norte pela baía de Inhambane, a Sul, pelo distrito de Inharrime, a oeste, pelo posto administrativo de Cumbana no distrito de Jangamo, pelo município da Maxixe e pela baía de Inhambane, e a Este, pelo oceano Indico, conforme ilustra o mapa a seguir, e possui uma superfície de cerca de 405Km².

Mapa de localização da Zona Costeira de Inhambane



No que tange às suas características, possui muito boas condições climáticas para o turismo de sol e praia, nomeadamente um clima tropical húmido, com duas estações, quente e chuvosa, de Outubro à Março, e fresca e seca de Abril a Setembro, com temperaturas médias anuais entre 22 e 24°C. É ainda constituída por solos de origem sedimentar, repartidos da costa para o interior em dois tipos, nomeadamente, solos dunares, que se caracterizam por serem arenosos, com alta permeabilidade ou baixa retenção de água e baixa fertilidade, por isso pobres para a agricultura, ocupando a maior parte do território, e solos arenoso-argilosos, também designados por "machongo", em menor quantidade, localizados baixas junto às margens dos rios e das lagoas, mais férteis, com boa capacidade de retenção de água.

A sua biodiversidade é muito grande e variada, sendo que a vegetal é dominada pela flora cultural que tem no coqueiro e no cajueiro os principais objectos que para além da sua grande importância económica constituem-se nos grandes instrumentos de afirmação e apropriação, ou seja, do direito consuetudinário de uso e aproveitamento da terra no quadro histórico de produção do espaço para a vida, isto é, são sobretudo os coqueiros e cajueiros o garante da afirmação do direito da terra, a nível local.

Por outro lado a biodiversidade animal também é muito grande e variada nos diferentes ecossistemas, destacando se a marinha como sendo a que directamente se relaciona com o turismo aqui desenvolvido. Esta, constitui um dos grandes atractivos

turísticos da região, daí o mergulho ser uma das suas grandes ofertas turísticas. Em relação a esta, Azevedo (2014) afirma que é muito rica, sendo possível encontrar com frequência mamíferos marinhos, como baleias das espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenaoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis*, *Roaz corvineire* e *Tursiops truncatus*, e com menos frequência dugongos da espécie *Dugon dugon* e tubarão baleia considerados espécies em extinção. Ademais também ocorrem com muita frequência, tartarugas marinhas das espécies *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas*; raia manta, e uma grande variedade de espécies de peixes, sem contar com os recifes de corais dos géneros *Lobophytum* e *Cladiela*.

Do ponto de vista sócio-demográfico, de acordo com o INE (2012), o tamanho da população da ZCI registada no terceiro censo populacional é de 105.234 habitantes, dos quais 48.836 homens e 56.398 mulheres e a população economicamente activa é de 69.1%. A agricultura, a silvicultura e a Pesca são as principais actividades económicas ocupando quase dois terços do efectivo total dos habitantes economicamente activos. Não se nota o destaque do turismo, como sector de actividade que absorve parte da população economicamente activa.

Relativamente à escolarização, 30.4% da população da ZCI é analfabeta, ou seja, não sabe ler nem escrever em qualquer língua. Segundo Guambe (2007) e INE (2012), a maioria da população (46.2%) vive em palhotas⁶ e 34.2% em casas mistas, havendo muito poucas casas convencionais (3.4%). Em conformidade com Censo 2007, apenas 16.45% dos agregados familiares utilizam como principal fonte de energia para a iluminação, electricidade, enquanto que a maioria dos agregados familiares (78.35%), ilumina a base do petróleo. Situação similar verifica-se em relação ao abastecimento de água para beber e a posse ou não de retrete ou latrina, o que contrasta muito com o turismo aqui desenvolvido.

⁶Características das habitações: **Palhota** é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.); **Casa mista** é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão) e materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, madeira, etc.); **Casa convencional** é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão. (INE, 2012)

B - O boom do turismo e a coexistência de duas formas de produção do espaço.

A terceira fase do desenvolvimento da actividade turística em Moçambique, conforme já foi referido, é caracterizada pela "invasão" do capital privado estrangeiro em particular no turismo, sendo Inhambane um dos principais destinos dos investimentos turísticos, sobretudo para o turismo de sol e praia, conforme ilustra a tabela nº 1, a seguir.

Tabela nº 1: Evolução do investimento e equipamento turístico em Inhambane

Designação	2005	2010	2015
Investimento (milhões de USD)	96	5.772,05	7.479,12
Estabelecimentos	296	491	653
Quartos	1.200	6.500	8.510
Camas	4.300	13.000	16.983
Turistas	23.624	157.520	319.055

Fonte: DPCT de Inhambane

A partir de 1992, a produção do espaço na ZCI passou a ser dominada pela prática social do turismo, caracterizado pela apropriação das terras costeiras, principalmente a primeira faixa dunar, pertencentes à comunidade, para a construção de infraestruturas e prestação de serviços turísticos. A título de ilustração, no destino tradicional da ZCI, na praia do Tofo, verificou-se o alargamento do espaço turístico para além da área urbanizada, estendendo-se para o norte em direcção à Barra e para sul, em direcção a Tofinho, conforme atesta Nhantumbo (2007). Actualmente, estão a surgir novos estabelecimentos turísticos mais para o interior de Tofinho, o que revela em parte o crescimento da actividade turística naquele "destino". Por outro lado, é notório o surgimento e crescimento de novos territórios turísticos como Barra, Tofinho, Rocha, baía dos cocos, Massavana, Guinjata, Paindane e Ligogo, que passaram a integrar o leque de "destinos" na ZCI.

De acordo com Cruz (2003), a génese dos territórios turísticos está no processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo e na intensificação do uso turístico de uma dada porção do espaço geográfico que leva à introdução, multiplicação e concentração espacial de objectos cuja função é dada pelo desenvolvimento da actividade, os chamados objectos turísticos. Entre esses objectos, destacam-se os meios

de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer.

No entanto, apesar desta grande demanda de investimentos e de turistas para Inhambane, o nível de vida das comunidades residentes na província de Inhambane em geral e na ZCI em particular, é muito baixo, conforme se pode constatar a partir de alguns indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane, apresentados na tabela nº 2, produzida com base nos resultados do segundo e terceiro recenseamentos gerais da população e habitação, realizados em Moçambique em 1997 e 2007.

Tabela nº 2: indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane.

Indicadores	1997	2007
População rural (em %)	80,4	77,8
Taxa de mortalidade infantil (em ‰)	118,4	80,4
Esperança de vida (por anos)	46	51,8
Taxa de analfabetismo, total (em %)	54,2	41,3
Taxa de analfabetismo, mulheres (em %)	66,4	52,7
Habitações convencionais e flat/apartamento (em %)		1,4
Habitações com energia eléctrica (em %)	1,7	4,9
Habitações com água canalizada, dentro ou fora (quintal) (em %)	3,7	4,9
Habitações com outras fontes de água (fontenária, poço, furo, rio, lago, lagoa, chuva, outra) (em %)	96,3	95,1
População economicamente activa (15 e mais anos) (em %)		70,6

Fonte: INE, 2012

Como se pode depreender, a maior parte da população da província é rural e economicamente activa, dependendo para a sua sobrevivência de actividades como agricultura, criação de animais, pesca, comércio informal, entre outras. Apesar da tendente melhoria dos indicadores entre os dois censos, as condições sócio demográficas da província, claramente, ainda não são boas. A situação das comunidades residentes na província e na ZCI, por isso, contrasta com o turismo aqui desenvolvido, sendo agravada supostamente, por um lado, pela sua fraca inserção na actividade devido a sua não preparação profissional, altos índices de analfabetismo e, por outro, quando consegue se integrar por via do emprego, os poucos postos disponíveis são de níveis salariais muito baixos.

Relativamente a este aspecto, Nhantumbo (2007), afirma que o sector do turismo ainda carece de pessoal com qualificação e formação na área de turismo e hotelaria. As

funções dos trabalhadores dos estabelecimentos turísticos são diversas, nomeadamente, guardas, faixineiros, cozinheiros, serventes, recepcionistas, motoristas, gestores entre outras, havendo casos de trabalhadores “faz tudo”, isto é, que desempenham todo tipo de funções ao longo do dia. Segundo o mesmo autor, a maioria dos trabalhadores exercem funções de remuneração baixa, correspondentes ao salário mínimo⁷.

Portanto, na ZCI passou a haver uma coexistência entre duas formas de produção do espaço: uma voltada para o consumo de bens e serviços ligados à actividade económica do turismo e, por conseguinte, à reprodução do capital, e a outra, de subsistência, historicamente estabelecida e vinculada à reprodução da vida, cuja subsistência baseia-se principalmente na agricultura e na exploração de recursos costeiros localizados no mesmo espaço que está sendo progressivamente ocupado pelo turismo, como nova forma de produção de espaço.

Conforme, Nhantumbo (2007), quase todos os estabelecimentos turísticos existentes na praia da Barra ocupam áreas anteriormente povoadas por coqueiros, ainda presentes, que pertenceram a nativos agricultores e pescadores, observando-se deste modo a substituição de pequenas parcelas agrícolas por estabelecimentos turísticos, o que sem dúvida constitui uma mudança no tipo de uso do solo. Esta situação é comum na praia do Tofo e em toda a ZCI.

Relativamente à produção do espaço para o turismo na praia da Barra, segundo as estruturas locais do bairro Conguiana e alguns proprietários das parcelas apropriadas pelo turismo, entrevistados, existe neste momento, por exemplo, um grande conflito entre os actuais proprietários do estabelecimento turístico Barra Lodge e quinze famílias proprietárias das parcelas, resultante da falta de cumprimento do acordo de cedência da parcela para a construção do estabelecimento, firmado entre as famílias e o proprietário do estabelecimento.

Debruçando-se sobre a coexistência no processo da produção do espaço, Coriolano (2006) entende que o turismo contemporâneo caracterizado como uma actividade produtiva moderna reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido de maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Para esta autora, ele é, ao mesmo tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do quotidiano para os habitantes do lugar. É

⁷ O Salário mínimo fixado em 2016 para a função pública em Moçambique é de 3.152,00 Meticais. As actualizações são feitas anualmente, normalmente em Abril, depois de ouvida a Comissão Tripartida para a revisão do Salário Mínimo do Conselho Consultivo de Trabalho.

interessante destacar que o turismo tem se revelado como uma das mais recentes forças do processo de acumulação capitalista, construindo novas espacialidades quase sempre contraditórias, oriundas das actividades e acções do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica e sua lógica significa entender as relações produtivas do espaço em movimento e conflito.

C - As lógicas de produção do espaço em atracção e conflito na ZCI

Segundo Cruz (2003), toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar diferentes factores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmos temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a actividade, bem como suas dimensões global e local.

Partindo do entendimento de que o turismo é um fenómeno socioespacial complexo e dinâmico, resultado da acção de diversos grupos de agentes sociais em determinadas porções do espaço, nomeadamente os turistas, os operadores, o Estado e a comunidade anfitriã, Fratucci (2015), destaca ser essencial a compreensão das lógicas territoriais que cada um desses agentes adopta para a satisfação das suas demandas e expectativas, para um melhor entendimento do que é um “território turístico” Corroborando com essa visão dos processos de produção dos espaços do turismo, entendemos ser pertinente a inclusão dos agentes sociais produtores do turismo nas pesquisas sobre os processos de territorialização do espaço, pois, segundo Cruz (2003) e Fratucci (2015), é necessário olhar para a lógica de apropriação do espaço que cada um daqueles agentes sociais utiliza para produzir os seus territórios específicos.

Assim, o turista, um dos principais agentes do turismo, age segundo uma lógica bastante específica, destinada a atender às suas necessidades e demandas no tempo de lazer e de ócio. Diante do processo de flexibilização tanto do capital como do trabalho, o turista contemporâneo tende a fragmentar suas férias e a optar por viagens mais curtas, porém mais constantes.

É neste âmbito que devido a proximidade entre a ZCI e a África do Sul, a facilidade de acesso rodoviário e um nível de vida relativamente melhor, este território é muito procurado por turistas sul-africanos, para além dos moçambicanos provenientes de Maputo, constituindo-se por isso, num dos principais “destinos turísticos” destas origens. Sobre mesmo assunto, Nhantumbo (2007) afirma que os turistas sul-africanos são mais frequentes nos territórios turísticos do município de Inhambane devido a

distância relativamente curta da África do sul para Inhambane, sendo por isso facilmente acessível num período curto de uma semana que duram as férias da Páscoa.

Por outro lado, os agentes do mercado ou operadores turísticos, apropriam-se dos espaços para desenvolverem suas actividades turísticas de uma maneira previamente direccionada ou a partir da incorporação dos destinos turísticos “descobertos” pelos turistas. Em ambos os casos, observa-se certo descompromisso dos empresários com o espaço e sua territorialização é quase sempre reticular, a partir da estruturação das suas redes comerciais, de serviços e de interesses. Segundo Fratucci (2015), a lógica desses agentes é a do capital e da lucratividade e, apesar de sua lógica em escala micro ser aparentemente zonal, uma vez que têm que se localizarem em um ponto específico, suas relações são, quase sempre, verticalizadas atingindo a todo o mercado turístico possível dentro da sua capacidade de actuação.

No caso concreto da ZCI, a apropriação do espaço é feita na base da compra ou aluguer de terrenos sob promessas de emprego para as comunidades a partir da negociação directa com membros da comunidade proprietários das terras e posterior envolvimento das estruturas locais, os secretários dos bairros e os líderes comunitários e mais tarde a legalização junto das entidades competentes, o conselho municipal ou a administração do distrito. Segundo os agentes de mercado entrevistados, nos primeiros anos da terceira fase do desenvolvimento do turismo estes processos de apropriação em muitos casos resultavam em muitos mais conflitos que actualmente, porque não envolviam as estruturas competentes para a devida legalização do processo. Este ponto de vista é corroborado pelo entrevistado do Conselho Municipal de Inhambane ao afirmar que a intervenção do município no processo de concessão de espaços para diversos usos, incluindo o turismo, é regra geral para a legalização, depois de um prévio acordo entre o dono das benfeitorias e o interessado.

O outro agente é o Estado, com uma actuação quase sempre discreta e retardada em relação aos turistas e o mercado. Através das suas distintas instâncias de governo (nacional, provincial e distrital ou municipal), procura coordenar suas acções e políticas a partir de uma lógica zonal de ordenamento de todo o território sob a sua jurisdição. Entretanto, na actualidade a força do capital financeiro ao cooptar os governos tem levado a que esses actuem sob uma lógica mais reticular, privilegiando suas acções para pontos específicos dos seus territórios, conforme o interesse do mercado, o que Cruz (2003) chama de subserviência do Estado. Nestes casos, conforme Fratucci (2008) a contradição é evidente, o duelo entre o interesse público e o interesse privado é

constante e regula as acções desse agente social que, a princípio, deveria assumir a regulação de todos os processos de apropriação do espaço para o turismo em benefício da coletividade.

Por fim, os outros agentes sociais, não menos importantes, envolvidos pelos processos de produção do espaço, são a população residente dos destinos turísticos e trabalhadores directos e indirectos do sector. Estes apresentam lógicas mais zonais de apropriação de espaços, pois o fazem a partir de suas lógicas de vida e de busca de trabalho e renda. A lógica de vida liga-se à lógica do lugar e, portanto, compõem os territórios do quotidiano, quase sempre contínuos e bem definidos pelas suas relações sociais mais intensas. A promessa ou a expectativa de obtenção de emprego, pela via da cedência dos terrenos aos agentes dos mercados tem sido o ponto fraco e de atracção nas relações entre as populações locais e os agentes do mercado na ZCI. Contudo, nem sempre estas expectativas são correspondidas.

Conforme Fratucci (2015) essa lógica pode ser rompida parcialmente quando a necessidade de busca de trabalho leva os agentes sociais a “escaparem” dos seus lugares de vida. Dessa forma, acabam também assumindo uma lógica reticular de apropriação do seu espaço, por conta de terem de buscar emprego onde eles são oferecidos e não onde eles vivem.

Conclusões

A terceira fase do desenvolvimento da actividade turística em Moçambique foi marcada pelo fim da guerra dos dezasseis anos e a abertura do país para a economia neoliberal. Neste período, a produção do espaço na ZCI passou a ser dominada pela lógica do capital e lucro que avançou na territorialização de quase toda a faixa costeira através de grandes investimentos direccionados à apropriação do espaço produzido pela lógica da vida, a favor da prática social do turismo.

Esta desterritorialização das comunidades locais pelo turismo foi e é em parte facilitada pela fraca capacidade de negociação das comunidades motivada pelo analfabetismo e pela ignorância dos processos relativos aos direitos de uso e aproveitamento da terra, e sobretudo, a pobreza. É em parte a lógica da sobrevivência que está na génese da territorialização da ZCI pelo turismo e na desterritorialização da comunidade.

Fratucci (2015) sustenta que no processo da apropriação do espaço e de criação dos territórios específicos para atender o desenvolvimento de diversas actividades incluindo o turismo ocorre o processo dialéctico de desterritorialização, o qual se refere aos processos de perda de território derivados da dinâmica territorial e/ou conflitos de poder.

Esta dinâmica territorial é por um lado desejada pelas comunidades e pelo Estado devido às possibilidades reais e aparentes de emprego e de receitas, mas por outro lado, é a causa dos conflitos inter-sociais decorrentes da perda da posse da terra e das benfeitorias na ZCI, bem como a limitação de acesso a determinados recursos em alguns lugares. É também descrita como a causa de conflitos intra-sociais ligados a contradições no seio familiar ou comunitário relacionadas com a delimitação das parcelas e a subserviência do estado.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria. Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. *Revista Turismo em análise*, n.3, p.599-613, 2011.

AZEVEDO, Helsio. *Segurança em Territórios Turísticos: O Caso do Município de Inhambane em Moçambique*. 271p. Tese (Doutoramento em Geografia) - Universidade Federal De Goiás. Goiânia, 2014.

BOLÉO, José de Oliveira: *Geografia Física de Moçambique: Esboço geográfico*. Lisboa, 1950.

CORIOLOANO, Luzia. Turismo: Prática social de apropria e de dominação de territórios. IN:

LEMOS, A.; ARROYO, M. e SILVEIRA, M. (Org.).*América Latina: Cidade, Campo e Turismo*. São Paulo: Clacso, 1ª edição, 2006, p.367-378.

COSTA, Maria; RIBEIRO, Willame e TAVARES, Maria. O Turismo Enquanto Espaço De Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. *Revista de Geografia da UFC*, n. 06, p.33-42, 2004.

CRUZ, Rita: *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca 2ª edição, 2003.

CRUZ, Rita. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLE, R. et al. *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiencias brasileiras*. UFRJ: Letras e imagem, 2009, p.92-107.

FRATUCCI, Aguinaldo, et al. *Espaços e territórios do turismo: eflexões e indagações*, XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 2015. Disponível em http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/46.pdf . Acesso em 26/10/16.

GUAMBE, José. *Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique: Caso da Zona Costeira de Inhambane*. Maputo: CEP-UEM. 2007.

INE: *III Recenseamento Geral Da População e Habitação 2007: indicadores sócio-demográficos distritais - província de Inhambane*. Maputo, 2012.

MICOA, Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras. Programa de Investigação Aplicada para o Ambiente Marinho e Costeiro nas Províncias de Gaza e Inhambane No período Anos 2009 a 2012, CDS Zonas Costeiras, 2009.

MITUR. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013*. Maputo, 2004.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique: Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. *Moçambique - Paisagens e regiões naturais*. Moçambique, 1999.

NHANTUMBO, Emídio S. *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI. Inhambane*. UEM, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. Brasil: ed. USP, 2008.

SCHMID, Christian. A teoria de produção de espaço de Henri Lefebvre: Em direcção a uma dialéctica tridimensional. *Revista Geosp, espaço e tempo*, São Paulo, nº 32, p89-109, 2012.

VEAL, A. J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.

O AGENTE SECRETO DE ANGOLA

THE SECRET ANGENT OF ANGOLA

*Luiz Carlos Loureiro de Lima Junior**

RESUMO: O seguinte artigo visa avaliar a paródia da masculinidade no livro *Jaime Bunda: agente secreto* do escritor angolano Pepetela, tendo em vista James Bond, personagem criado pelo escritor inglês Ian Fleming.

PALAVRAS-CHAVE: Jaime Bunda; James Bond; Paródia; Masculinidades; Pepetela

ABSTRACT: The following article aims to evaluate the parody of masculinity in the book *Jaime Bunda: secret agent of the Angolan writer Pepetela*, in view of James Bond, a character created by the English writer Ian Fleming.

KEYWORDS: Jaime Bunda; James Bond; Parody; Masculinities; Pepetela

Introdução

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, escritor angolano mais conhecido como Pepetela, recebeu este nome pelo MPLA durante a sua participação na guerra de independência de Angola. Desde essa época já trabalhava as suas produções literárias que só foram publicadas após a independência angolana, ocorrida em 11 de novembro de 1975.

Em 2001 publicou o livro, *Jaime Bunda, agente secreto*, adotando pela primeira vez o gênero policial onde parodia a personagem de James Bond do escritor inglês Ian Fleming com o intuito de denunciar, de maneira sutil, a corrupção política do estado angolano.

Ian Fleming (1908-1964), o célebre criado de James Bond, assim como Pepetela, também teve uma experiência de guerra, por sua participação na Segunda Guerra Mundial quando serviu na marinha britânica, tendo operado no seu serviço de espionagem. A partir dessas experiências, Fleming escreveu em 1952, e publicou no ano seguinte, o *Cassino Royale*, apresentando ao mundo o famoso agente secreto, o “007” da MI5. Na década seguinte, James Bond tornou-se uma franquia cinematográfica, gerando, até o momento presente, 24 filmes, conforme o quadro:

* Mestrado em Literatura Comparada, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8058797297378532>

Quadro 1 – Relação de filmes com James Bond

Título Original	Título no Brasil	Ano	Ator Principal	Diretor
<i>Dr. No</i>	O Satânico Dr. No (cinema) 007 contra o satânico Dr. No (vídeo/televisão)	1962	Sean Connery	Terence Young
<i>From Russia With Love</i>	<i>Moscou contra 007</i>	1963		
<i>Goldfinger</i>	<i>007 contra Goldfinger</i>	1964		Guy Hamilton
<i>Thunderball</i>	<i>007 contra a Chantagem Atômica</i>	1965		Terence Young
<i>You Only Live Twice</i>	<i>Com 007 Só Se Vive Duas Vezes</i>	1967		Lewis Gilbert
<i>On Her Majesty's Secret Service</i>	<i>007 - A Serviço Secreto de Sua Majestade</i>	1969	George Lazenby	Peter R. Hunt
<i>Diamonds Are Forever</i>	<i>007 - Os Diamantes São Eternos</i>	1971	Sean Connery	Guy Hamilton
<i>Live and Let Die</i>	<i>Com 007 Viva e Deixe Morrer</i>	1973	Roger Moore	
<i>The Man with the Golden Gun</i>	<i>007 contra o Homem com a Pistola de Ouro</i>	1974		
<i>The Spy Who Loved Me</i>	<i>007 - O Espião Que Me Amava</i>	1977		Lewis Gilbert
<i>Moonraker</i>	<i>007 contra o Foguete da Morte</i>	1979	John Glen	
<i>For Your Eyes Only</i>	<i>007 - Somente para Seus Olhos</i>	1981		
<i>Octopussy</i>	<i>007 contra Octopussy</i>	1983		
<i>A View to a Kill</i>	<i>007 - Na Mira dos Assassinos</i>	1985		
<i>The Living Daylights</i>	<i>007 - Marcado para a Morte</i>	1987	Timothy Dalton	John Glen
<i>Licence to Kill</i>	<i>007 - Permissão para Matar</i>	1989	Pierce Brosnan	
<i>GoldenEye</i>	<i>007 contra GoldenEye</i>	1995		Martin Campbell
<i>Tomorrow Never Dies</i>	<i>007 - O Amanhã Nunca Morre</i>	1997		Roger Spottiswoode
<i>The World Is Not Enough</i>	<i>007 - O Mundo Não é o Bastante</i>	1999		Michael Apted
<i>Die Another Day</i>	<i>007 - Um Novo Dia Para Morrer</i>	2002		Lee Tamahori
<i>Casino Royale</i>	<i>007 - Cassino Royale</i>	2006	Daniel Craig	Martin Campbell
<i>Quantum of Solace</i>	<i>007 - Quantum of Solace</i>	2008		Marc Forster
<i>Skyfall</i>	<i>007 - Operação Skyfall</i>	2012		Sam Mendes
<i>Spectre</i>	<i>007 contra Spectre</i>	2015		

(fonte: <https://filmow.com/listas/007-todos-os-filmes-oficiais-do-james-bond-170686/>)

Além do cinema James Bond apareceu em jogos de vídeo games e quadrinhos conquistando vários fãs ao redor do planeta. Bond é caracterizado como um homem alto, forte, exímio atirador e conhecedor de algumas lutas de artes marciais, além de contar com auxílio de outros agentes espalhados pelo mundo ou apoio de alguma tecnologia avançada.

E é em cima do mundo eficiente de James Bond que Pepetela parodia com a personagem Jaime Bunda, que chama atenção pelas suas nádegas enormes e aponta as deficiências política do seu país através do humor e a ironia.

O Estagiário Agente Secreto

Jaime Bunda é um homem jovem, negro, gordo, desajeitado, pobre que chama muita atenção pelas suas enormes nádegas que lhe renderam, ainda na escola, o apelido que passou a carregar desde então.

Contudo tem a capacidade de observação, procurando seguir a risca o estilo dos seus heróis, detetives dos livros policiais que sempre leu desde a infância. Seu sonho era se tornar um agente secreto, como James Bond.

Após amargar quase dois anos sentado na última cadeira numa sala destinada a detetives na condição de estagiário, Jaime Bunda, em meio a constantes humilhações dos colegas, finalmente recebe uma missão: investigar o assassinato de Catarina Kiela Florêncio, uma adolescente de 14 anos, cujo corpo havia sido encontrado em mangais dos arredores de Luanda.

Entretanto Bunda é envolvido numa investigação sobre o derrame de milhões de kwanzas, em notas falsas, ao perseguir o tenebroso senhor T, suspeito pelo assassinato da menina. Ao final da narrativa, Jaime, com uma equipe policial, consegue prender uma quadrilha, liderado pelo árabe Said. O mistério do assassinato de Catarina Kiela é resolvido nas últimas páginas do livro pela equipe do inspetor Kinanga: o assassino era um jovem filho de um importante deputado angolano com fama de fazer algazarras, que é preso e confessa o crime, mas o inspetor Kinanga já deixa claro ao Bunda que logo este conseguirá se livrar da cadeia e sairá impune do crime, já que a vítima não era uma pessoa importante no meio social.

No final das contas Bunda não foi o agente que sonhava ser graças ao descaso por parte do Estado que apoiará a elite social, não importando o que ela faça, enquanto Bond tem a coroa inglesa ao seu lado para fazer o que for necessário para eliminar as ameaças ao seu país.

A Paródia do Homem Ideal

George L. Mosse, em seu livro *La Imagem Del Hombre* (2000), informa que desde o século XVIII, na Europa, começava a dar mais valor à beleza masculina do que à feminina que, com o tempo, influenciou o comportamento masculino e ao mesmo tempo excluir aqueles que não se encaixavam nos padrões estabelecidos como negros, judeus, ciganos e homossexuais.

Contudo esculpia-se o corpo ideal, inspirado pelas esculturas de atletas gregos, símbolos da perfeição. Esse ideal foi ganhando força e servindo para reforçar traços de identidade e supremacia nacional, após a Segunda Guerra Mundial ele não só continuou como foi potencializado, o surgimento de James Bond na literatura, em 1953, indicava isso.

A paródia sempre teve o papel de imitar de maneira burlesca o original na intenção de usar a sua característica para denunciar, criticar ou ironizar a sociedade em geral, o próprio Bakhtin diz que “A paródia permite uma variedade considerável. Pode-se parodiar o estilo do outro como estilo; pode-se parodiar o modo característico de observar, pensar e falar típico, social ou individualmente.”

Ao criar Jaime Bunda, Pepetela não se limitava parodiar apenas a figura de James Bond, fazia o mesmo com o seu cenário. Bond é um agente secreto eficiente que trabalha para MI5 a serviço da coroa inglesa com permissão para matar, nos livros escritos por Ian Fleming ele é descrito como um homem moreno, alto, olhos azuis, porte físico atlético e com algumas habilidades marciais, somando que ele tem todo o apoio financeiro, tecnológicos e diversos agentes espalhados pelo mundo prontos para auxiliá-lo, e a polícia inglesa é incorruptível.

Com essas ferramentas Pepetela denuncia, de maneira sutil e humorada, a corrupção presente na política e na polícia angolana, assim como o seu atraso tecnológico. Nem Jaime Bunda está isento da ilegalidade, como podemos ver na parte em que ele, num acesso de ciúmes da ex-amante, contrata o Antonino das Corridas para quebrar a perna do marido dela, mas o plano fracassa.

Por mais que deseje, Jaime não tem um apelo sensual ou alguma tática para atrair uma mulher, como James Bond. Bunda não atende o padrão de beleza pregado pelo ocidente que o próprio Bond carrega, ainda por cima sofre com as limitações físicas por ser gordo e ter suas nádegas enormes. Num combate corpo a corpo, James Bond leva sempre a melhor em vários adversários, enquanto Jaime obviamente não teria

a menor chance, como aconteceu com sua ex-amante que o encheu de tapas e arranhões no rosto.

Além do mais Jaime Bunda não teve um preparo adequado para a polícia, e só ingressou graças a seu primo D.O. (Diretor Operacional) que “mandou recrutá-lo, evitando as formalidades de praxe” (Pepetela, 2001, pag. 14), entretanto Jaime nunca participou de um combate na guerra civil que assolou Angola durante vários anos, enquanto James Bond conheceu o rigor e a disciplina da marinha britânica antes de se tornar um agente secreto.

Bond sofreu diversas vezes torturas nas mãos dos inimigos, ficando a beira da morte e um bom tempo se recuperando como pode ser observado nos livros *Cassino Royale* e *Viva e Deixe Morrer*, por exemplo, desenvolvendo uma grande tolerância a dor.

James Bond é o homem ideal construído por Fleming para trazer a supremacia britânica ao mundo, fazendo vários inimigos temerem a sua pessoa, e Bunda tende a desconstruir esse ideal não só através do seu corpo físico como também no meio social onde vive.

Mulheres

Bond é um homem fisicamente irresistível, com um apelo erótico. Nos livros de Ian Fleming ele sempre leva uma garota pra cama ao final de uma missão, porém nunca fica com ela, jamais se casa e constitui uma família.

Tanto no livro como nos filmes, James Bond mantém o seu domínio e poder de sedução sobre elas, entretanto no cinema Bond chega a ser uma figura mais sexualizada, levando uma média de três a quatro mulheres para cama durante o filme, como pode ser conferido nas versões estreladas por Sean Connery, por exemplo.

Por outro lado Jaime Bunda não tem essa sorte, ele não se encaixa nos padrões de beleza, ele é o Anti-James Bond, ou como o próprio admitiu um “James Bond subdesenvolvido”. (Pepetela, 2001)

Entre os dois livros, *Jaime Bunda, agente secreto* e *Jaime Bunda e a Morte do Americano*, Jaime teve apenas uma mulher, provavelmente a única em toda a sua vida, Florinda, que é mais velha e casada com um empresário corrupto, Antero. Contudo, ela manipulava Jaime para obter informações da polícia a respeito do seu marido, com o intuito de mantê-lo protegido junto com seus negócios e quando seu amante deixa de ser útil, simplesmente o abandona.

Tomado por ciúmes Jaime contrata Antonino das Corridas para partir a perna de Antero, mas o plano fracassa e Florinda surra o ex-amante em seu quarto, sem que este consiga reagir. E para que ninguém descobrisse isso, finge para o seu superior, D.O., e outros colegas de trabalho que havia sido surrado por três homens durante uma investigação.

Pepetela sequer dá uma noite de sexo a Jaime Bunda, se limitando a mencionar de que já havia acontecido anteriormente uma relação sexual entre Florinda e Jaime, e só. Enquanto Fleming permite que Bond tenha os seus relacionamentos em cada livro com diferentes mulheres, principalmente após ter eliminado seus inimigos.

As mulheres que se envolvem com Bond, dentro do universo literário, apresentam um passado triste ou estão envolvidas com o seu inimigo no papel submisso, e jamais voltam a aparecer nas continuidades da série de livros, em algumas ocasiões é feito uma breve menção de seu nome, como por exemplo, a personagem Tiffany Case do livro *Diamantes São Eternos* que se envolve com Bond e no livro seguinte, *Da Rússia, Com Amor*, é mencionada que havia terminado o relacionamento com Bond, sequer aparece no livro.

Nos dois livros de Jaime Bunda, o personagem título tem o envolvimento amoroso com Florinda, como já mencionado, e no segundo livro paquera a agente norte-americana, Shirley, e novamente sofre uma grande desilusão quando descobre seu relacionamento homossexual com a miss 1ª dama (de honor).

Entretanto existe um outra mulher Malika, uma personagem importante do primeiro livro, que apesar da sua aliança com Said e ter sido a narradora do “segundo livro”, não teve uma ligação pessoal na vida de Jaime Bunda, como Florinda e Shirley, aqui abordei um pouco sobre as mulheres que tiveram um envolvimento direto com o Bond e o Bunda.

O Estado

Desde que recebeu os dois zeros que antecedem o número sete, James Bond obteve a permissão para matar em nome da coroa, não importa como. Em todas as missões, passadas diretamente pelo seu superior M, Bond recebe todo o apoio necessário, desde uma altíssima ajuda financeira até o apoio de outros agentes preparados.

Não importa aonde vá, James Bond sempre leva sua arma, uma beretta, escondida no paletó para usá-la quando necessário. Nos livros de Ian Fleming, Bond

diversas vezes enfrentou e matou diversos capangas do inimigo principal, antes que pudesse chegar a ele e puni-lo em nome da coroa.

O departamento SIG (Serviços de Investigação Geral), onde trabalha Jaime, lhe dispõe apenas de um carro velho caindo aos pedaços, com um motorista para investigar o assassinato de Catarina. A princípio ele não porta uma arma, que só consegue praticamente no meio do livro, e muito menos tem a permissão para matar.

Em *Jaime Bunda, agente secreto*, vemos o atraso tecnológico de Angola, como o carro velho usado por Jaime e o morgue, frigorífico onde se guardam os mortos para as investigações, funcionando apenas uma geladeira.

As investigações de Bunda, no primeiro livro, ficam limitadas em Angola, enquanto Bond é viaja a diversos países como a Rússia ou os Estados Unidos. Bom tem o Estado a seu favor para que possa realizar com sucesso as suas missões, enquanto o mesmo não se aplica a Bunda que é prejudicado pela falta de um preparo profissional e a impunidade de criminosos que pertencem a uma classe elitizada como o assassino de Catarina Kiela permitindo a existência do descaso social com a classe mais baixa.

Considerações Finais

Pepetela sempre foi conhecido pelas suas ironias e críticas sociais referentes a Angola, em *Jaime Bunda, agente secreto* ele trabalhava pela primeira vez com o gênero policial, mas se valendo da paródia com a personagem James Bond, do escritor inglês Ian Fleming.

O papel da paródia sempre foi imitar o estilo de um autor apresentando uma linguagem oposta e burlesca à obra original com a intenção de fazer ironia. Jaime Bunda é a imitação burlesca da vida requintada de James Bond, usado para apontar a deficiência que assola o meio social de Angola.

James Bond vive numa Inglaterra onde o serviço secreto é eficiente e temido por vários inimigos, como os russos. Permitindo seu sucesso nas missões e a supremacia inglesa frente ao mundo, que também colonizou vários países no mundo.

Por outro lado Jaime Bunda pertence a um país que foi colonizado por muitos anos pelos portugueses, e que passou por duas guerras, a de independência (1961-1975) e a civil (1975-2002), e mesmo com a sua reconstrução e o crescimento econômico Angola ainda apresenta sérios problemas sociais devido à corrupção.

Referências bibliográficas

ECO, Umberto. *O Super-Homem de Massa*. Coleção Debates vol. 238. 1ª edição. Tradução: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FLEMING, Ian. *Cassino Royale*. Tradução: Thomaz Souto Corrêa. Porto Alegre: L&PM, 1999.

_____. *Viva e Deixe Morrer*. Tradução: Roberto Gray. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2013.

_____. *Da Rússia, Com Amor*. Tradução: Roberto Grey. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2013.

_____. *Diamantes São Eternos*. Tradução: Roberto Grey. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2014.

GOMES, Simone Caputo. Jaime Bunda e a Morte do Americano: O Livro Policial é um Pretexto. In: CHAVES, Rita e MACÊDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 337 - 345.

GUSTAVO, Alisson. *007 Todos os filmes oficiais do James Bond*. Disponível em: <https://filmow.com/listas/007-todos-os-filmes-oficiais-do-james-bond-170686/>. Acesso em: 22/02/2017.

MANTOLVANI, Rosangela Manhas. Jaime Bunda, Agente Secreto: A Paródia do Mito. In: CHAVES, Rita e MACÊDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 329 - 325.

MOSSE, George L. *La Imagen del Hombre*. Serie Arcoiris. 1ª edição. Tradução de Rafael Heredero. Espanha: editora Talasa Ediciones S.L., 2000.

PEPETELA. *Jaime Bunda, Agente Secreto*. 4ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

_____. *Jaime Bunda e a Morte do Americano*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

PEREIRA, Érica Antunes. *De James Bond a Jaime Bunda: A Subversão Pela Paródia*. Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/176-de-james-bond-a-jaime-bunda-a-subvers%C3%A3o-pela-par%C3%B3dia>. Acesso em: 29/10/2016.

PINTO, Alberto de Oliveira. *História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2015.

ÁFRICA

DO OESTE

“CONTOS E LENDAS DO NÍGER”, DE BOUBOU HAMA: A TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA

“TALES AND LEGENDS OF NIGER”, BY BOUBOU HAMA: RESERCH TRAJECTORY

Ana Luiza de Oliveira e Silva⁸

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o percurso e resultados de minha pesquisa de doutorado. Tal trabalho trata da trajetória de um intelectual e político do Níger, uma das colônias da então chamada África Ocidental Francesa, ao longo do século XX. Interessado pelas culturas de povos que compunham aquela região do continente, Boubou Hama trabalhou arduamente pela coleta e salvaguarda de costumes e tradições de modo a preservar e divulgar aquele arcabouço cultural. A partir da aproximação de algumas de suas obras escritas, buscamos investigar seus projetos político-intelectuais e relacioná-los à produção de uma coletânea em especial, intitulada *Contes et légendes du Niger* [Contos e lendas do Níger]. Tanto durante o período colonial quanto após a independência nigerina, que se deu em 1960, Boubou Hama procurou fazer com que a África conhecesse seus próprios valores e concepções de mundo. Para ele, a preservação da cultura compunha um passo chave para o que idealizava em relação ao futuro do Níger e do continente africano como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Níger. Boubou Hama. Literatura oral. Contos e lendas. Projetos político-intelectuais.

ABSTRACT: This paper aims to present the trajectory and some of the results of my PhD research. My thesis broaches the path followed by a Nigerien intellectual and politician throughout the 20th century. Boubou Hama was a man deeply interested in the cultures of West African peoples. He worked hard to collect and safeguard costumes and traditions, so that the African past and present culture could be kept alive. Through the reading of some of his books, I aim to investigate his political-intellectual projects and relate them to one piece in particular, entitled *Contes et légendes du Niger* [Tales and legends of Niger]. During French colonial rule, as well as after Nigerien independence (1960), Boubou Hama channelized his struggle and actions to the spread of knowledge about African values and worldviews. For him, the preservation of culture was a key step in the plan he envisaged for Niger's future and for Africa as a whole.

KEYWORDS: Niger. Boubou Hama. Oral literature. Tales and legends. Political-intellectual projects.

Prólogo

Este artigo tem como intuito apresentar, em linhas gerais, as diferentes partes de minha pesquisa de doutorado, levada a cabo no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da professora Dr.^a Marina de Mello e Souza. Tal pesquisa contou ainda, através de bolsa sanduíche da CAPES, com um período de estágio junto ao *Department of African Studies and Anthropology* [Departamento de Estudos Africanos e

⁸ Doutora em História Social pelo programa de Pós-graduação em História Social, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2796838146812379>

Antropologia / DASA] da Universidade de Birmingham, Inglaterra, sob co-orientação da professora Dr.^a Benedetta Rossi. De maneira a melhor apresentar as ideias referentes ao percurso de construção de meu trabalho, bem como alguns de seus resultados, inseri subdivisões de acordo com os oito segmentos da própria tese, defendida em Novembro de 2016 e disponibilizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP no ano seguinte.⁹

De modo a situar o tema e objeto sobre os quais me debrucei, seguem algumas informações pontuais. Em termos geográficos, a pesquisa se centrou na região da África Ocidental, em particular os territórios que passaram por um processo de colonização francesa e, entre eles, o Níger. O foco da investigação se deu sobre a trajetória intelectual e política de um homem chamado Boubou Hama (1906/9-1982)¹⁰, que, dentre inúmeras obras escritas, produziu a fonte em torno da qual meu trabalho se desenvolveu: uma compilação de narrativas intitulada *Contes et légendes du Niger* [Contos e lendas do Níger], publicada entre 1972 e 1976. Contando com 67 histórias, trata-se de uma das maiores e mais importantes coletâneas deste tipo de material levadas a cabo naquele país. Percebendo que Boubou Hama foi alguém que idealizou e desenvolveu projetos político-intelectuais relativos ao Níger e à África como um todo, procurei compreender o que ele buscava com aquela coletânea de contos e lendas e quais relações havia entre ela e os propósitos de seu autor.

Em outras palavras, as perguntas que direcionaram a pesquisa foram: por que Boubou Hama compilou aquelas histórias? Que relações podem ser traçadas entre a coleção de contos e lendas e seus projetos intelectuais e políticos? De modo a respondê-las, busquei um mais extenso corpo bibliográfico relativo aos temas da pesquisa, expandindo a análise sobre diversos outros textos do mesmo autor, incluindo sua autobiografia.¹¹ Foi possível constatar que, ao mesmo tempo em que ele via a si mesmo e a suas iniciativas como partes de um empreendimento maior de resgate e preservação

⁹ Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08022017-130016/pt-br.php>

¹⁰ Os anos de 1906 e 1909 são ambos referenciados, de maneira variada, nas diversas obras de Boubou Hama para referir-se à sua data de nascimento. Jean-Dominique Pénel chama a atenção para este fato no tocante àquele autor, observando que tais flutuações eram comuns em África no início da colonização. (LAYA; PÉNEL; NAMAÏWA, 2007: 13-16). Por sua vez, Frederick Cooper retraza discussões das décadas de 1940 e 1950 que referenciavam a insuficiência ou inadequação dos registros de *état-civil* (informações referentes a nascimentos, relações de parentesco, locais de residência e de trabalho, casamentos, mortes, etc.) nas colônias. (COOPER, 2014: 152-158).

¹¹ Por motivos de economia do texto, devido à extensão das referências, incluí apenas aquela que concerne à obra principal, *Contes et légendes du Niger*, juntamente com as obras que forem citadas no presente artigo. As referências completas das outras fontes utilizadas podem ser encontradas ao final da própria tese.

de tradições, também fazia uso delas para desenvolver os seus próprios projetos. Neste sentido, o título que escolhi para a tese foi: “*Sobre as pegadas dos antigos, preparem um amanhã africano*”: a coleção de contos e lendas de Boubou Hama e seus projetos para a África. A frase inicial, retirada de um livro publicado postumamente (HAMA, 1983: 70), encapsula a própria essência daquilo que Boubou Hama propunha para seu continente, ou seja, um plano de desenvolvimento para o futuro calcado naquilo que entendia ser a grande contribuição africana para o mundo, um contributo que estava baseado em suas raízes, sua personalidade, enfim, naquilo que a África tinha de único.

Tal pesquisa de doutorado contribui para a área dos Estudos Africanos, trazendo à tona aspectos da história de um país parcamente estudado como o Níger, parte integrante da então chamada África Ocidental Francesa, e cuja independência política foi atingida em 1960. Além disso, coloca em evidência um personagem pouquíssimo conhecido no Brasil, mas cuja imensa produção escrita e ativa participação na política nigerina marcaram o percurso daquele território ao longo do século XX. Assim, o trabalho oferece contribuições pelo diálogo que trava com intelectuais africanos – Boubou Hama em particular –, pela luz que lança sobre elementos da cultura de povos da região estudada – através, principalmente, de histórias da literatura oral –, e pelo desvelamento de realidades políticas e sociais africanas – tendo o Níger como foco – pouco difundidas.

Introdução da tese

O primeiro segmento do trabalho intitula-se *Introdução: Níger e colonização francesa*. Sua intenção é prover contextualização a respeito do recorte geográfico e temporal, bem como analisar o impacto do processo de colonização na região examinada, que funcionou inicialmente como território militar (1900-1921) e, em seguida, como colônia (1922-1960). A este respeito, a ocupação colonial estabeleceu modificações diversas em relação às feições que o território que viria a ser denominado ‘Níger’ possuía às vésperas da colonização. Apesar de existirem aspectos que foram mantidos ou que foram menos afetados pela presença francesa, ao mesmo tempo houve outros elementos que abalaram sobremaneira a vida das populações.

Um destes elementos foi o estabelecimento de unidades administrativas, fundamentais para a logística colonial francesa no continente africano: a *Afrique*

Occidentale Française [África Ocidental Francesa / AOF]¹² e a *Afrique Équatoriale Française* [África Equatorial Francesa / AEF].¹³ Um segundo componente foi a violência nas investidas de ocupação e lutas de resistência, com massacres muitas vezes justificados por “razões de Estado”. Um terceiro elemento foi o estabelecimento de impostos, do trabalho forçado¹⁴ e do *Code de l’indigénat*¹⁵, grandes representantes da repressão colonial na África francesa. Por fim, um quarto fator foi a implantação de instituições de ensino coloniais que, no caso específico do Níger, estiveram presentes na trajetória de vida do próprio Boubou Hama e tiveram importância fundamental para a formação de uma elite letrada, a qual marcou presença na cena política nigerina tanto antes quanto depois da independência.

Este é o contexto geral que permeava a época de nascimento de Boubou Hama. Para ele, paralelamente aos conhecimentos introduzidos durante o processo de colonização, havia um outro tipo de conhecimento, especificamente africano, que designava como “tradicional”. Nele, estaria inserida uma série de compreensões, capacidades, fundamentos e informações presentes entre sociedades do continente africano antes do estabelecimento dos europeus e a formação de colônias. No interior de tal “conhecimento tradicional” – que Boubou Hama entendia permear todos os meandros da vida e da sociedade e que se encontrou no centro de suas preocupações, tanto ao longo de suas obras quanto em sua trajetória intelectual e política –, duas esferas intercambiavam-se de maneira indissociável: uma espiritual (relativa ao contato com o mundo invisível e, mais profundamente, a um entendimento de mundo intimamente ligado ao âmbito da espiritualidade) e outra material. Para Boubou Hama, apesar de todo o impacto causado pela colonização, os valores e concepções de mundo presentes no continente africano ainda se encontravam disponíveis e necessitavam ser acessados por todos.

¹² Constituída em 1895 e composta, em sua forma completa, pelas colônias do Senegal, Costa do Marfim, Mauritânia, Guiné, Soudan (atual Mali), Alto-Volta (atual Burkina Faso), Daomé (atual Benin) e Níger.

¹³ Formada em 1910 e integrada pelas colônias do Gabão, Congo-Brazzaville, Chade e Ubangui-Chari.

¹⁴ Segundo Babacar Fall, o trabalho forçado tomava, na AOF de 1900 a 1946, cinco formas: requisição de mão-de-obra (primeira medida coercitiva perpetrada pela administração colonial, cujo recrutamento era feito de maneira intimidadora e repressiva); *prestation* [prestação] (imposto cobrado em dias de trabalho em canteiros de obras públicas); segunda porção do contingente militar (uso da lei militar obrigatória para destinar uma parte do contingente para trabalhar em canteiros de obras públicas); mão-de-obra penal (utilização de prisioneiros para obras diversas); e obrigação de cultivo (imposição de certas culturas industriais, ditas obrigatórias, aos agricultores). (FALL, 1993: 329-336).

¹⁵ Também chamado apenas *l’indigénat*, por não se tratar de um código textual único, tratava-se de um sistema de justiça conduzido pela administração francesa em relação, exclusivamente, aos *indigènes* [autóctones]. Entendido como um regime legislativo de exceção, o *indigénat* colocava poder nas mãos dos administradores locais, dando margem a toda sorte de arbitrariedades.

Parte I: Boubou Hama

Esta parte da tese, cujo cerne é a própria figura de Boubou Hama, é composta por dois capítulos. O Capítulo 1, *Boubou Hama: Homem de Letras*, tem como foco sua vida e formação intelectual. Nele, busquei historiar o percurso daquele personagem ao longo de seus primeiros anos (vividos na pequena vila de etnia Songhay chamada Fonéko), seu período escolar em escolas da administração francesa, e sua carreira docente, sendo ele o primeiro professor nigerino formado pela *École Normale Supérieure William Ponty* [Escola Normal Superior William Ponty], a maior e mais importante instituição educacional da AOF, localizada, entre os anos de 1913 e 1937, na ilha de Gorée, em Dakar, no atual Senegal.

No que concerne o exercício de sua profissão, propus uma discussão acerca da negociação de identidades: centrando-me na posição ocupada por Boubou Hama em relação à cultura africana vis-à-vis a educação europeia, pude perceber um movimento pendular e constante de, para usar a expressão de Karin Barber e Paulo de Moraes Farias, *self-assertion and brokerage* [autoafirmação e intermediação] (BARBER; MORAES FARIAS, 1990). As questões que Boubou Hama enfrentava no tocante à relação entre África e Europa, seja consigo mesmo, seja no contato com a administração francesa, demonstram que a posição que ocupava era aquela de um “entre-lugar”. Mesmo não sendo o único a vivenciar esta situação, seu caso denota a existência de tal problema, sendo representativo da dificuldade das negociações identitárias por parte dos africanos no contexto colonial.

Em segundo lugar, busquei atentar para a questão das relações travadas entre a educação colonial e os posicionamentos político-intelectuais daqueles que nela se encontravam. Percebi que o sistema educacional francês, ao contrário de apenas formar uma elite letrada nativa que seguiria os mandamentos da administração colonial, acabou por prover os instrumentos que engendraram críticas à própria colonização. Boubou Hama foi um homem que pode fazer uso do próprio sistema educacional no qual estava inserido – primeiro como aluno, depois como professor – para estabelecer suas ideias e arquitetar um projeto político-intelectual para o Níger e para o continente africano como um todo. Neste, a educação e a cultura tinham papel preponderante; da mesma forma, toda uma “dimensão espiritual”, que o havia acompanhado desde a infância por meio de crenças, tradições, contos e lendas, também possuía uma importância cabal.

O segundo capítulo que compõe a primeira parte da tese intitula-se *Boubou Hama: Homem de Estado* e está centrado em apresentar sua trajetória política. Iniciada

na década de 1930, tal carreira encontrou-se intimamente ligada ao processo histórico e político do Níger e de outros territórios africanos, tanto no período anterior quanto no que se seguiu às independências. O comprometimento ativo de Boubou Hama em instituições diversas, incluindo em especial o *Parti Progressiste Nigérien* [Partido Progressista Nigerino / PPN] – primeiro partido político surgido naquela colônia –, colaborou para a formatação de ideais conjuntos no ambiente dos *évolués*¹⁶ nigerinos, os quais também mantinham relações com intelectuais e políticos de outros territórios da AOF, através, por exemplo, de uma coligação de partidos conhecida por *Rassemblement Démocratique African* [Agrupamento Democrático Africano / RDA]. A forte representação de Boubou Hama no cenário político terminou em 1974, quando um golpe de Estado, perpetrado pelo militar Seyni Kountché, acabou por afastá-lo da esfera pública.

Apesar de todas as reviravoltas referentes à administração e ao governo nigerino antes e depois da independência, o plano elaborado por Boubou Hama em prol da resistência aos abusos da colonização e em defesa do desenvolvimento do continente africano estava baseado, como comentado, na educação e na cultura, com as quais manteve um acirrado comprometimento antes, durante e depois de seu percurso político.¹⁷ Ademais, uma de suas propostas versava sobre uma “união africana” – ideia compartilhada com diversos outros líderes naquele continente –, que estava calcada justamente na cultura e no conhecimento. A ideia de uma união, na qual Boubou Hama insistiu incessantemente, além de estar relacionada a um contexto histórico específico da década de 1950, também se conectava a um projeto de salvaguarda de costumes, tradições, cultura e história de povos e, subsequentemente, de difusão do conhecimento para que a África fosse conhecida pelos próprios africanos. A crença em seu projeto educacional e desenvolvimentista para o Níger e a África era tal que Boubou Hama continuou a escrever e produzir mesmo durante o período em que esteve encarcerado no decorrer do regime de Kountché.

¹⁶ Termo utilizado pelos franceses na época colonial para referir-se a africanos que haviam frequentado escolas da administração colonial, ou ocupavam cargos no sistema administrativo francês, ou haviam adotado hábitos dos brancos; tais homens encaixavam-se na categoria de “elite nativa”. Outros personagens fundamentais para a história política do Níger foram, por exemplo, Diori Hamani e Djibo Bakary, cuja relação com Boubou Hama remonta aos anos 1930.

¹⁷ Por exemplo, um dos cargos políticos que ocupou foi o de diretor da sede local do *Institut Français d’Afrique Noire* [Instituto Francês da África Negra / IFAN], em Niamey, entre 1954 e 1957. Tal instituição focava-se no estudo da cultura e sociedade da AOF; durante seu período como diretor, Boubou Hama deu apoio a pesquisas acerca do povo Songhay e, em 1958, fez uma exposição de objetos que acabou por engendrar o gérmen da criação do Museu Nacional do Níger em 1959.

Parte II: Contes et légendes du Niger e a literatura oral

A sequência do trabalho contém um segundo bloco, também composto por dois capítulos, referente à obra estudada e sua relação com a literatura oral. O Capítulo 3, intitulado *Contes et légendes du Niger*, cuja essência são as narrativas que compõem os seis tomos de tal composição, teve como uma de suas bases a ideia – advinda na esteira de Paulo Fernando de Moraes Farias (MORAES FARIAS, 2003), cujos trabalhos propõem o entendimento de fontes históricas como resultado dos projetos de seus autores e não como pacotes de informação bruta – de que aquela coleção de contos e lendas deve ser vista como um texto moldado pelo pensamento e pelos projetos intelectuais/políticos de Boubou Hama. Tal capítulo também propõe a análise de algumas histórias a partir das seguintes temáticas específicas: histórias sobre origens, lugares e povos; histórias sobre tradições/costumes e progresso; histórias sobre educação; histórias sobre o mágico-religioso; e histórias com morais/provérbios. Além disso, o capítulo traz reflexões acerca do processo de compilação de contos e lendas por parte de Boubou Hama, e de como ele, ao mesmo tempo em que coletava conhecimento, também o produzia.

Neste sentido, sugeri que ele não entendia que havia algo “pronto” a ser resgatado nas tradições orais, mas que era possível utilizá-las para construir aquilo que os questionamentos de seu próprio tempo julgassem necessário. Da mesma maneira, seu texto acerca de tais tradições (apresentadas através de contos e lendas) também era moldado pelos projetos que ele mesmo tinha para seu país e continente. Nesta perspectiva, Boubou Hama atribuía grande importância a uma “personalidade africana/nigerina” – cuja definição estava intimamente ligada ao conhecimento acerca do Níger e da África –, que caminharia lado a lado com o desenvolvimento nacional, em termos tanto políticos quanto econômicos. Neste sentido, ele prezava a salvaguarda da tradição (conhecimentos, concepções de vida e mundo) de modo a propor respostas às preocupações de seu tempo presente. Era por esta via que Boubou Hama trabalhava, primando pelo ensinamento, pela tomada de consciência e pela expansão do conhecimento, de maneira a solucionar questões que então se colocavam. Divulgar saberes era um dos alicerces de seus projetos, e ele entendia que o conhecimento sobre si, tanto no Níger quanto em África, deveria passar, necessariamente, pelas tradições orais. Tais ideias encontravam-se, portanto, intimamente ligadas a seu objetivo de compilar histórias e escrever *Contes et légendes du Niger* [Contos e lendas do Níger].

Por sua vez, o Capítulo 4, intitulado *O significado da literatura oral*, traz aspectos de cunho teórico a respeito da literatura oral, bem como relaciona aquela obra de Boubou Hama com seu contexto de produção mais amplo e com as marcas deixadas por seu autor. A partir de uma discussão acerca da literatura oral, das aparentes contradições do termo e do sentido que adquire em contexto africano – especificamente no tocante à obra investigada, mas também em comparação com outras coletâneas de épocas e localidades similares –, pude desenvolver algumas reflexões. A primeira delas refere-se à complexidade da relação entre ‘oralidade’ e ‘escritura’. No caso específico de Boubou Hama, é possível perceber que ele inseria, em seu registro escrito, elementos que remetiam ao âmbito da oralidade e, desta forma, acabava por manter determinadas características e por misturar aspectos de ambos os registros. Além disso, e esta é uma segunda consideração, sua obra e seu trabalho de recolha e salvaguarda de contos, lendas, histórias e provérbios transmitidos oralmente não eram nem os primeiros, nem os únicos na África Ocidental ou no próprio Níger, ainda que seu compêndio seja digno de nota não apenas por sua extensão, mas pelo fato do autor ser nigerino, e não europeu.¹⁸

Em terceiro lugar, percebi que o processo de coleta e publicação de tradições orais tinha um caráter duplo: a conservação e a transmissão. Longe de serem categorias estáticas, ambos trazem possibilidades de criação e inovação, ou seja, a salvaguarda também se encontra marcada por um movimento mais amplo de ‘abertura’, no sentido benjaminiano do termo (BENJAMIN, 1987). Da mesma forma, ‘oral’ e ‘escrito’ não devem ser entendidos como termos fixos nem radicalmente dicotômicos, na medida em que o primeiro não é sempre fluido e o segundo não é sempre estável. Em sua coletânea, Boubou Hama não fixou simplesmente o oral no escrito, mas também criou algo próprio, a partir de seus objetivos particulares. Neste sentido, ele primava pelo caráter pedagógico que entendia estar presente na tradição, motivo que o impulsionava a trabalhar por sua transmissão.

Por fim, o capítulo explora o fato de que, ao longo do texto de sua coletânea, Boubou Hama deixou traços (notas de rodapé, por exemplo) que o configuram como ‘autor’ da obra, corroborando novamente a ideia de que a conservação (no caso, das histórias) não era feita de maneira inerte ou estagnada. Ao longo de todos os tomos da obra, existem informações que foram acrescentadas, existem palavras, expressões,

¹⁸ Na África do Oeste, diversas coletâneas similares foram levadas a cabo tanto por franceses quanto por britânicos.

enfim, sinais que denunciam a presença dos narradores das histórias. Boubou Hama é um destes autores, alguém que, mais do que buscar a tradição oral e imobilizá-la em registro escrito, fez opções, complementou o texto, deu novos significados e, assim, inseriu sua marca naqueles contos e lendas do Níger.

Parte III: A compilação de Boubou Hama em relação ao período pós-colonial

Na sequência do trabalho, sobrevém um terceiro bloco, igualmente composto por dois capítulos. O Capítulo 5, *Boubou Hama e suas ideias no contexto da descolonização*, versa sobre algumas das ideias do autor no que se refere a outros intelectuais de África e Diáspora, especialmente aqueles ligados ao movimento da *Négritude*.¹⁹ Algumas das reflexões principais desenvolvidas no capítulo são as seguintes. A primeira refere-se, na esteira de Edward Said (SAID, 2005), à circulação de ideias no contexto da descolonização, de onde deparei uma segunda percepção, a de que Boubou Hama não era uma voz isolada em África, mas encontrava-se inserido em discussões mais amplas presentes em seu tempo, como aquelas sobre anti-colonialismo, assimilação, união africana e valorização da cultura.

Em segundo lugar, o capítulo traz uma discussão acerca da fluidez existente entre as fronteiras que supostamente marcavam o universo do “africano/colonizado” e aquele do “europeu/colonizador”; da mesma forma, os conceitos ‘tradicional’ e ‘moderno’ podem ser melhor compreendidos caso não sejam tomados como pólos essenciais e opostos. Nesta direção, a análise corroborou a percepção de outros autores de que, no mundo colonial e pós-colonial, existia uma grande zona cinza, na qual ocorriam entrecruzamentos dos mais diversos. Nesta perspectiva, a ideia de “entrelugar” – ou o “terceiro espaço” de Homi Bhabha (BHABHA, 1998) – contribui para a compreensão de relações travadas no período da descolonização em África, oferecendo uma imagem mais complexa do que se poderia visualizar a partir de binômios dicotômicos. Tal entendimento encontra repercussão na trajetória de vida do próprio Boubou Hama, como alguém que, fazendo parte de uma elite intelectual que se via no entremeio entre dois continentes, acabou por encontrar uma terceira via: fazer uso de

¹⁹ Movimento intelectual que se ligava ao anti-colonialismo, à rejeição da assimilação cultural, e à reivindicação de uma identidade negra, com sua cultura e todos os seus valores. Alguns de seus grandes expoentes foram Léopold Sédar Senghor, no Senegal, e Aimé Césaire, na Martinica.

instrumentos franceses (como língua, casas de edição²⁰ e mesmo sistema educacional) de maneira a defender interesses da África, dentre os quais, a preservação e divulgação de sua cultura.

Para Boubou Hama, a educação era um caminho importante na formação de uma consciência crítica, a qual, por sua vez, teria um papel preponderante na marcha política pela qual o Níger passava, tanto antes quanto depois de sua independência da França. De modo análogo, sua compreensão acerca da colonização era similar, como um processo que servia como fermento para levantar a reação dos africanos. Entendida como parte constituinte do encadeamento histórico, ela deveria ser utilizada para promover o desenvolvimento, independentemente de seus aspectos negativos, como a desigualdade e a violência. Tal visão mais otimista acerca das possibilidades abertas a partir do contato colonial era compartilhada, em especial, com Léopold Sédar Senghor, outro pensador africano da mesma época.

A primeira metade do século XX observou o surgimento de correntes de pensamento e movimentos sociais, políticos e culturais cuja base era o interesse pela África e Diáspora. Neste sentido, a união era considerada essencial para o desenvolvimento dos povos africanos, uma proposta que se opunha à ideia de ‘balcanização’²¹, que dividia e enfraquecia. Além disso, intelectuais da *Négritude* expunham a necessidade dos povos de origem africana reconhecerem seus traços culturais comuns e perceberem a contribuição que o “Mundo Negro” tinha a oferecer à humanidade. O pensamento de Boubou Hama estava profundamente engajado com tais premissas, sendo ele um grande exemplo de alguém que, no Níger, entoava percepções compartilhadas. Para ele, a valorização da cultura africana – em relação ao que a obra *Contes et légendes du Niger* [Contos e lendas do Níger] marca presença crucial – tinha importância definitiva para o plano que traçara para a África, e tal plano referia-se justamente à contribuição – única – que o continente africano podia oferecer para o resto do mundo.

²⁰ A maior parte dos livros de Boubou Hama foi publicada pela editora parisiense *Présence Africaine*. Convém salientar que esta se referia, no entanto, a mais do que apenas uma casa editorial. Originalmente, tratava-se de uma revista – iniciada nos anos 1940 pelo intelectual senegalês Alioune Diop –, cujo sentido mais amplo era o de ser um “lugar” de discussão, diálogo e representação da África e do Mundo Negro, no qual pensadores e escritores encontravam um espaço específico e privilegiado para se expressarem, sendo também em torno dela que se davam diversos dos debates relativos ao movimento da *Négritude*.

²¹ Este termo, invocado frequentemente por Boubou Hama em seus textos, refere-se a “um desmantelamento imperial anterior: aquele do Império Austro-Húngaro, após sua derrota na Primeira Guerra Mundial, em estados-nação que eram aparentemente muito pequenos, muito pobres e muito fracos para fazerem frente aos conflitos de poder da Europa.” (COOPER, 2014: 237) A tradução do original, em inglês, é minha.

Na sequência, o Capítulo 6, intitulado *A vez da África*, centra-se precisamente nas associações que se pode estabelecer entre os projetos de Boubou Hama, sua coletânea de contos e lendas e um devir nigerino e africano. Ele era alguém que via o mundo como estando dividido em três zonas: o Ocidente (que também se encontrava bipartido entre capitalismo e socialismo), o Oriente e a África, cada uma delas detentora de visões de mundo diferentes. Referindo-se especificamente ao Ocidente, ele postulava que seu pensamento, por estar centrado basicamente em torno ao material, ao técnico e ao científico, havia produzido como resultado, por um lado, uma perda de valores espirituais e humanos e, por outro, um excesso de individualismo. Tais atitudes “ocidentais” haviam levado à construção de algo que preocupava Boubou Hama imensamente por sua capacidade de exterminar toda a humanidade: a bomba atômica. Por sua vez, as referências ao Oriente não são muito frequentes, sendo as teorias e argumentos de Boubou Hama construídos essencialmente em relação ao Ocidente e à África. Contudo, o elemento oriental também está presente em seus textos; seu entendimento no tocante à compreensão de mundo do Oriente e sua relação com a “dimensão espiritual” é aquele de um extremo oposto ao Ocidente. Em outras palavras, para Boubou Hama, se um lado era excessivamente materialista e havia deixado o âmbito espiritual de lado, o outro era demasiadamente espiritual; apenas a África era capaz de equilíbrio.

Em contrapartida, apesar dos aspectos negativos que evidenciava na “civilização ocidental”, ele não acreditava que a África deveria rejeitar as contribuições e instituições ocidentais, insistindo na ideia de que ambos os continentes (Europa e África) poderiam trabalhar juntos na direção da construção de algo maior e na direção de um entendimento mais completo acerca do ser humano. Por conseguinte, ele propunha contribuições mútuas, incluindo aquelas que considerava serem de suma importância para o futuro do mundo e que, em sua visão, a África estava unicamente posicionada a fazer. Apesar de parecer contraditório, Boubou Hama defendia o argumento de que o “atraso africano” – ou o que era visto como tal na época, a partir das ideias de teóricos como De Gobineau e Lévy-Bruhl²², que consideravam que o

²² Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) foi um ideólogo do pensamento racista, cuja obra mais representativa intitula-se *Essai sur l'inégalité des races humaines* [Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas], de 1853-1855. Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939) foi autor de obras de etnologia centradas na ideia de que determinadas sociedades possuíam um pensamento primitivo e pré-lógico, como *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures* [As funções mentais nas sociedades inferiores], de 1910, *La mentalité primitive* [A mentalidade primitiva], de 1922, entre outros. Ambos os autores são

entendimento de mundo calcado no mágico-religioso, ou a “dimensão espiritual”, como escolhi chamar, eram sinais de inferioridade e primitivismo – era de fato sua maior vantagem e aporte para o mundo, uma vez que era um continente capaz de balancear as esferas do material e do espiritual.

A partir de projetos intelectuais e políticos que provesses educação e cultura, Boubou Hama objetivava que a África fosse uma potência, uma alternativa ao mundo presente no qual se encontrava inserido. O resgate de tradições, costumes e outros elementos que compusessem a “personalidade africana” não era levado a cabo apenas no sentido de “dar a conhecer” – o que também é verdadeiro, tanto para os próprios africanos quanto para os europeus –, mas igualmente no sentido de fortalecer a África e suas características de maneira a que pudesse entrar como uma “terceira via” (alternativa ao capitalismo e ao socialismo, alternativa à frieza materialista do Ocidente) para a solução dos problemas do mundo. Este era seu projeto para a África. Argumentando contra a força e a violência, ele ambicionava apresentar uma alternativa mais pacífica que iria: ser a síntese daquilo que os africanos tinham de religião, política e economia; ter o homem no centro de tudo; e ser suportada pelos pilares do amor, caridade e fraternidade.

Tais afirmações soam um tanto utópicas, mas estavam ancoradas em propostas políticas nigerinas anteriores à independência, encontrando eco, por exemplo, no próprio programa do *Parti Progressiste Nigérien* [Partido Progressista Nigerino / PPN], apresentado em 1951. Apesar do idealismo com o qual Boubou Hama visualizava o dever do Níger e da África, seu plano realmente tinha como objetivo oferecer uma alternativa para um mundo dividido pela Guerra Fria; tal alternativa viria através do continente africano, o qual, ele acreditava, deveria conhecer a si mesmo. Através do caminho do resgate da cultura, através do caminho da salvaguarda, da educação e do conhecimento, a África poderia então entrar no plano de desenvolvimento mundial como a portadora de uma “terceira via”.

nomeadamente citados em muitos momentos dos escritos de Boubou Hama, evocados, com frequência, partir de tons críticos, juntamente com questionamentos e denúncias de erro.

Conclusão da tese

Por fim, o oitavo segmento, intitulado *Conclusão: Sob uma estrela poderosa*, apresenta as considerações finais do trabalho e traz a “tese”, propriamente dita, que responde aos questionamentos iniciais da pesquisa. Em uma palavra, Boubou Hama compilou narrativas da tradição oral nigerina para embasar um projeto que desenvolveu para o futuro da África; tal projeto visava construir um repertório cultural – a ser disseminado pela educação – com o qual os diferentes povos se identificariam e se levantariam como um continente unido para oferecer ao mundo uma colaboração única: a dimensão espiritual africana e a capacidade de equilibrá-la com a dimensão material.

Como epílogo, a parte final do texto traz outras reflexões sobre Boubou Hama, uma figura bastante controversa devido a alguns casos de violência extrema ocorridos nos anos 1960 com relação ao partido político conhecido como Sawaba²³, rival do PPN, do qual Boubou Hama fazia parte – ocupando inclusive do cargo de presidente da Assembleia Nacional entre 1960 e 1974 – e que assumiu o governo do Níger após a independência, sob a presidência de Diouri Hamani. Após o golpe militar de 1974, ocorreu um “desaparecimento” daquele personagem da cena pública, apesar de ter continuado produzindo até sua morte, em 29 de Janeiro de 1982, assunto sobre o qual também me debrucei. Na sequência, tratei de sua “reabilitação”, comentando notícias das décadas de 2000 e 2010 que trazem seu nome e suas obras novamente à tona; por exemplo, em Abril de 2008, foi passada uma lei a partir da qual o Museu Nacional do Níger passou a ser chamado de Museu Nacional Boubou Hama.

Em minha tese de doutorado, busquei oferecer um vislumbre da vida deste homem, que marcou a história do Níger novecentista com sua produtividade monumental e agitada participação política; enfim, “para a África, Boubou Hama é incontornável, como se diz.” (LAYA; PÉNEL; NAMAÏWA, 2007: 89)²⁴

²³ O partido chamava-se, verdadeiramente, *Union Démocratique Nigérienne* [União Democrática Nigerina / UDN], e era encabeçado por Djibo Bakary. Sawaba é o apelido que membros do povo nigerino deram ao partido, que, “juntamente com instituições aliadas, passou a assumir as marcas de um movimento social genuíno. Que o UDN pudesse reivindicar tal status também fica aparente a partir do nome pelo qual ele era recebido pela população rural no centro e no leste, qual seja ‘Sawaba’. [...] ...um termo Hausa relativo à palavra ‘sawki’, de difícil tradução, mas que se aproxima do termo ‘alívio’ [*relief*], ou seja, libertação de uma situação de miséria, restrição ou dominação.” (WALRAVEN, 2013: 71). A tradução do original, em inglês, é minha.

²⁴ Intervenção de Mangoné Niang, um antropólogo senegalês que, nos anos 1980, trabalhava no *Centre d’Études Linguistiques et Historiques par Tradition Orale* [Centro de Estudos Linguísticos e Históricos pela Tradição Oral / CELHTO] de Niamey e havia conhecido Boubou Hama. A tradução do original, em francês, é minha.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998

BARBER, Karin; MORAES FARIAS, Paulo Fernando de. (Ed.). *Self-assertion and brokerage: early cultural nationalism in West Africa*. Birmingham : University of Birmingham, 1990

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, Vol. I, 3ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1987

COOPER, Frederick. *Citizenship between Empire and Nation: remaking France and French Africa, 1945-1960*. Princeton and Oxford : Princeton University Press, 2014

FALL, Babacar. *Le travail forcé en Afrique occidentale française (1900-1946)*. In: *Civilisations*. Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines, n. 41. Dossier Mélanges Pierre Salmon II: histoire et ethnologie africaines, 1993, pp. 329-336. Disponível em <https://civilisations.revues.org/1717>

HAMA, Boubou. *Contes et légendes du Niger*. Tome I. Paris: Présence Africaine, 1972

_____. *Contes et légendes du Niger*. Tome II. Paris: Présence Africaine, 1972

_____. *Contes et légendes du Niger*. Tome III. Paris: Présence Africaine, 1973

_____. *Contes et légendes du Niger*. Tome IV. Paris: Présence Africaine, 1973

_____. *Contes et légendes du Niger*. Tome V. Paris: Présence Africaine, 1976

_____. *Contes et légendes du Niger*. Tome VI. Paris: Présence Africaine, 1976

_____. *Écrits sur le Soudan*. [1978] Niamey : Centre d'études linguistique et historique par tradition orale (Organisation de l'Unité Africaine), CELHTO/OUA, 1983

LAYA, Diouldé; PÉNEL, Jean-Dominique; NAMAÏWA, Boubé (Dir.). *Boubou Hama: un homme de culture nigérien*. Paris : L'Harmattan, 2007

MORAES FARIAS, Paulo Fernando de. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, and Songhay-Tuareg History*. Fontes Historiae Africae, new series. Oxford : Oxford University Press for The British Academy, 2003

SAID, Edward. *Reconsiderando a teoria itinerante*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Deslocalizar a "Europa": antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*. Lisboa : Edições Cotovia, 2005

WALRAVEN, Klaas van. *The yearning for relief: a history of the Sawaba movement in Niger*. Leiden/Boston : Brill, 2013

VOZES DE LAGOS, COMERCIANTES BRASILEIROS EM TEMPOS DE IMPÉRIO BRITÂNICO

VOICES OF LAGOS, BRAZILIAN MERCHANTS IN BRITISH EMPIRE TIMES

Angela Fileno*

RESUMO: Este artigo é parte de minha pesquisa de doutoramento realizada no Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, concluída em abril de 2016. A proposta deste texto é discutir os processos pelos quais a escalada colonizadora britânica sobre a cidade de Lagos – e, mais tarde, em direção ao interior do continente - transformaram as dinâmicas comerciais operadas pela população brasileira que tinha seus negócios ligados ao mercado atacadista atlântico com o Brasil, em especial, com a cidade portuária de Salvador. Para tanto, selecionei dois conjuntos de documentos capazes de fornecer pistas acerca dos arranjos operados em função do novo contexto que se apresentava. O primeiro é formado por três títulos de jornais lagosianos, o *The Lagos Observer*, o *The Lagos Weekly Record* e o *The Government Gazette*. O segundo grupo de fontes é constituído por relatórios anuais produzidos pela administração colonial de Lagos: os *Blue Books*. Tendo como pressuposto a ideia de que, depois da instalação colonial britânica, os comerciantes brasileiros estabelecidos em Lagos tiveram de reconfigurar sua atuação nos mercados internacional e local, este artigo procura indicar quais foram as principais mudanças operadas por estes indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Lagos, Nigéria, comerciantes brasileiros, brasileiros retornados, jornais de Lagos e Blue Books.

ABSTRACT: This article is part of my Phd research conducted at the Department of History of University of São Paulo, under the guidance of Professor Dr. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, concluded in April 2016. The proposal is to discuss the processes through which the British colonizing scale on Lagos – and later towards the hinterland of the continent – transformed the commercial dynamics operated by the Brazilian population that had businesses linked to Atlantic wholesale markets with Brazil, specially with the port of Salvador. For this purpose, I selected two sets of documents capable of providing clues on the arrangements operated according to the new presented context at the time. The first set is composed of three Lagosian newspapers, *The Lagos Observer*, *The Lagos Weekly Record* e *The Government Gazette*. The second one is composed of annual reports produced by the Lagos' colonial administration: the Blue Books. Assuming that, after the establishment of the British colony, the Lagos based Brazilian merchants had to reconfigure their operation in local and international market, this article longs for indicating which were the main changes operated by these individuals.

KEY WORDS: Lagos, Nigeria, Brazilian merchants, Brazilian returnees, Lagos' Newspapers and Blue Books.

Introdução

Não são poucos os estudos que se dedicaram a compreender, por meio de diferentes recortes temporais e temáticos, quem foram os brasileiros que se estabeleceram na região da chamada Costa da Mina a partir do final do século XVII e, em maior número, depois da Revolta dos malês, em 1835¹. Conhecidos no atual Benim

* Doutora em História Social FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5520392733538306>

¹ *Costa da Mina* é uma designação historicamente construída sobre o território compreendido entre o forte português de São Jorge da Mina, na prática uma fortaleza erguida com o capital de negreiros baianos ou com negócios estabelecidos na Bahia, e o delta do rio Níger. Neste artigo optei por empregar o termo

como *agudás*, em Gana como *tabom* e nos territórios que hoje compreendem o Togo e a Nigéria como os *amarôs*, os brasileiros constituíram uma parcela populacional tão específica que levou o antropólogo Milton Guran a afirmar que este era mais um dos grupos étnicos presentes no Benim ao lado dos fom e mina. Esse mesmo autor propõe ainda que compreendamos a presença brasileira na região como heterogênea tanto no tempo como no espaço. Sobre esse aspecto não seria possível falar de *uma* população brasileira estabelecida em todo esse trecho do litoral ocidental africano, mas em *várias* populações portadoras de características, trajetórias e modos de ser próprios. Da mesma forma não poderíamos tratar de *uma* única identidade étnica perpetuada ao longo do tempo, mas de diferentes identidades que tiveram de se reformular em resposta a contextos históricos particulares (Guran, 2000:4).

Os primeiros brasileiros a se estabelecerem na Costa da Mina, ainda nos anos finais do século XVII, eram em sua maioria negreiros baianos com negócios assentados nesta região e, do outro lado do Atlântico, em Salvador. Ao fixarem residência e negócios nos portos escravistas de Ajudá, Lagos, Porto Novo, Popo Grande, Popo Pequeno (ou Anexô), Acra e Badagri (ou Badagry) a atuação destes *brasileiros-negreiros* propiciou as condições de atração necessárias para a que, depois de 1835, uma segunda geração de indivíduos se instalasse nestas cidades.

Formado principalmente por africanos libertos e seus descendentes o segundo grupo populacional partiu de Salvador depois de uma série de medidas restritivas impostas pela lei de número nove promulgada apenas quatro meses depois do levante dos malês, ocorrido em janeiro de 1835 (Reis, 2003: 421-509). Eram numericamente muito superiores à primeira geração de negreiros há muito estabelecida na Costa da Mina. Para termos uma ideia aproximada da quantidade de partidas da capital provincial baiana, um ano antes da revolta, em 1834, a Polícia Provincial de Salvador concedeu apenas nove passaportes a libertos que declaravam embarcar em direção à África. No ano seguinte esse número cresceu de maneira drástica. Em 1835 o mesmo organismo de controle ds emissão de passaportes expediu 609 destes documentos e, em 1836, 410 passaportes foram registrados na Polícia Provincial (Silva, 2014: 142,143).

Esta segunda geração era composta por ex-escravos que dominavam ofícios que, aos poucos, se tornaram valorizados nas cidades litorâneas onde desembarcaram.

Costa da Mina, em lugar da denominação geográfica *Golfo do Benim*, por entender que a primeira designação carrega as nuanças de sua formulação associada ao comércio atlântico de indivíduos feitos escravos.

Muitos ganhavam a vida como carpinteiros, pedreiros, tanoeiros, padeiros, costureiras, lavadeiras, entre outras profissões urbanas comuns na outra margem do Atlântico, na Salvador oitocentista. Embora houvesse uma significativa variedade de ocupações declaradas por libertos e livres no momento da emissão do passaporte, a maioria dos indivíduos que partiram de Salvador depois de 1835 registravam viver “de negócio”, uma expressão comum à época e que estava relacionada a um grande número de possibilidades de trabalho no comércio (Silva, 2014: 160). Uma vez estabelecida em localidades que prosperavam em razão do comércio atlântico de escravizados esta segunda geração, agora formada por *brasileiros-retornados*, produziu descendentes que, apesar de nunca terem vivido no Brasil em razão de seu nascimento em território africano, continuaram integrados ao grupo, constituindo a terceira geração de brasileiros instalada na região.

Em Lagos, cidade insular situada na atual Nigéria, uma parte deste terceiro grupo de brasileiros foi progressivamente incorporada à administração colonial britânica a partir de 1861, ano em que a localidade deixou o status de protetorado e se tornou colônia inglesa.

Embora minha pesquisa de doutorado tenha trabalhado com um recorte de tempo mais alargado, selecionei para este artigo o período entre 1861 e 1900. Estes quase quarenta anos assinalaram a instalação efetiva da colonização britânica em Lagos e, indo mais além, foram decisivos para a penetração colonial por territórios situados mais ao interior. Neste sentido, a opção por um recorte temporal particular, que circunscreve as análises à segunda e terceira gerações de brasileiros que viveram em Lagos entre 1861 e 1900, está encadeada a dois questionamentos colocados em discussão neste artigo. A primeira questão se refere às transformações operadas pelos brasileiros que viviam do comércio atlântico de mercadorias lícitas. A intenção é compreender como este grupo teve de reconfigurar suas atividades em um contexto de escalada colonial britânica, diversificação dos artigos importados oferecidos no mercado regional lagosiano e de ampliação da concorrência entre atacadistas dedicados à exportação e importação de matérias-primas e manufaturados. O segundo questionamento está relacionado à compreensão acerca de quem eram estes brasileiros que operavam negócios pelo Atlântico.

Neste artigo trabalho com dois conjuntos de documentos. O primeiro é formado por um compêndio de três títulos de periódicos publicados em Lagos entre os anos de 1881 e 1906: o *The Lagos Observer* (1883 – 1888); o *The Lagos Weekly Record* (1891 –

1906) e a *The Government Gazette* (1881 – 1900). Os dois primeiros jornais se encontram digitalizados, seu acesso é feito pela base de dados *World Newspaper Archive*, seção *African Collection*. O último título, *The Government Gazette*, é um jornal oficial publicado pelo governo colonial britânico e impresso em Lagos. Embora seja uma importante fonte de informação acerca da maneira como a colonização britânica se constituiu na cidade, este terceiro periódico ainda não foi digitalizado. Seus exemplares estão guardados no *National Archives*, em Londres, e são parte da coleção *Colonial Office*, cujos registros tive acesso em viagem de pesquisa realizada no ano de 2012.

O segundo grupo de documentos é constituído por relatórios anuais elaborados pela administração colonial de Lagos, denominados *Blue Books, Nigeria, 1862 – 1945*. A extensa coleção dos *Blue Books* referente a Lagos e a outras colônias da Grã-Bretanha no continente africano está digitalizada e pode ser consultada através de uma assinatura de acesso ao site: www.britishonlinearchives.co.uk. Os dados reunidos nestas fontes seguiam um padrão de sistematização que serviu a maioria das colônias britânicas existentes no século XIX. Era procedimento comum o *Colonial Office* enviar aos territórios pertencentes à Grã-Bretanha uma série de tabelas e quadros informativos impressos que deveriam ser preenchidos manualmente pelos respectivos departamentos locais. Estes departamentos eram responsáveis por coligir, selecionar, organizar e remeter novamente ao mesmo organismo o maior volume das informações solicitadas. Registros de gastos com estabelecimentos de saúde; documentos referentes ao número de presidiários; tabelas de custos e de despesas públicas; nomeações, férias e mudanças de cargos no funcionalismo colonial; orçamento e contagem de alunos inscritos nas missões religiosas de ensino; quantidade e valores dos artigos importados e exportados são alguns exemplos do conteúdo encontrado nestas fontes.

A conquista de Lagos

Em julho de 1861 o obá de Lagos, Docemo, atendeu a solicitação do comerciante britânico e cônsul interino de Lagos, William McCoskry, e do comandante naval, Norman Bendingfield, para que ele subisse a bordo do navio *Prometheus* e que fosse desacompanhado de seus cabeceiras. Enquanto estava embarcado na nau britânica, o obá foi comunicado, sobre as intenções da Grã-Bretanha de tornar Lagos sua colônia. Em resposta Docemo anunciou que se reuniria com seus cabeceiras e, no início de

agosto, responderia à demanda apresentada pelas autoridades britânicas (Smith, 1978: 120-124).

No terceiro dia de agosto, McCoskry e Bedingfield foram ao encontro de Docemo. Ao longo das horas em que os enviados ingleses estiveram recolhidos no interior do *igá* (palácio real), a nau *Prometheus* permaneceu atracada nas imediações da casa do obá. A embarcação expunha a força bélica inglesa apontando seus canhões para o local onde os interlocutores se reuniam (Mann, 2007: 100-102). Mesmo assim, ao lado de seus cabeceiras o obá se opôs aos planos de anexar Lagos à lista de colônias pertencentes à rainha Victoria. Ao se recusar a firmar o tratado de cessão de seus domínios, Docemo foi prevenido por McCoskry de que sua armada estava autorizada a “tomar posse da ilha em nome de Sua Majestade”. Diante da manutenção da negativa do obá, os enviados da Grã-Bretanha retornaram a seus postos e planejaram tomar a cidade no sexto dia do mês de agosto. No entanto, antes do ataque da armada inglesa acontecer, uma nova conferência solicitada por Docemo reuniu o obá a McCoskry e Bedingfield (PROL, N.6,1861).

Em 5 de agosto de 1861, os dois representantes britânicos estiveram mais uma vez com o obá de Lagos e quatro de seus cabeceiras. Os enviados britânicos chegaram até a cidade seguidos por dois barcos pequenos, equipados com canhões e acompanhados por soldados bem armados. Nos termos de uma carta ditada pelo próprio Docemo e endereçada à rainha Victoria, a comitiva parecia estar “pronta para iniciar uma batalha” (APROL, N.2, 1861).

De fato, as demonstrações do poder bélico da armada inglesa já haviam causado comoção entre a população lagosiana. Naquela altura das negociações muitos habitantes já haviam desocupado a cidade temendo um ataque semelhante ao ocorrido há cerca de dez anos, em dezembro de 1851, quando as forças britânicas bombardearam Lagos, depuseram Kosoko e colocaram Akitoye, pai de Docemo, no mando. Desde aquele episódio a cidade era considerada protetorado britânico, condição que se traduzia na presença de um obá remunerado pelo *Colonial Office* e submetido às exigências inglesas de supressão do tráfico atlântico de escravizados, de controle dos conflitos e disputas em áreas do interior e de garantia da segurança de comerciantes e missionários europeus em seus domínios.

No terceiro encontro realizado entre os enviados britânicos e o obá o documento de cessão dos domínios lagosianos foi mais uma vez apresentado por McCoskry e Bedingfield. Sob a condição de serem feitos alguns ajustes quanto à continuidade do uso

do título de obá, ao direito de Docemo arbitrar disputas regionais e à exigência de um selo de legitimidade anexado aos documentos de transferência de terras, o tratado foi aceito. Em agosto de 1861, Lagos deixou de ser protetorado e passou a ser colônia britânica.

Primeira etapa da colonização britânica em Lagos: 1861 – 1890

A passagem de protetorado para colônia não foi uma simples mudança de designação. Quando Lagos se tornou colônia britânica ocorreram grandes modificações que impactaram diretamente na vida da população que vivia na cidade e em seus arredores, incluindo aí a comunidade brasileira.

A primeira destas modificações se refere ao que denominei como primeira etapa do processo de instalação colonial na cidade. Este primeiro momento foi marcado pela constituição de uma burocracia colonial formada, em sua maioria, por saros e brasileiros. Muitos saros haviam frequentado escolas mantidas por religiosos pertencentes à *Church Missionary Society* e à *Wesleyan Missionary Society*, o que lhes conferiu maior proficiência em língua inglesa e, em consequência, maior acesso ao funcionalismo público. No entanto, mesmo em menor número em razão dos limites impostos pelas restrições linguísticas, os brasileiros foram incorporados a esta burocracia colonial em formação. Ao ocuparem postos de trabalho de 5ª e 6ª categorias, brasileiros e saros tinham uma remuneração anual média que variava entre de £24,00 e £60,00, em 1889. Eram poucos os que conseguiam alcançar cargos intermediários. Para funcionários públicos como o saro John Otonba Payne, chefe de registro, a remuneração chegava a 200 libras anuais em 1889. O valor era considerado ainda baixo quando comparado àquele destinado aos burocratas britânicos que se dispunham a fixar residência na cidade. Para termos um parâmetro de comparação entre os salários pagos a saros e brasileiros e aquele destinado aos poucos ingleses enviados pelo governo colonial para assumir funções em território lagosiano, neste mesmo ano de 1889 o salário pago ao britânico que ocupava o posto mais elevado da administração colonial local, o governador Cornelius Alfred Moloney, foi de £2.000,00/ano e ao secretário colonial, considerado o segundo na escala dos postos de primeira categoria, G.C.Denton, £800,00/ano (B.B., *Colony of Lagos*, 1889, pp.44-61).

De acordo com a historiadora Kristin Mann, esta nítida distinção entre os salários oferecidos ao funcionalismo britânico e aqueles destinados aos saros e brasileiros estava relacionada ao modelo de exploração colonial implantado. Isto porque

os poucos recursos enviados pela Grã-Bretanha à Lagos eram integralmente utilizados no pagamento do salário do governador e da pensão anual destinada ao obá. Quando o primeiro governador, Henry Stanhope Freeman, assumiu seu posto em 1861 as orientações que recebeu do então secretário do *Colonial Office*, o duque de Newcastle, foram bastante precisas: a colônia teria um orçamento muito restrito e, em razão disto, a burocracia que se constituiria a partir daquele momento deveria se ancorar nos impostos apurados pelas atividades econômicas efetuadas no território recém-conquistado (Mann, 2007: 103).

Esta primeira etapa da colonização britânica em Lagos também inclui algumas tentativas de abertura de lavouras de algodão em Abeokuta e Ibadan. Ambas as cidades estavam situadas em pontos distantes do litoral e eram consideradas as mais adequadas - do ponto de vista da composição do solo, clima e da disponibilidade de mão de obra - à produção de algodão em estado bruto. As ações britânicas de incentivo à produção algodoeira no interior estavam relacionadas à escassez deste artigo no mercado internacional. Entre 1861 e 1865, o fornecimento de algodão às indústrias têxteis inglesas ficou praticamente suspenso em razão da guerra de Secessão norte-americana.

No correr da década de 1860 os esforços britânicos por interiorizar as lavouras algodoeiras e ampliar as plantações de dendê, duas das principais matérias-primas exportadas pelo porto lagosiano neste momento, estiveram diretamente associados às ações intervencionistas operadas pelas tropas coloniais no interior (Mann, 2007: 117-159). Isto porque longas disputas internas desorganizavam a produção agrícola, promoviam o fechamento das rotas que alimentavam o mercado interno e externo lagosiano e, como consequência, diminuía a arrecadação de impostos empregada, entre outras coisas, na manutenção da burocracia colonial.

Como Falola e Heaton indicam, o processo de colonização do território que, ao final do século XIX, constituiria a Nigéria demorou mais de quarenta anos para se completar. Durante este período, a cidade de Lagos era considerada o ponto de partida à expansão colonial em direção ao território iorubá. Em 1882, tropas enviadas pelo governo colonial lagosiano intervieram na guerra de Ekitiparapo, colocando termo às disputas entre Ibadan e a aliança formada por Ekiti, Ijesa, Egba, Ijebu e Ife. Com o fim do conflito que já durava cerca de quinze anos, todas as chefias em disputa firmaram o

compromisso de submeterem contendas futuras ao arbítrio das autoridades da Grã-Bretanha estabelecidas em Lagos (Falola; Heaton, 2008: 95).²

Embora esta etapa inicial da colonização (1861-1890) tenha durado quase três décadas para se completar, podemos caracterizá-la como um momento em que o *Colonial Office* estruturou uma burocracia colonial sustentada por saros e brasileiros, mas chefiada e administrada por britânicos. Além deste aspecto, é possível perceber que apesar do crescente interesse dos ingleses por territórios mais afastados da costa, ainda não é possível delinear neste momento um conjunto de ações sistematicamente organizadas no sentido de garantir que o colonialismo britânico se assenhoreasse destas áreas. Esta situação se transformou de maneira significativa quando, em 1891, Gilbert Carter assumiu o governo de Lagos.

Segunda etapa da colonização britânica em Lagos: 1890 – 1900

O período que denominei como sendo a segunda etapa da colonização britânica em Lagos está diretamente relacionado a um conjunto de ações ligadas à administração iniciada pelo governador Carter em 1891 e estendida até o ano de 1897 e, de certa forma, continuada em governos posteriores. Neste artigo interessa nos determos em uma das ações operadas por Carter neste momento, as expedições “pacificadoras”. Estas expedições consistiam no envio de tropas haussás às regiões do interior que estavam em conflito. Embora violenta a atuação “pacificadora”, concebida pelo governador de Lagos, era sustentada por um discurso humanitário ancorado na ideia de colocar fim às sangrentas guerras fratricidas que assolavam o interior.

Uma das ações operadas pelas expedições promovidas por Carter foi a abertura de caminhos que possibilitavam a penetração de companhias exportadoras britânicas e o acesso destas às regiões produtoras de matérias-primas. Na prática isto significava o expurgo de uma parcela numerosa de comerciantes que se ocupavam em negociar os artigos produzidos no interior e transportá-los até Lagos: os intermediários, grupo constituído, na sua maioria, saros e brasileiros.

² Segundo Falola e Oguntomisin, a partir da década de 1860 a maior parte do território de Ekiti foi submetida ao controle de Ibadan. Em resposta, constituiu-se uma aliança formada pela cidade de Ekiti, Ijexa, Egba, Ijebu e Ifé contra Ibadan. Este movimento de resistência foi liderado por Isola Fabunmi, que recebeu apoio da “Sociedade de Ekitiparapo”, constituída em 1852 principalmente por indivíduos ekiti e ijexas que viviam em Lagos. Embora a análise da Guerra de Ekitiparapo fuja aos propósitos deste artigo considero importante destacar que a intervenção britânica que colocou termo a estes conflitos foi um marco na política colonizadora que passou a ser exercida pelo governo colonial britânico em território iorubá. (FALOLA, OGUNTOMISIN, 2001: 69-89)

A penetração das companhias britânicas veio acompanhada por um processo de instalação de uma estrada de ferro que começou a ser construída em 1895, ligando Lagos, Abeokuta, Ibadan, se estendendo até a cidade de Kano. A construção desta ferrovia e das estradas de terra que a alimentavam era justificada por um discurso de interiorização do desenvolvimento proporcionado pelo colonialismo. Apenas a título de exemplo, de acordo com Falola e Heaton, no ano de 1910, quando a ferrovia ainda não estava concluída, foram transportadas 1.179 toneladas de amendoim. Em 1912, ano em que a estrada de ferro chegou à cidade de Kano, os trens transportaram 19.288 toneladas de amendoim (Falola; Heaton, 2008: 120). Neste contexto de penetração das companhias britânicas em direção às regiões produtoras e de eliminação dos intermediários que, até aquele momento, alimentavam as firmas europeias instaladas em Lagos, como ficaram os comerciantes brasileiros que atuavam como intermediários ou atuavam como atacadista no mercado atlântico?

Um das constatações apuradas a partir da leitura dos periódicos mencionados no início deste artigo foi a de que os brasileiros que viviam do comércio atlântico em Lagos tiveram de reconfigurar seus negócios face ao novo cenário imposto pela instalação colonial britânica, em 1861, e pelo acirramento da concorrência a partir da década de 1890. É bem verdade que antes disto, nos anos de 1850, a maioria dos brasileiros que apoiava seus negócios no comércio atlântico de escravizados já havia reorientado suas atividades para o comércio de bens lícitos, como o óleo e a noz de palma (ou azeite de dendê), tecidos e artigos provenientes do Brasil. Muito embora alguns ainda permanecessem alimentando o tráfico em direção a Cuba até 1867 (Law, 2002)

No entanto, quando novas companhias comerciais começaram a se instalar em Lagos, os comerciantes brasileiros tiveram de, novamente, reorganizar suas atividades. Alguns migraram seus negócios do comércio atacadista para o varejista. É o caso do brasileiro E.F. Gomes, que abriu uma loja de bebidas alcoólicas que vendia destilados importados da Europa e aspirinas consumidas pelos “soberanos europeus e sua majestade a Rainha” (LWR, 16 e 30 de abril de 1898, WNA, *African Newspapers*).

A posição social de Gomes lhe garantiu assento na Associação Comercial da cidade, assim como permitiu que ele se apresentasse como fiador de Joaquim Francisco Branco, outro brasileiro enriquecido que deixou propriedades, cabeças de gado e uma considerável quantia em dinheiro em seu testamento. Segundo Antonio Olinto, Joaquim Francisco Devodê Branco era um liberto de origem Mahi, nascido em 1856. Aos oito

anos de idade, foi levado como escravo para a Bahia, onde permaneceu por cerca de trinta anos (Olinto, 1964: 213-215). Esta narrativa é analisada por Castillo que sugere uma trajetória diferente ao ex-escravo. Para a pesquisadora, Joaquim Branco seria um caso emblemático de “um africano cuja identidade agudá foi constituída fora do Brasil”. Afinal, entre 1864 e 1873, anos em que teria servido como escravo, Branco trabalhava para um traficante português que vivia na cidade de Ajudá. Em 1874, este negreiro adquiriu uma embarcação que lhe possibilitou realizar diversas viagens até a Bahia. Neste sentido, a autora explica: “se Joaquim era empregado neste navio, a identidade ‘brasileira’, adquirida primeiro em Ajudá, pode ter se consolidado durante estas visitas” (Castilho, 2016: 40).

Entre os comerciantes brasileiros que mantiveram seus negócios em funcionamento até o final do século XIX, é possível perceber que aqueles que direcionaram suas atividades para atender às necessidades de colonizadores e comerciantes estrangeiros por serviços específicos obtiveram maior sucesso. É o caso do velho barbeiro Manoel Moreira, cujos anúncios publicados pelo *Lagos Weekly Record* ofereciam os serviços de cabeleireiro, barbeiro e, como era comum à época, dentista. Ao pagar para ter seus anúncios impressos no jornal lagosiano, Moreira nos permite entrever o tipo de clientes que recebia em seu estabelecimento: indivíduos com recursos suficientes para dispor de um profissional considerado especializado (LWR, 17 a 24 de fevereiro de 1894, WNA, *African Newspapers*).

Outro brasileiro cujos negócios estavam destinados a atender a um público mais abastado ganhou as páginas do *Lagos Weekly Record* a partir de outubro de 1897. Este lugar era o restaurante-hotel de Cândido da Rocha, cujo estabelecimento estava instalado em um imóvel situado na rua Tinubu, oferecia acomodações aos viajantes e três refeições diárias a preços acessíveis somente a comerciantes estrangeiros e altos funcionários da burocracia colonial. (LWR, 16 de outubro de 1897 a dezembro de 1900, WNA, *African Newspapers*).

Podemos comparar os preços praticados por Cândido da Rocha com algumas mercadorias de consumo regular da população local. Uma delas é a mandioca. Conforme um levantamento realizado por Sawada, na passagem do século XIX para o XX, cinco quilos de mandioca custavam cerca de seis *pence* (ou seis centavos de libra). Isto significa que, ao invés de pagar 42 *shillings* por uma diária de hospedagem no estabelecimento Da Rocha um indivíduo poderia comprar mais de um quilo e meio de mandioca, por exemplo (Sawada, 2011:81-82).

Entre os comerciantes brasileiros que viviam do comércio atacadista atlântico e que perderam para a concorrência provocada pelo aumento do número de companhias em Lagos, está a firma Sant'Anna & Company, fundada por Manoel Joaquim de Sant'Anna. Nos anos de 1886 e 1887 a firma pertencente ao brasileiro mantinha seis armazéns no porto de Lagos, negócios na cidade vizinha de Porto Novo e uma embarcação particular batizada como Bento de Freitas. A partir de 1888, o número de depósitos listados pelo governo colonial caiu para dois (GG, 30 de dezembro de 1893, CO 150/5). Em 1894, não há mais registros de armazéns em nome da firma na cidade. Além disto, uma nota publicada no *Lagos Weekly Record* avisava que o bergantim da Sant'Anna & Company havia naufragado ao se aproximar de um banco de areia localizado na embocadura do rio Ogun (LWR, 30 de junho de 1894, WNA, *African Newspapers*). O caso do desmonte da Sant'Anna & Co guarda ainda algumas características particulares, como o falecimento do filho e principal sócio, Idelfonso de Sant'Anna e disputas com uma companhia alemã situada em Porto Novo: a companhia de G.L. Gaiser que controlava um quarto das exportações de óleo e sementes de palma (respectivamente: LO, 31 de agosto de 1882 e 12 de abril de 1883, WNA, *African Newspapers*).

Em janeiro de 1895, a situação da Sant'Anna & Co se agravou com a morte de seu fundador, Manoel Joaquim de Sant'Anna. O falecimento do comerciante que havia iniciado as operações da companhia e principal proprietário levou os credores a cobrarem a imediata execução das dívidas pessoais de Manoel e as de sua empresa. Neste mesmo ano Elias Sant'Anna da Silva, um membro da família Sant'Anna e funcionário da companhia, foi acusado e condenado a dois anos de prisão por perjúrio frente ao tribunal que julgou os débitos da firma para com o governo colonial (respectivamente: LWR, 12 de janeiro, 16 de março e 25 de maio de 1895, WNA, *African Newspapers*).

Embora o caso da Sant'Anna & Company guarde algumas singularidades seu processo de desmonte é emblemático de como as firmas atacadistas pertencentes aos brasileiros tiveram de reorientar seus negócios para continuarem existindo em um contexto de acirramento da concorrência, de progressiva supressão de intermediários responsáveis por fazer chegar até a costa os artigos exportáveis e de diminuição gradativa das travessias atlânticas em direção ao Brasil, em particular no sentido de Salvador.

Considerações Finais

Durante os cinco primeiros anos da administração colonial britânica em Lagos, entre 1861 e 1866, o governo da cidade foi mantido separado das outras colônias da Grã-Bretanha existentes na Costa da Mina. Na prática isto significava que os governadores estabelecidos na cidade possuíam certa autonomia política, administrativa e financeira em relação às duas principais colônias da África Ocidental, a saber: Serra Leoa e Costa do Ouro. No ano de 1866, a administração de Lagos passou por uma significativa alteração. Embora John Hawley Glover, que estava à frente do governo da cidade desde 1864 fosse mantido em sua posição, Lagos perdeu parte da independência administrativa que mantinha até aquele momento. Isto porque, entre os anos de 1866 e 1874, o governo lagosiano passou a ser tutelado pelos administradores de Freetown, capital da colônia de Serra Leoa. Em 1874, novos arranjos impostos pelo *Colonial Office* tornaram Lagos parte da jurisdição da Costa do Ouro. Esta situação perdurou por doze anos. Em 1886, as colônias foram separadas e a cidade recobrou sua autonomia governamental (Mann, 2007: 102-104).

Em função de seu novo status administrativo, a demanda por funcionários alfabetizados voltou a crescer, atraindo saros que deixavam Freetown em busca de novas oportunidades de trabalho urbano. De acordo com Falola, neste momento alguns dos postos burocráticos médios, como o de secretário colonial interino, tesoureiro, coletor de impostos e de inspetor da polícia civil, passaram a ser ocupados também por africanos (Falola, 1999: 43). Estes indivíduos dominavam a língua e a escrita do colonizador e, ao mesmo tempo, continuavam alimentando conexões de parentesco e culturais com sociedades mais afastadas da costa. Esta situação de permeabilidade sócio-cultural permitiu que constituíssem um grupo que foi, posteriormente, denominado pela historiografia produzida em língua inglesa como parte da “elite educada” lagosiana. Seus integrantes eram em sua maioria saros. Todavia, muitos brasileiros também passaram a integrar este conjunto de pessoas, cuja passagem pelas escolas missionárias anglicanas, metodistas e católicas ou a proximidade com o idioma britânico, proporcionada pela atuação comercial no mercado exportador, havia lhes fornecido elementos distintivos que os aproximava do colonizador (Kopytoff, 1965 e Mann, 1981: 201-228).

Como procurei demonstrar na primeira parte deste artigo, a tomada de Lagos pela armada da Grã-Bretanha em 1861 iniciou um processo de penetração colonizadora que adquiriu maior intensidade a partir da década de 1890. Este momento foi

caracterizado por ações de “pacificação” dos conflitos existentes na região. Com o argumento de que os embates entre as cidades do interior se estendiam por anos e que tais contendas desorganizavam a produção, fechavam as rotas de abastecimento e prejudicavam o comércio exportador, o então governador de Lagos, Gilbert Carter, promoveu uma série de ataques às cidades envolvidas nas disputas de Ekitiparapo. A “pacificação” conquistada por meio da violência das tropas haussás, treinadas e lideradas por oficiais britânicos, permitiu que em 1895 se iniciassem as obras de construção de uma linha ferroviária até a cidade de Kano. Sob a retórica de interiorização da “civilização” Carter favorecia as grandes companhias exportadoras, cujos interesses estavam no acesso direto às regiões produtoras e na consequente eliminação dos intermediários.

A penetração das firmas europeias, em sua maioria britânicas, contribuiu para um drástico estreitamento do espaço econômico ocupado pelos brasileiros que atuavam como intermediários e como atacadistas no porto lagosiano. Sem o capital necessário para poder fazer frente a estas companhias, muitos brasileiros migraram seus negócios para o comércio varejista. Para termos uma ideia acerca do que estas mudanças representaram ao comércio atacadista praticado pelos brasileiros de Lagos, até o ano de 1890 a soma dos artigos importados vindos do Brasil era sempre superior a dez mil libras. Em 1890, por exemplo, a cidade recebeu 10.756 libras em mercadorias importadas do Brasil. No sentido inverso, embora em menor volume, Lagos também mantinha um ativo comércio exportador com o Brasil. Neste mesmo ano de 1890, a cidade enviou aos portos brasileiros uma quantidade de mercadorias equivalente a 4.851 libras. Entretanto, a pujança comercial entre estes dois parceiros não se manteve nos anos seguintes. Considero 1891 o ano da viragem das relações comerciais entre Lagos e Brasil. A partir deste momento o volume de libras movimentado em função das importações e das exportações se retraiu para menos da metade. Em 1891, a soma das importações do Brasil para Lagos atingiu apenas 5.284 libras. Embora o volume de exportações tenha se mantido equilibrado em 1891, alcançando 4.893 libras, esta situação não se repetiu nos anos seguintes. Em 1892, a soma dos bens exportados para o Brasil chegou a inacreditáveis duas libras e em 1894 a movimentação exportadora em direção aos portos brasileiros sequer foi registrada nos relatórios alfandegários britânicos (Silva, 2016: 195 e 200)

Mesmo com o decréscimo no volume de comércio operado entre Lagos e o Brasil, muitos brasileiros com negócios na cidade continuaram suas atividades neste

setor. De modo geral, o comércio constituía um dos principais ramos profissionais associados ao pertencimento à comunidade brasileira instalada na cidade. Afastados do mercado atacadista atlântico, muitos brasileiros migraram seus negócios para o varejo. Alguns destes indivíduos abriram estabelecimentos e/ou ofereceram serviços orientados ao consumo dos europeus instalados na cidade. Porém, nem todos os brasileiros de Lagos tiravam seu sustento deste tipo comércio. A partir da década de 1890, as ações de interiorização da colonização britânica fizeram crescer o número de membros do funcionalismo local e, como consequência, de funcionários públicos brasileiros. Incorporados aos quadros da administração colonial, em sua maioria em postos de quinta e sexta classes, os nomes destes brasileiros foram relacionados nos relatórios anuais compilados pelos *Blue Books*.

A movimentação dos comerciantes atacadistas brasileiros em direção ao comércio varejista local, a paulatina supressão dos brasileiros que atuavam como negociantes intermediários responsáveis por fazer chegar ao litoral, principalmente, algodão, azeite e semente de dendê e, por fim, a incorporação de muitos brasileiros aos baixos postos do funcionalismo colonial foram fatores que evidenciam o estreitamento dos espaços econômicos e os novos arranjos sociais organizados em resposta à escalada colonizadora britânica que se inicia em 1861. Este crescente processo de conquista colonial ganhou contornos ainda mais violentos a partir de 1890, quando a política “pacificadora” iniciada pelo governador Gilbert Carter colocou fim a maior parte dos conflitos do interior, possibilitando a efetiva penetração das companhias comerciais europeias. A forma como os comerciantes brasileiros que viviam em Lagos entre os anos de 1861 e 1900 tiveram de reorganizar sua atuação nos mercados atlântico e regional é um dos aspectos tratados ao longo da minha pesquisa de doutoramento recentemente concluída.

Fontes

Additional Papers Relating to the Occupation of Lagos (APROL), Presented to both House of Parliament by Command of Her Majesty, N.2, Edmonstone to B. Walker, 22 de setembro de 1861, anexo 1. Extract from Report by Commander Bedingfeld. London: Harrison and Son, 1862.

Coleção African Blue Books, 1821-1953, série Nigeria 1862-1945.
Blue Book/1863 a Blue Book/1899

Papers Relating to the Occupation of Lagos (PROL). Presented to the House of Commons by Command of Her Majesty, in pursuance of their Address dated May 2,

1862. N.6. McCoskry to Lord J. Russel, 7 de agosto de 1861. London: Harrison and Son, 1862.

The National Archives / Londres Coleção:
Colonial Office (CO), Government Gazettes
CO 150/1 (1881 a 1886) a CO 150/9 (1899 a 1900).

World Newspaper Archive
Coleção: African Collection
Lagos Observer – 1882 a 1888
Lagos Weekly Record – 1891 a 1906

Referências bibliográficas

CASTILLO, Lisa Earl. Mapping the nineteenth-century Brazilian returnee movement: Demographics, life stories and the question of slavery. *Atlantic Studies*, 13:1, p.25-52, 2016.

FALOLA, Toyin. *A History of Nigeria*. West Port, CT: Greenwood Press, 1999. Disponível em <http://site.ebrary.com/id/5005127?ppg=59>. Acesso em 18 fev. 2013.

_____; HEATON, Matthew M. *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____; OGUNTOMISIN, G.O. *Yoruba Warlords of the 19th Century*. Trenton/NJ; Asmara/Eritrea: Africa World Press, 2001.

GURAN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KOPYTOFF, Jean Herskovits. *A Preface to Modern Nigeria. The “Sierra Leonians” in Yoruba, 1830-1890*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1965.

LAW, Robin. A Comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Revista Afro-Ásia*, n.27, p. 41 – 77, 2002.

MANN, Kristin. Marriage Choices among the Educated African Elite in Lagos Colony, 1880-1915. *The International Journal of African Historical Studies*, vol.14, n.2, p.201-228, 1981.

_____. *Slavery and the Birth of an African City. Lagos, 1760 – 1900*. Indiana: Indiana University Press, 2007.

OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1964.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil, a história do levante dos malês, 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAWADA, Nozomi. The educated elite and associational life in early Lagos newspapers: in search of unity for the progress of society. 371p. Tese de doutorado - Centre of West African Studies School of History and Cultures College of Arts and Law, University of Birmingham, Birmingham/UK, 2011.

SILVA, Angela Fileno da. “Amanhã é dia santo”: circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na Costa da Mina. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2014.

_____. Vozes de Lagos: brasileiros em tempos de império britânico. 337p. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

SMITH, Robert Sydney. The Lagos Consulate, 1851-1861. London: Macmillan Press/Univesity of Lagos Press, 1978

.

ÁFRICA ORIENTAL

ÁFRICA CENTRAL

MOÇAMBIQUE EM TIMOR E TIMOR EM MOÇAMBIQUE: DIÁSPORA, GUERRA E REVOLUÇÃO NAS MARGENS DO ÍNDICO

SEMINÁRIO ÁFRICA NA FFLCH II

Daniel De Lucca¹

RESUMO: Este texto explora fluxos e contra-fluxos entre Moçambique e Timor-Leste em distintos contextos históricos. Dividido em quatro partes: 1) introduz questões mais gerais para se pensar o trânsito Índico onde Moçambique e Timor se encontram; 2) discute a presença dos soldados de Moçambique no “Timor Português” no início do século XX; 3) destaca a circulação das ideias africanas no pensamento nacionalista timorense dos anos 1970; 4) finaliza apresentando o contexto da diáspora timorense em Moçambique e alguns campos de indagação possíveis. Com o intuito de assinalar intercâmbios entre as duas margens do Índico, este texto parte de uma reflexão sobre Moçambique em Timor colonial e conclui com interrogações sobre a presença de Timor em Moçambique pós-colonial.

Trânsito nas margens do Índico

Em 2014, passado 40 anos da Revolução dos Cravos e o fim do regime colonial-fascista em Portugal, foi inaugurada na capital de Timor-Leste a AMAMOTIL - Associação de Amizade Moçambique-Timor-Leste -, uma agremiação que une moçambicanos residentes em Timor-Leste, timorenses que viveram em Moçambique e filhos de timorenses nascidos em Moçambique ou gerados da relação entre cidadãos dos dois países. A cerimônia de inauguração da Associação contou com a participação de figuras públicas como José Luis Guterres e Mari Alkatiri, personagens importantes na política e na história nacional timorense e que, durante os 24 anos de ocupação indonésia, estiveram no exílio, residindo em Maputo². Também no mesmo ano de 2014, por ocasião da X Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que ocorria em Díli, o então presidente de Moçambique, Armando Guebuza, visitou a Associação e manifestou satisfação por seus integrantes “manterem viva a imagem de Moçambique em Timor-Leste”³. O ritual de nascimento da AMAMOTIL, bem como a presença e o reconhecimento dos estadistas, consagravam e instituíam uma ponte associativa entre duas nações situadas nas margens extremas do Oceano Índico. Mas a que serve a AMAMOTIL?

Do ponto de vista de seus integrantes, a instituição permite o encaminhamento de um elemento prático essencial: a obtenção de documentos. A dificuldade com vistos e passaportes

¹ Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política São Paulo (FESP-SP), em 2012 foi professor visitante na Universidade Nacional Timor-Leste (UNTL) e, entre 2013 e 2014, foi cooperante internacional em Timor-Leste pelo Programa CAPES-PQLP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0252309800911440>

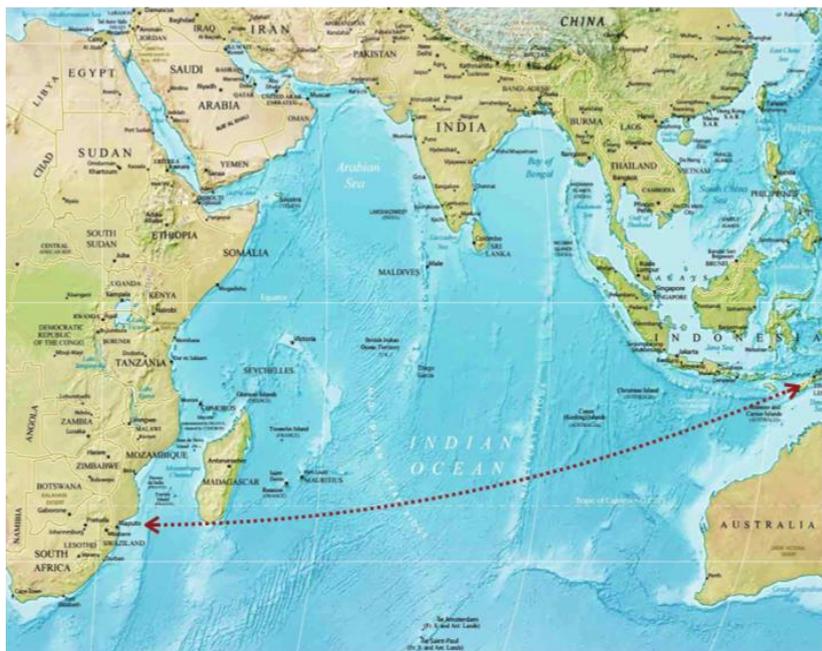
² Matéria da agência Sapo, *Criada a associação de amizade Moçambique Timor-Leste para desenvolver relações bilaterais*, 26 de junho de 2014. Link: <http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1393258.html>

³ Matéria da agência Sapo Notícias, *Guebuza incentiva moçambicanos em Timor*, 24 de julho de 2014. link: <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10251624072014140326.html>

moçambicanos e timorenses constitui uma queixa central de seus associados, sendo que uma das principais reivindicações da Associação é a criação de uma representação diplomática moçambicana em Timor-Leste, a exemplo do que se passa com a já existente embaixada timorense em Moçambique. Do ponto de vista dos estadistas, a Associação também pode incentivar a tão comentada (e pouco encaminhada) cooperação econômica e técnica bilateral entre os dois Estados-nação. Mas a fala de Mari Alkatiri na cerimônia de inauguração pareceu sugerir, no entanto, um outro possível objetivo da AMAMOTIL: relembrar a “longa história de relações destes dois povos”. Mas que história é essa?

Este texto pretende ser uma exploração preliminar desta história. Em meu doutorado estudei a produção da história em Timor-Leste e os conflitos de narrativas sobre o passado da nação (De Lucca, 2016). Neste país vivi, trabalhei e pesquisei durante dois anos, entre 2012 e 2014, sendo que em 2015 lá voltei para aprofundar minha etnografia. Durante a pesquisa, a África, e mais especificamente Moçambique, apareceram como referências importantes, tanto para alguns de meus interlocutores quanto em alguns dos materiais analisados. Resolvi seguir esta problemática em meu projeto de pós-doutorado, que pretendo desenvolver no Departamento de Antropologia da FFLCH, de modo que este trabalho é um primeiro esforço de organização neste sentido.

Fig. 1



Oceano Índico com destaque, em pontilhado vermelho, para a ligação entre suas duas margens sul, Moçambique à ocidente e Timor-Leste à oriente.

Tal como Moçambique, Timor-Leste também é um país de colonização portuguesa, mas localizado na transição do Oceano Pacífico para o Índico, e cuja capital, Díli, encontra-se à 26.459 km de distância de Maputo. Partindo de uma abordagem interdisciplinar, incorporando contribuições da antropologia e da história, e dialogando com os estudos pós-coloniais e da diáspora africana, estou especialmente interessado nos fluxos e contra-fluxos que amarram as relações entre estes dois países do Índico Sul: um situado na África Austral, outro no Sudeste Asiático. É neste circuito de trocas que busco localizar minha pesquisa. Uma investigação voltada para a trama das relações entre Moçambique e Timor-Leste que não deixa de ser também um estudo sobre as conexões afro-timorenses. Neste sentido, este trabalho encontra eco no questionamento daqueles pesquisadores que criticam um certo “atlânticocentrismo” onipresente tanto nos estudos sobre a diáspora negra quanto nos estudos pós-coloniais “em português”.

Edward Alpers, historiador da diáspora africana no mundo Índico, argumentou que a experiência afro-índica é menos conhecida e menos estudada que a afro-atlântica devido a “uma ausência geral de uma classe de indivíduos africanos educados pelo Ocidente nesta diáspora” (Alpers, 2000:84), o que resultou na falta de uma forte tradição literária e de memória escrita em termos comparativos. O autor enfatiza a importância das diferenças entre o tráfico de escravos ocorrido no Atlântico e no Índico: o primeiro, ligado ao mercado europeu, operando em grande escala e associado à economia de *plantation*; o segundo, ligado às rotas do comércio árabe, negociado em escala numérica mais reduzida, contudo temporalmente mais extenso, um tráfico que começou antes daquele que se viu no Atlântico e que perdurou após o término deste. Alpers também argumenta que a “cor de pele”, no mundo Índico, não identifica necessariamente uma ascendência africana, sendo que nesta região oceânica as diferenças de base religiosa, linguística, étnica e de casta são consideradas muito mais pertinentes que a noção de “raça”, categoria de distinção central na experiência moderna do mundo Atlântico (Alpers, 2001).

Por sua vez, boa parte do debate sobre a experiência colonial e pós-colonial lusitana também convergiu para o Atlântico, sobretudo no legado das relações afro-portuguesas e afro-brasileiras. Tais relações compõem aquilo que o antropólogo Miguel Vale de Almeida (2007) chamou de “Atlântico Pardo”, uma expressão irônica e provocativa que alude ao *Black Atlantic* de Paul Gilroy (2000), mas que busca caracterizar de modo crítico a narrativa apologética do projeto de miscigenação lusotropical que foi hegemônico em parte do século XX. De fato, na historiografia colonial, o chamado “Império Português do Oriente” (1415-1622) esteve associado à primeira expansão europeia, de modo que lembrar da presença

portuguesa no Índico também é retomar a épica camoniana das “Grandes navegações” e das “Descobertas”. Contudo, o colonialismo português que se viu em África, a partir da segunda metade do século XIX, também foi contemporâneo daquele vivido nas colônias orientais, havendo entre os territórios africanos e os asiáticos intercâmbios e trânsitos, o que permitiu estabelecer hierarquias e redes de circulação que integraram o chamado “Terceiro Império” (1822-1974). Ainda que nem sempre conhecidas, tais trocas também ocorreram no período tardo-colonial e pós-colonial, contexto em que a língua portuguesa transformou-se ora em instrumento do domínio colonial, ora em “troféu de guerra” daqueles que foram vitoriosos na luta pela libertação nacional, ora como meio de comunicação usado para construção de projetos políticos transnacionais comuns - como aquele ocorrido entre moçambicanos e timorenses logo após a Revolução dos Cravos e que será discutido nas duas últimas seções. Seja como for, nos estudos pós-coloniais “em português” o mundo Índico permanece marginal⁴.

Uma das consequências desta maior dominância Atlântica, tanto nos estudos africanos quanto pós-coloniais, é que ela obscurece o Índico como outra importante rota de passagem para intercâmbios. É neste sentido que gostaria de imaginar este oceano como uma região geo-histórica onde se entrelaçam ideias, trajetórias intelectuais e familiares, envolvendo relações com a terra e a língua, também com o trabalho e o poder do Estado. Com isso, busco compreender a distância que separa e une Moçambique e Timor-Leste como uma “zona de contato”, nas palavras de Mary Louise Pratt (1999), “um espaço em que povos separados geográfica e historicamente entram em contato e estabelecem relações contínuas, envolvendo normalmente condições de coerção, desigualdade radical e conflitos renitentes”.

Poucas pesquisas estreitaram o espaço Índico tratando Moçambique e Timor-Leste em perspectiva aproximada. Claudiany Pereira (2005), por exemplo, propôs uma análise comparada das cenas de autoritarismo em Moçambique e Timor-Leste na ficção literária de Mia Couto e de Luís Cardoso. Também Tereza Cunha (2012) pesquisou trajetórias de mulheres e suas memórias de guerra em Moçambique e Timor-Leste, destacando de modo instigante como as fronteiras de gênero atravessam e também organizam a experiência do conflito bélico. Ambos estudos estabelecem comparações de narrativas, literárias e biográficas, e representam um importante esforço de leitura em contraponto. Estas análises

⁴ Para abordagens comparativas, no campo da história e antropologia, ligadas aos estudos pós-coloniais “em português” ver a coletânea organizada por Almeida e Feldman-Bianco (2007) e o *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de fala Portuguesa*, organizado por Sansone e Furtado (2014). Uma exceção nestes estudos é a obra coordenada por Rosa Perez (2006), que aborda o mundo índico destacando a subalternidade e especificidade do “orientalismo” lusitano frente a seu “africanismo”.

ressaltam uma realidade comum vivida por ambos países. Uma história compartilhada e atravessada pelas experiências do exílio, da guerra e da revolução. São práticas de controle estatal encarnadas em formas de violência e eventos críticos que marcaram tanto o período colonial quanto o momento pós-colonial nos dois lados do Índico.

Tanto em Moçambique quanto Timor-Leste a história nacional é muitas vezes narrada cotidianamente numa tríplice articulação temporal na qual o “tempo presente” é discriminado em função das mudanças políticas ocorridas no passado. Enquanto em Moçambique o presente é contrastado em relação às categorias nativas de “tempo colonial” e “tempo Samora”, em Timor-Leste o presente é demarcado em função das categorias pretéritas de “tempo português” e “tempo indonésio”⁵. As articulações entre estes “tempos” acompanham as mudanças do regime político, evidenciando o impacto das transformações do Estado na vida das pessoas e no modo como elas narram o passado da nação. Na articulação destes “tempos”, a Revolução dos Cravos e a declaração de independência (1974-1975) constituem uma dobra comum na história dos dois países, o epílogo tanto do “tempo colonial” quanto do “tempo português”. Por sua vez, o término do chamado “tempo Samora” em Moçambique, despontado com a morte de Samora Machel (1986) e o fim do governo socialista, não coincide cronologicamente com o término do “tempo indonésio” em Timor-Leste, marcado pela violenta saída do exército indonésio do território (1999). Nesta pesquisa compreendo estas classificações temporais como “representações da história” (Trouillot, 1995), categorias práticas utilizadas por moçambicanos e timorenses como forma de imaginar e dar sentido a suas respectivas histórias nacionais. No entanto, meu propósito aqui é ir além da perspectiva comparativa que estabelece homologias e paralelos entre realidades que não se tocam. Busco assim, identificar cruzamentos e sincronias entre os diferentes tempos nacionais, perseguindo e destacando transversalidades que articulam territórios interligados.

Ainda que a comentada Associação de Amizade Moçambique-Timor-Leste (AMAMOTIL) chame a atenção para os laços pós-coloniais existentes entre ambas nações, a presença de Moçambique em Timor remonta ao período colonial. Por ser uma presença pouco conhecida e nada estudada, julguei importante destacar, na seção que segue, o trânsito dos “naturais de Moçambique” para o “Timor Português” com o intuito de demonstrar a existência de relações de longa duração entre estes territórios. Assim, o texto está dividido em quatro partes: 1) esta introdução sobre os trânsitos nas margens do Índico; 2) a presença de Moçambique em Timor no início do século XX; 3) as ideias africanas no pensamento

⁵ Sobre os tempos de Moçambique consultar Thomaz (2002) e Cabaço (2009), sobre os tempos de Timor ver Silva (2012) além de meu próprio trabalho De Lucca (2016).

nacionalista timorense nos anos 1970; e 4) finalizo apresentando brevemente o contexto da diáspora timorense em Moçambique, tema central da pesquisa em curso, e seus campos de indagação. Com isso, este texto não pretende fechar a temática em questão, apenas abri-la. Expressa, assim, um movimento que parte de uma reflexão sobre Moçambique em Timor colonial e se direciona para o campo de discussão sobre a presença de Timor em Moçambique pós-colonial.

Moçambique em Timor

Navegadores portugueses recorreram aos serviços de africanos como marinheiros, soldados e escravos ao longo dos séculos XV e XVII, e com eles atravessaram o Índico, foram para Malaca, Macau⁶, Nagasaki e Insulíndia. Neste contexto, “os territórios da costa oriental africana que hoje correspondem a Moçambique foram prioritariamente vistos por Portugal, até o século XVIII, como pontos de apoio para a rota da Índia” (Cabaço, 2009:49). Já no período da Segunda Expansão Européia, no século XIX, o uso da mão de obra militar africana em territórios coloniais asiáticos era uma prática comum, sobretudo, no império britânico, que os deslocavam como soldados para o Oriente Médio, Índia e Indochina. Portugal assim também o fez e o primeiro grande contingente de naturais de Moçambique a desembarcar em Timor provavelmente chegou na ilha como braço armado do império.

Com a Conferência de Berlim, logo seguida pelo *ultimatum* britânico, a política colonial portuguesa alterou-se radicalmente com a intensificação da corrida intermetropolitana pela ocupação de pontos estratégicos nos territórios coloniais. Assim, o poder português estende sua presença, antes circunscrita à franjas costeiras em África e Timor, e toma a direção de uma agressiva ocupação do território interior. A conquista de novas terras assim como a introdução de novos impostos e a ampliação do trabalho compulsório, produziram fortes resistências nativas e “uma coincidência entre o estalar das revoltas em Timor e o das colônias africanas, o que pode ser explicado por mudanças na política colonial na metrópole” (Jolliffe, 1989:19). Com isso, a violência colonial empregada contra autóctones insubmissos estoura e sangra simultaneamente nas duas margens do Índico (Pélisser, 1989).

⁶ É paradigmática, nesse sentido, a batalha luso-holandesa de 1622, quando africanos escravizados defenderam a cidade de Macau dos ataques holandeses. Apesar da força aparentemente esmagadora de 13 navios com seus 1.300 soldados, foram as armas dos, aproximadamente, 100 africanos que, juntos com outros 100 moradores portugueses e chineses, repeliram as forças holandesas. Esta narrativa, de ares míticos e que consagra, ainda hoje, um feriado municipal em Macau, conta que muitos africanos foram alforriados como retribuição por combaterem ao lado de seus senhores.

No ano de 1896, logo após a vitória das tropas portuguesas sobre o imperador Ngungunhane, importante régulo de Gaza cujo poder se estendia nas terras ao sul de Moçambique, desembarca em Díli uma grande força expedicionária de “indígenas” da colônia oriental africana. Chegava para integrar o exército que José Clementino da Silva - “o mais sanguinário dos governadores de Timor” nas palavras de René Pélisser (1996) - estava organizando para suas “campanhas de pacificação” na ilha. A referida força expedicionária que aportava em Timor, e depois aumentaria seu número com a chegada de novos contingentes, era basicamente composta por *landins*, um nome dado pelos portugueses aos “ronga”, habitantes da região de Lourenço Marques, e por extensão à sua língua, chamada também de *landim* (Toscano, 1930).

Mas os *landins* eram, além disso, uma categoria militar da administração colonial que os entendia como um grupo étnico dotado de tradições guerreiras e com boa capacidade de aprendizagem e treino militar. Eram considerados, assim, soldados e sentinelas “naturais” que desenvolveram grande habilidade com o tiro e que não fugiam em combate. Recrutados pelo serviço militar obrigatório dos “indígenas” da colônia de Moçambique, os *landins* foram mobilizados para inúmeras campanhas no Índico, em Macau, Goa e em sua própria colônia natal contra régulos “insubmissos”, tal como Ngungunhane, sendo também utilizados na Primeira Guerra Mundial contra as tropas alemãs na fronteira norte da colônia. Em Timor a força expedicionária de Moçambique era considerada a mais organizada⁷ e teve um papel-chave nas “guerras de pacificação” do território, ocorridas na passagem para o século XX, sobretudo na vitória da última e mais importante revolta anti-colonial de 1912.

Conhecida como a “Guerra de Manufahi”, o conflito de 1912 tomou grandes proporções para o diminuto território e foi controlado graças ao reforço militar provindo de além-mar. Mas a memória de Dom Boaventura, *liurai* (rei) de Manufahi e último grande “régulo” insubmisso ao colonialismo português, permaneceu viva entre muitos ilhéus. Não por acaso, este antagonista português, tal como o imperador de Gaza em Moçambique, foi posteriormente projetado como herói-símbolo da resistência anticolonial pelo principal partido independentista do país⁸.

⁷ História militar portuguesa tem excessiva alta estima pelos *landins*, a julgar pelo testemunho do próprio “herói” do aprisionamento do Ngungunhane, Mouzinho d’Albuquerque, que escreveu a dado passo, no seu livro “Moçambique”, que os *landins* eram de todas as tropas de negros ao serviço de Portugal as que revelaram “maior instinto guerreiro”. Ver “A força colonial de Moçambique”, link: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_02_Exercito.htm. Sobre a ocupação portuguesa no Sul de Moçambique e a guerra com o império de Gaza, ver Toscano (1930) e Santos (2010).

⁸ Tanto a figura de Dom Boaventura em Timor, quanto a de Ngungunhane em Moçambique, foram exaltadas posteriormente como heróis nos ideários nacionalistas da FRETILIN e da FRELIMO, encarnando o símbolo máximo de um passado de resistências e lutas anticoloniais contra o estrangeiro invasor. Em 1985, noventa anos após o

Fig. 2 e 3



*Ngungunhane (Moçambique)
Imperador de Gaza
Aprisionado em 1895 e idealizado como
herói nacional pela FRELIMO*



*Dom Boaventura (Timor)
Liurai de Manufahi
Capturado em 1912 e idealizado como
herói nacional pela FRETILIN*

Já durante a segunda Guerra Mundial e o explícito interesse japonês em se estabelecer no Timor Português e avançar para Austrália, Lisboa ordena a organização de uma grande força expedicionária em Moçambique para enviar a Timor e garantir sua soberania na ilha. O corpo expedicionário, que parte de Maputo em 26 de janeiro de 1942, nos navios *João Belo* e *Gonçalves Zarco*, não consegue chegar em Díli a tempo. Já próximo da ilha, se inicia o bombardeio nipônico na capital e, com o risco de naufrágio, retornam à Colombo (Sri Lanka) e daí para Goa⁹. Esta força expedicionária ficará durante três anos em espera no *Estado da Índia* e apenas pisará em Timor após Hiroshima, com a capitulação nipônica em 1945, quando a bandeira portuguesa e as tropas moçambicanas são recebidas “na presença de chefes indígenas de toda colônia, com comoventes e tradicionais homenagens. A cidade está

aprisoamento de Ngungunhane, Samora Machel viaja à Portugal buscando trazer de volta ao país os restos mortais do imperador africano. Já em Timor-Leste, no centenário da Guerra de Manufahi, em 2014, os descendentes de Dom Boaventura demandaram publicamente ao Estado português informações sobre a localização do corpo do régulo timorense. Ambos eventos demonstram processos pós-coloniais similares de construção dos heróis nacionais mediante a reivindicação de restos mortais de reis nativos agora transformados em relíquias da pátria. Uma diferença importante, no entanto, é que a imagem heróica de Ngungunhane não é tão bem aceita em Moçambique quanto a de Dom Boaventura em Timor-Leste hoje. Ou seja, se seus usos políticos são semelhantes, a recepção da imagem pelos nacionais definitivamente não é a mesma.

⁹ Em Dezembro de 1941, após o Ataque a Pearl Harbor, a ilha de Timor foi ocupada por tropas neerlandesas e australianas, violando a neutralidade de Portugal e suas colônias a pretexto de prevenir uma invasão japonesa e com o interesse de utilizar a ilha como linha de defesa contra o avanço japonês. Mediante os protestos diplomáticos de Lisboa e a demanda pelos compromissos de respeito aos direitos de Portugal, o Japão invade a ilha e rapidamente expulsa os holandeses da parte oeste. Na parte leste, timorenses e poucos militares australianos conseguiram resistir durante quase um ano às investidas japonesas. Contudo, em janeiro de 1943 o Japão já controlava quase toda a ilha destituindo a autoridade holandesa e portuguesa, e instalando sobreviventes europeus em “campos de internamentos”.

praticamente destruída” (Lima, 2002:62). Com a chegada da força expedicionária de Moçambique em Timor, a soberania portuguesa é reestabelecida sem nenhuma resistência, justamente num momento histórico no qual movimentos nacionalistas em todo Sudeste Asiático se levantam na sequência imediata da retirada dos japoneses da região.

De difícil estimativa, a presença moçambicana em Timor colonial, cuja chegada concentra-se até a Segunda Guerra, não serviu apenas ao interesse militar português. Soldados de Moçambique também desenvolveram seus próprios projetos de vida na ilha, teceram amizades e alianças com ilhéus, desposaram jovens locais, estabeleceram famílias, tiveram filhos e sucessores que ali ficaram. Em Díli conheci timorenses que afirmaram sua descendência moçambicana, mas não sabiam precisar a história de seus avôs africanos. Importa considerar, no entanto, que os traços fenotípicos desta mestiçagem não se destacam numa população nativa que apresenta cabelos crespos e enrolados, graus muito variados de pele escura (devido à herança papua), e que também era chamada de “preta” pelos agentes coloniais europeus. Integrando expedições militares exclusivamente masculinas, homens de Moçambique possivelmente viram nas mulheres de Timor formas de lidar com a solidão, o desejo e a distância da terra natal. Assim se aproximaram da vida social austronésia e foram incorporados aos densos e complexos sistemas de parentesco que regem as casas e as trocas matrimoniais na ilha.

Fig. 4



Força Expedicionária de Moçambique, 1945. Forte de Bobonaro, fronteira com Timor Holandês. Após capitulação japonesa a presença militar reestabelece a soberania portuguesa na ilha

Ainda não há nenhum estudo histórico e de arquivo a respeito da vida dos *landins* no Timor colonial, mas ao que tudo indica, esta presença africana não chegou a constituir um

traço distintivo e saliente na formação de comunidades étnicas, de identidades coletivas ou de tradições afro-timorenses celebradas localmente. Não há no país, hoje, nenhum grupo que se auto-defina em relação a África ou Moçambique. Quando isso ocorre, tal como podemos constatar na comentada Associação de Amizade Moçambique-Timor-Leste (AMAMOTIL), a afirmação desta conexão é decorrente de um outro movimento no Índico, mais recente e a partir do qual meus interesses de pesquisa voltam-se mais centralmente.

Ideias africanas, nacionalismo timorense

Na história do chamado “Timor Português”, Moçambique figurou basicamente como lugar de origem dos soldados do império ou como terra de exílio e desterro para ilhéus considerados insubmissos e transgressores. Na passagem para os anos setenta isso começa a se modificar. Poucos jovens da diminuta elite urbana local, pela primeira vez, começam a ser enviados para estudar fora da ilha. Passam por Lisboa nomes importantes desta primeira geração de estudantes “assimilados”, como Borja da Costa, Abílio Araújo, Justino Iap, Maun Lear e Sahe. Na metrópole criam a “Casa dos Timores” e, com estudantes de outras colônias africanas, têm contato com ideias anticoloniais, revolucionárias e marxistas.

Ramos Horta, denunciado pela PIDE (Polícia de Informação de Defesa do Estado), é deportado para Moçambique e, entre 1970 e 1972, teve contato com a guerra colonial em curso. Em suas memórias afirma que regressou para Timor por “medo de ser recrutado para o exército colonial e ir morrer nas matas do Norte” e que não guarda “grata recordação da Lourenço Marques colonial. Cidade influenciada pelo *apartheid*, sobrevivias graças ao *apartheid* e à rebelde colônia britânica da Rodésia” . (Ramos Horta, 1994:60). Mari Alkatiri, que estudou em Angola, entre 1970 e 1971, quando já havia ensino técnico e superior, conta que ali discutia ideias independentistas com outros estudantes. Em entrevista com Alkatiri, afirmou ter escolhido estudar naquela província “porque na altura se falava muito da luta em Angola, era o território mais rico, ouvia-se mais da luta em Angola que em outras colônias. Escolhi Angola para ir para lá e estabelecer algum contato com o MPLA” (entrevista com Alkatiri, 2014).

Como os estudos sobre o surgimento do nacionalismo timorense apontam (Carey, 1995; Souza, 2001), estes jovens no desterro apreenderam o valor da terra natal e descobriram a si mesmos como “timorenses”. Longe de casa se viam como diferentes e passaram a compreender melhor o significado de sua “cor”¹⁰. A partir de então começaram a imaginar

¹⁰ Em sua autobiografia, Abílio Araújo conta que chegando em Lisboa o maior choque, porém, foi ver brancos a cavar buracos, a trabalhar nas estradas, nas construções, nas descargas dos navios e nos aeroportos. No meu

politicamente a situação da distante província ultramarina num quadro mais ampliado de forças geopolíticas e projetos nacionalistas (De Lucca, 2016). Isso se passava no período tardo-colonial, contexto em que era possível uma maior circulação de ideias e pessoas entre o chamado “Oriente Português” e a “África Portuguesa”. Antes as viagens de Moçambique a Timor eram feitas unicamente por embarcações, em lentas rotas de navegação que aportavam necessariamente em Goa ou Macau. Com o gradativo letramento dos timorenses e com a instalação de um aeroporto em Baucau e Díli, viagens de Timor a Moçambique começaram a ser feitas por meio da leitura de livros e escritos “clandestinos” ou, em alguns casos, por voos de avião com complicadas rotas e escalas.

Até então a colônia de Timor era vista como um oásis tropical em meio ao conflito armado vivido em Angola, Guiné e Moçambique (Souza, 2001). Isolado e distante das lutas de libertação dos anos cinquenta e sessenta que sacudiram a África e a Ásia, foi apenas na passagem para os anos setenta, com a maior circulação internacional dos “naturais” de Timor e das ideias africanas, que um pensamento nacionalista timorense ganhou corpo. Trata-se, portanto, de uma consciência nacional que emergiu quase duas décadas depois do movimento iniciado nas colônias portuguesas em África. É neste ambiente que alguns estudantes timorenses têm contato não apenas com as obras de Frantz Fanon e Aimé Cezaire, mas também conhecem os discursos de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Samora Machel. É o que pode ser desprendido do estudo das biografias, memórias e histórias de vida desta geração de jovens estudantes timorenses nos anos 1970¹¹.

Ramos Horta, por exemplo, em seu livro de memórias, narra o interessante caso de quando estava na Austrália e, “entre alguns copos de cerveja”, expôs suas “ideias mal definidas sobre o futuro de Timor-Leste” a uma jornalista. Havia lido o livro de Eduardo Mondlane, *Struggle for Mozambique*, que dizia “quando os portugueses chegaram ao nosso país, nós tínhamos as terras e eles tinham a Bíblia; agora nós temos a Bíblia e eles têm as terras”. Na conversa com a jornalista repetira a citação de Mondlane adaptando-a a Timor-Leste. A conversa foi publicada como entrevista, em janeiro de 1974, com três fotos e grande

universo timorense dos anos 60-70, sem televisão, sem contacto com o mundo exterior, estava formatado para ver o mundo de uma certa maneira e sempre considerei este tipo de trabalho próprio dos timorenses; os brancos, esses estavam sempre a mandar. Ao contrário de Timor, em Lisboa constatei que havia brancos a mandar e brancos a trabalhar. (Araújo, 2012:90)

¹¹ Como pode ser visto na própria trajetória do escritor timorense, Luís Cardoso, em seu romance de características autobiográficas: *E foi nesta altura que chegaram da metrópole alguns jovens oficiais milicianos, muitos deles punidos com a tropa por atividades políticas nas universidades e cujas mulheres passaram a leccionar no liceu e municaram o meu conhecimento com literatura clandestina. (...) Como outrora fazia publicamente com o livro bíblia à luz do petromax, devorava assim, à luz da pilha durante madrugadas ‘Pele Negra, Máscaras Brancas’ de Frantz Fanon e ‘A Mãe’ de Gorki. (Cardoso, 1997:79)*

destaque na *The Northern Territory News*. A matéria chegou ao conhecimento do Ministério do Ultramar e gerou dificuldades em Díli. Ramos Horta foi chamado a responder à autoridade máxima de Timor, repreendido e punido com o exílio que, contudo, não ocorreu devido ao 25 de Abril que inviabilizou a finalização da sentença. (Horta, 1994:77-79)

Mas se Ramos-Horta, tal como o próprio Eduardo Mondlane, possuía algumas afinidades com a política norte-atlântica e não era afeito ao conceito de revolução, o mesmo não se podia dizer de outros colegas nacionalistas. Entre os anos 1974 e 1975 o conceito de “revolução maubere” emerge em Timor e é amplamente difundido por jovens estudantes de esquerda, sendo posteriormente introduzido no próprio hino nacional, composto por Borja da Costa (2009). A palavra maubere, de origem mambae, significando “meu irmão”, referia-se ao povo de Timor-Leste, seu conteúdo nacional, nativista, fraterno, popular, não elitista e não europeu. Já a palavra revolução apontava para o caráter moderno e transformador de “revisão” e de um “recomeço socialista”, quando se buscava “superar as contradições” da província, “avançar com o povo” para um “novo Timor”¹². Valores e palavras de ordem que possuem semelhanças com aquelas difundidas pelo governo revolucionário de Moçambique, quando se exaltava e disciplinava a nação em função da criação de um “novo homem” moçambicano. Em Timor, o conceito de revolução foi gestado no interior da ilha num diálogo transfronteiriço, estabelecendo paralelismos e conexões tanto com a Revolução dos Cravos, vivida na metrópole, quanto aquelas experimentada pelos movimentos de libertação africanos, que também se autodefiniam como revolucionários.

A transformação do partido independentista de Timor, de ASDT (Associação Social-Democrata de Timor-Leste) para FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente), evidencia uma forte inflexão em direção ao pensamento revolucionário africano - sobretudo se considerarmos a semelhança do acrônimo com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Entretanto, assim como Ramos Horta, muitos integrantes e simpatizantes da FRETILIN assumiam posturas ideológicas distintas, recusando a revolução como projeto político único, o que gerava conflitos¹³.

¹² O conceito de Revolução maubere foi teorizado por Abílio Araújo (1977) que, em entrevista, explicitou algumas de suas principais referências: “não sou historiador, mas escrevi tudo aquilo com base no materialismo histórico. Também já tinha lido Amílcar Cabral, Frantz Fanon e Aimé Cezaire. Lembro que a leitura de *Discours sur le colonialism* foi importante” (entrevista, Araújo, 2015). Em minha tese analiso a obra de Abílio Araújo e o conceito de Revolução Maubere (De Lucca, 2016).

¹³ Tal como se viu em relação à chamada “violência revolucionária”, exercida por alguns militantes da FRETILIN contra outros nacionais, que ainda hoje é dolorosamente lembrando. Críticas aos eventos de perseguição e controle partidário, por vezes descritos como “paranoia” ou “caça às bruxas contra-revolucionárias”, podem ser encontradas nas memórias de Ramos-Horta (1994), na autobiografia de Xanana Gusmão (1994), no testemunho de Francisco Xavier do Amaral (2014) ou mesmo em passagens da autobiografia de Abílio Araújo (2014). Pouco discutidas publicamente, tais críticas não deixam de encontrar ecos nos também

Em Timor, a aproximação com as ideias políticas africanas ganhou mais impulso justamente quando a situação no território vai se complicando: com a breve guerra civil contra a UDT (União Democrática de Timor), partido que tinha como projeto manter Timor ligado a Portugal como um ente federado; com a declaração unilateral de independência e a instalação de um regime político de partido único; e também nos primeiros anos de combate contra a Indonésia. Neste contexto de guerra, as concepções revolucionárias se radicalizaram e muitas das ideias de Samora Machel e Amílcar Cabral a respeito da mobilização da juventude, da cultura, da educação e da formação de cooperativas agrícolas no meio rural, tornaram-se fontes fundamentais de inspiração da FRETILIN. Em meio às montanhas do Timor ocupado, foram estabelecidas “zonas libertadas” - um termo que, não por acaso, também era utilizado na Guiné, Angola e Moçambique durante as guerras coloniais - onde exercícios de treino militar, cultivo da terra, formação política e alfabetização, em tétum e português, eram praticadas seguindo o “método Paulo Freire”. Estas atividades eram coordenadas pelo, então, primeiro governo da República Democrática de Timor-Leste¹⁴. Um governo revolucionário, em Estado de guerra, mas que não era soberano de seu próprio território.

No fim da Guerra Fria, e por razões pragmáticas e de necessidade de novos aliados, o conceito de revolução, bem como outras referências à experiência africana, deixam o léxico político timorense e, a partir dos anos noventa, os Direitos Humanos tornam-se o grande tema do argumento independentista timorense. Ainda que os escritos de Mao Tsé Tsung e a experiência indochinesa também constituam referências para o nacionalismo timorense, o pensamento anticolonial africano foi fulcral nos momentos iniciais e decisivos de formação política desta intelectualidade, principalmente por facilitar a elaboração de uma contracultura do império a partir da crítica específica ao colonialismo português, além, é claro, de uma maior acessibilidade linguística.

Mas observemos com mais atenção esta circulação de ideias e repertórios intelectuais naquele quadro supranacional mais ampliado que Benjamin Abdala (2000) chamou de “macrossistema literário da língua portuguesa”. A partir de meados do século XX, nos

arbitrários procedimentos de acusação, julgamento e envio aos campos de reeducação, característicos do processo revolucionário moçambicano e seu aparato repressivo durante o socialismo.

¹⁴ Antero Benedito da Silva, professor e pesquisador timorense, que foi educado durante a infância na “zona libertada” de Uato-Lari, em comunicação pessoal explicou que a obra de Paulo Freire chegou ao Timor primeiramente através dos laços estabelecidos entre os estudantes da “Casa de Timor” e da “Casa da Guiné” em Lisboa. Mas segundo ele o “método Paulo Freire” utilizado em Timor seria muito mais “africanizado” que aquele difundido no Brasil, pois suas ideias estariam umbilicalmente ligadas ao pensamento anticolonial, revolucionário e marxista, enfatizando as condições materiais de aprendizagem e sobrevivência frente à situação de repressão e guerra contra potências estrangeiras, fazendo o sentido da “pedagogia da autonomia” acoplar-se à luta pela “autodeterminação dos povos”. Sobre a influência das ideias de Amílcar Cabral e Paulo Freire na FRETILIN, ver os trabalhos de Antero Benedito da Silva (2011 e 2012).

projetos literários de formação das nacionalidades dos novos Estados africanos de língua oficial portuguesa, as elites urbanas apropriaram-se da literatura brasileira como um horizonte para a tomada de consciência da dominação cultural, subversão da imaginação escrita em português e nacionalização da língua do colonizador (Abdala, 2007). Por sua vez, nos anos setenta, o nacionalismo timorense tomou o pensamento africano de língua portuguesa como referência intelectual e política exemplar, primeiro na luta anticolonial e depois na luta contra a ocupação indonésia. Se uma elite letrada africana foi ao Brasil buscar ideias que lhe serviriam para seus próprios fins, em Timor-Leste os nacionalistas letrados encontraram em África novos conceitos e experiências compatíveis com os dilemas vividos na ilha. Ora, vemos então como este duplo movimento aponta para um interessante paralelismo ocorrido em direção ao ocidente nos dois oceanos que margeiam a África de língua portuguesa: no mundo Atlântico, no qual intelectuais africanos se apropriaram de ideias literárias brasileiras; e no mundo Índico, ocorrido anos depois, no qual intelectuais timorenses tomaram para si as ideias políticas africanas como armas de combate.

Timor em Moçambique

Os anos de 1974-1975 constituem um momento de ruptura e quebra do velho Estado colonial português e também da ordem social nos antigos territórios ultramarinos. Como citado anteriormente, em Moçambique estes anos representam a passagem do chamado “tempo colonial” para o “tempo Samora”, enquanto do outro lado do Índico esta mudança articulou as categorias timorenses de “tempo português” e “tempo indonésio”. Com a fuga da administração portuguesa devido à guerra civil e a posterior ocupação em Timor-Leste, os cinco anos que sucederam a Revolução dos Cravos são marcados por uma intensa destruição na ilha, produzindo a morte de quase um terço da população de todo o território. Deste evento crítico e traumático emerge a chamada diáspora timorense composta, principalmente, por timorenses “assimilados”, que possuíam recursos humanos e materiais, e que conheciam os meios que os possibilitavam sair da ilha. Os principais destinos de refúgio são, em ordem de importância, Austrália, Portugal e Moçambique (Viegas, 1998, Wise, 2004).

Em condições adversas, a FRETILIN, principal entidade política a coordenar a luta pela libertação timorense, se reorganiza e se divide em duas frentes principais: uma força armada responsável por resistir e enfrentar o exército inimigo nas montanhas ilha e uma comitiva diplomática responsável por denunciar a invasão e angariar apoio internacional. Lideranças do partido, que já possuíam relações amistosas com a FRELIMO, contam que ao pedirem amparo à Samora Machel, este afirmou: “enquanto Timor-Leste não for um país

independente a independência de Moçambique não será completa”¹⁵. Um dos primeiros países a reconhecerem a declaração unilateral de independência de Timor-Leste, a República Popular de Moçambique passa a apoiar e acolher as lideranças políticas em fuga. A convite da FRELIMO, Maputo torna-se a cidade-sede e quartel general da FRETILIN que, de lá, desenvolverá operações diplomáticas, principalmente, em África e Ásia. Mari Alkatiri, chefe da frente externa timorense e que cursou Direito na Universidade Eduardo Mondlane, relatou em entrevista a “escolha” de Moçambique como país-sede da FRETILIN.

Moçambique era o único país com condições para nos oferecer o mínimo para trabalhar. Angola estava em guerra. Guiné-Bissau e Cabo Verde não tinham condições financeiras para isso. São Tomé também. Portugal vivia a Revolução dos Cravos e Brasil não faria isso. (...) Mas os cinco países africanos de língua portuguesa nos assessoraram e ensinaram a fazer a diplomacia da resistência. (...) a como fazer o lobby na ONU (...) Colocaram suas embaixadas a nossa disposição em todo mundo, (...) elas funcionavam um pouco como embaixadas de Timor-Leste (entrevista com Alkatiri, 2014).

Mari Alkatiri que, após a restauração da independência, em 2002, tornou-se o primeiro primeiro-ministro de Timor-Leste, descreve o apoio fornecido por Moçambique como um “farol” e uma “retaguarda segura” no aprendizado, ajuda e auxílio diplomático. Mas além de promover a política externa, outra tarefa dos integrantes da FRETILIN em Maputo era a de apoiar na luta armada, conseguindo armas e suporte militar para os confrontos que se davam na ilha. O principal responsável por isso era Rogério Lobato, irmão do presidente em exercício e que, com o cargo de Ministro de Defesa da República Democrática de Timor-Leste, acumulava uma grande quantidade de armamentos, doações do Estado moçambicano, angolano e chinês. O maior problema era fazer o material bélico chegar até a distante e isolada ilha de Timor. Algo difícil e arriscado. Incapaz de concretizar sua missão, Rogério distancia-se de seus colegas e deixa Maputo. Mas logo seria preso em Angola, por “crime de tráfico de diamantes”. Segundo ele, em depoimento público, seu objetivo não era o enriquecimento ilícito, mas conseguir financiar um navio para transportar o armamento à ilha. Sem o que fazer com as armas acumuladas, o material bélico acaba sendo doado à Tanzânia e os guerrilheiros mauberes permanecem sem apoio nas montanhas em Timor¹⁶

Fig. 5

¹⁵ Ver matéria na agência Sapo, *Amigos de Moçambique em Timor-Leste saúdam 40 anos da independência*.

Link: <http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/19408056.html>

¹⁶ Ver a matéria na Agência Sapo, *Tráfico de diamantes era para comprar armas - Rogério Lobato*.

Link: http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/trafico-de-diamantes-era-para-comprar-armas-rogerio-lobato_20005716.html



Samora encontra delegação da FRETILIN por ocasião das celebrações da proclamação da independência de Moçambique (1975). Da esquerda para direita: Samora Machel, Francisco Xavier do Amaral (primeiro presidente da RDTL), Roque Rodrigues, Nicolau Lobato (segundo presidente da RDTL) e Mari Alkatiri

Luís Guterres também relatou em tom cômico que, logo ao chegarem em Maputo, no primeiro encontro com o presidente Samora, este dissera: “se quiserem ser bem tratados pelos que te recebem, devem se vestir melhor que eles”. E logo após este encontro todos teriam saído correndo para comprar roupas novas. “O importante”, disse Alkatiri em entrevista, “era não atrapalhar Moçambique, eles já tinham problemas demais” (entrevista com Alkatiri, 2014). De fato, as dificuldades enfrentadas pelo país africano cresciam rapidamente: as crises de produção que sucederam a independência; o êxodo de portugueses e outros profissionais técnicos especializados; o boicote e a sabotagem dos antigos colonos; a hostilidade da Rodésia de Ian Martin e da África do Sul do *apartheid*; além da guerra com a RENAMO, inicialmente localizada, mas que gradativamente se espalhava por todo o território gerando uma atmosfera de guerra civil. E então, qual o lugar dos timorenses no contexto do socialismo pós-colonial moçambicano? Como a revolução maubere situava-se meio a revolução vivida em Moçambique independente? Quais estruturas o Estado nacional moçambicano preparou para receber os timorenses?

Houve, de fato, uma política da hospitalidade em Moçambique. Algumas lideranças timorenses que lá viveram afirmam que, em Maputo, conseguiram auxílio público, estudo, trabalho e casa. Na passagem dos anos setenta para os oitenta, a FRELIMO estava bem integrada nas redes da esquerda transnacional e através desta recebia muitos exilados políticos, militantes e cooperantes que chegavam para “ajudar na construção do Estado moçambicano”. Eram sul-africanos, brasileiros, suecos, alemães e outros, que vinham ao país e acabavam assumindo altos cargos públicos com funções especializadas nos quadros do

partido (Thomaz, 2007 Azevedo, 2012). Frente ao emaranhado das relações pessoais, políticas e de trabalho envolvidas na seleção e inserção destes profissionais e militantes, qual a posição dos timorenses? Como eles se relacionavam com outros estrangeiros e se integravam nos aparelhos do governo da FRELIMO?

Permanentemente reconhecidos como forasteiros, estrangeiros no exílio, os timorenses eram gente sem casa, um povo desterrado. Ser estrangeiro timorense era, inclusive, um modo de ser aceito legitimamente pelo Estado e pelo fervoroso nacionalismo do país hospedeiro que recebia de braços abertos “amizades socialistas” e investia pesado na formação técnica de quadros nacionais e internacionais. Naqueles tempos os laços da luta terceiro-mundista, anti-imperialista e anti-racista pareciam desenhar um espírito comum que apontava para a revolução mundial. Ao fazer uma busca preliminar em alguns discursos públicos de Samora Machel no qual a luta por Timor era destacada, identifiquei modos particulares no qual o conflito na ilha era associado à outras lutas: contra o *apartheid*, pela libertação da Namíbia, também a luta do povo do Sahara Ocidental. Tanto a violência neocolonial cometida pela África do Sul quanto aquela exercida pela Indonésia de Suharto eram então denunciadas como “imperialismo de Terceiro Mundo”. De fato, o “internacionalismo” era um valor bem manuseado pelos dirigentes da FRELIMO e outros agentes políticos da esquerda no contexto da Guerra Fria. Tecia-se aí uma “solidariedade socialista” que articulava os nacionalismos revolucionários de várias partes do mundo.

Mas e o outro lado deste mundo público, político e combativo da diáspora timorense? Como os timorenses eram vistos e se viravam na capital moçambicana? No período que seguiu a independência, o Estado moçambicano adotou uma política não racialista: todos moçambicanos seriam iguais, independentes da raça, etnia ou origem (Fry, 1991). Circulavam, no entanto, categorias sociais que fazem referência a noção de “raça”, que foram gestadas no período colonial mas que permaneceram operantes após a independência (Thomaz, 2004). Então como era negociada localmente a identidade étnica dos timorenses? De que forma eles eram localizados e se situavam no sistema classificatório local, visto que tinham “cor marrom” mas não eram “indianos”, nem “negros”, nem “brancos”, nem “mistos”? E como viviam os timorenses que não compunham o alto quadro da FRETILIN? O que eles fizeram nos momentos mais agudos da crise no país, quando a guerra e a economia em frangalhos atingia diretamente o cotidiano das populações urbanas, promovendo a falta de alimentos e mantimentos básicos?

O pouco que se sabe desta história é todo ele narrado por lideranças masculinas e adultas. Então qual o lugar do cotidiano das mulheres e das crianças aí? O não dito é que

provavelmente foram elas que tornaram habitável esta vida longe de casa. Tornaram possível um sentido de lar meio ao luto do trauma da guerra e do exílio, estabelecendo nos bastidores da vida privada a edificação de um ambiente doméstico no exterior, fornecendo ritmo e continuidade ao dia-a-dia de Maputo. Uma cidade em que homens e mulheres timorenses tiveram filhos e filhas, que lá cresceram, estudaram e que hoje assumem importantes cargos em Timor-Leste independente.

Meu projeto de investigação aponta para tais questões e busca analisar narrativas e memórias das décadas de setenta e oitenta, através da etnografia, de entrevistas e de pesquisa em arquivos. Considerando as interdependências existentes entre as dimensões públicas e privadas, políticas e cotidianas, busco recompor trajetórias familiares timorenses em Moçambique inspirado nas teorias da interseccionalidade (McClintock, 2010, Brah, 2011). Deste modo, dou especial atenção para alguns marcadores sociais da diferença, analisando os itinerários familiares através da sobreposição e articulação das categorias de nação, etnicidade, gênero e geração. Mas além de tratar deste passado diaspórico em Moçambique, desejo interrogar o que hoje é reencenado destas relações pretéritas, tais como as evocações feitas pelos timorenses retornados, pelos moçambicanos residentes em Timor-Leste e outros integrantes da AMAMOTIL. A hipótese é de que a atualidade destas relações históricas não só subsiste como é reinventada permanentemente, um passado feito e refeito na diáspora. São histórias e viagens de ida e volta que se transformam. Correntes que continuam a atravessar o Oceano Índico e a agitar suas turbulentas margens.

Figuras

Figura 1: Oceano Índico com destaque. Imagem do autor.

Figura 2: Ngungunhane (Moçambique). link:
<https://delagoabayworld.wordpress.com/category/historia/gungunhana/>

Figura 3: Dom Boaventura (Timor-Leste), Álbum Álvaro Fontoura. link:
http://amrtimor.org/multimedia/fontoura/album/pag_inteiras/142.htm

Figura 4: Força expedicionária de Moçambique em Timor. Link:
<http://www.forumdefesa.com/forum/index.php?topic=6921.0>

Figura 5: Samora encontra dirigentes da FRETILIN. Link:
<http://cjitlnoticias.sapo.tl/nasional/alkatiri-hateten-xavier-nasion-157595>

Bibliografia

ABDALA, Benjamin. “Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa”, Porto, *Veredas*, 3-II, 2000.

_____. *Literatura, história e política*, Cotia: Ateliê, 2007.

ALMEIDA, Miguel Vale. “o Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono””, In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. & FELDMAN-BIANCO, B. *Trânsitos Coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ALPERS, Edward. “Recollecting Africa: Diasporic memory in the Indian Ocean world,” *African Studies Review*, n. 43/1, 2000.

_____. “Defining the African Diaspora”, Comunicação apresentada na oficina do *Centre for Comparative Social Analysis*, University of California, Los Angeles, 25 de Outubro de 2001. Link:

http://www.ces.uc.pt/formacao/materiais_racismo_pos_racismo/alpers.pdf

ARAÚJO, Abílio. *Timor Leste, Os Loricos Voltaram a Cantar – das guerras de independentistas à revolução do povo maubere*, Lisboa: edição do autor, 1977.

_____. *Autobiografia de Abílio Araújo – Dato Siri Loe II*, Lisboa: Alethea, 2012.

AZEVEDO, Desirée. “Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional”, *Etnográfica - Revista do Centro de Investigação em Antropologia*, vol. 16 (3), 2012.

BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. & FELDMAN-BIANCO, B. *Trânsitos Coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BRAH, Avtar. *Cartografías de la diáspora – identidades en cuestión*, Madrid: Traficantes de sueños, 2011.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, São Paulo: UNESP, 2009.

CARDOSO, L. *Crónica de uma Travessia: a época do Ai-Dik-Funam*, Lisboa: Dom Quixote, 1997.

COSTA, Luís. “Nota Biográfica”, In: *Borja da Costa, Seleção de Poemas*, Lisboa: Lidel, 2009.

CUNHA, Teresa. “As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 96, 2012.

DE LUCCA, Daniel. *A timorização do passado - nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*, Tese de doutorado em Ciências Sociais - área de concentração cultura e política, IFCH-UNICAMP, abril, 2016.

FRY, Peter. “Politicamente correto num lugar, incorreto no outro (relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 1991.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GUSMÃO, Xanana. “Autobiografia”, In: *Timor-Leste: um povo, uma pátria*, Lisboa: Colibri, 1994.

JOLLIFFE, L. *Timor – Terra Sangrenta*, Lisboa: Edições “O Jornal”, 1989.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, Campinas: Editora Unicamp, 2010.

PÉLISSER, R. *Timor em guerre: Le crocodile et les portugais (1847-1913)*, Orgeval: Ed. Pelissier, 1996.

_____. «Guiné et Timor: quelques réflexions sur deux conquêtes difficiles». *Comunicação apresentada no Colóquio sobre Timor*, Lisboa; dezembro, 1989

PEREIRA, Claudiany. “Pelo Tear da Ficção: cenas de autoritarismo em Moçambique e Timor-Leste”, In: *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*”, *dossiê: a literatura em tempos de repressão*, PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005.

PEREZ, Rosa Maria. (coord.), *Os Portugueses e o Oriente – História, Itinerários, Representações*, Lisboa: Dom Quixote, 2006.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império – relatos de viagem e transculturação*, Bauru: EDUSC, 1999.

RAMOR-HORTA. José, *Timor-Leste, amanhã em Díli*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

SANSONE, Livio & FURTADO, Cláudio (orgs.). *Dicionário Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*, Salvador: EDUFBA/ABA Publicações, 2014.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza - o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*, São Paulo: Alameda, 2010.

SILVIA, Antero Benedito. “Amílcar Cabral’s pedagogy of liberation struggle and his influence on FRETILIN 1975-1978”, In: LONEY, Hannah; SILVA, Antero; CANAS, Nuno; XIMENES, Alarico & FERNANDES, Clinton (eds.). *Buka Hatene Timor-Leste*, Díli, 2011 (<http://www.tlstudies.org>)

SOUZA, Ivo Carneiro. “The Portuguese Colonization and the problem of the East Timorese Nationalism”, In: *Timor: les défis de l’indépendance - Lusotopie*, 8 (1-2), Paris: Éditions Karthala, 2001.

TAYLOR, Jonh G. “The emergence of a Nationalism Movement in East Timor”, In: *East Timor at the Crossroads: the forging of a nations*, CAREY, P. & BENTLEY, G. C. (orgs.), Honolulu: University of Hawaii Press, 1995.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Os Tempos de Moçambique”, *Encontro Anual da ANPOCS* (mimeografado): Caxambu, 2002.

_____. “Relações raciais em Moçambique: histórias sobre autóctones e forasteiros”, In: PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloísa & SCHWARCZ, Lilia (orgs.), *Antropologia, Histórias, Experiências*, Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. “Campos, aparato repressivo e construção social do inimigo: notas sobre a cooperação da RDA em Moçambique”, In: SILVA, K. & SIMIÃO, D. (orgs.), *Timor-Leste por trás do palco – cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2007.

TOSCANO, Francisco. *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d’Albuquerque*, Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1930.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon, 1995.

VIEGAS, Telma Maria Canteiro, *Migrações e Associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Lisboa: Fundação Oriente - Universidade Aberta, 1998.

WISE, Amanda, “Nation, Transnation, Diaspora: Locating East Timorese Long-distance Nationalism”, In: *SOJOURN*, vol. 19, N. 2, p.151-180, 2004.

**MUITO ALÉM DO PREÇO: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A
VENDA DE “FETICHES” ENTRE OS BATEKE E FREDERICK STARR EM
LEOPOLDVILLE (1905)**

**FAR BEYOND THE PRICE: SOME INITIAL NOTES OF THE SALE OF
“FETISHES” BETWEEN BATEKE AND FREDERICK STARR IN
LEOPOLDVILLE (1905)**

Paulo Roberto Marques de Oliveira¹

RESUMO: Este texto busca apresentar algumas reflexões iniciais sobre uma pesquisa em andamento a respeito das relações sociais estabelecidas entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr ao Estado Independente do Congo nos anos de 1905 e 1906. Por meio da análise dos diários de campo da expedição e do referencial metodológico da história social, foi possível chegar a algumas conclusões a respeito de como se deu a comercialização de “fetiches” em Leopoldville. Esta discussão abre espaço para se pensar no significado da venda destes artefatos para os Bateke e também problematizar a agência centro-africana no início do colonialismo.

PALAVRAS-CHAVE: África Central; Bateke; Frederick Starr; Estado Independente do Congo.

ABSTRACT: This text aims to present some initial reflections about an ongoing research project concerning social relations established between Central African societies and Frederick Starr's expedition to the Congo Free State from 1905 to 1906. Through the analysis of expedition notebooks and the perspective of social history, it was possible to arrive at some conclusions about how the sale of “fetiches” happened in Leopoldville. This research topic opens the discussion about the meaning of sale of those artifacts for Bateke and also to problematize the Central African historical agency in the beginning of the colonialism.

KEYWORDS: Central Africa; Bateke; Frederick Starr; Congo Free State.

Algumas palavras introdutórias sobre o presente texto

Para minha apresentação no evento “África na FFLCH II: ensino, pesquisa e extensão na USP” organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), preparei um breve resumo da pesquisa intitulada “*Comércio, conhecimento e cultura: as sociedades centro-africanas no início do século XX a partir dos testemunhos de Frederick Starr*”, à qual venho me dedicando desde agosto de 2016 devido à oportunidade criada pela concessão de financiamento por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil através de uma bolsa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

¹ Graduando em História, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8732516927466723>
Agradeço, profundamente, à minha orientadora, a profa. Dra. Livre Docente Maria Cristina Cortez Wissenbach, pela leitura atenta e pelos comentários tecidos a respeito deste texto. Espero poder inserir todos em minhas reflexões futuras. Deixo claro que os erros, se houverem, são de inteira responsabilidade minha.

(PIBIC) da USP. Na ocasião do evento, abordei os objetivos gerais e específicos, o *corpus* documental e as principais referências do projeto em andamento com especial atenção para a primeira fase das investigações que se centra nas relações entre a expedição de Starr e os Bateke, um macrogrupo cultural cujas aldeias ficavam nas proximidades da estação de Leopoldville.

Diferentemente de minha fala do dia 17 de novembro de 2016, aqui, decidi compartilhar outra parte das investigações: seus resultados parciais. Estes dados que serão elencados no decorrer do texto foram obtidos desde meu primeiro ano de pesquisa na graduação de agosto de 2015 a julho de 2016 com a pesquisa “*os maiores de toda a África Equatorial: rastros e registros do contato dos Bakuba com as expedições ocidentais, 1884-1909 (Atual República Democrática do Congo)*” e que desenvolvi também sob a orientação da profa. Dra. Livre Docente Maria Cristina Cortez Wissenbach. Na época, apesar de minha atenção estar voltada para um único macrogrupo cultural centro-africano: os Bakuba, minhas fontes possuíam uma maior abrangência temporal (indo de 1884 a 1909) e autoral (contemplando o relato de viagem do reverendo presbiteriano negro William Henry Sheppard, as publicações de Melville William Hilton-Simpson, Emil Torday e Ms. Thomas Athol Joyce e os diários de campo e o álbum fotográfico da expedição de Frederick Starr e Samuel Philips Verner).

A partir do contato mais aprofundado com todas estas obras, pude notar as distinções e semelhanças entre os diferentes tipos documentais relacionados ao início do colonialismo no continente africano e escolher um caminho para prosseguir os estudos. Os diários de campo de Frederick Starr chamaram-me a atenção não só por possuírem características que serão explicitadas no decorrer deste texto, mas também por serem, praticamente, inéditos à pesquisa historiográfica.

Optei, neste texto, por escrever seguindo um percurso específico, partindo de uma introdução ao autor da documentação, ao objetivo geral e à fundamentação metodológica de minha pesquisa, para chegar aos resultados das análises realizadas até então. Parte delas já pôde ser discutida em eventos, como o 24º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP e o Vº Encontro de Pesquisa de Estudantes de Graduação em História ocorridos no segundo semestre de 2016, mas, mesmo assim, ainda guardam um caráter preliminar, já que outras formas de análise ainda estão sendo desenvolvidas para problematizar as conclusões que ainda se sustentam. Desta forma, este texto tem um duplo objetivo: trazer os resultados parciais obtidos até então e apresentar os novos caminhos que as investigações poderão tomar futuramente. Estas

perspectivas futuras ainda estão em discussão e, em breve, comporão um projeto de pesquisa para ser trabalhado no âmbito da pós-graduação.

Frederick Starr e seus escritos numa pesquisa de história social da África Central

Graduado e doutor em geologia pelas, respectivamente, University of Rochester e Lafayette College, Frederick Starr nunca deixou de trabalhar em museus antes de viajar à África Central (GUIDE..., 2007). Foi, no início de sua carreira, curador do setor de sua especialidade de formação no American Museum of Natural History (doravante AMNH) em New York e, sob esta função, ele tomou contato com a produção da antropologia.

No final dos Oitocentos, esta disciplina ainda se encontrava bastante atrelada às teorias evolucionistas seja as de explícito caráter biológico seja as de hierarquização entre as sociedades humanas. Foi não só por leituras cuja base teórica era o evolucionismo que Starr se interessou, mas também por outro serviço que esta disciplina desempenhava para o Ocidente: a formação de coleções. A recolha de material, sua catalogação e sua exibição eram atividades às quais Frederick Starr já estava acostumado (FREDERICK STARR Papers, 1982). Porém as coleções etnográficas possuíam a especificidade de serem precedidas por grandes expedições em terras longínquas e pelo contato entre pesquisadores e as mais variadas sociedades. É bem provável que Starr gostava desta parte do ofício de antropólogo, do contrário, não teria participado de expedições a diferentes lugares, como o México (de 1894 a 1904 com algumas pequenas interrupções), o Estado Independente do Congo (1905-6), as Filipinas (1908) e o Japão (1904, 1909-33 com pequenos intervalos); uma, praticamente, seguida da outra.

Após grande contato com a antropologia por meio de várias obras e de serviços prestados ao AMNH, o geólogo de formação assumiu o cargo de Assistant Professor of Anthropology de 1892 a 1895 e depois de Associate Professor de 1895 a 1923 na mesma cadeira na University of Chicago (Cf. GUIDE..., 2007). Foi com este segundo título que o antropólogo estadunidense dirigiu-se, nos últimos meses do ano de 1905, ao Estado Independente do Congo.

Em relação à sua expedição à África Central, decidi trabalhar com a documentação referente ao período inicial do empreendimento, ou seja, quando Frederick Starr ainda permanecia como único chefe da expedição. A partir de 16 de fevereiro de 1906, o missionário presbiteriano Samuel Philips Verner assumiu também,

conforme planejado desde o início pelo museu estadunidense, a liderança da expedição. De novembro de 1905, mês no qual Starr chegou no Estado Independente do Congo, até meados de fevereiro do ano seguinte, o antropólogo entrou em contato com várias sociedades centro-africanas muitas delas associadas, historicamente, ao comércio atlântico (como os Bateke, os Bobangi e os Mbangala) e ao comércio caravaneiro na África Central (como os Kuba, os Luba e os Pende). Portanto, estudar esta expedição é investigar, de certa forma, como que estas sociedades marcadas por grandes mudanças desde o século XVIII pelo menos agiram diante do colonialismo que vinha se impondo na região desde o último quartel dos Oitocentos. No entanto, não devemos esquecer que as conclusões as quais é possível chegar partiram de fontes escritas por aqueles ligados ao avanço ocidental no continente africano. Logo, faz-se necessário o emprego de uma metodologia específica atenta a esta crucial variável.

Minha pesquisa atualmente busca compreender as relações sociais estabelecidas entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr e de Samuel Philips Verner ao Congo de Leopoldo II nos anos de 1905 e 1906, tomando como documentação os diários de campo de Starr (*Notebooks: Starr's Expedition Field Notes*), que estão sob a guarda da University of Chicago Library; duas de suas obras publicadas: *Ethnographic notes from the Congo Free State: an African miscellany* (1909) e *Congo natives: an ethnographic album* (1912); e 377 artefatos recolhidos e que se encontram em New York no acervo do AMNH. A etapa inicial das investigações centra-se no primeiro macrogrupo cultural com o qual esta expedição entrou em contato: os Bateke.

Para estudar as relações estabelecidas entre as sociedades centro-africanas do Estado Independente do Congo e a expedição então chefiada apenas por Frederick Starr a partir de uma documentação produzida por um ocidental, faz-se necessária uma perspectiva metodológica preocupada não só com o autor dos registros, mas também com os indivíduos “que não tiveram oportunidade de legar fontes e testemunhos diretos” (WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “A sociedade expedicionária em movimento”. In: RIBEIRO, 2013b, p. 13). Do contrário, a pesquisa apenas reforçaria o discurso daqueles ligados ao poderio colonial no continente africano. Esta perspectiva foi colocada em prática, inicialmente, pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson que, lendo “a contrapelo” a documentação, voltou-se para a *experiência* histórica dos grupos tidos como subalternos e aliados dos poderes econômico e político

sobretudo na Inglaterra dos Setecentos (THOMPSON, [1978] 1981, p. 15-7; Id., [1991] 1998).

A experiência histórica das sociedades centro-africanas é alvo de uma historiografia crescente e que conta com publicações sobre diversos temas, como os trabalhos de Jill Dias ([2002] 2007) sobre os grupos Vili, de Beatrix Heintze ([1999] 2010 e [2002] 2004) (Frobenius-Institut) e de Isabel de Castro Henriques (2003) (Universidade de Lisboa) sobre os Chokwe, os Mbangala e os viajantes em Angola; e, mais recentemente, as pesquisas de historiadoras brasileiras que consideram que seja possível chegar à agência histórica centro-africana a partir da leitura crítica da documentação produzida pelos viajantes durante o colonialismo do final dos séculos XIX e XX. Dentre esta produção recente, destaco: os estudos sobre as populações lunda abordadas por Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida (2013 e 2015); as pesquisas de Elaine Ribeiro da Silva dos Santos (2013a, 2013b e 2016) (Universidade Federal de Alfenas) acerca dos carregadores das expedições ocidentais na região da Lunda bem como do comércio de longa distância; as reflexões sobre “as reações e acomodações ocorridas a partir da situação colonial que se impôs frente” às sociedades que compunham o Estado Independente do Congo com suas diferentes formas de organização política de Rosana Andrea Gonçalves (2016, p. 10); e, na perspectiva de pensar o Atlântico como um espaço de relações que interconectavam diferentes continentes, sociedades e grupos sociais, as publicações de Maria Cristina Cortez Wissenbach (2011 e 2015) (Universidade de São Paulo).

Tendo como base as reflexões de Thompson, as pesquisadoras brasileiras mencionadas puderam ler criticamente os relatos de viagem ao continente africano e não mais apenas realizar uma história do autor da obra, decidindo voltar-se àqueles indivíduos que aparecem de maneira difusa nestes mesmos relatos. O exercício de reflexão não se resume a compreender a maneira como diversos indivíduos foram representados, mas sim compreender a narrativa como fundamentada num contexto no qual ocorreram diversas relações sociais entre diferentes pessoas. Logo, os relatos de viagem não são só uma tentativa de organização da realidade por parte dos ocidentais, mas também um registro de uma realidade da qual estavam começando a tomar conhecimento. Desta forma, é possível fazer uma história dos grupos sociais que aparecem nos relatos, sem se esquecer das limitações das informações fornecidas que estão impregnadas pelos preconceitos e pela cultura de quem as registrou.

Só é possível obter algum resultado com este esforço de compreensão se não nos dedicarmos a uma concepção de história que trata como alvo de sua reflexão apenas os registros que os atores históricos pretenderam transmitir, ou seja, que tiveram a intencionalidade de legar à posteridade. Thompson aponta que as evidências não intencionais também devem ser alvo da atenção da disciplina histórica, porque, além do mais, poucas fontes sobreviveram a seu tempo apenas pela intencionalidade de seus atores históricos (Cf. THOMPSON, [1978] 1981, p. 35-6). No nosso caso, a intenção de Frederick Starr foi de fornecer ao público determinadas informações organizadas à sua maneira, publicando-as em diferentes livros e suportes. Porém são em seus diários que encontramos informações muito preciosas para o desenvolvimento das pesquisas. Além de serem de uso pessoal, seus cadernos de campo serviram como base para que ele pudesse organizar suas publicações. Por terem estas características específicas, são nestes papéis que conseguimos entrar em contato com alguns nomes de centro-africanos que conviveram com Starr no período e até conhecer um pouco das dinâmicas de compra dos artefatos que compuseram sua coleção.

Desde o início de minha atual pesquisa, venho me dedicando ao tratamento estatístico das entradas destes diários. Estas análises permitiram-me chegar a alguns dados que tenho a oportunidade de apresentar a seguir. Já adianto que todos os comentários realizados têm um caráter preliminar e ainda estão sendo trabalhados.

O comércio de “fetiches” com os Bateke

Doze dias. Esta foi a duração da estadia de Frederick Starr em Leopoldville. Neste período, o antropólogo estadunidense entrou em contato com os Bateke visitando suas aldeias próximas à referida estação e recebendo alguns comerciantes que vieram vender-lhe a produção material de seu grupo cultural. Os Bateke ou apenas Teke² formavam um macrogrupo que compreendia grupos culturais menores, como os Ndoumou, Ndassa e Obamba, que receberam a visita de Pierre Savorgnan de Brazza (o explorador homenageado pelo Congo Francês) no ano de 1887 (DUPRÉ; FEAU, 1998-9, p. 14). Desde o início do século XIX, os Bateke ocupavam o território compreendido entre dois dos afluentes do Congo – o Foulakari e o Alima. No entanto, devido às promessas de oportunidades com a construção dos caminhos férreos no Estado

² Grafamos, como em Antropologia, os etnônios que são substantivos com letra maiúscula e os adjetivos com minúscula. Adotamos também o hábito de não flexionar para o plural os etnônios quaisquer que sejam.

Independente do Congo (os mesmos que Starr utilizou em sua expedição), estas populações, desde a segunda metade dos anos 1880, tiveram que conviver com os imigrantes kongo (Ibid., p. 14). O impacto desta imigração aumentou consideravelmente sobre o território de origem teke na virada do século XIX para o XX. Este impacto foi menos forte na margem esquerda do território, onde os contatos com os Kongo já eram de longa data, formando até um grupo cultural a partir da convivência destas diferentes culturas: os Houm (ou Woum) que se estabeleceram na bacia do Kwango (Ibid., p. 14). É justamente no início do século XX, quando estes grupos culturais já conviviam e se relacionavam no mesmo território há pelo menos quinze anos, que o professor de antropologia de Chicago chegou.

A convivência com os Kongo gerou, segundo alguns estudos, um impacto significativo para a cultura teke. Uma das mudanças que foram notadas foi o aumento da produção de estatuetas esculpidas em madeira com cavidades que serviam para diversos fins (DUPRÉ; FEAU, 1998-9, p. 20). Estes artefatos, por conterem substâncias orgânicas e serem manipulados em rituais, possuindo uma relação com as forças do mundo invisível, foram alocados na categoria “fetiches” por Frederick Starr.

Em Leopoldville, foram comprados 37 artefatos, sendo mais da metade (22 peças) aquilo que, nos diários da expedição, foram chamados de “fetiche”. Sob esta denominação, encontravam-se os mais diferentes artefatos, como conchas, estatuetas, potes e chifres. Cada uma dessas peças foi vendida sob condições diferentes e, por isso, uma das minhas indagações iniciais era se seria possível constatar algum padrão no estabelecimento do preço já que, pelo menos, dois fatores mantinham-se comuns a todas as relações: os vendedores eram teke e o comprador foi sempre o mesmo – Frederick Starr.

As relações comerciais estabelecidas entre ambas as partes envolviam muita negociação e em, algumas ocasiões, pude notar que os vendedores centro-africanos lançaram mão de seus conhecimentos sobre os artefatos para vendê-los a preços mais elevados. Desta forma, transformaram seu conhecimento sobre o uso social das peças em um fator que agregava valor às suas mercadorias³. No entanto, mesmo sendo estas informações de grande interesse para Frederick Starr, elas não perfizeram a única

³ Tive a oportunidade de defender esta ideia em um texto anterior intitulado “O uso comercial do conhecimento tradicional: a venda de ‘fetiches’ entre os Bateke e a expedição de Frederick Starr em Leopoldville (1905)” e que será publicado, em breve, pela revista **Humanidades em Diálogo**, volume VIII.

variável que estava envolvida no estabelecimento do preço. Acabei notando que a materialidade do artefato também teve um papel preponderante para o comprador.

Constater, ao dividir os “fetiches” em subgrupos que levassem em conta seu aspecto morfológico, que Starr possuía preferências e que estas influenciavam durante a negociação com os centro-africanos. Os “fetiches” estatuetas, por exemplo, foram vendidos por preços mais elevados do que os “fetiches” conchas independentemente do fator fornecimento ou não de informações sobre o uso social das peças. Os “fetiches” potes, conchas, chifres e invólucros⁴ foram vendidos pela mesma faixa de preço (entre 0,5F⁵ e 0,75F), porém, mesmo com uma informação que lhe agregasse valor, as conchas não passaram de 0,75F, enquanto os invólucros valorizaram-se significativamente, chegando até a custar 3F.

Estes dados permitiram-me perceber que havia sim um padrão no estabelecimento do preço na comercialização de “fetiches” entre a expedição de Frederick Starr e os Bateke. Parte era influenciada pelas preferências do comprador (no caso, o antropólogo) que valorizava mais as estatuetas do que os demais subgrupos de “fetiches”. Este apego a um aspecto morfológico específico da produção material centro-africana, provavelmente, deve-se à preparação que ele fez para poder realizar o trabalho de campo.

Entre os meses de março e outubro de 1905, o professor de Chicago visitou instituições como (segundo os registros em seus diários) o Brussels Ethnographic Museum e sua biblioteca (STARR, 1905a, p. 11-3), o Museum of Natural History em Bruxelas (Ibid., p. 30-4) e o Congo Museum (que acreditamos que seja o Musée Royal de l'Afrique Centrale, de Tervuren) (Ibid., p. 23-6). Nelas, estudou diversos assuntos, dentre eles, a preparação dos mortos e as roupas funerárias, a linguagem dos tambores, rituais de iniciação e as sociedades secretas (Ibid., 45-8). E muito provável que Starr, a partir do contato com a produção etnográfica sobre a África Central que, no período, se encontrava voltada sobretudo para a relação das sociedades locais com o mundo invisível tendo como intermediárias alguns artefatos, tenha desejado encontrar em campo a vivacidade daquilo que lia. Em outras palavras, ele pode ter sido fortemente influenciado por este repertório de leituras previamente realizadas.

⁴ Artefatos que possuem o formato de pacotes amarrados, geralmente, sendo constituídos por uma carga material simbólica coberta por grandes folhas amarradas.

⁵ Francos belgas.

O outro fator que impactava os preços dos “fetiches” eram as habilidades de negociação de seus vendedores. Há dois casos bastante interessantes que demonstram bem este fator.

No dia 03 de dezembro de 1905, dois Bateke vieram até a estação de Leopoldville vender a Starr dois “fetiches” conchas, um “fetiche” pote e um “fetiche” chifre. Para conseguir bons preços, os vendedores informaram ao antropólogo que as conchas serviam para proteção contra búfalos, por isso, estavam preenchidas por casca de árvores, camwood em pó⁶ e óleo de palma (STARR, 1905b, p. 122-3). No entanto, o estrangeiro branco não quis aceitar tal informação mesmo sem nenhum argumento para contestá-la. Em sua negociação, ele baixou o preço dos quatro “fetiches” até comprá-los em lote por 3F, ou seja, cada um custando 0,75F (Ibid., p. 122-3). Este preço era bem inferior ao dos artefatos adquiridos até então, porém estava dentro do padrão para o subgrupo conchas. Desta forma, é possível perceber que não bastava fornecer informações sobre o uso social dos artefatos, era preciso saber negociar.

Já, no dia 02 de dezembro de 1905, um Muteke⁷ veio ao encontro de Frederick Starr vender-lhe um “fetiche” concha, um “fetiche” invólucro e um “fetiche” pote. Ele não apresentou nenhuma informação e, mesmo assim, conseguiu vendê-los ao maior preço registrado para o recorte de Leopoldville: 9F pelo lote, ou seja, 3F por cada peça (Ibid., p. 115 et seq.). O antropólogo estadunidense escreveu o seguinte em seu diário sobre esta relação: “Nós conseguimos garantir o lote por 9 francos, embora sem qualquer informação” (Ibid., p. 115 et seq., tradução minha). Isso mostra que as habilidades de negociação de Starr conseguiram apenas reduzir para 9F o preço dos três “fetiches” e, como desejava comprá-los, teve de ceder às exigências do Muteke possuidor das peças que, provavelmente, não deixaria que os preços diminuíssem. Essa negociação deve ter sido difícil, do contrário o professor de Chicago não teria colocado a aquisição como uma tarefa concluída com sucesso (“[...] conseguimos garantir [...]”) mesmo sem obter nenhuma informação sobre o uso social daqueles artefatos.

Com estes casos, é possível perceber que, mesmo utilizando comercialmente o conhecimento proveniente da tradição a respeito dos chamados “fetiches”, os Bateke tiveram que lançar mão de suas habilidades de negociação. Sua relação com o comércio

⁶ Espécie de corante avermelhado proveniente da *Baphia nitida* conhecido pelos Teke como *tula*. Esse corante era largamente empregado na ritualização dos artefatos (Cf. FÉAU, 1998-9, p. 127).

⁷ Indivíduo teke.

já vinha de longa data, principalmente, em algumas partes do território deste macrogrupo cultural.

Organizadores e dirigentes de expedições comerciais ao reino do Kongo desde o século XVI, os Bateke ou Teke ficaram conhecidos pela exportação, sobretudo de marfim e escravos para a América portuguesa (PINÇON, 1998-9, p. 46). Esta ligação ao comércio atlântico foi tão forte que os comerciantes de escravos acabaram gerando uma clivagem na sociedade teke entre aqueles que detinham o poder econômico e aqueles relacionados ao poder político-religioso (PINÇON, 1998-9, p. 47). Esta situação conflitiva provocou, em meados do século XVIII, uma reorganização social em torno desta nova elite. Aqueles que governavam por deter os saberes da manipulação das forças naturais perderam espaço para os indivíduos ligados às redes de comércio de longa distância (Ibid., p. 47). No século XIX, acentuou-se o papel desta elite econômica que se voltara, a partir de então, principalmente, para o comércio de marfim.

Esta reestruturação da sociedade teke em torno de uma elite ligada ao comércio atlântico, provavelmente, contribuiu para a penetração mais rápida do impacto cotidiano da presença ocidental. Esta presença era proveniente tanto da proliferação de viajantes que, durante a segunda metade dos Oitocentos, interagiu com a região quanto da ação dos representantes do poderio colonial, sobretudo aqueles ligados à construção dos caminhos férreos do Estado Independente do Congo e que, com suas promessas, propiciaram uma intensa imigração para as terras teke, principalmente, de populações de origem kongo (DUPRÉ; FÉAU, 1998-9, p. 14). A intensa circulação de pessoas no território acabou por fortalecer o papel do comércio na região. A atividade comercial era capaz de interligar e colocar em diálogo diferentes culturas e interesses distintos no ato de compra e venda, estabelecendo uma espécie de linguagem comum, na qual a negociação entre as partes ganhou um papel cada vez maior. As relações comerciais na região envolviam diversas pessoas e de várias partes da África Central, o que representava, cada vez mais, um problema para os recortes territoriais estabelecidos pelas potências europeias no final do século XIX.

É a respeito do impacto deste complexo cenário de relações sociais no território teke que desejo me debruçar em meus futuros estudos. Por enquanto, venho tentando trabalhar algumas indagações a respeito da comercialização de “fetiches” estatuetas, já que parte destes artefatos estava relacionada diretamente com o culto aos ancestrais. Se desempenhavam tal papel, por que foram vendidos para Frederick Starr? Quais

informações podemos obter nos atentando à materialidade das peças e entendendo-as como mediadoras de significados diversos (Cf. MENESES, 2003, p. 25)?

As respostas a estas indagações ainda não possuo, mas posso realizar breves comentários sobre dois “fetiches” estatuetas vendidos ao professor de Chicago em Leopoldville e, mais uma vez, complexificar as relações comerciais que foram estabelecidas na região numa perspectiva que vai muito além do preço.

As estatuetas: um caminho futuro a ser trilhado

Esculpidas, geralmente, da madeira da *ngasu* (uma arvore cujo interior é avermelhado), estes artefatos passaram por uma longa cadeia de processos construtivos (FÉAU, 1998-9, p. 127). Depois de cortada a madeira e removida sua casca, o tronco passava por uma divisão em três partes feita por entalhes circulares paralelos. A primeira seção ficava reservada à cabeça, a segunda ao tórax da estatueta e a terceira às pernas e pés (Ibid., p. 127). Era na segunda seção que uma grande cavidade reservada à utilização do *bonga* era esculpida. Este termo referia-se ao poder relacionado à manipulação do mundo invisível por parte, na maioria das vezes, de um especialista. As estatuetas que não haviam entrado em contato com o *bonga*, ou seja, que permaneciam vazias, eram chamadas de *tégé* (Ibid., p. 127). Nesta classificação centro-africana, enquadram-se três “fetiches” comprados por Starr: AMNH 90.0/ 8313 (**Figura 1**), AMNH 90.0/ 8326 (**Figura 2**) e AMNH 90.0/ 8332 (**Figura 3**).



*Figura 1 – AMNH 90.0/ 8313*⁸

⁸ Imagem retirada do banco de dados do American Museum of Natural History intitulado *African Ethnographic Collection* (Vide *Documentação material* ao final do texto).

Ambos foram vendidos em lote ao antropólogo no dia 01º de dezembro de 1905 por um *ngaunga*, um chefe de aldeia teke (STARR, 1905b, p. 117). Não foram oferecidas informações sobre o uso social destes artefatos, até porque eles se encontravam sem as marcas da ritualização praticada de costume. O interessante sobre a comercialização deste lote é que ele foi vendido às escondidas – Frederick Starr estava visitando uma aldeia próxima de Leopoldville na ocasião e aguardava para falar com o *ngaunga* Selebào, quando foi chamado para conversar por outro chefe que se encontrava no recinto (Ibid., p. 117). Este *ngaunga* retirou debaixo de suas vestes três estatuetas e as vendeu rapidamente ao professor de Chicago. Ainda não posso aventar hipóteses sobre o motivo de tal atitude, porém a materialidade de seus “fetiches” *tégé* traz mais dados que poderão nos auxiliar futuramente nesta tarefa.



Figura 2 – AMNH 90.0/ 8326⁹

⁹ Imagem retirada do banco de dados do American Museum of Natural History intitulado *African Ethnographic Collection*.

Com uma pequena barba trapezoidal, ranhuras horizontais na região das bochechas e um chapéu típico da porção esquerda do Estado Independente do Congo (Cf. DUPRÉ, 1998-9, p. 170), AMNH 90.0/ 8313 (**Figura 1**) possui as características das estatuetas chamadas de *nkiba*. Este conjunto de artefatos era, geralmente, esculpido para representar algum ancestral (FÉAU, 1998-9, p. 127) e possuía um processo de ritualização específico. Após receber uma carga material que permitiria estabelecer a manipulação das forças do mundo invisível em sua cavidade abdominal e ser coberta com *tula* (vide nota 6) e *mpieme* (uma argila branca muito fina esfarelada), a estatueta tinha seu tronco envolvido por camadas de argila que eram deixadas secar até formarem uma dura proteção (Ibid., p. 127). Um exemplar de *nkiba* (AMNH 90.0/ 8623 – **Figura 4**) havia sido adquirido por Frederick Starr no dia anterior ao da compra do lote e apresentava as mesmas características estético-morfológicas que apresentei.



Figura 3 – AMNH 90.0/ 8332¹⁰

Este tipo de “fetiche” estatueta estava ligado diretamente ao culto de um ancestral. Os Teke, segundo alguns estudiosos, acreditavam que todas as coisas vivas eram compostas por dois elementos: um espírito chamado *mpiele* que era indestrutível e comum a todas as espécies; e outro, particular e destrutível, conhecido por *kiba*. Para produzir a vida, seria necessário que *mpiele* e *kiba* estivessem juntos. Enquanto o ser vivia, era certo que o primeiro controlava o segundo, mas, se a situação se

invertisse, a morte se manifestava. Os *nkiba* possuíam o *kiba* do ancestral que

¹⁰ Imagem retirada do banco de dados do American Museum of Natural History intitulado *African Ethnographic Collection*.

representavam, por isso, todas as manhãs, um *sema* (ritual) deveria ser praticado para animar estas estatuetas. O proprietário do artefato tinha de respirar sobre a peça, investindo do poder de seu *mpiele* e, depois, dar-lhe parte de seus fluidos, por exemplo, cuspidando dentro dos protuberantes lábios de madeira da peça (FÉAU, 1998-9, p. 127). Parte destas ações também era praticada com “fetiches” destinados a outras funções.



Figura 4 – AMNH 90.0/ 8623¹¹

Apesar de ser um nítido exemplar de *nkiba*, como as estatuetas abaixo elencadas pertencentes ao Musée d’Ethnographie de la Ville de Genève (**Figura 5**) e ao Stockholms Folkens Museum Etnografiska (**Figura 6**), AMNH 90.0/ 8623 (**Figura 4**) foi tratada como um outro tipo de estatueta: um “fetiche” para sucesso na caça (Cf. STARR, 1905b, p. 115). A respeito deste conjunto de artefatos ainda estou aprofundando minhas leituras, mas, pelo que até agora pude perceber, só foi adquirido mais um desta função (AMNH 90.0/ 9828 – **Figura 7**) e ele é materialmente bem diferente do primeiro.

¹¹ Imagem retirada do banco de dados do American Museum of Natural History intitulado *African Ethnographic Collection*.

Os desafios aos quais estou me debruçando no presente momento de minha pesquisa dizem respeito a estas questões que os “fetiches” estatuetas despertam. Não procurei me ater, por enquanto, a uma perspectiva que defende que haja um descompasso entre a informação fornecida ao antropólogo no momento da venda e a real função do artefato. Creio que há uma complexidade ainda não delineada na relação entre centro-africanos e sua produção material que mediava não só as relações dos Teke com seus “fetiches”, mas também todo o conhecimento que Frederick Starr formulou a partir das informações obtidas de seus informantes em campo. Desta forma, quero, mais uma vez, defender que as relações comerciais entre os Teke e a expedição de Frederick Starr estavam muito além do preço. Não havia em cena apenas uma racionalidade econômica que foi desenvolvida por mais de um século de ações no comércio atlântico, mas também atitudes, símbolos e materiais que tinham seus diferentes significados tanto para quem os vendia quanto para quem os comprava. Tentar resgatar isto é, ao mesmo tempo, devolver a historicidade a estas relações comerciais e colocá-las na perspectiva dos estudos históricos, que, felizmente, vêm abordando a história do continente africano sobre as mais variadas formas. Tenho orgulho de dizer que faço parte deste esforço coletivo!



Figura 5 – MEG 66.74.2¹²

¹² Imagem retirada de DUPRÉ, 1998-9, p. 174.

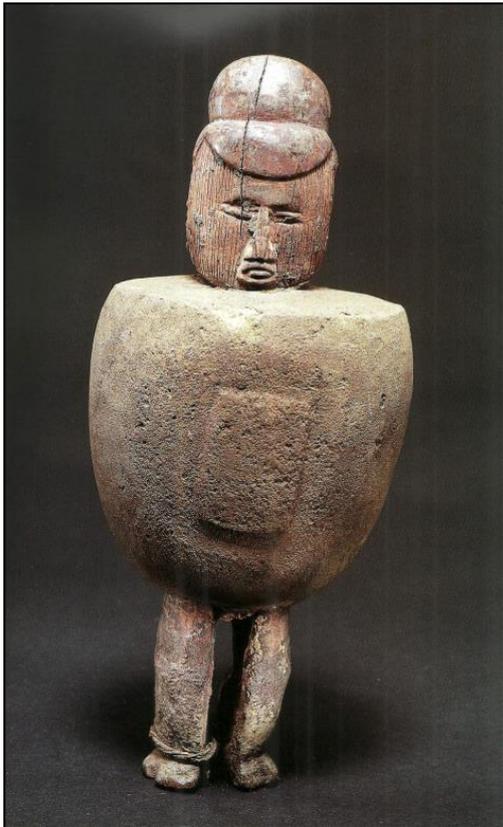


Figura 6 – FMS 1970.6.2¹³



Figura 7 – AMNH 90.0/ 6828¹⁴

Documentação

Escrita não publicada

STARR, Frederick. Notebooks: Starr's Expedition Field Notes, 1. 1905a. Disponível em <https://anthro.amnh.org/starr_archive> e <https://anthro.amnh.org/starr_collection>. Acessado em 09/03/2017.

_____. Notebooks: Starr's Expedition Field Notes, 2. 1905b. Disponível em <https://anthro.amnh.org/starr_archive> e <https://anthro.amnh.org/starr_collection>. Acessado em 09/03/2017.

Material

AFRICAN ETHNOGRAPHIC COLLECTION. Utilizo o conjunto de artefatos que foram recolhidos pela expedição de Frederick Starr de 1905-1906. Dados disponíveis em <<http://anthro.amnh.org/africa>>. Acessado em 08/03/2017.

¹³ Imagem retirada de DUPRÉ, 1998-9, p. 170.

¹⁴ Imagem retirada do banco de dados do American Museum of Natural History intitulado *African Ethnographic Collection*.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca. “Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: interfaces entre cultura material e as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)”. In: XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336216_ARQUIVO_ANPUH-Marcia.pdf>. Acessado em 23/03/2016.

_____. Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888). 231 p. Dissertação de Metrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

BENEDETTO, Robert (Ed.). Presbyterian Reformers in Central Africa: a documentary account of the American Presbyterian Congo Mission & the Human Rights Struggle in the Congo, 1890-1918. Leiden; New York; Köln, E. J. Brill, 1996.

DIAS, Jill. “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”. In:

BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.), Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas, Ed. Unicamp, [2002] 2007, p. 315-43.

DUPRÉ, Marie-Claude. “Les statues à charge conique en argile (rive droite du Congo)”. In: Batéké: peintres et sculpteurs d’Afrique centrale. Paris, Musée National des Arts d’Afrique et d’Océanie, 1998-9.

DUPRÉ, Marie-Claude; FÉAU, Étienne. “Introduction”. In: Batéké: peintres et sculpteurs d’Afrique centrale. Paris, Musée National des Arts d’Afrique et d’Océanie, 1998-9.

FÉAU, Étienne. “Les statues téké: meurent aussi”. In: Batéké: peintres et sculpteurs d’Afrique centrale. Paris, Musée National des Arts d’Afrique et d’Océanie, 1998-9.

FREDERICK STARR Papers. The New York Public Library – Rare Books and Manuscripts division. 1982. Datilografado. Disponível em <http://archives.nypl.org/uploads/collection/pdf_finding_aid/starr.pdf>. Acessado em 12/02/2017.

GONÇALVES, Rosana Andréa. Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Congo (1876-1908). 190 p. Tese de Doutorado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

GUIDE to the Frederick Starr Papers, 1868-1935. University of Chicago Library. 2007. Disponível em

<<https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.STARR&q=Anthropology>>. Acessado em 11/03/2016.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850-1890)*. Lisboa, trad. Marina Santos, Caminho, [2002] 2004 (Coleção Estudos Africanos).

HENRIQUES, Isabel de Castro. “Armas de fogo em Angola no século XIX”. In: _____, *Os pilares da diferença: Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa, Caleidoscópio, 2003, p. 365-91.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

OPPENHEIM, Robert. “‘The West’ and the Anthropology of Other People's Colonialism: Frederick Starr in Korea, 1911-1930”, *The Journal of Asian Studies Association for Asian Studies*, v. 64, n. 3, ago./2005, p. 677-703.

RIBEIRO, Elaine. “Os trabalhadores Loandas da expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)”, *VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, v. 29, n. 51, 2013a, p. 697-719. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a04.pdf>>. Acessado em 03/02/2017.

_____. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda, 1884-1888*. São Paulo, Alameda, 2013b.

_____. *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*. 335 p. Tese de Doutorado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário dos erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro, trad. Waltensir Dutra, Jorge Zahar Ed., [1978] 1981 (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais – Sociologia).

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, [1991] 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Ocidental na década de 1840”, *Afro-Ásia*, n. 43, 2011, p. 43-90. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21220/13805>>. Acessado em 09/03/2017.

_____. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870)”, *Revista de História*. São Paulo, n. 172, jan.-jun./2015, p. 163-95. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n172/0034-8309-rh-2015-89698.pdf>>. Acessado em 09/03/2017.

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS YAO E OS MISSIONÁRIOS BRITÂNICOS NA ÁFRICA CENTRO-ORIENTAL: A CRIAÇÃO DA MISSÃO DAS UNIVERSIDADES PARA A ÁFRICA CENTRAL (1859-1861)

THE YAO SLAVE TRADE AND BRITISH MISSIONARIES IN CENTRAL EAST AFRICA: THE FOUNDATION OF UNIVERSITIES' MISSION TO CENTRAL AFRICA (1859-1861)

Thiago Folador*

RESUMO: A África Centro-Oriental participou em maior escala no tráfico de escravos a partir do final do século XVIII e principalmente na primeira metade do século XIX. Nesse cenário a historiografia chamou a atenção para a participação dos yaos, cujo comércio de escravo se desenvolveu entre o interior e o litoral com árabes, suaílis e europeus. Essas relações comerciais se tornaram significativas para a organização social e política das populações. As medidas abolicionistas europeias, apesar de reduzirem, não cessaram o tráfico de escravos que continuava a ser praticado para o mundo árabe-suaíli ou de forma ilegal por europeus. Nesse momento, mediante a atuação britânica anti-tráfico na África Oriental, destacou-se a atividade missionária vinculada a um programa de combate ao comércio de escravos no território africano, como se observa na organização da *Universities' Mission to Central Africa*, fundada em 1859. As fontes sobre o período permitem uma discussão de como os percursos dos missionários e processos de instalação entre os yaos consideraram as redes de comércio de escravos e lideranças africanas envolvidas. Com isso pretende-se a partir da leitura dos relatos missionários perceber alguns aspectos das estruturas e funcionamento do comércio de escravos entre os yaos em meados do século XIX.

ABSTRACT: The Central East Africa participated on the largest scale on slave trade from the late eighteenth century to first half of the nineteenth century. About this, the historiography highlighted the Yao people on the slave trade developed between the interior and the coast with Arabs and Europeans. Then, this trade relation was so important for Yao social and political organization. The European abolitionist measures did not stop the slave trade, and it continued to be practicing by Arabs and illegally by Europeans. At that time, in British anti-trafficking action context in East Africa developed a missionary activity against the slave trade, the Mission of Universities for Central Africa, founded in 1859. The sources on the subject of a discussion of how the missionaries' paths and settling processes among the Yao considered the slave trade routes and African leaderships participation. By this way, I will analyze the missionary reports to identify a set of rules the slave trade between the middle of the nineteenth century.

Apresentação

Os estudos sobre a escravidão no oceano Índico, suas especificidades e a necessidade de entendê-lo não apenas em relação ao tráfico de escravos para o Atlântico foi objeto de discussão de uma conferência da Unesco em 1979 (UNESCO, 1980), que assinalou as lacunas no tema apesar de algumas importantes pesquisas como A. Sheriff (1987)¹, E. Alpers (1975) e F. Cooper (1977). Entretanto nos últimos vinte anos o tema tem sido ampliado, com o trabalho de J. Capela (2002) e a problemática do “mundo do

* Mestrado em História Social, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3089142074292153>

¹ O livro *Slaves, Spices, & Ivory in Zanzibar*, apesar de ter sido publicado apenas em 1987 tem como base sua pesquisa de doutorado defendida em 1971, sob o título “*The Rise of a Comercial Empire: An Aspects of the Economic History of Zanzibar, 1770-1873*”, University of London.

oceano Índico” apresentada por G. Campbell (2004). Em um processo de expansão sobre a abordagem da escravidão e o Índico, a pesquisa em andamento se apoia nessa historiografia e procura contribuir com o tema. Assim pretendo fazer uma discussão sobre as relações do comércio de escravos no oceano Índico e os povos yao, e como essa atividade esteve profundamente ligada com a atuação dos missionários britânicos na costa oriental da África. Em outras palavras destaco o projeto de criação da Missão das Universidades para a África Central² relacionado com a atividade de supressão do comércio de escravos entre as populações do Lago Niassa e rio Shire, em especial os yaos.

Expansão do tráfico de escravos na África Oriental

O comércio de escravos na África Oriental se desenvolveu, sobretudo, em meados do século XVIII e a década de 1860, mantendo-se até primeiras décadas do século XX, quando ocorreu, progressivamente, a alteração do regime de trabalho sob a égide do colonialismo. Nesse percurso, em que nos interessam as transformações das sociedades africanas, observam-se as diferentes dimensões e alternâncias de atores históricos e culturais, bem como estruturas políticas e sociais, pluralidade que se mostrou essencial para os estudos africanos do mundo do oceano Índico (CAMPBELL, 2004). As presenças dos árabes navegando pela costa oriental, mercadores indianos, agentes comerciais europeus e americanos no tráfico de escravos caracterizam o cenário em questão, mas que não estaria completo sem considerar a participação das diferentes sociedades africanas.

A preocupação da historiografia em compreender os papéis africanos em sua trajetória histórica resultou em importantes contribuições para o entendimento da participação de sociedades específicas no comércio de escravos, notavelmente o papel dos yaos, que ocupou originariamente a região a leste do Lago Niassa, atual norte de Moçambique, cuja expansão ao longo do século XIX esteve associada principalmente ao comércio de marfim e de escravos praticado com os árabes em Quíloa, e com os portugueses centralizados na Ilha de Moçambique. (ALPERS, 1975)

Nas fronteiras marítimas do oceano Índico com a África, o desenvolvimento comercial suaíli se estabeleceu a partir a expansão mulçumana (século VII) no contato

² A Missão atuou no continente africano entre 1861 até 1965, quando foi incorporada a Sociedade Unida da Propagação do Evangelho (*United Society for the Propagation of the Gospel*) no contexto das independências dos países africanos.

cultural entre árabes e africanos. Os portos suaílis tornaram-se importantes regiões de comércio com o mundo árabe, especialmente do Golfo Pérsico. Quíloa se desenvolveu como um dos principais portos da África Oriental em que o desenvolvimento comercial esteve associado à capacidade das cidades-estados suaílis cosmopolitas em atuar no entrecruzamento das rotas marítimas do Índico e suas relações com o interior africano que abasteciam-nas com produtos principalmente como o ouro, marfim e escravos. Mas é a partir do século XVIII que essas relações se intensificam, devido ao controle da costa pelo sultão de Omã. (NICHOLLS, 1971, cap. 1)

Antes de 1750, o comércio de escravos na África-Oriental foi principalmente suprido por Madagascar e pelas as Ilhas dos Comores realizado pelos comerciantes da costa suaíli. Isso favoreceu as redes de conexão e a presença islâmica no oceano Índico, bem como o estabelecimento das linhagens de comerciantes durante os séculos XVI e XVII. O tráfico de escravos de Madagascar, importante até o fim do século XVI e início do XVIII, foi gradualmente suplantado pelo aumento do comércio omani realizado sobretudo com Cabo Delgado e Quíloa a partir de 1698. Com o estabelecimento de dominação política de Omã sobre as cidades-estados suaíli, Zanzibar passou a centralizar a maior parte do comércio de escravos e os comerciantes suaíli aumentaram suas relações comerciais com a capital omani Mascate. Entretanto a instabilidade política entre Omã e as cidades-estados suaíli entre 1698 e 1727, representou um decréscimo das exportações de escravos, que só será retomada em maior escala pelos franceses no final do século XVIII. (VERNET, 2009: 57-9; ALPERS, 1970: 70-5).

No século XVIII a entrada dos franceses no oceano Índico provocou uma importante alteração no comércio de escravos. A colonização das Ilhas Mascarenhas, *Bourbon* e *Île de France*, onde se iniciou nas décadas de 1710 e 1720 o desenvolvimento de monoculturas de café e açúcar, baseada na mão de obra escrava importada, vinda principalmente de Madagascar. Apesar de em 1721 uma carga de escravos de Moçambique ter sido enviada para as Mascarenhas, foi apenas após 1730 que se expandiu gradativamente o tráfico de escravos do continente destinado às ilhas. No ano de 1770, já manifestava um extenso aumento devido, principalmente à atividade do comerciante Jean-Vicent Morice, que em 1776 negociou um tratado de cem anos com o sultão de Quíloa Hasam bin Ibrahim. Por meio desse tratado garantia a preferência para comerciantes franceses para a compra de escravos, estimando um negócio de 1.000 escravos/ano e “quantos mais quisessem”, a serem negociados antes de outros europeus. O historiador E. Alpers estima que, para o ano de 1777, Morice

teria comprado ao longo de três viagens 2.725 escravos, em Quíloa e Zanzibar, tornando-se esses portos importantes exportadores de escravos. (ALPERS, 1970: 103-4)

O comércio francês recebeu também de escravos provenientes da a região do Canal de Moçambique a partir de finais da década de 1760, onde operou sem o consentimento da coroa portuguesa. Isso foi possível, por um lado, por meio de operações clandestinas e por outro, com o consentimento do governador Pereira do Lago (1765-1779), que visava seu próprio enriquecimento. Durante seu governo ofereceu algumas licenças para a realização do comércio francês, ainda que sem a autorização de Lisboa. O historiador E. Alpers identificou a partir das licenças concedidas por Pereira do Lago, trinta e duas embarcações francesas e duas portuguesas no comércio com as ilhas francesas, envolvendo 9.158 escravos, e considerando aqueles embarcados de modo clandestino, chegar a uma estimativa de 1.500 escravos por ano. (Ibidem: 100)

Entretanto o controle português na contramão da expansão da demanda por escravos levou os franceses a deslocarem suas fontes de abastecimento para Zanzibar e costa norte de Cabo Delgado, onde desenvolveram o negócio comprado escravos com armas de fogo, pólvora e tecidos, além de algumas cargas em *patacas*. (Ibidem: 102, 107-8). Deste modo o desenvolvimento comercial da costa oriental da África estaria associado a uma dinâmica comercial que se estabelece a partir de meados do século XVIII, com a exportação de marfim e de escravos, notavelmente com participação dos yaos e macuas.

As guerras napoleônicas (1793-1810) colocaram, entretanto, entraves ao comércio francês de escravos, tendo efeitos catastróficos para a classe dos comerciantes omani e suaíli na África Oriental, gerando uma crise na classe mercantil da costa leste africana acompanhado de uma queda do preço dos escravos e das exportações para as Mascarenhas. Sobretudo depois da derrota francesa e a tomada da *Île de France* pelos britânicos, que passou a ser chamada Maurício. Assim, uma vez sob o domínio britânico e em vigor o *Tratado de Abolição do Tráfico de Escravos de 1807*, as redes comerciais de Zanzibar viram-se sem um de seus principais mercados importador de escravos, ainda que adquirindo mão de obra escrava ilegalmente. (SHERIFF, 1987: 47-8)

A partir da década 1810 entra em cena um novo parceiro, o mercado brasileiro que ampliou seus interesses na região. Desde a década de 1780 escravos do oceano Índico foram enviados para os portos do Brasil, Rio da Prata, e Caribe. Mas foi com a transferência da Corte portuguesa em 1808 para o Brasil e a abertura dos portos que

houve um significativo crescimento do tráfico de escravos da África Oriental, em especial da Ilha de Moçambique. (FLORENTINO, 1995: 80-81). O que historiadores como Manolo Florentino e Robert Harms chamaram a atenção é que o fato da presença britânica na costa ocidental da África e o patrulhamento mais intenso no oceano Atlântico também contribuíram para uma intensificação do tráfico do Índico, notadamente os portos de Moçambique. De fato, a patrulha britânica ao longo da costa oriental consistia, em geral, apenas uma embarcação, não excedendo a três, no período de 1845 a 1860, na contramão das vinte a trinta embarcações na África Ocidental. (HARMS, 2013: 10)

As estimativas referentes ao número de escravos embarcados no sudeste africano e oceano Índico em direção ao Atlântico, especificamente para os portos brasileiros, demonstram o rápido crescimento das importações de escravos na primeira metade do século XIX. Na primeira década do século XIX, 17.578 escravos embarcados, na década seguinte, cerca de 64.829 e no período de 1821-1830 o número saltou para 115.924. A partir da Lei Feijó de 1831, com a discussão do fim do tráfico, começou a se observar uma diminuição desse tráfico do Índico-Atlântico. Porém os anos que antecederam 1840, data limite do tráfico legal, rapidamente as taxas aumentaram, em 1837 foram registrados 15.603 escravos embarcados, em 1838 um número de 14.896 pessoas e atingindo o seu maior pico do tráfico do Índico para o Brasil em 1839 com o número de 21.807 embarcados³

Os dados sobre as exportações de escravos da região referente ao sudeste africano revelam especificamente um aumento na primeira metade do século XIX. A circulação no Índico, entretanto não é necessariamente clara. O extenso trabalho de coleta de dados por José Capela demonstra como as embarcações não se restringiam a compra de escravos em um único porto. Circulavam pela ilha de Moçambique, Quelimane, Seicheles, Maurícias, especialmente até 1810. Essas viagens tenderam cada vez mais a se centrarem em um único porto, das embarcações para o Rio de Janeiro, saídos principalmente de Quelimane e da Ilha de Moçambique. Esse quadro pode sugerir uma relativa estabilidade do fornecimento de escravos daquelas regiões. (CAPELA, 2002: 310-354). Assim o período de 1810 a 1850 apresentou um vertiginoso

³ Os principais locais de aquisição: Cabo da Boa Esperança, Ibo, Inhambane, Quirimba, Kilwa, Lourenço Marques, Madagascar, Moçambique, Quilimane, Sofala, Zanzibar, Ilhas Mascarenhas, Costa Leste Ocidental, Mombaza ou Zanzibar, St. Lawrence, Maurício (*Ile de France*). Os dados foram retirados do Voyage Database. *The Transatlantic Slaves Trade Database*, 2009. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>. Acessado em 30 de setembro de 2016.

crescimento do tráfico a partir dos portos do Canal de Moçambique que levou a cabo transformações nas sociedades africanas do interior que vinham participando do infame comércio.

A medida que o comércio de escravos para o Atlântico decrescia, sobretudo a partir do anos de 1840, outro circuito de exportação adquiria mais vigor, sendo dirigido para a economia de *plantation* que se instaurou em Zanzibar. Por volta de 1840, as plantações de cravos-da-índia na ilha consumiram grande parcela do mercado de escravos. O período ficou conhecido como a "cravo mania", pela ampliação do cultivo da planta que se estendeu pela ilha e para a sua vizinha Pemba. O cravo-da-índia que até então estava sob monopólio holandês conferiu aos omanis altos lucros em seu início, e embora o preço tenha caído ao longo do século XIX, não teria sido reduzido sua produção antes de 1870, por ocasião de desastres naturais e combate europeu ao tráfico de escravos (SHERIFF, 1987).

O tráfico para Zanzibar esteve ligado principalmente ao comércio oriundo de Quíloa, que por sua vez era abastecida pelas rotas comerciais com o interior, praticadas tanto por agentes afro-arábicos como africanos. Quíloa teria sido responsável por cerca de 75% dos escravos de Zanzibar e 95% para o ano de 1866, sendo registrada suas origens: yao, ngindo, macua e maconde. As participações das populações em torno do lago Niassa obtiveram um crescimento a partir da década de 1840, pois como sugere F. Cooper, o próprio termo *wanyassa* passou a ser um termo genérico relacionado aos escravos, referindo-se às populações nianjas ou niassas que viviam às bordas do lago Niassa, e que foram os principais grupos mais suscetíveis a serem escravizados pelos yao e ngindo (COOPER, 1997: 120).

Assim a participação dos yaos no tráfico de escravos expandiu-se consideravelmente com o rápido aumento no volume nas décadas de 1830 e 1840, inicialmente em razão do tráfico para o Brasil e para Cuba, no contexto Atlântico, e depois como as demanda por escravos para o mundo árabe no Golfo Pérsico e a expansão da produção de cravo nas ilhas de Zanzibar e Pemba. Essa atividade intensa favoreceu interações entre o interior e o litoral, realizadas principalmente por meio das caravanas comerciais, com um profundo impacto entre os yaos. A intensa atividade comercial conjuntamente com fatores internos, como as grandes secas e as migrações angoni (*Mfecane*), teriam sido responsáveis por importantes mudanças de ordem políticas, econômicas e sociais na região atual norte de Moçambique. Isso caracterizou

como demonstrou M. Newitt uma alteração nos sistemas da organização das diferentes sociedades em questão (1995: 244).

A atividade comercial convertia-se num grande empreendimento: as longas viagens à costa requeriam alimento, carregadores de mercadorias como o marfim e mantimentos, além de grupos de soldados encarregados de proteger a mercadoria contra pilhagem e ataques que se tornaram cada vez mais frequentes no início do século XIX. Assim mobilizar uma caravana exigia condições tanto materiais como sociais e portanto aqueles que conseguiam mobilizar maior número de seguidores estavam mais aptos a retornar da viagem à costa. Esse processo, explica Alpers (1969), desencadeou o desenvolvimento de novas unidades político-territoriais, em detrimento das estruturas políticas restritas aos vínculos familiares e seus dependentes, ou *mbumba*. O papel dos chefes no controle das caravanas e a consequente negociação e distribuição dos bens adquiridos nas negociações dos produtos comercializados teria sido fundamental para o prestígio social das lideranças locais que expandiam seus domínios políticos e ampliavam o número de seguidores. O funcionamento desse sistema, por sua vez, foi aquele encontrado pelos missionários e europeus que se instalaram entre os yaos na segunda metade do século XIX.

Embora o desenvolvimento do comércio de escravos tenha estado na mira da atuação britânica desde inícios do século XIX, com o *Ato contra o Comércio de Escravos de 1807* e o *Ato de Abolição da Escravidão de 1833*, foi somente na década de 1860 que essa atuação contra a escravidão se intensificou (SHERIFF, 1987: 235). Esse período culmina com o envio e a atuação dos missionários na África Centro-Oriental que irão se inserir justamente nos circuitos mais vigorosos do comércio de escravos. Apesar da documentação missionária já ter sido amplamente utilizada para o estudo do comércio de escravos, meu estudo propõe-se uma análise mais particularizada sobre as relações entre os missionários da *Universities' Mission to Central Africa* (UMCA), ou Missão das Universidades para a África Central, e um determinado grupo étnico-linguístico, os yao. Entendendo que a o debate em torno da prática do comércio de escravos esteve presente na concepção da UMCA, meu objetivo é ampliar as discussões sobre o papel do tráfico de escravos na sociedade yao, bem como outras populações africanas inseridas no mesmo contexto histórico.

As fontes missionárias e o comércio de escravos no interior

Tendo alcançado o ápice de sua exportação entre as décadas de 1840 e 1860, o tráfico de escravos na segunda metade do século XIX se viu encurralado pela atuação, especialmente inglesa, pelos acordos e políticas de abolição. É importante ressaltar que apesar do tráfico legal para o Atlântico tenha cessado, os contrabandos continuavam, assim como os fluxos para o mundo árabe e para as plantações da costa suaíli e do vale do Zambeze. Assim podemos entender o período e a discussão em questão a partir das propostas de Suzanne Miers e Richard Roberts (1988: 73) que identificaram o período caracterizado pelo combate ao tráfico de escravos como uma opção profícua para examinar a realidade da escravidão africana no final do século XIX e no início do XX, analisando a partir daí os efeitos profundos da escravidão nas sociedades africanas. É nesse cenário que a figura dos missionários britânicos se inserem. Assim o período das abolições sugere um interessante espaço para estudo da escravidão, por meio da qual as fontes missionárias podem contribuir para essa discussão.

A proposta vai ao encontro das sugestões da historiadora Cristina Wissenbach, ao anotar a importância dos relatos de viagem como fonte histórica desde que avaliados em seu contexto; a partir de um “entendimento contextualizado da viagem, de seus participantes e das intenções que a presidiram” (2011: 54). Com isso a documentação produzida em torno da UMCA sugere que seu projeto esteve em sua origem estritamente relacionado com o tema da escravidão, assim como pode ser observado na discussão a seguir a feita a partir dos textos de David Livingstone, e o relatório dos primeiros anos de atividade da missão.

Em uma conferência na Universidade de Cambridge (1857), após o regresso de uma expedição pelo sul do continente africano entre 1852 e 1856, o missionário e explorador David Livingstone relatou sua experiência chamando atenção, em especial, para a extensão do tráfico de escravos, sobretudo nas regiões do interior. Diante disso o explorador propôs algumas medidas de combate baseadas na tríade comércio, cristianismo e civilização. De modo que a parceria entre o cristianismo, por meio da implantação de um projeto missionário para a África centro-oriental, e o comércio, atrelado ao cultivo de algodão, colocariam as bases para encerrar o tráfico de escravos – além da ideologia de “civilização”. Assim propunha sua nova expedição ao continente em que procuraria encontrar meios da navegação pelo rio Zambeze e garantir o escoamento da produção do interior e fazia um "apelo" para as universidades britânicas

ligadas à Igreja da Inglaterra para criação de uma atividade missionária para a África Oriental. (LIVINGSTONE, 1858: 46-7).

As questões levantadas por Livingstone foram bem recebidas entre os círculos religiosos da Inglaterra, que advogavam uma interação entre a presença missionária na propagação do cristianismo britânico e a abolição do tráfico de escravos, sendo este um importante tema nos discursos missionário e na atuação missionária entre 1860 até finais do século XIX. Como sugeriu o historiador Richard Stuart, objetivava-se especificamente “neutralizar as ações dos yaos e ngonis, inimigos dos nianja” (STUART, 1985: 12). Nesse sentido, o que deve ser observado é que as leituras dos escritos do explorador David Livingstone se mostraram significativos para a discussão do projeto da UMCA e o primeiro momento de sua atuação nas proximidades do rio Shire, em 1861, tanto em uma abordagem mais teórica como sua própria prática missionária nos primeiros meses.

O relato de Livingstone e sua descrição da situação do comércio de escravos na África Oriental caracterizado pela estreita relação entre o desenvolvimento comercial e o cristianismo foi tomado como ponto de partida pelos missionários e comitês organizadores na concepção da UMCA. Assim o projeto de evangelização das populações do rio Shire e lago Niassa não esteve separado de interesses comerciais, do estímulo a adoção de hábitos culturais ingleses via religião, dos padrões de consumo e do fornecimento de matéria prima, notadamente o algodão para Europa.

Em uma carta do governador do Cabo, George Grey, em 1859, apresentado nos relatórios da UMCA, corrobora com o discurso apresentado anteriormente, uma vez que destaca a questão da expansão do cristianismo e por extensão da “civilização” que levaria a um aumento da demanda por produtos manufaturados europeus, afirmando que “na extensão da civilização, conseqüente a expansão do cristianismo, a demanda por manufaturados europeus irá aumentar” (GENERAL COMMITTEE, 1863: 8. Tradução minha).

O trabalho missionário entre as populações da África Centro-Oriental foi apontado como uma importante ferramenta para a presença europeia na África e decorrente disso a extinção do tráfico de escravos. Nesse processo, caberia então apenas aos ingleses o papel a ser desempenhado, uma vez que os portugueses eram apontados como os principais traficantes na região do Zambeze segundo Livingstone. (Ibidem: 6; LIVINGSTONE, 1858: 47)

Sob esse tom foi criada a *The Oxford and Cambridge Mission to Central Africa* em novembro de 1859. No início de 1860 as universidades de Durham e Dublin associaram-se ao projeto, renomeado então para a *Universities' Mission to Central Africa* (UMCA). A participação de Livingstone, que nesta época já estava explorando a região do Zambeze e seus afluentes, teve um importante papel na escolha do local da missão, como sugere na carta de Abril de 1860 (Sena), enviada ao Bispo de Oxford

Pela minha carta a respeito da abertura feita na região do lago das Terras Altas do Shire, você terá visto que, em simultâneo com o seu movimento de oração em casa, nossos passos têm sido direcionados a um campo que apresenta uma perspectiva muito gloriosa para a missão. [...] não há sombra de dúvida de que a sua missão se tornará uma bênção dupla para a nossa própria multidão de população em casa e para a vítima da escravidão e do tráfico de escravos em todo o mundo (GENERAL COMMITTEE, 1863: 15-6. Tradução Minha)

A primeira comitiva de missionários foi organizada no início de 1861. Entretanto ao chegar no Rio Shire, o próprio Livingstone propôs reconsiderar o local de implementação da missão e desloca-la para o rio Rovuma mais ao norte. A proposta deste deslocamento atendia a dois aspectos principais: o dificuldade de navegação do rio Zambeze devido estar sob influência portuguesa e, em segundo, o interesse em atingir a região a leste do lago Niassa, apontado como o território dos yaos, que estariam sendo os principais agentes do tráfico de escravos na região. Entretanto as condições climáticas e a ausência de uma presença europeia conduziram ao local original. Os missionários se instalaram em Magomero, nas proximidades do Lago Chirua, onde permaneceram até 1862.⁴ Os relatos sobre esse período tanto dos missionários como o do próprio David Livingstone reportam a alguns consideráveis dados sobre a escravidão, ou melhor sobre o comércio de escravos, uma vez que sua circulação pelo lago Niassa os levou ao encontro de algumas das principais rotas de escravos entre o interior e litoral.

A expedição de Livingstone foi marcada por um estreito contato com as populações nianjas, no vale do rio Shire, de quem obtinham alimentos, hospedagem e guias para as suas viagens de exploração local. De tal modo que a experiência dos viajantes europeus foi marcada pelos sujeitos com os quais tiveram primeiro contato, cujo os pontos de vistas eram tomadas para descrever as outras populações, como ocorreu em relação aos yaos. Um sintoma desse processo pode ser dado pela própria

⁴ Em 1862 as condições sanitárias precárias parecem ter sido responsáveis por um surto epidêmico na região e consequentes secas levaram a um período de constantes mudanças na missão até finalmente em 1864 se transferirem para Zanzibar.

designação desse grupo étnico-linguístico, como lembra o padre yao Y. Abdallah (1983: 4) o termo ajaua (ajawa), adotado pelos primeiros viajantes, era a forma utilizada pelos nianjas devido às especificidades fonéticas de sua língua, o que parece não ser muito bem recebida entre os próprios yaos.

As referências dos grupos nianja e a proximidade dos viajantes com eles provavelmente teria marcado o olhar dos mesmos sobre os yaos, uma vez que as descrições dadas pelos ingleses estavam inseridas no contexto de rivalidades entre os dois grupos, mediada é claro pelos processos de escravização. Alguns casos foram presenciados, por exemplo, em julho de 1861 quando um chefe próximo ao Monte Zomba mandou uma comitiva até Chibisa, uma notável liderança nianja, para ajudar-lhe a expulsar os yaos de seu território.

Chegando finalmente a Chibisa, ouvimos dizer que houve guerra no país dos manganjas [nianja] o comércio de escravos estava acontecendo vividamente. Uma delegação de um chefe perto do Monte Zomba tinha acabado de se dirigir a Chibisa, que estava em uma aldeia distante, para implorá-lo para vir ele mesmo, ou enviar remédios, para expulsar os Waiau, Waiau ou Ajawa, cujos os grupos de saqueadores estavam desolando a terra. Um grande grupo de manganjas recentemente escravizados atravessou o rio, a caminho de Tette, alguns dias antes de termos levantado o navio. (LIVINGSTONE; LIVINGSTONE, 1865: 354-5. Tradução minha)

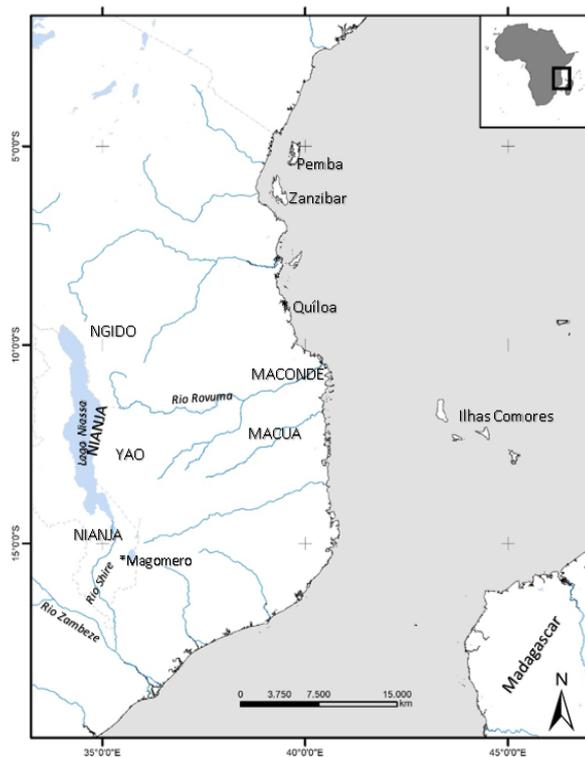
A criação de uma vila missionária teve como eixo central o resgate e a emancipação de escravos e a partir de seu resgate, uma educação religiosa e alfabetização para adultos e crianças. Logo, a própria missão passou a ser vista como um escudo contra os conflitos locais, pois “muitos dos nianjas tinham assentado em torno de Magomero, para estarem sob a proteção do Bispo; esperava-se que o comércio de escravos cessasse logo nas terras altas, e as pessoas fossem deixadas no gozo seguro de sua indústria.” (Ibidem: 400. Tradução minha)

Para os nianjas, Livingstone e depois os missionários tornaram-se aliados em potencial para a defesa contra os ataques yaos que eram acusados de serem os responsáveis pela expulsão de famílias nianjas de seus territórios (Ibidem: 393). Assim as guerras praticadas pelos yaos, para os ingleses que estavam na região parecem ter como motivo bem definido: a prática da escravidão. De tal modo que a intervenção nos conflitos locais configurou também a atividade dos missionários no Shire, por meio do combate ao comércio de escravos.

Considerações finais

Ao longo da discussão pudemos identificar nos escritos e relatórios publicados sobre a UMCA a predominância dos yaos enquanto agentes do comércio de escravos. Isso ocorreu, em grande medida, devido a atividade do explorador David Livingstone na África Centro Oriental. Nesse sentido, a importância de Livingstone pode ser vista de dois modos. Em primeiro lugar, por ser a principal fonte para os missionários sobre as práticas do comércio escravos na região. Em segundo, após sua expedição para o rio Zambeze, pelo fato de que seus depoimentos terem sido determinantes para a escolha do local e apresentando-se como colaborador. Nesse aspecto cabe notar ainda que Livingstone teve contato principalmente com os nianjas que constantemente acusavam os yaos de lhes fazerem escravos e destruírem suas vilas. O conflito entre yaos e nianjas se mostrou como um ponto de interferência direta nos primeiros anos da UMCA, de modo que essas rivalidades internas entre essas duas populações foram significativas para o olhar dos missionários. Estabelecidos principalmente entre as populações e lideranças nianjas, a leitura que os missionários fizeram dos yaos apresentou a interferência desse convívio. De modo geral esses primeiros acontecimentos foram decisivos para tomar a relação entre o tráfico e os yaos como um importante elemento no projeto e criação da UMCA.

MAPA 1 – ÁFRICA CENTRO-ORIENTAL



Referências:

Fontes publicadas:

LIVINGSTONE, David. Lectures. In: MONK, William. *Livingstone's Cambridge lectures*. Cambridge: Deighton, Bell and Co., 1858

LIVINGSTONE, David; LIVINGSTONE, Charles. *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributes: and the Discovery of Lake Shirwa and Nyassa*. Londres: John Murray, 1865.

GENERAL COMMITTEE. *Three Years in Central Africa being a History of the Oxford, Cambridge, Dublin and Durham Mission. Prepared by Order of the General Committee*. Londres: Bell and Daldy, 186, Fleet Street. Cambridge: Deighton, Bell and Co. [1863].

Livros e artigos:

ABDALLAH, Y. A. *Os Yao*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1983.

ALPERS, Edward A. Trade, State, and Society among the Yao in the Nineteenth Century. In: *Journal of African History*, X, 3. Cambridge: Cambridge University Press. 1969, p. 405-20.

ALPERS, Edward A. The French Slave Trade in East Africa (1721-1810). In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 10, n°37, p. 80-124, 1970.

CAMPBELL, Gwyn (ed.) *The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia*. Londres: Frank Class, 2004.

CAPELA, José. *O tráfico de escravo nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002.

COOPER, Frederick. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven: Yale University Press, 1977.

DRITAS, Lawrence. *Zambesi: David Livingstone and Expeditionary Science in Africa*. Londres: I. B. Tauris, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

HARMS, R. Introduction. In: HARMS, R.; FREAMON, B.; BLIGHT, D.; *Indian Ocean Slavery in the Age of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2013, p. 1-19.

MIERS, Suzanne; ROBERT, Richard. *The End of Slavery in Africa*. University of Madison: Wisconsin Press, 1988.

NORTHUP, Nancy. Migrations in Nineteenth Century Africa. In: *The International Journal of African Historical Studies*, v. 19, n. 1, p. 59-75. 1986

SHERIFF, Abdul. *Slaves, Spices, & Ivory in Zanzibar: Integration of an East African Commercial Empire Into the World Economy, 1770-1873*. Londres: Ohio University Press, 1987.

VERNET, Thomas. Slave trade and slavery on the Swahili coast (1500-1750). In: MIRZAI, B. A.; MONTANA, I. M.; LOVEJOY, P.(dir.), *Slavery, Islam and Diaspora*, Trenton: Africa World Press, 2009, p. 37-76.

WISSENBACH, Maria Cristina C. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios na África centro-ocidental na década de 1840. *Afro-Asia* (UFBA), v. 43, p. 10-52, 2011.

UNESCO. *Historical Relations across the Indian Ocean. The General History of Africa: Studies and Documents 3*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1980.

HISTÓRIA E CULTURA

AFRO-BRASILEIRA

**AS CONTAS DE VIDRO EM CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DE
POPULAÇÕES AFRICANAS NO MUNDO E O POTENCIAL DOS ACERVOS
ETNOGRÁFICOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS DO MAE/USP PARA
ESSES ESTUDOS**

**GLASS BEADS IN ARCHAEOLOGICAL CONTEXTS OF AFRICAN
POPULATIONS IN THE NEW WORLD AND THE POTENTIAL OF THE
AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN ETHNOGRAPHIC COLLECTIONS OF
THE MAE/USP FOR THESE ESTUDIES**

*Alessandro Luís Lopes de Lima**

RESUMO: As contas de vidro circulam economicamente na África pelo menos desde o século VII, período da introdução do islamismo na região. Foram bastante utilizadas como moeda de troca a partir do mercantilismo colonial europeu do século XV, sendo a África Ocidental grande importadora e consumidora das contas venezianas. Nesse período expandiram-se as redes comerciais europeias e com isso as contas de vidro acabaram circulando pelos oceanos, indo parar nas mãos dos povos nativos tanto da costa africana, quanto da costa americana do Atlântico. No Rio de Janeiro, no Cais do Valongo, assim como em Salvador, na antiga Sé, e em vários outros sítios arqueológicos coloniais e pós-coloniais na América do Sul e do Norte, foram realizadas escavações que identificaram presenças significativas de contas de vidro. O acervo de Etnologia Africana do MAE-Museu de Arqueologia e Etnologia da USP possui contas oriundas de Gana, Benin, Nigéria entre outras localidades da África Ocidental e da chamada “África islâmica”; o conjunto de objetos afro-brasileiros que a integram é depositário de colares de contas de candomblés da Bahia e de São Paulo de há pelo menos cinquenta anos. Estas peças das Coleções Etnográficas do MAE/USP podem nos ajudar na compreensão de vários aspectos da fabricação, circulação, uso e reuso das contas de vidro arqueológicas do período histórico entre os séculos XV e XX.

ABSTRACT: Glass beads circulate like currency in Africa at least since the seventh century, period of Islamic domination in the region. They were widely used as a bargaining chip from the 15th century European mercantilist colonialism, with West Africa being a major importer and consumer of venetian beads. During this period, european commercial networks expanded and glass beads flowed through the oceans to the native peoples of both the African coast and the Atlantic coast. In Rio de Janeiro, at the Valongo Quay, as well as in Salvador in the former Cathedral and in several other colonial and postcolonial archaeological sites in South and North America, excavations were carried out that identified significant presence of glass beads. The African Ethnology Collection of the MAE-Museum of Archeology and Ethnology of USP has beads from Ghana, Benin, Nigeria and other West African locales; The Afro-Brazilian Ethnographic Collection is the depository of necklaces of centennial beads from ancient candomblés from Bahia and São Paulo. These pieces from the MAE / USP Ethnographic Collections can help us understand the archaeological glass beads of the historical period between the fifteenth and twentieth centuries.

As contas de vidro atravessaram mares e oceanos como mercadorias, levadas por embarcações que saíam das metrópoles e navegavam pelas rotas comerciais que acabaram por chegar ao outro lado do Atlântico. Serviam como moeda de troca desde a

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5418130823834374>

introdução do islamismo no continente africano no século VII. A partir do século XVI, foram usadas no comércio europeu de ouro, marfim, escravos e óleo de palma (SALUM, 2010).

Algumas pesquisas da área de arqueologia histórica vêm demonstrando certa frequência no aparecimento de contas de vidro em salvamentos relacionados aos contextos históricos no novo mundo, porém a maioria destes estudos apenas descrevem as contas, sendo pouco ou quase nada interpretativos em relação ao material. Luís Cláudio Symansky (2007) faz um levantamento de trabalhos em contextos arqueológicos afro-brasileiros e menciona o estudo de Marcos Souza intitulado *Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás*, publicado na revista *Vestígios, revista latino-americana de arqueologia histórica*. Nessa pesquisa, destaca-se uma amostra significativa da vida material afro-brasileira representada no que foi escavado: louças europeias baratas, garrafas, pulseiras, brincos e contas de vidro. No projeto *Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista- séc. XVIII e XIX*, de 2012, realizado no Colégio dos Jesuítas de Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Luis Cláudio Symanski identifica uma área de deposição de refugio que remonta à primeira metade do século XIX, em um antigo conjunto de senzalas. Nas escavações, apareceu grande quantidade de ossos de mamíferos domésticos e silvestres, conchas de mariscos, fragmentos cerâmicos, louças portuguesas do século XVIII e inglesa do século XIX, ornamentos de cobre martelado, cachimbos de cerâmica e contas de vidro (SYMANSKI *et al.*, 2007, p.188).

Servindo como moeda de troca com os nativos nas relações comerciais, principalmente na África Ocidental e nas Américas (RODRIGUES, 2003), a presença de contas em naufrágios é o testemunho material desse período da expansão marítima europeia. No artigo *As contas abordo da fragata de Santo Antônio de Taná (1697): um exemplo de intercâmbio no mundo global*, a pesquisadora portuguesa Andréia Martins Torres (2013), parte do resgate em um navio para problematizar os significados das contas de vidro no contexto comercial entre a Índia e a África. Mombaça, onde a fragata se encontra naufragada, era o eixo principal de ligação entre a Europa, África e a Ásia. A autora considera, então, que as contas seriam um elemento privilegiado de troca desde o início do comércio entre a África e a Europa, em um sistema abastecido pelos comerciantes muçulmanos. Como mercadoria teriam alcançado escala global, integrando parte de um circuito que ligava os entrepostos do Oceano Índico aos

entrepostos do Pacífico, e estes com cidades coloniais nas Américas, chegando ao Oceano Atlântico. Estes circuitos comerciais, em que a península portuguesa estava inserida, acabaram por difundir as contas pelos continentes. Eram produtos da manufatura de vários continentes, testemunhando a circulação de pessoas e bens de uso comercial por todo o mundo naquele período, diz a autora (TORRES, 2013:188).

Em relação às contas de vidro arqueológicas existe uma vasta bibliografia internacional que trata sobre o assunto falando da presença desse material em sítios arqueológicos na África, Ásia, Mediterrâneo e na Europa como um todo. Nomes como Roderick Sprague, Karlis Karklins, Akinwumi Ogundiran, Cristopher DeCorse, Charles Thurstan Shaw, Kenneth Kidd, Peter Francis Jr., Lois Sherr Dubin entre alguns outros, merecem ser citados como referências mundiais nos estudos arqueológicos sobre contas de vidro. Nas seções a diante iremos citar algumas pesquisas de contextos afro-americanos e afro-brasileiros coloniais e pós-coloniais em que as contas de vidro tiveram um papel de destaque, ou mesmo foram foco principal de pesquisa.

Pesquisas dedicadas às contas de vidro arqueológicas na América do Norte

Os contextos arqueológicos da diáspora africana têm sido estudados sistematicamente na América do Norte. Um estudo de referência surge no trabalho da norte-americana Linda France Stine chamado *Blue beads as African-American cultural symbols* (1996). Nele se trata da distribuição das contas de vidro em sítios históricos do sul dos EUA e da predominância das contas azuis nos sítios afro-americanos de determinado período do século XIX. Este fenômeno estaria, segundo a autora, relacionado não apenas ao uso dessas contas como adorno, mas também aos aspectos simbólicos associados a sua cor azul.

Charles E. Orser Jr., em seu artigo *The Archaeology of african-american slave religion in the antebellum South* (1994), demonstrou a importância de não ignorarmos o tamanho das propriedades coloniais das *plantations* em nossas análises, já que essa questão está relacionada a possibilidades ou não de liberdade dos escravizados praticarem suas crenças religiosas. Em grandes propriedades, a possibilidade de manter elementos de suas tradições religiosas eram maiores do que nas pequenas fazendas, onde o controle era bem maior. Essa é uma hipótese a ser confirmada ainda, já que existem poucos os arqueólogos se dedicando ao assunto segundo Orser Jr. (1994, p.43). O autor também nos fala da dificuldade em estudar essas práticas nos Estados Unidos, que deveriam ser reservadas, clandestinas, sob pena de perseguição e punição.

A presença de artefatos de religiosidade africana serve como lembranças concretas de que os escravizados africanos trouxeram sua religião e que a adaptaram para uma nova realidade social e política (ORSER, 1994, p. 36). Contextos arqueológicos mortuários possuem importância nesse sentido, já que estão normalmente associados aos objetos pessoais do morto. O autor nos dá o exemplo de um destes contextos contexto arqueológico em Barbados, junto à *plantation* Newton (séc. XVII), estudado por Handler & Lange (1978) e onde foram achados os restos de um idoso descendente de africanos enterrado com vários objetos comuns ao lugar. Entre estes achados, braceletes de cobre, anel de metal branco, uma faca de metal, e – o que Orser Jr. considera dos mais interessantes – um cachimbo de barro cozido e um colar de contas muito bem elaborado. O colar continha sete cauris, vinte um dentes caninos e quarenta contas de vidro de vários tamanhos e cores, vértebras perfuradas de um grande peixe e uma pérola cornalina (1994). Essas informações levaram o indivíduo ser identificado como um médico popular, um curandeiro, onde o cachimbo e o colar o associam à religiosidade.

Outro exemplo citado por Orser Jr., escavado e publicado por ele mesmo em 1986, é um enterramento com influências cristãs, encontrado junto ao primeiro cemitério oficial de Nova Orleans datado do início do século XVIII. Dos trinta e dois enterramentos escavados, apenas um continha objetos religiosos. Além de um rosário com sessenta e três contas pretas de madeira, havia nele também duas medalhas de prata, sendo uma brasonada com São Cristóvão e outra com a Nossa Senhora e uma criança. As mutilações nos dentes incisivos eram uma realidade nesse enterramento, por isso sua associação à África segundo Orser Jr., citando estudos de Handler, de 1982, e de Stewart & Groone, de 1968, que corroboram sua afirmação. O rosário indica a conversão em algum momento de sua vida, mas não se diz se foi feito na África ou no continente americano. A diferença entre os enterros citados indicariam para Orser Jr. a ampla diversidade dos povos africanos que vieram para as Américas. A busca por objetos africanos religiosos é o cerne da Arqueologia da Religião dos escravizados (1994:38).

Estudos recentes no Brasil

Nos três últimos anais do XVIIº Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira há apenas um trabalho que tem as contas como objeto de estudo. Intitulado *Arqueologia do Quintal Beneditino: Os Escravos da Religião*, esse trabalho é associado

ao projeto de salvamento arqueológico realizado na Rua São Bento, no centro histórico do Rio de Janeiro, coordenado por Márcia Barbosa da Costa Guimarães Tendo-se como “diaspórica” a população que viveu em parte deste sítio no século XVI, as autoras tomam, entre o material achado, alguns objetos religiosos, como contas de *leguidibá* e de vidro “para compreender as práticas gentílicas e modos de viver frente aos poderes no espaço religioso Beneditino” (OLIVEIRA & GUIMARAES, 2015).

Mas existem pesquisas recentes envolvendo o estudo de contas não apenas em senzalas, quilombos e naufrágios, mas também em candomblés. É o caso da tese de doutorado de Samuel Lira Gordenstein, intitulada *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista* (GORDENSTEIN, 2014), sob orientação do Prof. Dr. Carlos Etchevarne, que propõe um estudo aprofundado sobre este tipo de achado, voltado à materialidade, aos significados e usos.

Rosana Najjar é organizadora do livro *Arqueologia no Pelourinho* (NAJJAR, 2010) que trata da pesquisa arqueológica dentro da 7ª Etapa do Projeto *Pelourinho, Restauração do Centro Histórico de Salvador/BA, Monumenta/IPHAN*, da qual a pesquisadora foi também coordenadora. Nesse sítio foram coletadas quatrocentas e treze contas junto aos enterramentos evidenciados. Nesta 7ª etapa do projeto, as contas também são consideradas: elas e cachimbos inteiros ou em fragmentos ultrapassam duas mil peças; as contas foram recuperadas em depósitos primários e os cachimbos provêm de aterros. Não havendo, no caso deste sítio, associação interpretativa direta entre esses dois tipos de artefatos, considera-se que as contas podem ser classificadas por cor e matéria-prima, sendo trezentas e quarenta e três brancas, sessenta e nove pretas e uma incolor, destacando-se nesta publicação uma conta diferenciada: um pingente de cauri. Algumas dessas contas são consideradas pela autora como provavelmente de rosários, “usados em enterramentos cristãos”, e, quanto àquelas que fogem ao padrão (as brancas dos rosários), são consideradas provavelmente como elementos de colar usados “por negros, principalmente africanos, em rituais religiosos” (NAJJAR, 2010, p. 240; ver tb. p. 263-264).

Um estudo brasileiro que melhor pontua contas como achados arqueológicos é o de Tânia Andrade de Lima no antigo porto de entrada de escravos do Rio de Janeiro, entre 1811 e 1831 – antes chamado *Cais do Valongo*. Estas pesquisas ocorrem desde 2011 nas obras de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, no projeto do Porto Maravilha para as Olimpíadas de 2016. Lá foram resgatadas e identificadas milhares de contas de vidro, além de anéis de fibra vegetal e de metal, cachimbos cerâmicos,

brincos, pulseiras e figas de cobre, moedas perfuradas, cristais de quartzo, ambares, efígies, muitos búzios (ou cauris), e representações gráficas tidas como do cosmograma *bacongo* em vasilhames cerâmicos (LIMA, 2013, p.184). Patrícia Carolina Letro de Brito, sob orientação de Tania Andrade Lima, escreveu recente dissertação de mestrado (2015) a respeito das contas de vidro do cais do Valongo intitulada *De Conta em Conta: rotas atlânticas e comércio no Rio de Janeiro, o caso do Cais do Valongo*, do programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional/ UFRJ. A autora defende a importância dos estudos relacionados às populações escravizadas, já que ajudam na compreensão do cotidiano do africano no Brasil, valorizando dados renegados por muito tempo pelas versões oficiais. Nesta sua dissertação sobre cerca duas mil e oitocentas contas, entre inteiras e semidestruídas, ela teve como objetivo conhecer as rotas comerciais de materiais para o mercado do Rio de Janeiro da época. Classificou e sistematizou cerca de duzentas e cinquenta e sete tipos de contas de vidro resgatadas no local, o que permitiu delinear não apenas o comércio de contas no Rio de Janeiro do século XIX mas também constatar a presença da população africana nessa atividade. Brito utilizou metodologia do Professor Christopher R. DeCorse (2003) do Departamento de Antropologia da Universidade de Syracuse (EUA), desenvolvida especificamente para a identificação cronológica de contas de vidro através do levantamento das técnicas de produção envolvidas e o diagnóstico dos respectivos centros produtores europeus. Essa metodologia é uma das mais recentes desenvolvidas dentro da arqueologia histórica, sendo indicada principalmente para as contas de vidro europeias e africanas do período pós-século XV (DeCorse, 2003).

Temos ainda a dissertação de mestrado de Áurea Conceição Pereira Tavares desenvolvida junto à UFPE intitulada *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: Posturas das instituições religiosas africanas frente a igreja católica em Salvador no período escravagista* (TAVARES, A., 2006), orientada, também pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Etchervarne. Os cinquenta e cinco sepultamentos encontrados nessa pesquisa levaram Áurea Tavares à hipótese de tratar-se de um contexto relativo a práticas religiosas afro-brasileiras. Nesses sepultamentos foram identificados junto aos indivíduos uma significativa quantidade de contas de origem africana, feitas de vidro e marfim, assim como de cauris. As análises de estratigráficas e de fontes documentais indicam uma cronologia entre séculos XVIII e XIX. Para a sua interpretação a autora valeu-se de analogias entre os tipos de matérias-primas, formas e combinações das cores ali identificadas com as utilizadas pelos candomblés contemporâneos.

Vemos com isso que, apesar de serem poucos os estudos de contas já existentes, sua interpretação arqueológica tem sido feita com relação ao período do tráfico de africanos escravizados no Brasil.

O que nos diz a Etnologia

De fato, inúmeros trabalhos de etnologia realizados no Brasil demonstram que ritualmente nos candomblés são usadas contas de vidro como miçangas em colares, cintos e outros adereços da indumentária, no mobiliário cultural e nos espaços sagrados. Pesquisas no cemitério da antiga Sé de Salvador, dentro do campo da bioarqueologia (SILVA, A., 2011), mostra que alguns daqueles cinquenta e cinco esqueletos possuíam mutilação dentária intencional, nos dentes incisivos principalmente, o que nos leva à hipótese de que sendo datados do século XIX, poderiam ser originários da Costa da Mina. Apesar desta pesquisa ainda exigir uma investigação complexa de outras fontes dentro de um projeto mais amplo e interdisciplinar, seus resultados são bastante significativos: a Costa da Mina é origem dos africanos trazidos como escravos para o Brasil e compreende o litoral dos territórios do antigo Daomé, atual Benin e da Nigéria e que constituíram as últimas levadas de africanos trazidos antes da abolição do tráfico. Os principais candomblés baianos, conhecidos a partir da metade do século XIX, são majoritariamente de cultura iorubana e de povos vizinhos dessa região da África (ver, entre outros, VERGER, 2012).

Marta Heloisa Leuba Salum, da área de etnologia africana do MAE/USP, em seu artigo intitulado *Por mais que sejam belas, o que nos dizem simples contas?* faz uma interpretação das três contas de vidro do tipo *chevron* encontradas na capela do Sítio Arqueológico Engenho São Jorge dos Erasmos (Santos-SP), apontando a antiguidade e difusão das contas de vidro e a importância da perspectiva africana para os estudos dessa cultura material (SALUM, 2010). Henri Drewal e John Mason na obra *Beads, Body and Soul: art and Light in the Yorubá Universe*, nos explica papel das contas dentro do universo cosmológico e social dos povos iorubá. Drewal fala da necessidade do entendimento da arte africana para a compreensão da função das cores nos colares de contas e o papel político que promove distinção e hierarquização naqueles que as fabricam, usam ou os detêm (DREWAL *et al.*, 1998, p.18-24).

Da bibliografia antropológica, e de seus clássicos dedicados à compreensão do universo religioso nagô-iorubá, destacamos entre os mais importantes, *Os Africanos no Brasil* de Nina Rodrigues; *Candomblés da Bahia* de Edison Carneiro; *As culturas*

negras no novo mundo de Artur Ramos (1979); *O Candomblé da Bahia: rito nagô* de Roger Bastide, além da produção do francês Pierre Verger, com destaque para *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo* e *Notas para o culto dos Orixás e Voduns* e em especial os escritos de Robert Farris Thompson, como *Flash of the Spirit: arte e filosofia africana e afro-americana*. Todas estas obras são voltadas para o entendimento do universo africano nas Américas e na África, especialmente o iorubano (Nigéria) e “daomeano” (Benim), em particular dos cultos chamados de jêje-nagô. A obra de Elbein dos Santos, *Os Nàgo e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Egun na Bahia* enfatiza a morte como linha de abordagem da vida dos terreiros baianos, nos ajudando a compreender a vida social da nação nagô-ioruba na Bahia e seus ritos religiosos internos, incluindo-se aí o papel do *axé* (“força vital”) na sacralização dos objetos. A dimensão da morte contida na obra de Elbein dos Santos e o contexto arqueológico de sepultamentos referido na pesquisa de Aurea Conceição Tavares (2006), nos sugere a importância da compreensão dos simbolismos relacionados a contas de colares dentro da cosmologia nagô-ioruba e baiana, para a melhor compreensão de contextos mortuários relacionados as práticas religiosas das populações africanas e afro-brasileiras.

Raul Lody, em *“Joias do Axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira”* (2001), realizou um trabalho sobre o uso das contas entre os frequentadores dos candomblés nagô da Bahia, revelando a produção, uso e a circulação das contas entre o povo de santo desta religiosidade. O fio-de-contas seria um emblema social e religioso marcado pelo compromisso ético e cultural entre o homem e o seu santo, situando o indivíduo na comunidade do terreiro e obedecendo a critérios para compor os textos visuais dos fios de contas (LODY, 2001). Apesar de ser um trabalho descritivo, etnográfico, o que Lody diz sobre a morte pode nos auxiliar a buscar vínculos possíveis de relação entre achados arqueológicos em sepultamentos com o contexto cultural. Com o falecimento do dono do colar de contas, estas serão utilizadas em oferendas fúnebres e as mais valiosas, conforme valor material, simbólico e vinculado com o *axé* do terreiro, serão distribuídas entre pessoas da comunidade, principalmente entre os usuários mais próximos ao morto. As contas do morto irão compor outros fios-de-contas, brincos, pendants e passarão por novos rituais de lavagens comuns a vida religiosa afro-brasileira. Essa distribuição, redistribuição e reincorporação aos símbolos servem para fortalecer o sentido de unidade e preservação da memória do terreiro, principalmente de seu *axé*. Aqui, concordando com o que Ian Hodder sempre chamou a atenção, fica perceptível o papel dos indivíduos na

composição visual e morfológica das contas já que literalmente o indivíduo determina e é determinante na produção da cultura material, não apenas refletindo passivamente a sociedade mas também criando e interagindo com a materialidade, através de suas ações (HODDER et al., 2001, p. 21).

As contas são multifuncionais no universo do terreiro, possui uso corporal em indumentárias e ferramentas, uso arquitetônico enfeitando barracões, compondo assentamentos. Como afirma Lody (2001, p. 114), o uso social e religioso deve ser considerado, mas devemos também considerar o ciclo de vida das no tempo e no espaço.

O acervo Etnográfico Africano e Afro-brasileiro do MAE/USP

Com o propósito de resgatar a herança africana e ressaltar sua permanência o Prof. Dr. Ulpiano Bezerra de Meneses em 1969 incentivou a formação de uma área dedicada à arte e cultura material africana no antigo Museu de Arte e Arqueologia da USP (SALUM,1993). Suas peças possuem a procedência de doadores como Pierre Verger, Mariano Carneiro da Cunha, Dilma de Melo e Souza entre outros. Mais da metade dos objetos foram comprados com verba da SAMAE e até o último registro do livro de tomo (1987) o museu contou com mais de mil peças de origem africana. Muitos lotes que deram entrada na coleção vieram da época da estada de Mariano Carneiro da Cunha na Nigéria entre os anos de 1974 e 1975, com peças adquiridas no Benin e no Senegal, sendo representativas não apenas dos povos Iorubá, mas de toda África Ocidental (Subidem, p.169). Segundo Marta Heloísa Leuba Salum, a coleção africana do MAE pode ser considerada como uma das mais importantes do Brasil nos termos de peças de cultura material africana tradicional. A Coleção de Arte Africana do MAE/USP concorre apenas com outras duas, a de Etnografia Africana do Museu Paraense Emílio Goeldi e a de Arte Africana do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

As coleções africanas do acervo do MAE são utilizadas para o ensino, difusão e também para as pesquisas etnológicas ou mesmo para o estudo da história da arqueologia africana na perspectiva da arqueologia pós-colonial (cf. CHAVES, 2014 e SILVA, 2013). As contas, colares de contas e objetos relacionados que pertencem a essas coleções podem formar um importante núcleo ou seção de referência deste *corpus*, sobretudo no que toca a sua procedência africana: foram trazidas da África Ocidental na década de 1970, sem datação precisa, algumas mais recentes, outras muito antigas

considerando o uso e reuso que as contas ou o vidro de que são feitas podem sofrer. Existe uma série com dez colares de variados tipos materiais e processos de manufatura diferentes e onde temos um colar de *chevron*, contendo cerca de noventa contas, bem diversas entre si, que ao menos duas dessas são compatíveis com as contas *chevron* do Sítio Arqueológico Engenho São Jorge dos Erasmos. Deve-se dizer que a massa vítrea é o material mais presente nas contas observadas nas coleções africanas e afro-brasileiras do MAE/USP (SALUM, 2010) e indica uma possível prática de reciclagem.



Figura 1. Colar de contas chevron. Coleção Arte Africana do MAE/USP. Peça. N.77/d.4.292. O colar é constituído por cerca de noventa contas de tipos variados, entre mais antigos aos mais recentes (SALUM,2010). Fotos: Wagner Souza e Silva.

Referimo-nos aqui às peças trazidas da África, mas devemos considerar também as contas das coleções afro-brasileiras do acervo. As contas africanas e afro-brasileiras isoladas, em fragmentos artefatuais ou ainda aplicadas em objetos de natureza diversa, demonstram alguma similaridade com as resgatadas nos sítios históricos do Brasil,

Caribe, África e América do Norte, assim como, também, com as que ainda se encontram em uso em contextos contemporâneos.

A Coleção Etnográfica “Acervo Sertanejo”, que anteriormente fez parte do acervo integrado à secção de etnologia do antigo Museu Paulista, possui sua musealização relacionada ao contexto de recrudescimento dos estudos folclóricos nos anos 1940 e 1950. Essa coleção recebeu doações de inúmeros folcloristas e entre seus doadores Alceu Maynard Araújo, Frederico Lane e Carlos Borges Schimdt, que além de oferecer peças ao Museu Paulista, escreveram sobre elas na Revista do Museu Paulista (Nova série). A coleção recebendo peças avulsas e outras de antigas coleções, somando-se aos objetos doados acabou por se tornar uma coleção heterogênea (SALUM; CERAVOLO et al., 1993, p.168). Entre as coleções absorvidas destaca-se a *Coleção Etnográfica Fetichista da Bahia* (CEFB), de onde vem inúmeras peças como ferramentas de Orixás, louças, instrumentos musicais como *adjás*, atabaques, *agogôs*, além dos fios de contas. Essa coleção é fruto de apreensão pela polícia baiana e foi doada pelo secretário de justiça do estado da Bahia em 1928, segundo o inventário do Museu Paulista. Outra coleção que deu origem ao “acervo sertanejo” do MAE/USP foi a chamada *Objetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo*, onde aparecem cerca de duzentas e noventa e oito peças apreendidas pelo departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública e que foi oferecida ao Museu do estado pela Delegacia de Fiscalização de Costumes em 1947 (LAMPARELLI et al., 2014, p.9).,



Figura 2 Conta veneziana branca, com detalhe em florais vermelhos e azuis, conhecida como conta fiorate na Itália e fióra em Veneza, ou bambara, no Mali, África (PANINI,2007: p.199). O colar pertence a coleção de etnográfica da antes chamada Coleção Sertaneja, numeração RS:544. Fotos: Wagner Souza e Silva.

É pertinente o levantamento museográfico em coleções antropológicas que guardam em seus acervos artefatos que passam detalhes sobre usos e contextos sociais, temas de interesse primordial para a abordagem arqueológica (RUIBAL et al., 2003, p.9-10). Nessa perspectiva, é necessária a construção de uma tipologia sistematizada das contas do Acervo de Etnologia Africana do MAE com o intuito de contribuir com as pesquisas arqueológicas a respeito desse material.

As contas venezianas chevron dos acervos Arqueologia Brasileira e Arqueologia do Mediterrâneo e do Médio Oriente do MAE/USP

Marta Heloisa Leuba Salum defende uma perspectiva que abarque explorar de forma integrada os acervos do MAE de Etnologia Africana, Arqueologia Mediterrânica e o de Arqueologia Brasileira, para compreendermos as contas *chevron* encontradas no sítio histórico quinhentista Engenho dos Erasmos, em Santos-SP. Esse posicionamento surge do conhecimento difundido sobre a influência do mercantilismo no compartilhamento das contas de vidro através das rotas oceânicas durante este período (SALUM, 2010).



Figura 3. Contas chevron do Sítio Engenho dos Erasmos, SJE 2.242, SJE 2.243 e SJE 2.241, do Acervo de Arqueologia Brasileira. Fotos: Wagner Souza e Silva.

Entre o material coletado pela equipe de José Luiz de Moraes no sítio Engenho dos Erasmos e depositado no MAE encontram-se três contas do tipo *chevron*, *star bead* ou *rosetta*¹ de identificação SJE 2.241; SJE 2.242 e SJE 2.243 (fig.2), datadas do século XVI. Estas três contas podem ser comparadas com outras duas de tipo *chevron* presentes no único colar de tipo de conta na Coleção de Arte Africana (Fig.1).

¹ Rosetta também é o nome do antigo entreposto comercial egípcio (SALUM, 2010).

As contas *chevrans*, são contas venezianas que podem ser reconhecidas pela decoração em zig-e-zag azul, vermelho e branco. “(...) - *essas contas vítreas feitas de um tricolor translúcido, algumas vezes opaco, pelo qual se perfazem suas camadas alternadas vislumbradas desde o núcleo interno branco e que ressurgem à superfície azulada e lapidada das extremidades de sua forma ovalóide*” (SALUM, 2010; p.70). O desenho em V dessas contas é obtido pelo estiramento de camadas sucessivas de massas de vidro, em azul, branco e vermelho e também o verde. São feitas em pequenas barra, que em cada camada, são mergulhadas em vidro líquido e moldada externamente em forma estrelada, sendo em sequencia cortada em pedaços que serão esmerilhados em chanfro, fazendo transparecer a decoração característica nas laterais, deixando exposta as camadas postas uma após outra envolta do tubo central (SALUM, 2010).

No Acervo de Arqueologia Mediterrânica e do Médio Oriente encontram-se outras três contas *chevron/rosetta* registrada na numeração 92/4.5a gi, 92/4.5 gi, 92/4.5c gi. Salum constatou semelhança formal entre as contas *chevrans* africanas publicadas por Dubin (1987) e as dos acervos do MAE. Estas mesmas características que Dubin destaca como sendo das primeiras *chevron* produzidas pelos venezianos entre 1500 e 1600. Elas possuem respectivamente sete camadas, com a primeira e a terceira camada transparentes, podendo ser também verde brilhante translúcido, características que estão em duas contas do Sítio Engenho dos Erasmos e nas do Acervo de Arqueologia Mediterrânica e do Médio Oriente (SALUM, 2010).



Figura 4 Contas *chevron* da Coleção de Arqueologia Mediterrânica e do Médio Oriente. 92/4.5a Gi, 92/4.5c Gi, 92/4.5 Gi. Fotos: Lisy Leuba Salum.

Conclusão:

Esse artigo apresentou as principais pesquisas arqueológicas a respeito das contas de vidros em contextos coloniais e pós-coloniais afro-americanos e afro-brasileiros (séc. XV-XX). Foi demonstrado o potencial para o desenvolvimento dos estudos que integrem de forma interdisciplinar os acervos de Etnologia Africana, Arqueologia Mediterrânea e do Médio Oriente e o de Arqueologia Brasileira do MAE/USP.

Faz-se necessário a elaboração de um esquema de classificação sistemática das contas de vidro do período entre os séculos XV e XX dos acervos do MAE/USP, que identifique seus atributos materiais, morfológicos e as técnicas de manufatura envolvidas. Uma tipologia focada na tecnologia de produção de contas de vidro nos levará a identificação dos centros produtores relacionados aos artefatos que se encontram nos acervos do museu. A organização destes dados nos permitirá atingir além de cronologias, aspectos econômicos, padrões de consumo e mudanças culturais relativas ao passado histórico (DeCORSE, 2003).

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Rita. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 255-270, 2000.

_____. Notas sobre o processo transformativo da cultura material dos cultos afro-brasileiros, In: Congresso Virtual, 2002. Disponível em: http://www.equiponaya.com.ar/congreso2002/ponencias/rita_amaral.htm Acesso em: 15/15/2015.

ANDREATTA, Margarida Davina. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. *Revista USP*, 41 (1999): 28-47

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

BECK, Horace C. *Classification and nomenclature of beads and pendants*. George Shumway Publisher, 1973.

BRITO, Patrícia Carolina Letro; *De conta em conta: rotas atlânticas e comércio no Rio de Janeiro. O caso do cais do Valongo*. 230p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu Nacional –UFRJ. Rio de Janeiro, 2015

CARNEIRO DA CUNHA, Marianno; Arte Afro-brasileira. In: ZANINI, Walter (Org.); *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, p. 975-1033

CHAVES, Mara Rodrigues. *Legado e patrimônio: narrativas de sítios arqueológicos de arte africana*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

DECORSE, Christopher R.; RICHARD, François G., THIAW, Ibrahima; Toward a systematic bead description system: A view from the lower Falemme, Senegal.; *Journal of African Archaeology*, volume 1, 77-110, 2003

DECORSE, Christopher R.; Bead as a chronological indicators in West African Archaeology: A Reexamination.; in *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers*, volume 1, 1989, 40-53

DREWAL, Henry John; MASON, j. *Beads, Body and Soul: Art and Light in the Yoruba Universe*; Los Angeles: UCLA, 1998.

DUBIN, Lois Sherr. *The history of beads from 30,000 BC to the present*. Harry N. Abrams. Inc., 1987.

GORDENSTEIN, Samuel Lira. *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

GORDON, Albert F. *The tribal bead : a handbook of African trade beads*. New York : Tribal Arts Gallery, 1976.

GUIMARAES, M. B. C.; OLIVEIRA, J. C.; Arqueologia do Quintal Beneditino: os escravos da religião. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 17.; 2013, Aracaju. Anais. Aracaju:2013

GEAMPAULO, Victor Lordani; *Engenho São Jorge dos Erasmos: aproximações acerca da morte e da vida no complexo açucareiro vicentino (séculos XVI-XVII)*.; Dissertação (Mestrado em História Social)- FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología. Corrientes Actuales*. Barcelona: Crítica, 1994

IPHAN; NAJJAR, Rosana (Coord.) *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

LAMPARELLI, Mário de Campos Andrade. *Sonoridade de África e Brasil: Materialidade e diálogo na documentação de peças do acervo do MAE;\USP*; São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. 2014.

LIMA, Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

_____. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, p. 177-204, 2013.

LODY, Raul Giovanni da Motta. *Jóias de Axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PANINI, Augusto; *Middle Eastern and Venetian Glass Beads: eight to twentieth centuries*; Milao: Skira, 2007.

ORSER, Charles E. The archaeology of African-American slave religion in the antebellum South. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 4, n. 01, p. 33-45, 1994.

RODRIGUES, Maria da Conceição; The importance of de long de glass bead of mediterranean origin collected in the “baixa pombalina”, Lisbon. Contribution to the study of the “Nueva Cadiz” type beads, *Zephyrus*, 56, Universidad de Salamanca, 2003, 207-233.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

RUIBAL, Alfredo González. *La experiencia del otro: una introducción a la etnoarqueología*. Barcelona: Ediciones Akal, 2003.

SALUM, Marta Heloísa Leuba. CERAVOLO, Suely Moraes. Considerações sobre o perfil da coleção Africana e Afro-brasileira no MAE-USP, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 3, p.167-185, 1993.

SALUM, M. H. L. Por mais que sejam belas, que dizem simples contas? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 15., 2010, Belém. Anais, Belém: SAB, 2011. p.69-76.

SANTOS, Juana Elbein; *Os nagô e a morte: padé, asésé e o culto egun na Bahia*; Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Agatha Rodrigues da; *A arqueologia da África através dos editoriais: uma análise dos discursos arqueológicos de africanos e africanistas nos boletins especializados*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SILVA, Andersen Liryo. Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador, Bahia, séc.XIX; *Revista de Estudos Americanos*, volume 1; n1; jan-jul. 2011.

STINE, Linda France; CABAK, Melaine A.; GROOVER, Mark D. Blues Beads as African-American Cultural Symbols. *Historical Archaeology*, 30 (3), p.49-75, 1996.

SYMANSKI, Luís Claudio Pereira, A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil, *Afroasia*, n.49, p.159-198, 2014.

_____. OSÓRIO, Sérgio Rován. Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*, n.9, p. 43-54, 2015.

_____. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios- Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.9-36, 2007.

_____ ; SOUZA, M. A. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 33, p. 215-243, 2007.

TAVARES, Aurea Conceição Pereira. *Vestígios materiais na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica em Salvador no período escravista*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

TORRES, Andreia Martins. As contas a bordo da fragata Sto. António de Taná (1697): um exemplo de intercâmbios num mundo global. *História Revista*, v. 18, n. 2, p. 8, 2013.

VERGER, Pierre Fatumbi; *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*; Salvador: Corrupio, 2002.

VERGER, Pierre Fatumbi; *Notas sobre o culto dos Orixás e Voduns na Bahia de todos os santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos na África*; São Paulo: Edusp, 2012.

A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS ATRAVÉS DO ACERVO DA MISSÃO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS

THE RELIGIOUS INTOLERANCE IN THE FIRST GETÚLIO VARGAS GOVERNMENT THROUGH THE COLLECTION OF THE MISSION OF FOLKLORE RESEARCH

*Ana Carolina Apolinário**

RESUMO: perseguição e a criminalização da cultura africana, sobretudo das religiões de matriz africana foi algo marcante em diversos momentos da história brasileira, persistindo até o presente momento, apesar do Estado ser laico e apresentar também uma legislação contra a intolerância religiosa.

Diante das diversas formas de perseguição religiosa praticadas na história nacional, destaco a sofrida pelas Casas de Xangô em Pernambuco, que começaram a firmar suas características gerais na passagem do século XIX ao XX, sendo afetadas pela repressão autoritária do Estado Novo (1937-1945).

A pesquisa visa, portanto, discutir a relação da política de repressão da Era Vargas e o movimento de resistência das Casas de Xangô em Pernambuco. Por meio da análise do material coletado durante a Missão de Pesquisas Folclóricas (fotografias, objetos etnográficos, cadernetas com anotações da viagem, recortes de jornais e bibliografia sobre o tema).

ABSTRACT: The persecution and criminalization of African culture, especially of religions of African origin, was something remarkable in several moments of Brazilian history, persisting until now, despite the State being secular and the existing legislation against religious intolerance.

In the face of the various forms of religious persecution practiced in national history, I would like to emphasize the one suffered by the Xangô House's in Pernambuco, which began to establish their general characteristics in the passage from the nineteenth to the twentieth century and were affected by the authoritarian repression of "Estado Novo" (1937-1945).

The research aims, therefore, to discuss the relation of the politics of repression of Era Vargas and the resistance movement of the House's of Xangô in Pernambuco. Through the analysis of the material collected during the Folklore Research Mission (photographs, ethnographic objects, notebooks of the trip, newspaper clippings and bibliography on the theme).

Introdução

Durante dois anos (janeiro de 2015 a janeiro de 2017) realizei estágio na Divisão de Ação Cultural e Educativa do Centro Cultural São Paulo (DACE - CCSP). Por ocasião da proposta de extroversão dos acervos, a direção propôs uma pesquisa sobre o acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas salvaguardado no CCSP. Do mês de outubro de 2015 até março de 2016 foi realizada a exposição “Medo Fascínio e Repressão no acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas”, sobre o aspecto religioso da missão destacando um recorte pelo tema do Xangô Pernambuco. Em paralelo havia uma programação destinada a um seminário e um curso de formação aos professores, o qual auxiliou ainda mais a percepção deste estudo. Desde o princípio da pesquisa, antes

*Iniciação Científica em História Social, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5881283818457781>

coletiva hoje individual, eu me questionava quais os motivos que impulsionaram a perseguição religiosa e qual era a base argumentativa que legitimou tal ação. Pois a crença popular foi colocada na ilegalidade, enquadrada na lei da ordem pública, e a perseguição religiosa tornou-se legítima perante a lei.

A perseguição e a criminalização da cultura africana, sobretudo das religiões de matriz africana foi algo marcante em diversos momentos da história brasileira, persistindo até o presente, apesar do Estado ser laico e apresentar também uma legislação contra a intolerância religiosa.

Diante das diversas formas de perseguição religiosa praticadas na história nacional, destaco a sofrida pelas Casas de Xangô em Pernambuco, que começaram a firmar suas características gerais na passagem do século XIX ao XX, sendo afetadas pela repressão autoritária do Estado Novo (1937-1945).

A pesquisa visa, portanto, discutir a relação da política de repressão da Era Vargas e o movimento de resistência das Casas de Xangô em Pernambuco, por meio da análise do material coletado durante a Missão de Pesquisas Folclóricas (fotografias, objetos etnográficos, cadernetas com anotações da viagem, recortes de jornais e bibliografia sobre o tema).

Por que o acervo da Missão?

No ano de 1938, a Missão de Pesquisas Folclóricas concebida por Mário de Andrade foi realizada na região Norte e Nordeste do Brasil produzindo um rico acervo de cultura material e escrita. Através deste acervo foi possível identificar e analisar, sobretudo nas cadernetas de registro e matérias jornalísticas da Missão de Pesquisas Folclóricas, de que forma se configurou o processo de repressão das Casas de Xangô em Pernambuco.

A documentação nos leva a refletir a respeito da presença negra na sociedade brasileira e sobre como a organização das religiões de matriz africana foi observada e discutida no período. Nota-se também a necessidade de apagamento dessas memórias e os argumentos que legitimaram tal postura, a ponto de muitos dos ritos (como o sacrifício do boi), apresentarem hoje modificações ou adaptações.¹ Assim sendo, a

¹ COSTA, Manoel do Nascimento. V. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. IN: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite* – Escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: Edusp, 1994, p. 175.

análise do acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas nos permite também compreender os aspectos culturais e sociopolíticos na década de 1930.²

O material coletado hoje faz parte do acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas salvaguardado no Centro Cultural São Paulo. Além do que já foi mencionada há discos registrados, contendo perto de 1.500 melodias. A Missão trouxe na sua bagagem 1.126 fotografias, 17.936 documentos textuais (cadernetas de anotações, cadernos de desenhos, notas de pesquisas, notações musicais, letras de músicas, versos da poética popular e dados sobre arquitetura), 19 filmes de 16 e 35 mm, mais de mil peças catalogadas entre objetos etnográficos, instrumentos de corda, sopro e percussão.

A pesquisa em questão traçou um recorte sobre o material relacionado ao Xangô de Pernambuco.

O período histórico:

O período pesquisado tem como pano de fundo, a Política do Estado Novo (1937-1945) liderada por Getúlio Vargas. Para melhor entendê-lo destaco a seguir alguns pontos:

- 1931: Criação da Secretaria de Segurança Pública (SSP/PE): a secretaria foi de grande ajuda ao processo de criminalização, pois vigiava, tinha ordem para invadir qualquer casa de candomblé para prender, humilhar e quebrar tudo o que fosse ligado à seita religiosa.

- 1934: Primeiro Congresso Afro-Brasileiro organizado por Gilberto Freyre e Ulysses Pernambuco de Melo Sobrinho³, em Recife;

- 1935: Decreto-Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos mais eficientes na prática da repressão, dentre eles, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS); Desdobramento da secretaria de segurança pública viabilizou o fechamento e não funcionamento das casas de candomblé do Recife.

- 1937: Segundo Congresso Afro-Brasileiro na Bahia.

Embora os Congressos Afros Brasileiros tivessem talvez em sua essência a vontade de unir a visão acadêmica e a popular, conhecer e valorizar a cultura negra:

² CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, Nº 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/issue/view/986>

³ Ulysses Pernambucano (Recife, 1892-1943) era médico e diretor do Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas de Pernambuco (SHM), foi nomeado presidente de honra do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro.

“procurava-se, sobretudo, retirar a questão do negro da clandestinidade, uma vez que era tratada então como questão de polícia. Neste período, a liberdade que se logrou alcançar continuou sendo ainda por longo tempo uma liberdade vigiada, tendo os terreiros que submeter seus reguladores à aprovação policial, pagar taxas para realizar os toques e registrar os dias das festas. Em 1935 foi fixado um calendário para os toques, o qual seguia o calendário católico”. (Costa, 1994: 175).

Ou seja, embora a cultura afro estivesse presente na sociedade brasileira, não houve na prática uma integração da comunidade negra dentro da sociedade de classes desde o período pós-abolicionista. Pois havia ainda uma pesada herança conservadora em como tratar o tema do negro dentro do processo de modernização do Brasil. As concessões e adaptações foram possíveis devido à resistência dos adeptos ao Xangô e seus apoiadores como Gilberto Freyre, Ulysses Pernambucano, Gonçalves Fernandes⁴ entre outros que praticamente tomaram para si a defesa dos xangôs contra a violência policial.

A criação de órgãos especializados da Polícia, como a secretaria de segurança pública e o decreto-lei a partir do movimento empreendido em 1930, visava intensificar o controle policial e silenciar as muitas críticas e protestos ao Novo Regime, presentes por exemplo, na forma de greves e na tentativa do levante comunista de 1935. Esses novos órgãos foram elementos utilizados durante o governo Vargas para intensificar o controle policial sobre a população não alinhada ao governo.

Para a manutenção da ordem, a função policial era investigar, censurar e reprimir qualquer ideia contrária ao Estado vigente. Mas por que perseguir as religiões de matriz afro? O que é Xangô de Pernambuco? Por que criminalizar? Qual estrutura foi afetada? A postura é legítima ou não?

O Xangô de Pernambuco é uma religião de matriz africana, na qual prevalece o culto aos orixás, entidades espirituais ligadas à cultura iorubá. A religião se firmou já na passagem do século XIX ao XX, a apesar de toda a perseguição resiste até hoje.

Através da leitura de recortes dos jornais, como o Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Diário da Manhã e Folha da Manhã de 1938, as cadernetas da Missão de Pesquisas Folclóricas, e estudiosos do assunto, como a professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Zuleica Dantas Pereira Campos, foi possível interpretar a proposta de manutenção da paz e a harmonia da administração pública em

⁴ Gonçalves Fernandes, (Recife, 1909-1986), em 1937 formou-se em Medicina pela Universidade de Pernambuco foi psiquiatra, antropólogo, folclorista e escritor especializado em religiosidade popular. Foi professor na Faculdade de Ciências Médicas do Recife, na Faculdade de Direito do Recife e na Universidade do Brasil. Foi diretor da Fundação Joaquim Nabuco.

Pernambuco dos anos 30, travestida na verdade em um forte aparato repressor estatal contra o povo de santo adepto do Xangô.

Qual foi a importância da missão de pesquisas folclóricas?

A Missão de Pesquisas Folclóricas (MPF) no ano de 1938 foi um projeto pensado por Mário de Andrade, quando este era diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935 a 1938). Mário de Andrade com seu aguçado espírito de jovem, turista e aprendiz já havia realizado diversas viagens pelo Brasil. Nelas refletiu sobre o que via, descrevendo suas ponderações em diários, livros e crônicas para jornais.

O avanço da modernidade era a preocupação constante destas reflexões, pois havia um grande medo, sobretudo, na perda da música genuína nacional, e a extinção completa da identidade brasileira, entendida naquele período como manifestação popular ou folclórica. Pois havia uma corrente que tinha interesse e estava articulada em preservar o que era típico e original do povo e outra vertente que gostava e apoiava a influência europeia. Uma parcela significativa dos modernistas estava atenta aos últimos movimentos europeus, e visava criar uma modernidade própria, que incorporasse as tradições dando-lhe as feições distintas, da nação brasileira, que por sua vez se constituiria de forma original.

Conforme estudos de Maria Arminda havia nas primeiras décadas do século XX um grande incentivo para a industrialização e modernização do Brasil.

“A sociedade brasileira, desde 1930, fora permeada por transformações consideráveis e, a partir dos anos 20, submergira no caldo cultural modernista, oferecido no movimento paulista de 1922 e cujo ímpeto desbordara as fronteiras do Estado. Um fermento de modernidade borbulhava no ambiente brasileiro, cristalizado em prismas diversos, podendo significar, para muitos, o coroamento dos esforços de desenvolvimento e de construção da nação, para outros, a organização de uma sociedade aberta e democrática, e, para alguns, a emergência de uma corrente de tendências culturais avançadas. No conjunto, as diferentes acepções apontavam para a existência de forças reais de mudança, muitas vezes identificadas com uma vaga concepção de “novo” e que resultaram em rupturas de padrões já sedimentados.” (Arruda, 2001: 18).

A metamorfose previa em um futuro breve o fim da estrutura agrária de base escravocrata, para uma vida essencialmente urbana, voltada para ao novo progresso, a metrópole, pautada na sociedade da razão e rompendo com a conduta do atraso.

O processo de modernização encontrou situação favorável no entre guerras. Neste ínterim observamos diversos pontos em configuração divergente, mas convivendo simultaneamente, como a oligarquia cafeeira que não perde poder e se reposiciona na

nova ordem, pois havia uma ascensão da burguesia industrial, que se opunha a uma massa de operários. Na tentativa de evitar o crescente confronto entre patrão e trabalhador, instituiu-se a legislação trabalhista, que consolidava constitucionalmente os direitos aos trabalhadores em luta constante.

Tinha-se, então, a sensação de ter atingido a modernidade, com a visão do progresso nos trópicos apoiado na constituição da inovação cultural e social, em oposição à tradição agrária. O símbolo máximo dessa era e toda a sua modernização é o Palácio das Indústrias⁵ no centro de São Paulo.

O período trouxe grandes mudanças nos hábitos e instalou-se um intenso conflito entre o modelo de país que as elites desejavam adotar publicamente e a realidade que esta mesma elite se negava a ver e reconhecer. Pois a grande questão do período era como transformar o país em uma nação moderna, civilizada, tendo como herança o sangue africano. O país estaria impregnado de hábitos e “crenças primitivas”, como o candomblé, “que proliferavam pelas cidades, muitas vezes como meio de encontro e também sociabilidade da população negra recém liberta, mas que ainda vivia em situação degradante.” (Silva, 2005: 53).

Vivia-se no mundo das tradições frente à modernização imposta pela bandeira da transformação, inovação universal, mas com uma visão de mundo particular, egoísta, das mercadorias e melancolias à espreita dos condenados ao moderno. A promoção do progresso ficou explicitada nos anos posteriores a 1930 e a necessidade de perseguir e aniquilar as casas de candomblé resultava do seu caráter transformador.

O conflito atraso versus civilização fez vigorar na Primeira Republica os planos sanitaristas, pois “A cidade é ainda um povoado africano! Precisamos acabar com essa miséria”⁶ era o que dizia Luis Edmundo, cronista do Rio da Primeira República. Assim

⁵ O Palácio das Indústrias foi inaugurado em 29 de abril de 1924, concebido inicialmente como um espaço permanente de exposições agrícolas, pecuárias e industriais em acordo com a onda produtiva dos anos 20, abrigou várias instituições, (sede da Prefeitura, Assembleia Legislativa, delegacia de policia, pois a construção eclética abrigou em seu claustro prisões e atualmente abriga o Museu interativo Catavento, dedicado a ciência). Fonte: http://www.cataventocultural.org.br/inf_palacio, acesso realizado em 04/08/2016.

⁶ SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo, Selo Negro, 2005, p. 54. Artigo publicado pelo jornalista Luís Edmundo, retratando o Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1929), a fala demonstra o preconceito e a não aceitação da população negra recém libertada, que foi segregada do processo de modernização ao molde europeu, no qual a boa educação previa tocar piano, falar francês etc. No entanto a população negra à margem do processo teve de sobreviver nas funções mais desvalorizadas, povoando a rua com a venda itinerante (vendiam vassouras, cestos, produtos artesanais, nos tabuleiros: comidas), trabalhavam como estivadores do cais e eram moradores dos cortiços. A apresentação destes corpos negros em circulação na cidade que queria figurar como cidade europeia nos trópicos (projeto sanitarista queria um projeto arquitetônico atrelado ao urbano e ao moderno com inspiração dos boulevards parisienses), passou a atrapalhar a limpeza. Os

torna-se compreensível todas as medidas aplicadas para sanear as cidades da herança cultural africana, pois esta figurava como primitiva e atrasada frente aos valores da ordem, da higiene, nos hábitos comedidos das “pessoas de bem”. Havia um julgamento negativo do hábito alimentar “apimentado” do negro, da religião que previa o êxtase e o transe mediante danças sensuais, música vibrante, consumo exagerado de bebida alcoólica, características que não combinavam com o modelo que se queria implantar. Por isto houve a tentativa de negar esse passado - o projeto sanitário queria acabar de vez com toda essa herança “primitiva”.

Diante da preocupação com este cenário e as vias de extinção da cultura popular surge a Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939), ligada ao Departamento de Cultura. “A sociedade foi fundada para orientar, promover, incentivar, manter intercâmbio com outras instituições, realizar reuniões, conferências, cursos, excursões de estudos e divulgar os estudos etnográficos e folclóricos”⁷.

O desejo de Mário de Andrade⁸ e da Sociedade de Etnografia e Folclore era realizar uma expedição para coletar e registrar dados, principalmente musicais, do Brasil inteiro. No ano de 1937 durante o Congresso Internacional de Folclore a sociedade realizou uma pesquisa em São Paulo, na capital e no interior, registrando as proibições alimentares, as danças e a medicina populares. No mesmo ano o maestro e compositor Camargo Guarnieri foi enviado a Salvador para participar do II Congresso Afro-Brasileiro, no qual ele coletou diversas melodias populares para o arquivo da Discoteca Pública Municipal.

Com o objetivo de investigar os aspectos formadores da identidade nacional, foi realizada a Missão de Pesquisas Folclóricas, que durou apenas cinco meses (01/02/1938 a 20/07/1938) e se restringiu às regiões Norte e Nordeste, por diversas questões entre elas financeiras, a possível não manutenção de Mário de Andrade como diretor em tempo apropriado para a coleta e catalogação de todo o material do país, interesses divergentes - já que no âmbito nacional o discurso era o da modernidade civilizadora contra a manutenção da cultura popular “atrasada”. Por estes motivos a MPF foi tão breve, mas bem significativa.

cronistas do período deixam claro que a ideia era “Limpar” a cidade de toda e qualquer forma das “doenças da pobreza” da miséria geral que não podia habitar os grandes centros.

⁷ AZEVEDO, José Eduardo. Acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000, p. 12.

⁸ Neste período Mário de Andrade era o diretor do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) e também o primeiro presidente da Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939), tendo como colaboradores: Dina Lévi-Strauss, Lavínia Costa Vilela e Márcio Wagner da Cunha.

Devido aos muitos fatores privilegiaram-se as regiões naquele momento ainda menos “tocadas” pela Modernização.

A equipe da expedição era formada por Luís Saia (chefe da expedição), Antônio Ladeira (auxiliar geral), Benedito Pacheco (técnico de gravação) e Martin Braunwieser (músico e maestro). A MPF visitou “cinco cidades em Pernambuco, dezoito na Paraíba, duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará. Assistiram a representações de Bumba-meu-boi, Nau Catarineta, Cabocolinhos, Maracatu, Tambor-de-Criola, Tambor-de-Mina, Praiá, Aboios, Cocos, Catimbó, Sessões de Desafio, Xangôs, Cantigas de Roda, de Ninar, Cantos de Trabalho, Cantos Religiosos, Cateretê, Barca” e muitos outros.⁹

O Aparato Estatal a favor da intolerância: A repressão policial e a cobertura da imprensa

A nomeação de Agamenon Sergio de Godoy Magalhães para interventor de Pernambuco e a de Etelvino Lins para secretário de segurança pública do estado estavam ligadas ao projeto dito de paz implantado através dos ideais da ordem, do engrandecimento nacional, da moralização dos costumes, da modernização, da higiene, da beleza e do “saneamento dos costumes” na cidade.

O projeto de nação do Estado Novo instaurou-se progressivamente, em um sistema de vigilância ostensivo a toda e qualquer forma de manifestação contrária à de seus idealizadores. O primeiro semestre do ano de 1938 se apresenta, ainda, como um período de dificuldade política, no que se refere à legitimação do novo regime. Esta dificuldade se reflete na relevância dada ao doutrinamento das massas acerca das novas ideias implementadas, como também através da excessiva propaganda política interessada em construir uma verdade que confluísse para o acatamento da nova ordem. Assim, foram veiculadas pela imprensa notícias pejorativas, com juízo de valor moralizante como tática de semear um ambiente propício ao medo, desrespeito e eliminação dos seguidores da dita baixa magia, entre eles os dos Xangôs de Pernambuco. A nova ordem queria sanear os “maus hábitos” e costumes considerados atrasados e primitivos.

⁹ TONI, Flávia Camargo. A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura. 1 ed. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985, p.7.

É possível observar o terror e a repressão policial através das manchetes dos jornais: “Contra o baixo espiritismo”, “Campanha contra catimbozeiros”, “Contra o espiritismo e a falsa medicina”, “Contra o espiritismo”, “Contra a baixa magia”, “Diligência contra catimbozeiros”, “Saneando os nossos costumes”, “Contra a atividade dos catimbozeiros”, “A polícia no 2º districto combate o baixo espiritismo”, “Combatendo o Catimbó”, “Guerra aos catimbozeiros”, “Combate a magia negra: mais um culto devassado pela polícia”, “Combatendo os feitiços”, “A Delegacia de Vigilância” “Combate a baixa magia”, “Combatendo os exploradores da credence popular”, “Fechados pela polícia vários Xangôs”, “Prossegue, a polícia, na campanha de repressão à baixa magia”, “Fechados dois Centros de 'Catimbó' na Avenida Norte”, “Repressão tenaz aos exploradores da credence popular”.

Os jornais colaboraram para a construção da imagem negativa acerca dos negros que cultuavam o Xangô nos terreiros, porque estes eram chamados de: *catimbozeiros*, *curandeiros*, *feiticeiros perigosos*, *exorcistas*, *exploradores*, *patifes*, *covardes sem escrúpulos*, *malandros*, *cavadores de vida fácil*. A imprensa, portanto teve um papel fundamental para a estratégia de guerra, e combate declarado aos terreiros da região pernambucana.



Imagem 1: Jornal Diário de Pernambuco, Brasil, Recife – Domingo 13/02/1938, disponível na Biblioteca Nacional Digital:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=27868.

Acima temos a página do Jornal Diário de Pernambuco de 13/02/1938, com a manchete: *Fechados pela policia vários Xangôs*. Nela visualiza-se uma imagem com diversos materiais de culto ritualístico apreendido, no centro uma placa com a inscrição Centro Africano.

Apesar da truculência vigente pelo aparato estatal nota-se a resistência¹⁰ dos adeptos ao Xangô. Na matéria jornalística acima que descreve o fechamento das casas destaco a frase: *“Verificou a policia que os Xangôs, depois da referida proibição, passaram a funcionar em sedes diferentes e a altas horas da noite, sem o característico toque de tambores.”* A descrição demonstra que mesmo com a proibição e a modificação imposta ao rito, pelo ocultamento do tambor, ainda assim a prática da religião não deixou de ocorrer.

A estratégia ao combate religioso era perfeita, porque criava uma imagem da polícia como a protetora dos cidadãos de bem, que trabalhava dentro da legalidade e com aval da imprensa que incriminava as práticas de culto afro, através de manchetes e o jargão peculiar já mencionados, com o fim de eliminarem o falso espiritismo, curandeirismo, ou baixa magia, já que a alta magia com presença da ciência era permitida, mas a “baixa magia” pautada na credence popular era reprimida.

Como bem pontuou a tese de Zuleica Dantas, havia também uma distinção entre o alto e baixo espiritismo, sendo o último de menor valor, deveria, portanto ser extinto:

“Os policiais e a imprensa distinguiam o “baixo” do “alto” Espiritismo. Os termos expressos enfatizam uma diferença clara entre o alto e o baixo Espiritismo e indicam que o alto Espiritismo é percebido como prática benéfica, ao contrário do que realiza o baixo Espiritismo. Sendo assim, o que é, finalmente, que se criminaliza? Certamente não se pune o “Espiritismo”, mas uma certa maneira ou modo de praticá-lo. É a partir dessa formulação que se instaura a guerra travada contra os terreiros¹¹”.

¹⁰ Entende-se por resistência a luta dos adeptos ao culto do Xangô de Pernambuco frente à ostensiva tentativa do Estado e todo o aparato policial, intolerante, que visava coibir a continuidade do rito, diante das propostas de modernidade e progresso defendidas no Brasil do período estudado. A resistência, portanto se configura em todo e qualquer combate ou enfrentamento, seja na união entre adeptos e simpatizantes para o não fechamento das casas de candomblé, seja nas alterações dos rituais, seja no deslocamento para outras regiões do país, ou ainda no ato de esconder, enterrar objetos destinados aos orixás, para evitar a sua destruição, entre outros. Ou seja, mesmo com todas as dificuldades houve resistência para a manutenção da religião de matriz afro.

¹¹ CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, n. 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. p. 314.

O tratamento dispensado aos terreiros foi estratégico, bem planejado, com a intenção de eliminar os vestígios negros da sociedade. A perseguição foi além das fronteiras religiosas, tinha também relação com os valores racistas evidenciados pela interventoria de Agamenon Magalhães, e os muitos decretos e portarias instituídos pelo secretário de segurança pública foram motivados pelo preconceito contra o negro, evidenciado pelo tratamento dado às culturas africanas, vistas como primitivas, atrasadas, provincianas.

Os jornais legitimavam o discurso da ordem estatal, já que essas ideias atingiam o cotidiano da população, pois os jornais imprimiam “valores”, na tentativa de apontar “os males sociais” a serem extirpados. Normas e condutas eram sugeridas à população, até mesmo no tocante ao vestuário. O alvo dessas recomendações eram principalmente as camadas pobres oriundas do campo ou da periferia urbana. Esta problemática social atingiu em particular os adeptos das religiões afro, identificados como casos de polícia.

Desde 1930, para poder funcionar, as casas de culto precisavam solicitar registro especial dos departamentos de polícia local que fixavam, inclusive, taxas. Essa medida colocou os praticantes das religiões afro-brasileiras numa situação dúbia. Teoricamente, os registros permitiam a prática legal da religião. Por outro lado, aumentava o controle da polícia, como também a possibilidade de intimidação e extorsão. Solicitava-se ao que chamavam de "seitas", para efeito de registro, a apresentação do seu regulamento. Uma cópia do regulamento de uma das "seitas", em funcionamento no Recife na década de 1930, apresentava as seguintes informações:

**ESTATUTO DA SEITA AFRICANA EM ADORAÇÃO A SANTA BARBARA
SITUADA A RUA FRANCISCO BERENGER Nº 147, LOGAR
ENCRUZILHADA¹².**

Apolinário Gomes de Mota, babalorixá da referida seita em adoração aos encantados da Costa da África com os seus regulamentos seguintes:

Temos que oferecer os nossos sacrifícios a todos os encantados da Costa da África de conformidade com as ordens e respeito, conforme o rito da seita.

Temos que funcionar as festas depois dos sacrifícios oferecidos a todos os babarumael.

¹² CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afroumbandistas nos anos trinta e quarenta*. 311p. Tese de doutorado - Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2001.

Não poderão os filhos dos santos ir dansar sem que primeiro não cumpram com seus deveres.

Ir ao peji fazer o seu adobalê aos pés dos santos, aos pés do seu babalorixá, aos pés de sua inan e sua mãe pequena e ao Ogan.

Não poderão os filhos de santo tomarem bebidas alcoolicas nem fumarem na ocasião das festas.

Os filhos de santo na ocasião das manifestações terão o direito a uma iabá como a uma toalha para enchugar todos aqueles que estiverem manifestados tendo o cuidado para não deixar nem um cair, estas responsabilidades caberão a mãi pequena e a todas as ilais.

O estatuto normatizava, organizava os rituais, como também procurava descrever os direitos e deveres de cada participante. Dessa forma, o regulamento revela uma normatização dos rituais, assim como das relações de poder entre os praticantes da religião.

No artigo “A Polícia no Estado Novo Combatendo o Catimbó”¹³, a professora Zuleica Dantas Pereira Campos destaca a fala de José Campello, Redator-Chefe da *Folha da Manhã*, que escreve:

“A Secretaria de Segurança baixou uma portaria¹⁴ proibindo em todo o território pernambucano o funcionamento de seitas africanas e gabinetes de “sciencias” herméticas. Já tivemos ocasião de analisar em nossa secção de comentários o acto do sr. Etelvino Lins, focalizando alguns dos seus aspectos e das suas conseqüências mais úteis á collectividade. Mas a medida é de tamanha significação para os nossos costumes e a hygiene mental da cidade, que não perde o público por insistirmos no assumpto, adduzidos novos argumentos áquelles primeiros commentarios”.

Ao mesmo tempo em que a resistência se manifesta para a manutenção dos ritos surge também a repressão, desta vez na forma de portaria¹⁵ expedida pelo secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, Etelvino Lins, proibindo o funcionamento dos Centros Espíritas, baseando-se na Constituição de 1937, que permitia a liberdade de

¹³ CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A Polícia no Estado Novo Combatendo o Catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, n. 3, Jan. 2009 - ISSN 1983-2859, Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas.

¹⁴ O trecho se refere à Portaria de Nº 1005, publicada no Diário do Estado, de 27 de Agosto de 1938.

¹⁵ Idem.

expressão a todos os brasileiros, mas que coibia as práticas viciosas que corrompessem e degradassem as pessoas. Justificava que era dever das autoridades combater essas práticas, exercendo, assim, a defesa do Estado e da sociedade.

A magia, desde os tempos coloniais, dispõe de mecanismos reguladores das acusações a “bruxos e feiticeiros” nos terreiros e locais de culto, segundo Yvone Maggie¹⁶.

Entretanto, a República de Vargas traz na Constituição de 1937, o artigo 122 a seguinte afirmação:

Todos os indivíduos de diferentes confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes.

No entanto, na mesma Constituição encontra-se no artigo 141:

7º Parágrafo – É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo os que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

8º Parágrafo – Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se o invocar para se eximir de obrigação, encargos ou serviços impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência.

Ou seja, a manutenção da ordem pública e a observação dos bons costumes foram, argumento central ao combate do famigerado “catimbó”, e a justificativa legal e constitucional possibilitou a perseguição e criminalização dos grupos. Mesmo diante de expressões preconceituosas, humilhação, perseguição, tentativa de extermínio, os adeptos do Xangô continuaram praticando a sua crença, mas muitas mudanças foram necessárias, desde a reza cantada em tom baixo¹⁷ até o silenciamento do tambor.

As ações vistas até aqui demonstram que havia marcada distinção entre as religiões de matriz como o Xangô Pernambucano (baixo espiritismo) e as demais como o espiritismo Kardecista (alto espiritismo). A literatura do período valorizava o espiritismo Kardecista pela sua matriz científica, benéfica e também na base sincrética do cristianismo, ao mesmo tempo perseguia o Xangô Pernambucano com base na “higienização dos costumes”, não civilizados, que deveriam ser eliminados da sociedade

¹⁶ MAGGIE, Y. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 22.

¹⁷ RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de Peter Henry Fry, Rio de Janeiro, em junho de 2004.

em formação. Ou seja, havia uma ligeira aceitação das religiões como a umbanda, o kardecismo, mas houve total intolerância e perseguição com o candomblé.

O Xangô Pernambucano e as modificações impostas ao rito

O ritual praticado no Xangô Pernambucano contou com vastas alterações. Desde a feitura do santo ao iniciado na religião até o modo de realizar os toques do tambor ou as oferendas aos orixás e a aceitação de elementos católicos nos ritos em substituição aos elementos tradicionais, recriados com símbolos distintos.

Como exemplificam as palavras de Manoel do Nascimento Costa¹⁸:

“O modo de homenagear os orixás varia de acordo com a nação de cada terreiro. Os grandes sacrifícios de animais, ou, como dizem na seita do Xangô Pernambucano, as grandes obrigações, tem três fases: primeiro dia, terceiro dia e sétimo dia. Dentro das obrigações cada um tem a sua função dentro do rito que compõe o processo de sacrifício, como o do boi ao orixá Xangô. A oferenda aos ancestrais é realizada para: fortalecimento da cabeça, despachar os Exus, convidar Ossaim, sacrifício do animal e toque, fala do Santo, fala do Orixá¹⁹.

A narrativa acima nos revela o que era essencial para a prática do rito de Xangô Pernambucano. No entanto algumas modificações foram acontecendo. Para por fim à perseguição e para a aceitação das casas espíritas, elas foram recriando e adaptando seus ritos tradicionais, permitindo uma proximidade aos elementos católicos, como, por exemplo, a louvação ao “Nosso Senhor Jesus Cristo”, o uso da mesa tradicional de concentração (mesa com copos, cálice de cristal, flores, perfumes, velas) em substituição pelo chão (ritual de mesa de chá na qual se utilizavam outros elementos como: fumo, cachimbo, cachaça, mel, vinho, folhas da jurema, de liamba e velas de várias cores), presença da cruz, do rosário, das rezas no início das reuniões, das procissões e das imagens católicas, o batismo católico, usado como modelo na iniciação. Tudo isso se juntou, fazendo com que o catolicismo e o espiritismo andassem sempre de mãos dadas.

¹⁸ Manoel do Nascimento Costa, popularmente conhecido como Papai, é o atual babalorixá do Sítio do Pai Adão, é também descendente direto de Pai Adão, que foi o primeiro chefe masculino do terreiro da Água Fria. Hoje tombado como patrimônio do Estado de Pernambuco, o terreiro foi fundado em 1875 por uma africana chamada Inês Joaquina da Costa ou Inês Ifá-Tinuquê. O Sítio do Pai Adão e as casas de Artur Roseno e Mãe Lidia, são consideradas as três maiores casas de Xangô da época. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite – Escritos sobre a religião dos orixás V*. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. Por Manoel do Nascimento Costa. São Paulo: Edusp, 1994, p. 170.

¹⁹ COSTA, Manoel do Nascimento. V. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. Em MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite – Escritos sobre a religião dos orixás*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 187.

Houve também uma fusão entre as entidades como caboclos, índios, pretos-velhos e santos católicos. O caboclo pouco a pouco foi perdendo seu espaço. As casas de candomblé ou xangô mais ortodoxas não permitiam, por exemplo, a presença dos indígenas ou mestres chamados de espírito da esquerda, mas os mestres²⁰ e mestras começaram a ganhar espaço, e hoje muitas das casas mudaram seus costumes. Como exemplo destaco a juremação, espécie de iniciação em que o adepto recebe a semente da jurema, introduzida entre a pele e a carne, e bebe uma infusão de jurema, junca, Juca, canela-em-pau, adoçada com vinho e mel de abelha.²¹

Sendo assim o culto da juremação típico do caboclo está desaparecendo das casas. Assim como o sacrifício das caças, como juriti, pombo, mocó e outras. Estes foram trocados pelo bode, cabras, galinhas, galos e frangos, usados nos sacrifícios aos orixás de Xangô de Recife. Agora a própria juremação ganhou uma nova roupagem, “com a inclusão da saída do iniciado à maneira dos iaôs do xangô”.

Os relatos de Manoel do Nascimento Costa indicam uma mudança nos pontos dos mestres que deixaram de ser cantados como antes. A grande indagação de Manoel é:

“Diante de tantas mudanças, algumas das quais eu presenciei desde menino, muitas são as dúvidas e grande é a nossa perplexidade: Como as duas culturas se adaptaram ao mesmo ambiente ou ao mesmo axé? Como as divindades Oxalá, Orunmilá, Odudua, Olofim e outras entidades da religião negra estão sendo cultuadas entre fumo, cachaça, pólvora? Como estas divindades estão sendo cultuadas em ambientes onde se cantam pontos, invocam catacumbas, cemitérios, eguns e até satanáis? Como é que algumas dessas entidades indígenas, que não trabalham com sangue, estão se adaptando aos terreiros que sacrificam animais?”²².

Criminalização X Resistência

A partir da análise documental da Missão de Pesquisas Folclóricas juntamente com as leituras bibliográficas pode-se dizer que o material apreendido foi dividido em três partes, a saber:

²⁰ Mestres são entidades como: Zé Pulintra, Mestre Carlos, Manoel Inácio. As mestras são: Laurinda, Ritinha, Luziaria Paurina e mais popularmente conhecida como Pomba Gira entre outros.

²¹ A Explicação de mestres/mestras e juremação está no capítulo de MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite* – Escritos sobre a religião dos orixás V. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. Por Manoel do Nascimento Costa. São Paulo: Edusp, 1994.

²² COSTA, Manoel do Nascimento. V. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. IN: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite* – Escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: Edusp, 1994, p. 187.

1) Acumulado nos pátios da polícia para ser incinerado: a queima de tambores, quartinhas, entre outros objetos de adoração era uma forma de moralizar, colocar medo e servir de exemplo para coibir a prática religiosa.

Na fotografia abaixo vemos material apreendido pela Polícia:



Imagem 2:

Fotografia de Luís Saia durante a Missão de Pesquisas Folclóricas, material apreendido em Xangôs pela Polícia. Várias das peças foram doadas à Missão de Pesquisas Folclóricas; Recife, 1938.

A produção iconográfica produzida e registrada pela Missão nos possibilita observar e compreender alguns aspectos da divisão desse material coletado e evidencia porque era necessário principalmente atrelar o negro à loucura, marginalidade e exclusão. Durante o seminário no Centro Cultural São Paulo o professor Saloma Jovino da Silva analisou a fotografia acima, (imagem 2) descrevendo que o fato de se amontoar os tambores em ordem inversa é um grande desrespeito para com o orixá ao qual o tambor foi consagrado, é como se uma pessoa qualquer pegasse uma hóstia consagrada como o corpo de Cristo durante a missa católica e a jogasse no chão, pisasse, entre outras práticas que denotam o desrespeito para com a fé de outrem.

2) Parte significativa foi encaminhada ao Museu da Diretoria de Higiene Mental do Serviço de Assistência a Psicopatas (material destinado à pesquisa e estudo educativo por isso foi preservado).

Era comum também a presença de doutores (como Dr. Ulysses) e estudantes de psiquiatria durante o culto religioso, a presença destes tem duplo sentido, pois tanto podia atestar a “insanidade” dos praticantes da seita, como também poderia comprovar que a prática não era nociva, insana ou primitiva. Ou seja, a presença de doutores e estudantes de psiquiatria era uma espécie de residência clínica. E a observação atribuía respeito à casa que os abrigava - para a casa de candomblé era uma espécie de laudo, atestado de boa saúde mental dos praticantes do Xangô Pernambucano. Essa presença evitava a invasão das casas pelos policiais e a quebra de seus objetos. A união entre os

adeptos, como por exemplo da ialorixá Lídia da nação xambá com Joana Batista e as autoridades que frequentavam as casas foi vital no combate à perseguição e reabertura do xangô em Pernambuco, o que aconteceu somente oito anos depois em 1945.

3) Doação para a Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade: a coleção ganha status de folclore, atribuído por intelectuais contrários à ideia de extermínio da cultura negra como, por exemplo, Gilberto Freyre. As correspondências trocadas mostram como se desenvolveu o processo. Luis Saia narra em uma de suas cartas²³ que para adquirir elementos para o acervo muitas foram as negociações e aproximações com os chefes da polícia. Houve também empenho de Gilberto Freyre neste processo, no entanto os encontros eram às escondidas, pois não se queria atrelar a imagem da equipe da Missão com a de Gilberto Freyre, porque este declarava publicamente a sua aversão para com a intolerância em vigor. Assim para evitar o insucesso das negociações era vital que ambos não fossem vistos juntos.

O fracionamento do material apreendido e o seu destino indica o processo racista por traz da ação, pois se de um lado havia um propósito de destruição, do outro houve a manutenção de parte do que hoje nomeamos acervo folclórico da Missão de Pesquisas Folclóricas e a outra metade foi reservada aos estudos psicológicos, numa tentativa de provar que o exercício da religião era uma patologia. A análise nos permite intuir que o projeto nacional não era o da integração do negro na dita sociedade moderna de classes.

Se o objetivo de Mário de Andrade como Chefe do Departamento de Cultura e mentor da Missão de Pesquisas Folclóricas era registrar as manifestações populares que corriam o risco de desaparecer na região Norte e Nordeste devido à crescente urbanização do país, o avanço intervencionista queria proporcionar a aniquilação destes terreiros.

²³ As correspondências de número 34 e 35 estão presentes no anexo.

Uma prova da existência e persistência da resistência aparece na fotografia a seguir:



Imagem 3: Grupo do Xangô da Guida:

1ª Fila: Idida Ferreira Mulatinho (Guida), Luiz Ferreira de Oliveira, Maria José Vadimir, Maria Henrique do Carmo, Zulmira Maria da Conceição, Daniel de Almeida, Aurelina Pereira da Silva;
2ª fila: Fabricio José Pereira, José Brito da Silva, José Severino de Ramos, Paulo José Chagas e Olavo Soares de Carvalho.

Recife (PE), 26/02/1938. Foto de Luís Saia.

A foto mostra a família de santo da mãe Guida Mulatinho, que em uma demonstração de resistência posou para a foto de Luiz Saia e também realizou o registro sonoro para a Missão com os cantos ao culto Xangô no ano de 1938. Mesmo frente a todas as dificuldades e criminalização permaneceu resistente a todo o projeto de extermínio em curso.

Muitas foram as estratégias de resistências para a manutenção do Xangô, dentre elas pode-se citar:

“Dr. Ulysses era uma figura imprescindível. Nas festas dos terreiros todo pai ou mãe de santo, inteligente ou não, convidava o doutor, já que sua presença significava a segurança da festa, e ninguém ousava molestar a casa. Mas uma coisa era certa, o dr. Ulysses também tinha suas vantagens. A presença dos estudantes representava a alta contribuição dos terreiros aos seus estudos, conseqüentemente aos seus alunos. Daí é necessário dizer que os terreiros serviam de laboratório de psiquiatria²⁴”.

No ano de 1937 iniciou-se o chamado “quebra-quebra”: a perseguição policial encarcerou muitos pais e mães de santo entre outros adeptos da "seita". Os policiais Danilo e Fogão eram o “terror dos terreiros de Xangô do Recife”, eles não tinham respeito algum destruíam tudo o que podiam, humilhavam e até batiam nas pessoas:

²⁴ COSTA, Manoel do Nascimento. V. Capítulo: Frutos da Memória e da Vivência, o grande sacrifício do boi na nação nagô e outras tradições dos Xangôs do Recife. IN: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *As senhoras do pássaro da noite* – Escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: Edusp, 1994, p. 178.

“Em muitas casas usavam e abusavam das pessoas mais fracas, chegando ao cúmulo de obrigar uma senhora já de idade, Maria Oyá, filha de Iansã, a andar montada em um bode pelas ruas de Campo Grande. Esses homens pareciam não ter religião nem família e não conheciam a Deus. Esse foi o depoimento da tia Bernardina, uma das testemunhas oculares dos fatos²⁵”.

Conforme relatou Manoel Nascimento da Costa, por desgosto, medo e vergonha muitas casas fecharam. Era comum também a prática de esconder, enterrar objetos e todo material dos orixás: otás, guias, ferros, louças, imagens, joias de uso pessoal (brincos, pulseiras, colares, anéis, cintos e marrafas), enfim os objetos além de valor financeiro tinham agregado valor de estima, pois muitos eram de couro e pedras de origem africana. Parcela significativa dos objetos foi escondida em lugares seguros e que não podiam ser marcados para evitar a destruição por parte dos policiais, assim muito do material se perdeu.

Conclusão

O objetivo geral da presente pesquisa era identificar e analisar dentro do acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas do Centro Cultural São Paulo como se configurou o processo de repressão das casas de Xangô pernambucano. A análise dos argumentos jornalísticos do período de 1938 e a leitura bibliográfica de estudos nesta área permitiram um mapeamento dos indícios sobre a intolerância religiosa. A partir dos resultados analisados no acervo, pode-se traçar um perfil do aparato repressor varguista e o processo de perseguição religiosa. A pesquisa possibilitou a investigação da literatura acerca da perseguição, bem como a necessidade de apagamento destas memórias e o argumento que legitimou tal ação, e os desdobramentos da intolerância religiosa ainda são evidentes e presentes na contemporaneidade.

A pesquisa revela ainda que a iniciativa de Mário de Andrade e da Sociedade de Etnografia e Folclore foi um grande acerto, sem a qual hoje não teríamos registros do período, pois se hoje podemos interpretar e classificar as formas de perseguição e a de resistência é porque temos o acervo da Missão como fonte de pesquisa. O acervo atual se constituiu também devido às negociações entre a equipe da Missão e os chefes de polícia, dados descritos na correspondência que integra o acervo.

O estudo contemplou a década de 1930 e seus acontecimentos tendo como objeto central o Xangô Pernambucano. No entanto, sem trazer a questão ao presentismo ou incorrer em anacronismo, pois cada período tem as suas especificidades, não se pode

²⁵ Idem p. 176.

deixar de observar que ainda na atualidade é forte a marca da intolerância para com as religiões de matriz afro, pois são corriqueiros os casos de ataque e desrespeito para com elas e tudo o que as envolve.

Foi simbólico participar este ano da Marcha contra a Intolerância religiosa²⁶, pois pude ver que parcela significativa das questões apontadas neste estudo, ainda estão em vigor na contemporaneidade. No entanto ainda prevalece a luta e o desejo por equidade e respeito entre todas as religiões.

Referências:

Livros:

ARRUDA, M. Arminda do N. “Introdução: Metropolização cultural nos anos 50”. In *Metrópole e cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, Nº. 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas.*

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afroumbandistas nos anos trinta e quarenta*. 311p. Tese de doutorado - Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação Em História. Recife, 2001.

CARNEIRO, Edison. “Situação do negro no Brasil”. In: *Congresso Afro-Brasileiro: Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934*. V.1. Prefácio de Roquete-Pinto. Editora Ariel. Rio de Janeiro, 1935, p. 237-241.

CASCUDO, Câmara. “Notas sobre o catimbó”. In: *Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, Edição fac-símile, v.2, 1988.*

CAVALCANTI, Pedro. “As seitas africanas do Recife”. In: *Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, Recife, 1934*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, Edição fac-símile, v.2, 1988, p. 243-257.

LOPES, Cunha e REIS, J. Candido de A. Ensaio ethno-psiquiátrico sobre negros e mestiços. In: *Congresso Afro-Brasileiro: Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934*. v.1. Prefácio de Roquete-Pinto. Editora Ariel. Rio de Janeiro, 1935, p. 17-20.

²⁶ Devido à ampla discriminação religiosa o presidente Luis Inácio da Silva sancionou em 27 de dezembro de 2007, a lei 11.635, que marca a data de 21 de janeiro como o “Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa”, como prova de que o Estado reconhece a existência da questão. Na data de 21/01/2016 realizou-se na Avenida Paulista uma Marcha ecumênica contra a Intolerância religiosa.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. “As senhoras do pássaro da noite – Escritos sobre a religião dos orixás V”. São Paulo, Edusp, 1994.

RAFAEL, Ulisses N. Muito barulho por nada ou o "xangô rezado baixo": uma etnografia do “quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. *Revista Etnográfica* (Lisboa), v. 14, p. 289-310, 2010.

RAMOS, Arthur. Os mythos de Xangô e sua degradação no Brasil. In: *Congresso Afro-Brasileiro: Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934*. v.1. Prefácio de Roquete-Pinto. Editora Ariel. Rio de Janeiro, 1935, p. 49-54.

SANDRONI, Carlos. O acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas, 1938-2012. Artigo publicado na *Revista DEBATES - UNIRIO*, Nº. 12, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em <http://www.seer.unirio.br/index.php/revistadebates/article/viewFile/3863/3421>

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

TONI, Flávia Camargo. *A Missão de Pesquisas folclóricas – do Departamento de Cultura*. 1 ed. São Paulo: /Centro Cultural São Paulo, 51p. 1985.

Jornais:

Diário da Manhã. Recife (PE), “A Policia por dentro e por fora”, 15/02/1938;

Jornal do Comércio. Recife (PE), “Prossegue, a polícia, na campanha de repressão à baixa magia”, 20/02/1938.

Diário de Pernambuco. Recife (PE), “Fechados dois Centros de “Catimbó” na Avenida Norte”, 22/02/1938.

Diário de Pernambuco. Recife (PE), “Contra a Prática do Baixo Espiritismo”, 08/03/1938.

Folha da Manhã. Recife (PE), “Repressão tenaz aos exploradores da credence popular”, 19/03/1938.

Jornal do Comércio. Recife (PE), “Saneando os nossos costumes”, 22/02/1938.

Jornal Diário de Pernambuco. Recife (PE), “Fechado pela polícia vários Xangôs”, 13/02/1938, disponível na Biblioteca Nacional Digital: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=27868 acesso em 07/09/2016.

Cadernetas

Caderno Nº 1A – Recife, Luis Saia, pp.33-139. Xangô da Guida, Recife (PE), 25/02/1938.

Caderno Nº 1B – Recife, Luis Saia, pp. 91-93. Sacrifício de animais, Recife (PE), 19/03/1938.

Correspondências da Missão de Pesquisas Folclóricas.

Correspondência 34 (CO 34): de Luis Saia para Mário de Andrade, Recife, 16 de fevereiro de 1938.

Correspondência 35 (CO 35): de Luis Saia para Mário de Andrade, Recife, 26 de fevereiro de 1938.

“LOIRA VOCÊ FICA MUITO MAIS BONITA”: CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“BLOND YOU LOOK MUCH PRETTIER”: AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ana Carolina Batista de Almeida Farias*

RESUMO: Neste artigo, a proposta é apresentar brevemente alguns pontos da pesquisa de mestrado "*Loira você fica muito mais bonita*": relações entre crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico-raciais em seus desenhos (FE/USP, 2016). Esta teve como objetivo analisar como crianças de 4 e 5 anos compreendiam e valoravam a negritude em seu cotidiano escolar. Tendo como base os desenhos produzidos por meninas e meninos foi possível apreender as questões étnico-raciais que perpassam o dia a dia das crianças e também alguns dos modos pelos quais o racismo se constitui e é reforçado desde a infância. Pretendeu-se analisar alguns desenhos, destacando as informações apreendidas a partir desse artefato e do convívio com as crianças. A temática cabelos, também ganhou destaque especial durante a observação em trabalho de campo, conforme será relatado. Observou-se, ainda, o comprometimento da professora (uma mulher negra, feminista, militante antirracista e comprometida com práticas pedagógicas afrocentradas em seu cotidiano) com a aplicação da Lei 10.639/2003 e, contraditoriamente, como a escola demonstrava a não valorização da negritude.

PALAVRAS CHAVE: Infância, desenhos, cabelos, questões étnico-raciais.

ABSTRACT: In this article, the proposal is to present briefly some points of the master's research "*Blonde you look much prettier*": relations among children of an EMEI (Kindergarten school) of the city of São Paulo and ethnic-racial representations in their drawings (FE/USP, 2016). The purpose of this study was to analyze how 4 and 5 year olds understood and valued blackness in their daily school life. Based on the drawings produced by girls and boys, it was possible to learn the ethnic-racial issues that pass through children's daily life and also some of the ways in which racism is constituted and reinforced from childhood. The intention was to analyze some drawings, highlighting the information learned from this artifact and the relationship with the children. The hair theme also gained special prominence during the observation in fieldwork, as will be reported. It was also observed the commitment of the teacher (a black woman, feminist, militant antiracist and committed to pedagogical practices African centered in their daily life) with the application of Law 10.639 / 2003 and contradictorily as the school showed the non-appreciation of blackness.

KEY WORDS: childhood, drawings, hair, ethnic-racial issues.

Introdução:

Analisar as representações sobre negros e negras encontradas em desenhos elaborados por crianças da educação infantil, pode indicar que diversos elementos fundamentais para o debate étnico racial, este para além das expectativas da pesquisadora, extrapolavam as barreiras das representações gráficas – apontando para outros caminhos como o que diz respeito à relação entre as crianças, as quais exibem pontos de vista e maneiras de compreender e expressar o que é ser negro e negra, que transpõem os traçados deixados sobre papel; de como os cabelos possuem uma representação importante dentro e fora dos traçados gráficos; e como a atuação da

* Egresso/FEUSP “Cças EMEI X Negritude”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3202496628705583>

escola e da professora da turma pesquisada andavam em dissonância, quando o assunto tratava de questões étnico-raciais.

A temática dos cabelos foi uma das questões fundamentais, sobretudo para as meninas. Tanto nas imagens gráficas, quanto na relação entre elas, nas brincadeiras com seus pares e na relação com adultas e adultos do espaço. Este elemento nos mostrava com nitidez que seria um dos mais importantes ícones no entendimento acerca do que as crianças compreendiam sobre questões étnico-raciais, estando em muitos momentos no centro das discussões e das observações do trabalho de campo.

Outra questão importante que aparece de maneira constante é o não preenchimento da cor da pele nos desenhos coletados. Isso pode inferir que para as crianças não é necessário pintar a cor da pele em seus desenhos, por acreditarem que a cor já está ali subentendida – o branco – pois o próprio papel branco já é o preenchimento da cor da pele nos desenhos de uma sociedade que se branqueia socialmente. Este debate sobre a suposta neutralidade do branco está presente nos estudos sobre branquitude, e que se referem, essencialmente, ao imenso peso social implícito de que brancos não pertencem a alguma raça, mas são o padrão a ser seguido. Segundo Lia Vainer Schucman:

A ideia de invisibilidade é complexificada por Frankenberg (2004), que argumenta que não é a identidade racial branca seja invisível, mas sim que ela é vista por uns e não por outros, e, dependendo dos interesses, ela é anunciada ou tornada invisível. Como exemplo, podemos citar a discussão sobre as cotas raciais, onde a maioria dos brancos sabe e vê sua branquitude para dizer que as cotas os excluem. Contudo, a autora sugere que essa invisibilidade acontece quando uma sociedade chega ao ponto uma hegemonia e a uma ideia de supremacia racial branca tão poderosa, em que os não brancos não têm voz nem poder para apontar a identidade racial do branco, nem tampouco os brancos conseguem se perceber como mais uma das identidades raciais, mas sim como a única identidade racial normal, e outras devem alcançá-la em níveis intelectuais, morais, estéticos, econômicos, etc. (SCHUCMAN, 2012, p. 24)

Os desenhos estão em conjugação com as histórias contadas pelas crianças ao realizá-los, portanto, observei em diversas vezes as mesmas não dando importância a pintar a cor da pele, ou quando queriam fazê-lo, utilizavam o famoso "lápis cor de pele" para o preenchimento. Posteriormente serão apresentados alguns destes desenhos, que trazem elementos significativos ao tocante cor de pele e cabelos, sendo deste modo, uma representação da maioria dos desenhos coletados na pesquisa de mestrado (192 desenhos, dos quais 92 trazem a temática cabelos lisos e apenas 3 contém preenchimento da cor da pele em marrom). Estes números indicam que não são apenas

coincidências quando as crianças fazem, majoritariamente, traçados de cabelos lisos em seus desenhos ou não preenchem a cor de pele.

As culturas infantis foram utilizadas como "lente de observação" condutora no processo de pesquisa, levando em consideração que crianças produzem suas próprias culturas de acordo com elementos aos quais estão expostas, tanto na escola quanto no âmbito familiar, na sociedade de forma geral e nos diversos espaços de socialização em que estejam inseridas. Isso significa que elas não foram tratadas apenas como "esponjas", mas que são capazes de assimilar os acontecimentos ao redor e recriá-los, deixando assim os desenhos como suas marcas interpretativas quanto ao que compreendem e vivenciam sobre determinadas situações.

Os desenhos, portanto, auxiliaram a compor um cenário propício para a abertura de conversas sobre o tema, porém, não sendo estes os únicos a serem analisados nesta experiência heterodoxa e rica. Além de fundamentais como recursos metodológicos, foi possível mostrar os desenhos como elementos cultural e material entre as crianças, nos permitindo percebê-los em sua completude nas relações estabelecidas com os outros, por meio do uso dos materiais, das condições de produção, de diálogos entre crianças (e destas com pessoas adultas), e suas visões sobre as formas da vida fora da escola.

Desenvolvimento:

Para iniciar a explanação é necessário localizar leitoras e leitores de onde o trabalho parte, consideramos importante uma breve localização sobre a escolha do bairro onde a escola está localizada, bem como a opção da metodologia dos trabalhos com os desenhos e da observação das crianças dentro da Escola Municipal de Educação Infantil. Posteriormente, será realizado a explanação sobre a importância que os cabelos ganharam no trabalho ao longo da pesquisa de campo, seguida da exibição de alguns desenhos emblemáticos produzidos pelas crianças.

A escola pesquisada situa-se na região extremo oeste do município, trata-se de um território periférico, sendo este um bairro muito populoso, com cerca de 49.487¹ habitantes. O Jaguaré constituiu-se como bairro industrial, planejado pelo Engenheiro Henrique Dummont Villares em 1935. O bairro teve uma forte industrialização entre os anos 1930 e 1970, mas foi somente a partir dos anos 1990 que os antigos galpões de

¹ Segundo dados do Censo IBGE 2010, conforme o site <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html>. Acesso em 10/09/2015

fábricas foram sendo comprados e substituídos por condomínios, iniciando a verticalização do bairro.

Não pude deixar de observar, de modo mais atento, a composição deste bairro em termos de comércio, espaços que compõem o cenário do local. Assim como na maioria das periferias, existe a presença marcante de vários salões de beleza, que cultivam valores e jeitos de ser. E como agentes nesse bairro, também são fundamentais como elementos formadores do modo de ser criança, menina ou menino, seja pelas práticas de embelezamento das mães, seja pelas imagens em suas paredes, que identificam a concepção de beleza que é transmitida socialmente.

Os salões aqui citados, estão presentes no cotidiano das crianças e são vistos ao longo do caminho até a escola, uma vez que eles ficam na rota dos locais onde a maioria das crianças mora (em uma determinada parte do bairro denominada mutirão), Elas saem de suas casas, pegam o transporte oferecido pela prefeitura para chegar até a escola e, no caminho, se deparam com esta realidade estética projetada em fachadas e vitrines.

Envolvida com a pesquisa e munida das informações dadas pelas crianças ao longo de meu trabalho de campo, não pude desconsiderar os salões de beleza distribuídos com fartura pelo bairro: fotografar, afim de desenvolver, posteriormente, um pensamento mais profundo sobre eles.

Embora já tivesse visto cartazes nas portas de diferentes salões de cabeleireiros, ao longo do percurso que levava as crianças até o CEU Jaguaré, não havia estabelecido relações entre as imagens, tão presentes e imperativas, e as falas e desenhos de algumas crianças, bem como com as brincadeiras criadas especialmente pelas meninas em atividades fora da sala de aula.

As imagens nos ensinam e conduzem a compreensões sobre inúmeros assuntos. Dessa forma, fazia-se necessário registrar, não como verdade inquestionável, mas para reflexão, as imagens que passaram então a compor minha pesquisa, provocando pensamentos e conexão com as observações. Procurei captar e encontrar respostas para questões apresentadas pelas crianças no interior da escola em distintas relações estabelecidas por elas com seus pares. O que então essas imagens nos salões nos fazem pensar? O que essas imagens fazem as crianças pensarem sobre representação de beleza, ou a ausência dela?

Figura 1. Foto do bairro dos salões encontrados no bairro (arquivo pessoal).



Figura 2. Foto do bairro dos salões encontrados no bairro (arquivo pessoal).



Figura 3. Foto do bairro dos salões encontrados no bairro (arquivo pessoal).



Essas imagens que, em sua maioria, retratam cabelos loiros e lisos, podem despertar no imaginário da maioria das crianças (especialmente nas meninas) que sinta e manifeste o desejo de sê-las. Mesmo que em uma das imagens haja uma referência a um cabelo escuro e encaracolado, ainda está muito premente as características que remetem às populações caucasianas da Europa e apagam nossas próprias variedades fenotípicas. Vale notar, que algumas das modelos possuem não apenas fenótipo caucasiano, mas, uma acentuada palidez - típica dos países europeus de clima temperado, distante até mesmo das características das pessoas brancas brasileiras. O conjunto de imagens expostas pelo bairro, reforçam o branco - e apenas o branco - como sinônimo de belo. Parece um detalhe quase pueril, num mundo digital, lembrarmos dos salões de beleza de bairros. No entanto, se pensarmos os salões como *locus* de oferta e procura de serviços que prometem nada menos do que *beleza* a sua clientela, torna-se significativo que em suas fachadas haja apenas imagens nas quais não é possível vislumbrar, minimamente, nossa variedade étnico-racial, indício de que o *belo* ainda é definido a partir de padrões eurocêntricos e racistas, evidenciando que a branquitude determina o modelo de beleza a ser perseguido a partir de referenciais limitados e excludentes (em nenhuma das fotos há cabelos crespos, armados, curtos etc.)².

Em situações de pesquisa, as fotografias me permitem expressar aquilo que dificilmente consigo por meio de palavras. O que a fotografia revela é, para mim, a possibilidade de fazer disparar na análise antropológica os aspectos mais emocionais, subjetivos e sensíveis que a pura etnografia não consegue. (NOVAES, 2008, p. 114)

Mesmo as fotografias dos salões que possuem muito mais um teor mercadológico do que um teor de fotografia artística, ainda assim elas podem servir para disparar aspectos subjetivos e sensíveis, tanto para quem observa essas fotografias nesta pesquisa, como para as crianças que estão em contato com elas diariamente, mais de uma vez por dia, o que pode reforçar a não-aceitação da autoimagem; não há pertença àqueles modelos de beleza espalhados e espelhados pelo bairro.

Na contrapartida, dos elementos do bairro e das famílias, a professora da turma pesquisada disponibiliza diversas referências positivas para que as crianças possam ter parâmetros de negritude. Cartazes com fotos e livros de histórias, em que a temática afro-brasileira seja valorizada seguem como elementos que compõem como as crianças irão, a partir de diversos elementos e da sua subjetividade, construir suas culturas.

² Ver branquitude In Schucman, L,V, 2012.



Figura 4 exemplo de material didático com temática afro-brasileira.



Figura 5 Representações da afrobrasilidade, painel.

A professora que incluía elementos da cultura afro-brasileira na sua sala foi indicada pela direção (para que eu pudesse fazer a observação de campo) da escola no início da pesquisa, por se tratar de uma professora que previa em seu planejamento anual maior importância para os desenhos do que as outras professoras na escola.

O trabalho de observação na supra-apresentada EMEI foi iniciado na turma da professora Iemanjá³ em 2013, uma vez por semana. Iemanjá é pedagoga formada pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, negra, 30 anos de idade (2013). Apesar das muitas atividades, no ano supracitado não foi suficiente para coletar os dados de campo, uma vez que o tempo foi extremamente curto, haja visto que iniciei a

³ Os nomes verdadeiros das crianças e da professora foram trocados por nomes de orixás.

pesquisa em setembro. Ressalto aqui que não utilizei nenhum dado de 2013 nas análises desta pesquisa.

Houve o retorno a escola em 2014, a observação com a mesma professora de março até dezembro. Durante este período, foram coletados (como já anteriormente citado) 192 desenhos, sendo destes 92 referentes a questão dos cabelos e apenas 3 com o preenchimento da cor de pele. Estes nos dão pistas sobre quais são as percepções de mundo (das crianças da escola pesquisada) e quais são suas apropriações sobre determinados assuntos que aprenderam com os adultos e com as outras crianças. Estes dados conversam com a pesquisa de SALGADO & MULLER (2015), pois “*Trata-se de considerar as crianças como capazes de compreender seus mundos sociais em seus próprios termos*”.

Além da observação dos desenhos como chave para conversas com as crianças e parte integrante da metodologia de pesquisa, minha opção foi de também conjugá-los com a oralidade das mesmas crianças sobre as quais o estudo foi realizado e acerca de seus desenhos. Em 2002, Marcia Gobbi afirma que o desenho pode ser também um documento histórico, assim como registros civis, documentos de outras ordens que de alguma maneira, organizam o mundo a partir de tal documentação. Além de documentos históricos, podem ser vistos como a percepção das crianças pequenas sobre diversos assuntos, não sendo eles cópias da realidade, mas sim representações misturadas com criação e imaginação destas crianças e suas representações.

Ou seja, quando as crianças por não serem seres isolados da sociedade contemplam em seus desenhos, mesmo que de maneira não realista, quais são as suas necessidades sobre determinados assuntos, os desenhos podem ser utilizados como fim neles mesmos ou como porta de entrada e metodologia para falarmos sobre determinados assuntos (que as mesmas apontam como importantes). Na abertura de conversas sobre as temáticas que as crianças indicavam como urgentes, pude identificar alguns assuntos que aparecem com maior prioridade como a questão do cabelo, por exemplo.

A representação negra como raridade

Os desenhos das crianças podem ser compreendidos sob diferentes pontos de vista: o da psicologia, das artes, da sociologia, da cultura escolar, ou como um “passatempo” que os livros ilustrados apresentam para as crianças pintarem, entre tantos outros modos de pensar este elemento.

Estas áreas do conhecimento, sobretudo a psicologia, nos trouxeram subsídios para compreender, observar e pensar os desenhos infantis. Respeitando todas as perspectivas que se debruçam sobre tal temática, neste trabalho, elegi a perspectiva da sociologia para a observação dos desenhos.



Figura 6 Desenho de Oiá, com a representação da pele negra. Papel A4, lápis de cor, 2014.

Oiá apresenta acima um dos únicos desenhos com a representação da pele pintada de marrom, cabelos que não são parecidos com a maioria dos cabelos desenhados pelas crianças na presente pesquisa (que por sua vez, utilizam os traçados de cabelos lisos). Outro detalhe que chama atenção é que o desenho indica as contas no pescoço das figuras desenhadas. Este foi feito logo após a turma ouvir a história contada por mim chamada *Minhas Contas*⁴. Este desenho não é o padrão do encontrado na presente pesquisa, mas ele faz pensar o porquê esta é a exceção e não a regra.

A maioria dos desenhos coletados, dos relatos ouvidos, dos sentimentos captados é muito mais próximo a Dandara do que de Oiá. Isso significa um dado importante dentro da pesquisa, isso aponta que a maioria das crianças possui em seu imaginário a branquitude como positivada e a negritude menos valorada, mesmo com todo o trabalho desenvolvido pela professora Iemanjá. Vejamos a seguir o diálogo entre mim e Dandara durante a confecção do desenho.

⁴ ANTONIO, Luiz. Cosac Naify. 2008.

— *Carol, senta aqui na nossa mesa?*

Atendendo à solicitação de Dandara, sentei-me à mesa das crianças. Enquanto conversava com ela, outra menina passou entregando as folhas em branco para as crianças começarem a desenhar. A menina me entrega uma folha e diz:

— *Você vai desenhar também, né?*

Resolvi desenhar com as crianças, quando Dandara me diz:

— *Vamos desenhar, eu te ensino como se faz. Segue tudo o que eu vou fazer no meu desenho. Vou fazer uma menina, faz todo o corpo dela, menos o cabelo, o cabelo é por último.*

Fui desenhando com Dandara, até que ouço:

— *O cabelo é mais fácil, ele é liso é fácil de fazer.*

Digo para Dandara.

— *Vou fazer o meu cabelo de um jeito diferente, pode ser?*

— *Tá bom Carol, mas o cabelo liso é mais fácil de fazer e mais bonito.*

— *Dandara, vou fazer um cabelo bem bonito também, o cabelo crespo.*

Dandara ficou olhando enquanto eu desenhava o cabelo crespo, depois disse:

— *É ficou bonito também.*

— *Dandara, você não vai pintar a cor da pele da sua menina?*

— *Vou sim, cadê o lápis cor de pele?*

Dandara pega o lápis cor salmão e pinta o que seria a pele da menina do desenho de salmão. Eu pergunto pra ela:

— *Essa é a cor da pele de quem? Você é dessa cor? Eu sou dessa cor? Vou pintar a minha de uma cor diferente, tudo bem?*

Pintei o meu desenho de marrom e Dandara observa, quando diz:

— *Viu só como você sabe desenhar? A gente pode troca, me dá seu desenho que eu dou o meu desenho pra você.*



Figura 7 Desenho dado de presente, durante a tecitura ao lado de Dandara. Folha A4, lápis de cor, 2014.



*Figura 8 Desenho dado de presente, quem está desenhada ai é a pesquisadora, de acordo com Nanã.
Folha A4, caneta hidrocor e lápis de cor, 2014.*

Os desenhos escolhidos me chamaram atenção por dois elementos centrais: cor da pele e cabelo. Estes elementos foram eleitos pelas crianças quando, ao me entregarem os desenhos ou durante sua confecção, disseram da importância dos cabelos no momento de desenhar. No primeiro desenho, a criança utilizou a cor salmão para pintar a pele, esta cor aparece, neste contexto, como a melhor opção, segundo Dandara

para representar a cor de pele nos desenhos. As representações gráficas foram realizadas como abertura de conversas sobre determinados temas que as crianças gostariam de falar, ou seja, sobre suas demandas.

O desenho de Nanã é o que dá o título a pesquisa: "Loira você fica muito mais bonita". A menina me presenteou com este desenho, bastante contente em fazer isso. Entregou com sorriso no rosto e disse: *"essa é você"*. Quando Nanã foi questionada sobre o porquê de ter pintado o cabelo de amarelo (loiro) uma vez que nunca teve cabelos parecidos com este, a menina prontamente respondeu: *"É porque loira você fica muito mais bonita"*.

A cor da pele, como dito anteriormente na presente pesquisa, num primeiro momento, parece tratar-se de uma parte invisível na representação do desenho. Para representá-la, após eu ter lembrado a menina se ela não iria pintar esta parte do desenho, ela imediatamente pede a cor do lápis salmão, como se fosse extremamente natural representar a cor da pele com essa cor de lápis. Naturalizamos isso e pouco ou nada problematizamos este fato. Embora a própria criança não possua a pele branca ou rosada, ela escolhe essa cor como padrão para a sua representação. Talvez ela não tenha sido apresentada a outros modos de pintar a cor da pele dos seus desenhos, ou ainda, a escassez de materiais para colorir⁵ imponha à Dandara o lápis salmão como a primeira opção. Quantas de nós (ou pelo menos da minha geração, que vivenciou a infância nos anos 80) nunca nos deparamos com orientações, das nossas ex-professoras das pré-escolas ou escolas, de utilizar a cor salmão para a mesma finalidade? Ainda assim, as representações sociais que permeiam a hierarquização da cor da pele, podem fazer com que Dandara eleja a cor salmão como importante elemento de representação social. A cor da pele é praticamente escamoteada/ invisibilizada nos 192 desenhos recolhidos ao longo da pesquisa, e apenas 3 desenhos indicam cor da pele marrom. Quando é dito que a cor da pele é invisibilizada, vale ressaltar que as crianças, autoras dos desenhos, provavelmente poderiam desenhar representações de pessoas com diversas tonalidades de pele (azul, vermelho, amarelo), mas é algo que não acontece nos desenhos coletados.

As evidências de que o papel branco dê um tom de neutralidade aos desenhos das crianças é, em um primeiro momento, vista como natural para quem olha

⁵ Na tentativa de ampliar essa visão "cor de pele" é igual a cor rosada ou branca, giz de cera 12 cores em tons de pele foram produzidos especialmente em parceria com a UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola. 2014. No entanto, ao longo da pesquisa de campo a paleta usada pelos alunos ainda não incluía tantas variedades. O fato dessa produção especial da UNIAFRO denota que o tom de pele salmão não é um referencial apenas para os alunos em foco neste estudo.

os desenhos de maneira aligeirada, porém, isso pode indicar as escolhas acerca da produção dos modelos apresentados tanto na escola quanto na sociedade. Mesmo sabendo que a escolha da professora da turma pesquisada não seja pela reprodução do modelo vigente, as crianças chegam impregnadas destes modelos desenvolvidos em outras séries ou mesmo dentro de suas casas. Trata-se de mero acaso? É possível que não. Essa afirmação fica reduzida ao lugar confortável daqueles que não problematizam questões raciais nos campos educacionais, ou mesmo, cujos olhares e práticas também sofreram processos que naturalizaram, ou seja, passam como naturais e neutras formas (parciais e enviesadas) de ver e estar no mundo.

Em seu doutoramento, Nilma Lino Gomes cujo trabalho foi publicado em livro em 2008, investiga a relação dos cabelos crespos com a identidade negra e como essa relação conflituosa aparece desde a infância.

Neste processo de enraizamento, os ciclos da infância e da adolescência são momentos significativos. E é durante este período que a relação negro/cabelo se intensifica. O desejo manifesto pela criança negra de alterar o “estilo” do seu cabelo é algo complexo. Ele diz respeito á construção dessa criança enquanto sujeito em relação à própria imagem e também é resultado de relações sociais assimétricas, baseadas na imposição de modelos de homem, de mulher, de adulto, de raça e de etnia. (GOMES, 2008, p. 176)

Segundo GOMES (2008) a infância é um momento crucial para a identificação da autoimagem das crianças, com base na alteridade, nos modelos vislumbrados na sociedade, escola, família entre outros locais em que as crianças negras e não negras circulam. A infância como momento crucial para a construção de sua identidade, para a percepção da cor de sua pele, para as diferenças dos traços dos rostos e texturas de cabelos entre crianças negras e crianças brancas.

Entender-se como negra ou negro na sociedade brasileira, passa por conflitos e reflexões ao longo de uma vida inteira. Existem diversos relatos em que algumas mulheres se descobriram negras apenas após décadas, como por exemplo, na matéria publicada no site Geledés⁶ em 23 de junho de 2014, sobre uma mulher que se descobre negra já na idade adulta, após os seus 30 anos:

Durante 30 anos fui ensinada a ser “morena”, num panorama de sociedade e de conhecimento que vivi. Minha cabeça encheu-se dúvidas, as quais foram sanadas com leituras que me trouxeram uma grande resposta, que antes eu não buscava; afinal, eu não era negra. Eis que as respostas chegaram: a denominação de uma pele morena, no Brasil, é usada para camuflar a pertença à raça negra, de ter o sangue negro no corpo. (GELEDÉS, 2014)

⁶Acessível em: <http://www.geledes.org.br/nasci-negra-depois-dos-30/#gs.1f87c0b75dbf4ebbb45c78d86675442e>

Na pesquisa, o exercício analítico constitui-se em colocar os desenhos e as falas das crianças em conjugação; no intuito de captar a percepção das mesmas sobre a questão racial e, assim, perceber as construções sociais realizadas pelas pequenas e pequenos dentro de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) na cidade de São Paulo.

O que é importante ser dito e destacado é que as crianças sentem de várias formas que cabelos loiros e lisos são, na visão de muitas delas e de muitas adultas e adultos da escola, “melhores” e “mais fáceis de cuidar” do que outros, porém, quando podemos ouvir as crianças e captar sua insatisfação com sua aparência por conta de serem muito diferentes daquelas socialmente aceitas, nós como adultos responsáveis precisamos intervir de maneira contundente para que essas referências estéticas sejam ampliadas, diversificadas e aproximadas das crianças reais que existem na EMEI.

A questão do combate ao racismo entra no território do corpo das professoras, das crianças. O trabalho de campo revelou que os corpos das crianças negras não encontram lugar de expressão e valorização fora da turma. Nos corredores da escola, na diferenciação do tratamento de uma criança negra e de uma criança loira pelas funcionárias, outras professoras e coordenação da unidade. Tudo parece revelar que é preciso branquear-se para que a escola aceite as crianças. Em conversa com a professora Iemanjá, ela revela como percebe isso no cotidiano:

“Quando passa a menina da outra sala que é loira de cabelo liso, todas as funcionárias e as professoras param a menina para dizer que ela é linda. Quando Oxum passou de cabelo crespo e solto, todos olharam com olhar de espanto ou desprezo”. (FARIAS, 2014, Caderno de Campo, 17/11/2014)

A seguir, veremos o relato de campo na íntegra sobre o episódio vivido por Oxum e seus cabelos crespos.

Oxum, menina negra de 5 anos da sala pesquisada, decide ir de cabelo solto na escola. Chegando lá, as meninas do mesmo grupo começam a chamá-la de cabelo de bruxa, cabelo de vassoura, entre outros apelidos ofensivos. A professora (que é negra) observando a situação, chama na hora a turma toda para conversar sobre o cabelo de Oxum. Ela discursa para sala e principalmente para Oiá, outra menina negra que começou com as ofensas. A professora pergunta: como uma menina negra pode ofender outra criança negra?

Oiá fica tocada e para de chamar a colega desse jeito. Todos na sala parecem ter ficado mais calmos e Oxum decide que vai deixar o cabelo solto. Quando saem para o almoço, as meninas das outras salas recomeçam as ofensas e as funcionárias e professoras também olham de modo a recriminar a menina. Quando a professora da tarde e eu chegamos, a professora da manhã relata a situação, diz que infelizmente parece que somente naquela sala existe um

trabalho diferenciado e que mesmo que as crianças sejam aceitas naquele espaço é muito complicado que elas sejam aceitas na escola, pelas outras colegas, pelas outras professoras e pelas funcionárias e funcionários da escola.

Essa professora diz que ela só se descobriu negra anos depois de trabalhar na educação infantil, e que assim que descobriu sua negritude, o primeiro ato foi deixar de alisar o cabelo e deixá-lo natural.

Diante dessa situação de constrangimento de Oxum, que passou o resto do período indecisa se prendia ou soltava o cabelo e diante de uma fala que ela fez direcionada a mim: “eu queria que você fosse minha mãe, você ia querer uma filha igual eu”? Eu disse que gostaria de ter uma filha como ela e com um cabelo igual ao dela. Quando ela retruca: “se você fosse minha mãe, eu teria cabelo liso”. (FARIAS, 2014, Caderno de Campo, 07/10/2014)

Quando as pessoas da unidade escolar reagiram de maneira negativa em relação ao cabelo de Oxum, elas, além de deixarem marcas profundas que serão lembradas pela menina até a idade adulta, ainda cometeram o reforço do racismo cuja origem talvez nem imaginem. Ou reproduziram algo que muitas vezes também já passaram – muitas funcionárias que recriminaram o cabelo de Oxum são negras. É sabido que o racismo se constitui como fundante em nossa sociedade, portanto, ele está internalizado, como nos explica FANON (2008), muitas vezes pelas mesmas pessoas que sofrem com ele.

A forma que uma das professoras problematizou a questão de Oxum perante o grupo pode ser referência pontual, mas há de ir além, uma vez que as crianças compõem o grupo que se encontram mais vulneráveis às referências estéticas nas quais estão submetidas, seja socialmente, seja pela mídia ou por algumas famílias.

Como contatado por GOMES (2008), o cabelo, além do símbolo de resistência é também encarado com símbolo de sensualidade e ascensão profissional, por isso, o alongamento pode ser utilizado como uma saída viável para “solucionar” questões desta natureza.

Durante a pesquisa de campo, observei que o universo masculino estava sempre presente no salão, embora não tenha encontrado muitos homens naquele espaço. A referência masculina ocupa o lugar central nos discursos das garotas/clientes., na sua intenção de se sentir bela, no seu desejo de sedução. Elas dizem se arrumar para conquistar os rapazes, falam sobre a beleza dos homens, comentam sobre a sua própria vida afetiva e sexual, criticam o cabelo de outras mulheres e dizem que o fato de não arrumar o cabelo acarreta muitas perdas, inclusive afetivas e profissionais. (GOMES, 2008, p. 108)

Tanto na pesquisa de GOMES (2008) quanto na presente pesquisa, podemos presenciar a vontade de ter cabelos lisos. O caso de Oxum, que sofreu por causa do cabelo crespo, parece ter despertado em algumas adultas que trabalham na escola uma

representação de mulher (com cabelo crespo), que além de ser muito incomum entre as crianças, pode significar toda a representação da imagem de como não ser para arrumar um emprego, para arrumar um parceiro afetivo / sexual futuramente. Desta maneira, a questão problemática não está no cabelo de Oxum, mas sim no olhar das adultas que remetem aquele cabelo a representação inadequada. Não podemos esquecer que estas adultas (assim como as crianças) estão inseridas em uma sociedade onde o racismo é estrutural, sendo assim, difícil desvincular-se de certas noções e de pré julgamentos em relação aos cabelos que muitas das mulheres nunca souberam como lidar. E, como estrutural que é, o racismo não será realmente eliminado sem que seja combatido ativamente, por meio de políticas públicas coordenadas pelo Estado.

Mesmo que existam locais onde seja possível pensar neste cabelo de maneiras diferentes, como por exemplo os salões étnicos, frequentar um salão étnico não significa necessariamente uma aceitação do corpo e cabelo negro. Os sujeitos da pesquisa de GOMES (2008) vivem o conflito no seu processo de reconhecimento na qualidade de negros. O processo de rejeição/ aceitação é diferente da negação de ser negro, é um processo mais complexo.

O destaque dado á beleza negra para para pensar a construção da identidade é um tema um tanto quanto complexo. Para entender esse processo, somos convidados a abrir mão de radicalismos político-ideológicos que tendem a ver a ênfase na beleza como um desvio da luta anti-racista como uma despolitização. Para avançarmos nessa discussão, é importante ponderar que, para o negro, o estético é indissociável do político. A eficácia política desse debate está não para aquilo que ele aparenta ser, mas ao que ele nos remete. A beleza negra nos leva ao enraizamento dos negros no seu grupo social e racial. Ela coloca o negro e a negra no mesmo território do branco e da branca, a saber, o da existência humana. A produção de um sentimento diante de objetos que tocam a nossa sensibilidade faz parte da história de odos os grupos étnicos/ raciais e, por isso, a busca da beleza e o sentimento do belo podem ser considerados como dados universais do humano. (GOMES, 2008, p. 130)

Ser negro é ter uma estética ligada diretamente a questões políticas, ora ele pode se aceitar e se afirmar mostrando seus cabelos afro, ora eles poderão se distanciar da marca da negritude e colocar apliques no cabelo.

Para entender como negras e negros lidam com seu cabelo é preciso inseri-lo em um contexto social, político e histórico, no qual a análise da “lida” com o cabelo não pode ser realizada de modo descolado de sua realidade. A identidade do negro escravizado foi subtraída e, segundo GOMES (2008), o escravo vivia entre a coisificação e sua própria humanidade, pois ele próprio se via como humano, o que alimentava um processo de tensão e reação por parte dos escravos. O cerne da questão

atual vivida por negras e negros e seu processo de rejeição e aceitação possui raízes mais profundas. O processo de rejeição / aceitação está ligado à coisificação dos povos escravizados e alimentado pelas condições econômicas, políticas e sociais e a questão das formas de dominação no pós-abolição, fazendo desta maneira, a situação da rejeição do próprio corpo / cabelo.

Considerações finais:

A proposta inicial de investigação era compreender como as crianças representavam negras e negros em seus desenhos. Porém, as conversas sobre os cabelos com as meninas se tornaram tão importantes para pensar e escrever sobre a questão étnico-racial que não poderiam passar "em branco", mereceram um olhar especial para que a questão fosse problematizada de modo mais aprofundado. Nesse sentido, os desenhos, compreendidos como artefatos culturais, indicaram de maneira incisiva como as representações de negras e negros ainda merecem mais atenção sejam em posteriores pesquisas ou com o olhar atento de professoras e professores em suas práticas cotidianas, sendo necessário sua inclusão nas escolas de educação infantil para serem pensadas de maneira transversal e cotidiana. Apenas se eleita como pauta prioritária podemos começar a pensar em superar o caráter racista dentro da escola.

Embora muitos pensem que as discussões acerca das questões étnico-raciais no Brasil foram superadas (devido à persistência do mito da democracia racial na atualidade), realizar uma pesquisa cuja proposta investigativa esteve centrada nas crianças de 4 e 5 evidenciou que questões étnico-raciais ainda não se constituem como temática relevante. Modificar esse quadro atual torna-se indispensável pelo racismo estrutural com o qual convivemos diariamente.

Neste trabalho, diversas questões se entrelaçaram e algumas delas ganharam destaque pela forma em que aparecem ao longo da pesquisa. De forma mais evidenciada citamos três, a saber, o racismo institucional, o qual se reflete nas representações dos desenhos das crianças; o modo como o cabelo crespo das crianças negras são compreendidos dentro e fora da turma pesquisada; a maneira como a Lei 10.639\ 2003 foi, ou não, efetivada dentro da escola. As questões colocadas neste estudo remetem, portanto, ao tripé (patriarcal, racista e capitalista) no qual nossa sociedade foi fundada e cuja ordem atual está vigente.

No ano de 2016 em conversas com a professora da turma, a mesma relatou como a questão étnico-racial estava sendo trabalhada na escola com uma abrangência maior. Parte do corpo docente compreendeu a importância do trabalho e três professoras fizeram pós graduação nas temáticas raciais e infância pela UNIFESP.

Referências:

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Salvador. EDUFBA, 2008.

GELEDÉS: <http://www.geledes.org.br/>. Acesso em 23/06/2014.

GOBBI, M. Crianças nos parques: imagens de infância. In: *Pro-Posições*, Campinas, Revista FEUSP- UNICAMP v. 13, n. 2 (38), p. 143-159. 2002.

GOMES, N.L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica 2008.

MULLER, F. & SALGADO, M.M. A participação das crianças nos estudos da infância e as possibilidades da Etnografia sensorial. In: *Currículo sem fronteiras*. Volume 15, n. 1 jan/abr: 2015.

NOVAES. S. Imagem, Magia e Imaginação: desafios ao texto antropológico. Revista eletrônica Mana 14 (2). 2008.

SCHUCMAN, L.V. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo". Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese departamento de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2012.

**ARQUEOLOGIA DE QUILOMBO E QUILOMBOLA NA ILHA DE TINHARÉ,
BAHIA:
PRIMEIROS APONTAMENTOS.**

**ARCHEOLOGY OF QUILOMBO AND QUILOMBOLA IN THE ISLAND OF
TINHARÉ, BAHIA: FIRST POINTS.**

Fabio Guaraldo Almeida¹

RESUMO: Como se sabe, estudos sobre a cultura material associada a africanos e afrodescendentes no Brasil escravista apresenta dificuldade pela natureza fragmentária dos indícios, sejam os materiais, documentos escritos, iconográficos, registro da oralidade. Este desafio é esperado, quando se trata de vestígios de coletivos em posição subalterna em uma determinada comunidade ou sociedade (AGOSTINE, 2009). A maioria das pessoas da época não eram alfabetizadas e todo o registro escrito que menciona o termo quilombo foi produzido por uma elite letrada que almejava o extermínio ou a permanente invisibilidade destes coletivos. Porém, as aspirações dessa elite não tiveram êxito e hoje sabemos que existem diferentes contextos onde houve a presença de coletivos africanos e afrodescendentes, pois existem registros sobre seu modo de vida, seus locais de assentamento e as formas de resistência ao regime escravocrata.

Este artigo pretende mostrar como a arqueologia está estruturada e explora possibilidades de investigar estes registros materiais relacionados à população de matriz africana no Brasil e, principalmente, à população que negou o cativo, organizando-se em quilombos. Como estudo de caso será apresentado os primeiros apontamentos da pesquisa com as atuais comunidades quilombolas e sobre os antigos quilombos localizados na ilha de Tinharé, estado da Bahia. Pretende-se assim, indagar os desafios desse processo histórico, para exemplificar como a Arqueologia pode contribuir para a construção da história dos quilombos e da identidade quilombola na formação da sociedade brasileira.

ABSTRACT: As it is well known, studies on the material culture associated with Africans and Afrodescendants in slaved Brazil presents difficulty, due to the fragmentary nature of the evidence, whether the materials are written documents, iconographic records or oral records. This challenge is expected when it comes to traces of subordinate characters in a community or society (AGOSTINE, 2009). Most people of the time were not literate, and the whole written record that mentions the term “quilombo” was produced by a literate elite who sought the extermination or permanent invisibility of these groups. However, the aspirations of this elite have not been successful, and today we know that different contexts where African and Afro-descendant collectives were present thanks to the records about their way of life, their places of settlement and forms of resistance to the slavery regime.

This article intends to show how archeology is structured and explores possibilities of investigating these historical records related to the population of African matrix in Brazil and, mainly, the population that denied the captivity, being organized in quilombos. As a case study, the first notes of the survey will be presented with the current quilombola communities and the former quilombos located on the island of Tinharé, state of Bahia. The aim is to investigate the challenges of this historical process, to exemplify how Archeology can contribute to the construction of the history of quilombos and quilombola identity in the formation of Brazilian society.

Importância da arqueologia nos estudos da matriz afro-brasileira:

Enquanto ciência voltada às pesquisas dos quilombos e comunidades quilombolas, a arqueologia se enquadra entre os estudos da escravidão e da diáspora

¹ Doutorando do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Tecnologia e Território.
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4583297T6>

africana, no campo da arqueologia histórica (DEETZ, 1988; FERREIRA, 2011; GUIMARÃES, 1996; LIMA, 1993; ORSER, 1996; 1998; ORSER & FUNARI, 2001a; SOUZA, 2013; SYMANSKI, 2014).

A Arqueologia histórica desenvolvida no continente americano refere-se, de forma geral, a todos os eventos que ocorreram após a chegada dos europeus. Para Charles Orser (1992:23) trata-se do “estudo arqueológico dos aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais – dos efeitos do mercantilismo trazido da Europa ao final do século XV e que continua em ação até hoje”. No entanto, Tânia Andrade Lima alerta que a Arqueologia Histórica, enquanto história social dos efeitos que o capitalismo produziu no mundo, deve ser abordada em toda sua teoria crítica para examinar os primórdios desta instituição, que “viria a se tornar um dos mais espetaculares e perversos processos de dominação de toda a trajetória da humanidade” (LIMA, 2002a:17).

Sabe-se que a introdução dos produtos industrializados esteve associada a infiltração de ideias e valores que condicionavam o comportamento das sociedades não industrializadas, na medida em que o poder de atração destes produtos foi esmagador, assegurando a dependência econômica e ideológica dos povos (LIMA, 2002b:121). No entanto, a população escravizada tinha acesso aos bens industrializados apenas de forma marginalizada. Claramente, o uso destes objetos e o padrão de comportamento e valores que estes produtos traziam não lhes eram familiares e, tão pouco lhes cabiam. Tratados como mercadorias, eles não eram reconhecidos como sujeitos na sociedade colonial brasileira e, também, eram proibidos de fazer uso de sua cultura material ou qualquer forma de expressar suas matrizes culturais africana.

Essa condição de exclusão era confirmada pelos pesquisadores ao argumentarem que os vestígios materiais ligados aos escravos não haviam sido preservados ou, até mesmo, não existiam. Apesar da arqueologia da escravidão ter identificado, desde a década de 1960, a cultura material correspondente à esta categoria social desprovida de direitos, ainda é um desafio identificar os sítios afro-americanos, na tentativa de distinguir o comportamento e aspectos da identidade destes em relação à sociedade branca dominante (FAIRBANKS, 1984; SINGLETON, 1995).

Um dos problemas centrais é o fato de que, principalmente no contexto urbano, os escravos tenderiam a viver sobre o mesmo teto que seus senhores. Nestes casos, as práticas cotidianas de ambos segmentos sociais estão representadas no mesmo registro arqueológico, considerando que as áreas de refugio também eram compartilhadas.

Mesmo nos casos em que os escravos não frequentavam o mesmo ambiente de seus senhores, a maioria da cultura material utilizada neste período era padronizada, tendo sido produzida em escala industrial. Ainda que os artefatos históricos indiquem status sociais diferenciados – por exemplo, porcelana chinesa, fiança inglesa e cerâmica portuguesa vermelha fina associadas à classe elitizada; cerâmica portuguesa simples e cerâmica produzida localmente utilizadas pela população pobre e pelos escravos – é um equívoco negligenciar variáveis do dinamismo social ao estabelecer associação direta entre identidade e cultura material (SYMANSKI & SOUZA, 2007:217).

Em estudo realizado no arraial de mineração Ouro Fino em Goiás, Souza (2002) revelou um contexto onde tigelas de produção escrava eram utilizadas pela população livre. Poucas peças de produção europeia foram encontradas neste sítio, o que se explica devido a situação de pobreza e carência existente nas minas. Situações opostas são mais raras, mas nem por isso devem ser negadas hipóteses de populações de escravos e, principalmente, escravos fugidos terem se apropriado de objetos importados, próprios das classes de poder, reciclando, fazendo uso prolongado e, até mesmo, resignificando estes objetos à medida que eram inseridos em outras práticas cotidianas e contextos simbólicos.

Nas zonas rurais, sítios de senzalas e quilombos apresentam problemas para a identificação dos vestígios a eles relacionados devido, normalmente, à natureza perecível dos materiais utilizados na construção das estruturas de moradia. Em clara oposição aos grandes casarões das fazendas e às igrejas de arquitetura colonial, as senzalas e quilombos eram estruturas menores e simples, construídas com materiais pouco resistentes resultando em traços delgados no registro arqueológico. Nestes casos, se por um lado existe a dificuldade de encontrar estes sítios em áreas que normalmente encontram-se tomadas pelas matas, por outro lado, após encontrá-los cabe ao arqueólogo comprovar que os africanos e descendentes afro-brasileiros foram os agentes responsáveis pela formação destes vestígios (SYMANSKI & SOUZA, 2007:220).

Apesar disso, as pesquisas sobre quilombo sempre tiveram destaque entre os estudos de arqueologia da escravidão e diáspora africana na América. Em todo o continente as pesquisas priorizaram entender a formação destes assentamentos em seus contextos regionais segundo as estratégias de resistência empregadas contra o sistema escravocrata (CORZO, 2005; EJSTRUD, 2008; ESCALANTE, 1979; FRANCO, 1979; FUNARI & DOMINGUES, 2004; GUIMARÃES et al, 1990; HALL, 1986; LA RIVA, 1979; NORTON & ESPENSHADE, 2007; PATTERSON, 1979; SAIGNES, 1979).

No Brasil, as pesquisas arqueológicas de antigos quilombos tiveram início na década de 1980, junto com os primeiros trabalhos de arqueologia histórica sobre seguimentos oprimidos da sociedade (SYMANSKI, 2009:282). Carlos Guimarães e Ana Lanna (1980) escavaram o quilombo de Ambrósio e outros de menor escala, todos em Minas Gerais, interpretando como o padrão de assentamento dos grupos quilombolas conferiram estratégias de resistência ao regime escravocrata.

Na década seguinte foi a vez do quilombo dos Palmares ser alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas. Assim como as pesquisas anteriores, informações da documentação histórica e a paisagem como escala de análise foram utilizadas para tentar localizar os assentamentos. Com base na cultura material encontrada (cerâmica indígena, cerâmica colonial e fiança europeia) e a documentação histórica sobre Palmares, arqueólogos envolvidos na pesquisa procuraram inferir sobre a possível identidade dos habitantes de Palmares e suas formas de organização social (ALLEN, 2000; 2006; CARVALHO, 2005; FUNARI, 1996b; 2006d; 1998; 2001a; ORSER, 1996; ORSER & FUNARI, 1992; ROWLANDS, 1999)².

Nos últimos dez anos, estudos arqueológicos têm se voltado para a coleta de dados etnográficos em comunidades auto-reconhecidas quilombolas, abordando aspectos do modo de vida e da territorialidade destes grupos para compreender a formação da paisagem e o significado dos elementos que nela estão inseridos (SANTANA, 2008; SILVA, 2008; ALMEIDA 2012; CARVALHO, 2012; MORAES, 2012). Entre estes estudos, a paisagem é entendida enquanto categoria socialmente construída pela relação constante entre os coletivos humanos e os elementos físicos do meio ambiente – sejam eles antrópicos ou não-antrópicos. De forma geral, as pesquisas analisam como os quilombolas apropriam-se dos elementos presentes na paisagem – incluindo os sítios arqueológicos – no processo de construção de discursos que afirmam a identidade quilombola e legitimam seu pertencimento ao território.

Assim, os desafios relacionados à visibilidade dos sítios e ao reconhecimento da associação entre a cultura material destes sítios e os coletivos resultantes da diáspora africana ocasionaram o desenvolvimento de estratégias de levantamento sistemático, considerando cada contexto como a principal variável de análise das pesquisas

² Ao retomar os trabalhos de campo na Serra da Barriga na segunda metade da década de 1990, Scott Allen encontrou uma intensa ocupação indígena do período pré-colonial (ALLEN, 2000). Pela ausência de evidências associadas diretamente à formação de Palmares, Allen rediscute a origem dos materiais encontradas nos 14 sítios escavados durante as primeiras etapas de campo realizadas entre 1992 e 1993, concluindo que, do ponto de vista arqueológico, ainda não é possível determinar os locais onde ocorreram os assentamentos relacionados ao quilombo dos Palmares (ALLEN, 2006).

arqueológicas sobre o tema (SYMANSKI & SOUZA, 2007:216). A partir da consciência dos efeitos globais que a perspectiva sistêmica proporciona, a teoria crítica própria da Arqueologia Histórica pós-processual é acionada para investigar as formas particulares de apropriação da cultura material proveniente da expansão mercantilista e pensar as estratégias de resistência e ações subversivas dos coletivos oprimidos aos mecanismos de homogeneização oriundos do processo de expansão capitalista (GNECCO, 1999; 2007; LEONE et all, 1987; LIMA, 1989; 2002a; RUBERTONE, 1994; SILLIMAN, 2001). Nesta perspectiva, a cultura material é interpretada segundo o contexto histórico, espacial e simbólico específico no qual se apresenta, a fim de explorar seu potencial informativo em termos de manutenção das alteridades, etnicidades e dinâmicas sociais (AGOSTINI, 1998a; ORSER, 1996; ALLEN, 1998; FUNARI, 1998; MORALES, 2001; SOUZA, 2002; 2007; SOUZA & AGOSTINE, 2012; SYMANSKI, 2007; 2010; SYMANSKI & SOUZA, 2007).

Concernente à estas reflexões teóricas, a pesquisa de arqueologia histórica iniciada junto à população quilombola na ilha de Tinharé se constitui em uma investigação adequada para se buscar entender os vestígios materiais correspondentes à população escravizada e, principalmente, à população que negou o cativo organizando-se em quilombos. Pela abordagem interdisciplinar, típica da arqueologia histórica, a documentação histórica será acionada e as narrativas orais serão registradas para se compreender os fatores que levaram a formação destes sítios e de sua cultura material, assim como as estruturas subjacentes às expressões culturais, cuja dimensão simbólica revela comportamentos, significados e aspectos de identidade forjados por esta população na realidade da diáspora.

Localização da vila de Galeão:

Localizado na região denominada Baixo Sul Baiano ou Costa do Dendê, no estado da Bahia, o município de Cairu contempla o arquipélago costeiro de Tinharé, formado por 26 ilhas (IBGE/Cidades, 2016), sendo a ilha de Tinharé a maior delas, com cerca de 400 Km². Outras duas ilhas são habitadas (ilha Cairu – sede do município – e ilha Boipeba). A linha costeira se estende ao longo da ilha de Tinharé e Boipeba. As outras ilhas do arquipélago são abrigadas, configurando um cenário típico de lagamar.

Atualmente, o município possui sete comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como comunidades remanescentes de quilombolas. São elas: Monte Alegre, Torrinhas e Batateira (comunidades rurais), Galeão (distrito) e outras três ruas

da sede do município que se auto-denominam quilombolas: rua do Fogo, rua Cajazeiro e a rua da Prata. Neste artigo, apenas a comunidade de Galeão será abordada.

Localizado na contracosta da ilha de Tinharé, em frente à cidade de Valência, a vila de Galeão é um distrito de Cairu, dotado de uma beleza peculiar. O pequeno vilarejo abriga uma das mais antigas igrejas do arquipélago exposta no topo do morro³ e casarões de arquitetura histórica compondo as ruas de pedra assentadas sobre areia, envolvida pela vegetação de restinga preservada. Apesar desta paisagem cénica, Galeão não possui praias balneáveis, por isso não atrai o turismo tradicional, que invade as praias do município de Cairú durante todo o ano. Talvez por esta razão, o vilarejo não sofreu tanto com a forte especulação imobiliária, preservando a relação comunitária com raízes históricas e memórias compartilhadas⁴.

Contextualização histórica regional:

O arquipélago de Tinharé foi palco de acontecimentos relevantes que deixaram diferentes marcos na paisagem. Desde os primeiros anos do século XVI, os grupos Tupiniquins que circulavam na região do Baixo Sul estabeleciam relações com os colonos, sustentadas pelas constantes atividades de escambos de mercadorias. Em troca de utensílios industrializados, os Tupiniquins forneciam escravos para o trabalho nos incipientes engenhos das ilhas e guerreiros na luta contra os povos indígenas Aimorés e Gueréns (VILHENA, 1969)⁵.

Os Tapuias dominavam as terras do continente, impedindo o avanço das frentes colonizadoras. Durante todo o século XVI e XVII, os colonos e inúmeros corsários mantiveram-se restritos ao lagamar de Tinharé, onde aportavam em suas costas ou, simplesmente, utilizavam seus canais como rota de passagem. Neste período, o arquipélago de Tinharé funcionava como importante centro produtor de especiarias e madeira. Além disso, existiam casas de farinha e engenhos de açúcar na ilha de Cairu (VILHENA, 1969).

³ A atual igreja dedicada a São Francisco Xavier foi construída no topo do morro de Galeão ainda no século XVIII. Porém, tudo indica que a devoção ao santo teve início a partir de uma capela construída em 1624 no sopé do mesmo morro.

⁴ Através da Associação de Moradores de Galeão, a comunidade expressou a auto-denominação enquanto comunidade quilombola, sendo reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2007.

⁵ Os Aimorés e Gueréns, do grupo linguístico Gê (OLIVEIRA, 2006:19), eram comumente denominados Tapuias em referência a todos os grupos indígenas que não eram Tupi. Os Tapuias são retratados pela historiografia como inimigos, bárbaros traiçoeiros e selvagens, obstáculo no caminho da civilização (MONTEIRO, 1994:30).

Quando, no século XVIII, os Gueréns foram catequisados por padres capuchinos italianos, os ataques dos Tapuias aos povoados coloniais situados no continente foram cessados (OLIVEIRA, 2006:49). A partir de então, os povoados se desenvolveram rapidamente. Mapendipe, um dos importantes povoados localizado na margem esquerda do estuário do rio Una (em frente a Ilha de Tinharé), passou a ser denominado de povoado Una e hoje é a atual cidade de Valença (principal cidade da região) (OLIVEIRA, opcit:56).

Em 1770, o povoado Una possuía um grande comércio de arroz, mandioca e madeira, além de intenso tráfico de escravos. No século seguinte, o porto da então Vila de Valença já recebia grande movimento de pequenas e grandes embarcações. Com o aumento da intensidade do tráfico de escravos, o porto foi deslocado para o entreposto do rio Galé, atual rio Graciosa (OLIVEIRA, op cit:77), próximo à cidade de Taperoa. Junto ao crescente número de escravos, corriam as notícias sobre escravos fugidos e quilombos formados em diferentes locais e com variadas características. Em toda a costa do Baixo Sul Baiano, até o município de Camamu, existem registros históricos de levantes de escravos e formação de quilombos. No fim do século XVII ocorreu um levante com mais de cem escravos que apavorou as autoridades e fazendeiros do município de Camamu e entorno. Investigações levantaram a possibilidade de haver articulação entre os escravos rebeldes e os quilombolas da região⁶.

Em 1829, o Juiz ordinário de Valença escreveu ao vice-presidente da Província da Bahia para informar sobre a impossibilidade de os fazendeiros realizarem seus serviços nas lavouras, e também dos viajantes de transitarem pelas estradas, por conta da presença de "um grande número de negros fugidos que unidos em bandos, tem promovido ações de saques e roubos"⁷.

No mês de abril do mesmo ano, o juiz de paz de Valença escreve correspondência ao General, comandante do exército pacificador da Bahia, Visconde de Camamu, informando que "no dia 29 do mês passado ter atravessado da povoação de Galeão para as imediações desta Vila uma grande quantidade de negros fugidos, que ali

⁶Carta para sua Majestade sobre o levantamento dos negros no Camamu, e Paulistas em Porto Seguro, 15.07.1692 transcrito em: *Documentos Históricos, Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1678-1711)*, vol. 33, Rio de Janeiro, 1936, pp. 448-50. Ver descrição em Gomes, 1995:29.

⁷ Documento do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Referência: Seção de Arquivos Colonial/Provincial - Inventários dos Documentos Governo da Província. Documentação Jurídica de Cairú/Valença 1820-1838.

se haviam aquilombado"⁸. O juiz informa ainda que o tenente coronel Francisco Cardoso Pereira de Mello, do Comando Militar da Vila, havia estendido as patrulhas armadas pela vila e matas arredores, e com isso, "ter se conseguido a prisão de alguns, mas ainda não a destruição dos quilombos". A carta termina com a solicitação de reforços na força militar para manter a segurança pública na Vila.

A documentação sugere que os escravos fugidos se organizavam em quilombos. Estes quilombos apresentavam uma articulação entre si, provavelmente com redes de trocas e cumplicidade. Além disso, os quilombolas usufruíam de certa liberdade, podendo deslocar-se entre os povoados e vilas do lagamar de Tinaré e do continente.

Quilombos históricos da Ilha de Tinaré:

Na ilha de Tinaré, a presença de quilombolas era frequente nas matas próximas ao povoado de Galeão e, ao que tudo indica, eles formavam comunidades estáveis. Em relato datado de 30 de julho de 1832, o Juiz de Paz José de Souza Vieira descreve com detalhes o povoado de Galeão com a presença “de negros fugidos que existem aquilombados nas entranhas das matas destas fazendas unidas do Tororó ao Galeão”⁹. Na tentativa de justificar a ordem das patrulhas em área de uma légua de distância, aparentemente deserta, entre o povoado de Galeão e o Arraial de Tororó, o Juiz de Paz argumenta no ofício:

“ (...) ordenei as patrulhas nas noites de sábado e domingo sempre das seis horas da noite até as doze por serem urgentes e convir mesmo a conservação e tranquilidade de inúmeras famílias situadas desde o Tororó até o Galeão, distância de uma légua, toda habitada de proprietários e agregados, havendo pela distância duas patrulhas, uma no Galeão onde é a sua capela, e outra no Arraial do Tororó e Pigica, onde habitam perto de vinte proprietários, porem muitos agregados e jornaleiros empregados em fazer embarcações navegáveis destes lugares e no fabrico de outras e construção de madeiras, coquinho e piaçava próprias do lugar e mais de cento e vinte escravos dos mesmos proprietários. (...)

Isso as rondas foram o único meio que evitou virem os fugidos a povoação, como antes vinham e já depois da suspensão das patrulhas, não só negociarem mais roubarem gados e toda a criação, violentarem a cidadãos nos caminhos para tomarem animais, estuprarem, e como tem incendiado induzirem mulheres e crianças para os ranchos e os escravos pacíficos para os seguir principalmente as fêmeas, e finalmente assassinares e espancaram aos que com eles não capitulam¹⁰.

⁸ Documento do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Referência: Seção de Arquivos Colonial/Provincial - Inventários dos Documentos Governo da Província. Documentação Jurídica de Cairú/Valença 1820-1838 (grifo do autor).

⁹ Documento do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Referência: Seção de Arquivos Colonial/Provincial - Inventários dos Documentos Governo da Província. Documentação Jurídica de Cairú/Valença 1820-1838.

¹⁰ Op. cit..

Na tentativa de causar impacto ao presidente da província e, com isso, aumentar os recursos da guarda no Galeão, o juiz tende a exagerar a quantidade de quilombos, sugerindo a presença de mais de cinquenta deles situados nas matas entre o povoado de Galeão e o Arraial de Tororó. Segundo o relato, apenas com o aumento na quantidade de guardas, armas e o pagamento da patrulha seria possível destruir os quilombos e deter os aquilombados.

Nas entrelinhas do relato percebe-se que os quilombolas viviam estabilizados na região. Provavelmente eles trabalhavam aquilombados nas matas durante a semana e frequentavam a sede do vilarejo aos fins-de-semana. As feiras deviam ocorrer aos fins-de-semana, quando todos aproveitavam para vender e comprar produtos, além de compartilhar experiências, se informar das notícias e estreitar os laços de amizade e inimizade.

Na visão do juiz de Paz, as práticas de sociabilização entre escravos fugidos e escravos cativos objetivavam exclusivamente persuadir “escravos pacíficos”, principalmente mulheres e crianças. Segundo o historiador Flávio Gomes (2015:39), é preciso lembrar que os relatos históricos sobre quilombos foram produzidos por personalidades (especialmente os comandantes de tropas) que o faziam para justificar a necessidade de sua destruição. No entanto, os relatos bibliográficos sobre a relação entre quilombolas e a população da senzala são inúmeros. Ainda segundo os dados históricos apresentados por Gomes, a vida nos quilombos era instável. Os quilombolas estavam sujeitos à fugas repentinas e perda de toda a produção alimentar. Por isso, faz sentido alguns registros sobre mulheres quilombolas buscarem refúgio nas senzalas no período final da gestação para garantir cuidados, melhores condições na hora do parto e segurança nos primeiros anos de vida das crianças (GOMES, 2015:40). No entanto, após este período, as mulheres retornariam para junto de seus amantes, levando consigo os filhos.

No entanto, ainda há pouca informação além das especulações sobre o modo de vida desses fugitivos agrupados em quilombos no arquipélago de Tinharé. Ainda não foi possível levantar dados históricos sobre as mercadorias comercializadas pelos quilombolas. A compra de produtos quilombolas era ilegal, talvez por isso existam poucos registros sobre o assunto. Pelos registros policiais do século XIX no Rio de Janeiro, Gomes (1996) interpreta como este intercâmbio de produtos se manteve mesmo ilegalmente. Os comerciantes sabiam da existência e localidade dos quilombos, porém

não informavam as autoridades uma vez que lhes interessava o contato com os quilombolas. O comércio ocorria porque favorecia ambos os lados.

De volta ao contexto de Galeão, o relato do Juiz de Paz José de Souza Vieira descreve a fabricação de embarcações e outros produtos de madeiras próprias do local (como a piaçava) como principais atividades desenvolvidas no vilarejo. Estes trabalhos eram desempenhados por jornaleiros, o que sugere a possibilidade de serem exercidos também por escravos fugidos, podendo ser, até mesmo, negociados por intermediários.

A comunidade quilombola de Galeão:

Ainda hoje, as principais atividades econômicas desempenhadas em Galeão são a pesca e o extrativismo da piaçava. Fora do circuito turístico especulativo e predatório das ilhas de Tinharé e Boipeva, poucos moradores de Galeão estão envolvidos diretamente com o turista. O produto da atividade pesqueira alimenta indiretamente o mercado turístico regional, mas o conhecimento da pesca preserva a forma tradicional. As práticas de pesca mais utilizadas são a rede de espera, a tarrafa, a pesca de linha, o jiqui, o facho para captura de lagosta e a camboa¹¹. Outra questão curiosa é o fato dos pescadores ainda hoje destinarem seus produtos ao mercado local ou para atravessadores¹².

A atividade extrativista da piaçava também ocorre informalmente. Antigamente o beneficiamento da matéria-prima extraída da piaçava era a principal fonte de renda dos moradores do vilarejo. O trabalho era realizado nas fazendas da região, onde há plantação de piaçava. No entanto, por não haver a regularização dos trabalhadores, o beneficiamento da piaçava foi transferida para alhures, restando em Tinharé apenas o extrativismo executado por mão-de-obra em regime de empreitadas.

Wellio Oliveira da Silva, conhecido como Lelinho, é um destes trabalhadores catadores de piaçava nas fazendas da região. Morador do bairro Gabiru, periférico ao sul da vila de Galeão, ele trabalha em regime de empreitada para os fazendeiros. Ele conta que existem muitos vestígios de ocupação antiga onde hoje é apenas fazenda de piaçava. Segundo ele, inúmeros fragmentos de cerâmica, louças, vidro, objetos de metal, pedra e estruturas de pedra e tijolo afloram da terra. Lelinho sabe o nome dos lugares onde se

¹¹ Para mais informações sobre as técnicas de pesca empenhadas no arquipélago de Tinharé ver: MENDES, 2002 e ROCHA, 2010.

¹² Isso ocorre por que os produtores não estão organizados minimamente para cumprir com as exigências do mercado comercial externo, como, por exemplo, possuir o cadastro nacional de pessoa jurídica.

encontram estes vestígios: “Tem muita coisa ainda abandonada em Champrão, Iquirá, Tororo, Pedrinhas, Pimenteira...”.

Estas informações são confirmadas por Dona Amerinda, uma das moradoras mais antigas de Galeão. Ela nasceu no ano de 1931, em uma comunidade localizada na região de Champrão e Iquirá. A anciã não sabe dizer quando foram formadas as comunidades, mas afirma que Champrão e Iquirá “durou muitos anos, por que as pessoas que tinham lá muitas nasceram e morreram naquela região”. Segundo ela, “havia casa de farinha, muitas roças, um bocado de árvores [frutíferas], muitas casas de moradores, hortas, criação de galinha, tinha tudo!” As casas eram construídas com paredes de sapé e cobertas com folhas de piaçava. Como não havia luz elétrica, as noites eram iluminadas por lampião. Na lembrança de Dona Amerinda, as pessoas de Champrão e Iquirá faziam muitas festas para dançar ao som de violão e cavaquinho.

Esta região fica no interior da ilha, cerca de 5 quilômetros de Galeão e 2 quilômetros de Tororo. Para D. Amerinda as pessoas abandonaram a região devido à dificuldade do acesso e a falta de escolas e hospitais. Ela mesma, com seus pais, se mudou quando tinha 13 anos de idade, para a região denominada Pigica, localizada à cerca de um quilômetro de Galeão, próximo ao bairro de Gabiru. Ainda sobre as recordações de infância de Dona Amerinda, ela conta do som dos batuques que vinha da casa de Dona Antônia, próximo a fonte de Mara, na região de Pigica. A casa era conhecida como casa dos escravos, onde acontecia as cerimônias de candomblé. Dona Amerinda se lembra do caruru servido por Dona Antônia. Interessante perceber o caruru na memória de infância de Dona Amerinda. Geralmente, o caruru é feito em casas de candomblé para homenagear os Ibêjis e também as crianças¹³. O caruru é servido para sete crianças com, no máximo, 7 anos cada. Elas comem juntas, numa grande gamela de barro, com as mãos, ritualizando a homenagem aos santos.

Vestígios arqueológicos da Pigica:

Uma vistoria no local denominado Pigica confirmou a presença dos vestígios arqueológicos em superfície. Diversos fragmentos de materiais históricos foram encontrados no local como, por exemplo, cerâmica portuguesa, faiança portuguesa, garrafa grês, cachimbos de barro, objetos de pedra polida e objetos de metais como talheres, chaves e pregos e outras cerâmicas de provável produção local.

¹³ No sincretismo, o caruru é para São Cosme e Damião, os santos gêmeos da igreja católica.

Ainda nenhum material foi recolhido. Prospecções sistemáticas de superfície e mapeamento da distribuição destes materiais serão realizadas nas próximas etapas de trabalho de campo. Até o momento, algumas poucas considerações são possíveis inferir com base no exame do material encontrado em superfície e registrado no sítio durante a vistoria:

1. Evidente presença de grande quantidade de cerâmica colonial portuguesa;
2. Em menor quantidade são encontradas faiança portuguesa;
3. Há um número significativo de cachimbos de barro, muitos dos quais apresentam formas moldadas, com marcas de incisões padronizadas;

Mesmo sem haver uma análise sistemática e pormenorizada deste material, outros estudos de arqueologia histórica realizados na Bahia ajudam a elucidar hipóteses sobre a origem, morfologia e composição física, formas de aquisição e função de uso destes materiais.

A análise do material cerâmico proveniente de escavações arqueológicas realizadas por Etchevarne na atual Praça da Sé, na cidade de Salvador, revela fatores semelhantes em relação ao mesmo material encontrado em Galeão. O arqueólogo utilizou da análise dos fragmentos cerâmicos para constatar estratificação social e hábitos de reciclagem de cerâmica descartada por parte de grupos de baixo nível econômico (ETCHEVARNE, 2003; 2004).

Segundo ele, a cerâmica colonial portuguesa vermelha simples está representada por objetos utilitários, empregados na preparação de alimentos no fogo. Os recipientes são panelas de diversos tamanhos, de forma globulares, com bordas abertas ou ligeiramente introvertidas, nas quais se constata manchas de fuligem na superfície externa da base (ETCHEVARNE, 2006:64-65). Exemplares nítidos destes materiais foram encontrados na Pigica, inclusive com manchas de fuligem na parede externa (Fig. 1 e 2).



Fig 1 e 2: Cerâmica colonial portuguesa simples encontrada no sítio Pigico.

Outros fragmentos encontrados *in situ* correspondem às cerâmicas vidradas (Fig. 3). As panelas vidradas eram destinadas à preparação de alimentos, especialmente das carnes de todo tipo que deviam ficar em maceração ou da lavagem de processamento de aves e peixes, além de legumes cozidos, sopas e molhos marinados. Segundo Etchevarne, entre as cerâmicas vidradas sobressaem as gamelas. “As panelas tinham vidrado unicamente no interior e conforme a coloração pode ser afirmado que a película vidrada está composta predominantemente por óxido de chumbo ou, em proporção menor, de cobre” (ETCHEVARNE, 2006:68).

A exemplo dos materiais encontrados por Etchevarne em Salvador, fragmentos de bordas de cerâmica, provavelmente, correspondentes a potes e talhas reconhecidos pelo diâmetro da boca e da inclinação das paredes, foram os materiais mais registrados em Pigica (Fig. 3). Segundo Etchevarne, estes potes estavam “presentes em todas as residências baianas coloniais, sejam ricas ou pobres. Neles eram conservados líquidos e especialmente água, mas também eram colocados alimentos em conserva com sal, óleo ou gordura, a exemplo das azeitonas, peixes e carnes” (ETCHEVARNE, 2006:66).



Fig. 3: Amostra da variedade de material encontrado no sítio Pigica.

Sobre as faianças, tudo indica serem de origem portuguesa, com motivos decorados de coloração azul claro, principalmente nas bordas. Também foram encontrados fragmentos de faiança com decoração de bonina em rosa e preto, de inspiração da porcelana chinesa (Fig. 3). Ainda segundo Etchevarne, a frequência dos motivos de inspiração chinesa nas faianças portuguesas indica que são objetos do terceiro quartel do século XVII, quando ocorre a apropriação dos motivos da porcelana chinesa por parte dos artesãos portugueses e não mais uma imitação dos elementos formais. A presença destes materiais é significativa uma vez que eram consumidos “por grupos sociais de alto poder aquisitivo, associados ao *staff* administrativo da coroa, às ordens religiosas, aos membros do clero e às elites de produtores e comerciantes” (ETCHEVARNE, 2006:64).

A princípio, a baixa quantidade destes materiais em Pigica indica que podem ter sido apropriadas pelos moradores, na prática comum de reciclagem dos utensílios descartados pela elite dominante, ou pelos representantes do poder da igreja. Vale lembrar que a instituição da igreja católica foi um dos grandes fomentadores da importação destes produtos ao Brasil. A legislação da época isentava os padres da ordem jesuítica de pagamento das taxas de importação “de qualquer produto que eles quisessem adquirir ou receber em doação, isenção esta que deveria alcançar, sem dúvida, aos objetos cerâmicos para seus colégios, igrejas, seminários, missões, quintas e fazendas” (ETCHEVARNE, 2006:57).

Na outra extremidade da estratificação social, os cachimbos revelam a presença dos costumes relacionados a matriz africana no local. Sabe-se, que os cachimbos são ocorrências comuns em contextos onde há representatividade de escravos africanos. Camilla Agostini demonstrou semelhanças entre motivo antropomorfo de cachimbo

analisado na coleção proveniente de sítio histórico do Rio de Janeiro oitocentista e representações de um homem na pintura “Mercado de Negros” de Rugendas (AGOSTINI, 1997; 1998). Associando dados da análise de cachimbos de cerâmica encontrados em sítios oitocentistas no Rio de Janeiro, pinturas de viajantes naturalistas do mesmo período, registros de processos criminais que envolvem escravos e listagens de comércios de produtos relacionados a prática de fumar, a pesquisadora extrai informações sobre a produção, circulação, aquisição, uso e significados conferidos a estas peças, tendo em vista a experiência e o comportamento de africanos e afro-descendentes na construção de novas identidades na diáspora (AGOSTINI, 2009).

Até pelo menos o final do século XIX, houve uma extensiva produção destes artefatos no Brasil, circulando em escala regional. Os cachimbos eram produzidos em larga escala. Com a utilização de moldes, ocorreu um alto processo de padronização na morfologia destes objetos, destacando alguns poucos com formas antropomórficas ou zoomorfas específicas. Este fato reforça a ideia de que os cachimbos teriam tanto função de utilidade diária pelo hábito de fumar, como função ritualística, empregado em cerimônias religiosas de matriz africana.

Muitos cachimbos arqueológicos são encontrados em diferentes partes do distrito de Galeão. A maioria deles não apresenta marcas de uso e possuem formas padronizadas, o que sugere a hipótese de Galeão ter sido centro de produção destes artefatos distribuídos regionalmente. Interessante observar, que a maioria destes cachimbos apresentam duas incisões, ora no bojo da cavidade onde vai o fumo, ora no bojo da extremidade onde aplica o cano para pitar. Provavelmente as incisões são marcas de referências do artesão. Os moradores encontram estes cachimbos no quintal das casas e, como descreveu Lilinho: “na areia, no meio da piaçava!”. Em Pigica foi evidenciado até agora um cachimbo quebrado do tipo moldado.

Conclusão:

A pesquisa sobre registros históricos e arqueológicos na ilha de Tinharé ainda é incipiente. No entanto, os primeiros dados coletados demonstram o grande potencial da ilha para o estudo sobre a vida de escravos, da formação de quilombos e dos aspectos de construção da identidade de comunidades quilombolas atuais.

Pela análise dos vestígios históricos encontrados na vila de Galeão e arredores, a arqueologia histórica está estruturada para contextualizá-los tanto em seu próprio

contexto arqueológico (distribuição dos sítios na paisagem, distribuição dos vestígios intra-sítio, análise das peças, análise de sedimentos e outros), como também contextualizar os vestígios arqueológicos associados com dados de outras fontes de registro, como as histórias orais da população quilombola e a documentação histórica sobre Galeão.

Conforme Richard Price (1996) sugere – com base na sua experiência de pesquisa entre a comunidade quilombola Saramaka, no Suriname –, ao invés de interpretarmos a história de antigos quilombos (como Palmares, por exemplo) segundo as necessidades ideológicas exclusivamente acadêmicas, seria mais assertivo e haveria mais conteúdo para ser aprendido tentar ler estes sítios arqueológicos na perspectiva das comunidades quilombolas atuais.

Desta forma, esta pesquisa procura romper com o modelo colonialista tradicional da prática arqueológica à medida que aborda a história regional pela percepção de paisagem e temporalidade dos próprios agentes envolvidos: os quilombolas e afro-descendentes em geral. Assim, a arqueologia histórica contribui com os debates contemporâneos que colocam as minorias sociais como agentes de sua história e legitima sua importância como parte da história do Brasil e da humanidade (GNECCO, 1999; PRICE; 1987; SMITH, 2006; 2008; SMITH & WOBST, 2007; SMITH & WALTERTON, 2011).

Bibliografia

AGOSTINI, C. *Cachimbo de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX*. Monografia apresentada na obtenção do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, UEPG: Ponta Grossa, 1998.

_____. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbo de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*, RJ, v. 10, n. 18, p. 39-47, jan.- jun. 2009.

ALLEN, S. A ‘cultural mosaic’ at Palmares? Grappling with historical archaeology of a Seventeenth-Century brazilian quilombo. In.: FUNARI, P.P. (org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas: Unicamp, 1998: 141-178.

_____. Identidades em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In.:

ALMEIDA, L. de; GALINDO, M. & ELIAS, J. (eds.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*, Maceió: EDUFAL, 2000: 245-275.

_____. *As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e opúsculo na Serra da Barriga*. *Clio- Série Arqueologia*, 20 (1), 2006: 81-101.

ALMEIDA, F. G. *Terra Negra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e etnoarqueologia no território quilombola dos Mandira, Cananéia (SP)*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Arqueologia. MAE/USP, 2012.

ANJOS, R. S. A. *Cartografia da diáspora África - Brasil*. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, out. 2011, p. 261-274.

CARVALHO, A. V. de. *Palmares como espaço de sonhos: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga*. Dissertação (mestrado). Depto. de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005.

CARVALHO, P. M. *A travessia Atlântica de árvores sagradas. Estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela, MT*. Dissertação de mestrado. São Paulo: MAE/USP, 2012.

CORZO, G. L. R. *Os Espaços da Resistência Escrava em Cuba*. In: FUNARI, P. P. A; ORSER, C. E. Jr; SCHIAVETTO, S. N. O. (eds.). *Identidades, Discursos e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005, p. 45-58.

DEERTZ, J. *American historical archaeology: methods and results*. *Science*, 26: 239-267, 1988.

EJSTRUD, Bo. *Maroons and landscapes*. In.: *Journal of Caribbean Archaeology*, 8, 2008: 1-14.

ESCALANTE, A. *Palenques in Colombia*. In.: PRICE, Richard (Edited). *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, pp. 74-81, 1979.

ETCHEVARNE, C. *A reciclagem da fiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização*. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, No. 16, 2003, p.103-118.

_____. *Escavações arqueológicas em âmbito urbano. O caso da antiga igreja da Sé de Salvador*. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, No. 17, 2004, p.29-37.

_____. *Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia*. *CLIO Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 1, 2006: 53-79.

_____. *Cerâmica vermelha fina do século XVII, em Salvador da Bahia*. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 26, 2011:9-20.

FAIRBANKS, C. H. *The Plantation Archaeology of Southeastern Coast*. *Historical Archaeology*, (18): 1, 1-14, 1984.

FERREIRA, L. M. *Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas interfaces*. *Vestígios. Revista Latino Americana de Arqueologia*. Laboratório de Arqueologia- UFMG, Belo Horizonte, Vol. 5 no. 1, pp. 7-23, 2011.

FRANCO, J. L. Maroons and Slave Rebellions in the Spanish Territories. In.: PRICE, R. (Edited). *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, pp. 35-48, 1979.

FUNARI, P. P. “A ‘República de Palmares’ e a arqueologia da Serra da Barriga”. In: *Revista USP*. São Paulo, nº 28, pp. 6-13, dezembro/fevereiro 1995-1996a.

_____. “O estudo arqueológico do Quilombo de Palmares”. In: *História em Revista*. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, pp. 201-208, 1996b.

_____. (org). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1998.

_____. “Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares”. In: *Revista de História Regional*. n. 6, v.1, pp. 11-18, verão 2001a.

FUNARI, P. P. A & DOMINGUEZ, L. Esclavitud y Arqueología de la resistencia en Cuba y Brasil, In. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 14, 2004: 209-223.

FUNARI, P. P. & ORSER JR, C. E. “Arqueologia da resistência escrava”. In: *Cadernos do*

LEPAARQ – Textos de antropologia, arqueologia e patrimônio. v. I, n. 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. jul-dez., 2001.

_____. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. V. XVIII, n. 2, p. 53-69, dezembro, 1992.

GNECCO, C. *Multivocalidad Histórica. Hacia una cartografía postcolonial de la arqueologia*. Universidad de los Andes: Departamento de Antropología, Bogotá, 1999.

GUIMARÃES, C. M. Mineração colonial e arqueologia: potencialidades. *Revista de Arqueologia*, 9, 1996: 55-64.

GOMES, F. dos S. História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzala. Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. “Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX”. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia da Letras, 1996.

_____. Mocambos e quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil. Coleção Agenda Brasileira. 1ª edição. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, C. M.; SANTOS, A.F.; GONÇALVES, B.; PORTO, L. O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. In.: Anais do 1º Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, Estudos Ibero-Americanos, vol. XVI, nº. 1 e 2, 1990:161-174.

GUIMARÃES, C.M. & LANNA, A. L. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas, Antropologia*, 31, 1980: 147-164.

HALL, N.A.T. Maritime Maroons: “Grand Marronage” from the Danish West Indies. *The William and Mary Quarterly*, 3rd ser., 42(4):476-498, 1986.

LA RIVA, F. P. de. Cuban Palenques. In.: PRICE, Richard (Edited). Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, pp. 49-59, 1979.

LEONE, M.; LAROCHE, C.J.; BABIARZ, J.J. The archaeology of Black Americans in Recent Times. *Annual Reviews of Anthropology*, 13, 15, p. 575-599, 2005.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica. Algumas considerações teóricas. *Revista CLIO. Série Arqueológica (UFPE)*, v. 5, p. 87-99, 1989.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova série*, 1, p. 225-262, 1993.

_____. Tecnologia de mais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre os vidros históricos. *Canindé*, vol. 2: p. 283-290, 2002a.

LIMA, T.A. et all. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. *Dédalo, Publicações Avulsas, São Paulo*, (1), p. 205-230, 1989a;

_____. Aplicação da fórmula South a Sítios Históricos do século XIX. *Dédalo*, 27:83-97, 1989b.

MENDES, L. P. Etnologia dos Pescadores e marisqueiras da Vila de Garapuá/BA. Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas – Recursos Ambientais (Ecologia). Instituto de Biologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MORAES, I. P. de. Do Tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFPA, Belém, 2012.

MORALES, W. F. A cerâmica “neobrasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11: 165-188, 2001.

OLIVEIRA, E. O. da S. Valença: dos primórdios à contemporaneidade. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

ORSER, C. Jr. “The archaeology of the African diaspora”. In: *Annual Review of Anthropology*, 1998 (27):63-82.

_____. *A Historical Archaeology of the Modern World*. Plenum Press: New York, 1996.

ORSER, C. J. & FUNARI, P. P. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. In.: *Estudos Ibero-Americanos*, 18: 53 – 69, 1992.

_____. Archaeology of slavery resistance and rebellion. In.: *World Archaeology*, 33: 61 – 72, 2001.

NORTON, H.K. & ESPENSHADE, C. The challenge of locating Maroon refuge sites at Maroon Ridge, St. Croix. *Journal of Caribbean Archaeology* 7:1-17, 2007.

PATTERSON, O. Slave and Slave Revolts: A Sociohistorical Analysis of the First Maroon War, 1665-1740. In.: PRICE, R. (Edited). Maroon Societies. Rebel Slave

Communities in the Americas. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, pp. 246-291, 1979.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In.: GOMES, F. & REIS, J.J. (org.). *Liberdade Por um Fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: CIA das Letras, 1996, p. 52-59.

_____. (org). *Maroon societies: rebel slave communities in the Americas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996 [1987].

REIS, J. J. "Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Bianos". *Afro-Ásia*, Salvador, número 15, pp. 100-126:1992.

ROCHA, J. C. APA como instrumento para conservação da atividade pesqueira artesanal da Ilha de Boipeba. Dissertação de mestrado. Profissional em Planejamento Ambiental. Universidade Católica de Salvador. Salvador, 2010.

ROWLANDS, M., "Black identity and sense of past in Brazilian national culture" In: FUNARI, P. P. A., HALL, M. e JONES, S. (orgs). *Historical Archaeology – Back from the Edge*, Routledge, Londres, 1999.

RUBERTONE, P. E. Arqueologia, colonialismo e América nativa do século XVII: avanços de interpretações alternativas. In: *Conflict in the archaeology of living traditions*. Ed. Robert Layton, 1994.

SAIGNES, M. A. Life in Venezuelan Cumbe. In.: PRICE, R. (Ed.). *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, pp. 64-73, 1979.

SANTANA, R. N. A Mussuca: Por uma arqueologia de um Território Negro em Sergipe d'el Rey. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Museu Nacional da UFRJ, RJ: 2008.

SILLIMAN, S. Agency, practical politics and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology*, Vol 1(2). London: Copyright, PP. 190–209:2001.

SÍLVA, S. R. Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza. Tese de doutorado. Dep. De Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP:2008.

SINGLETON, T. 1995. The Archaeology of Slavery in North America. *Annu. Rev. Anthropology*, 24:119-140.

SMITH, C. & WOBST, H. Martin. Descolonizing archaeological theory and practice *Indigenous archaeologies*. London: Routledge, 2007, pp. 5-17.

SMITH, L. *The Use of Heritage*. Routledge: New York, NY. 2006.

_____. "Towards a Theoretical Framework for Archaeological Heritage Management". In.: FAIRCLOUGH, G.; HARRISON, R.; JAMESON Jr., J.; SCHOFIELD, J. (eds.). *The Heritage Reader*. Routledge, Taylor & Francis Group, London & New York, pp. 62-71: 2008.

SMITH, L. & WALTERTON, E. *Heritage, Communities and Archaeology*. Duckworth Debates in Archaeology: London. 2011.

SOUZA, M. A. T. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In.: ZARANKIN, A. & SENATORE, M. X. (ed.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, p. 63-86.

_____. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1 (1): 57-88, 2007.

_____. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, p. 9-19, 2013.

SOUZA, M., A. T. & AGOSTINE, C. Body marks, pots and pipes: some correlations between African scarifications and pottery decoration in eighteenth and nineteenth-century Brazil. *Historical Archaeology*, v. 46, p. 102-123, 2012.

SYMANSKI, C. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 1 (2), p. 7-36, 2007.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: Walter Fagundes Morales; Flavia Prado Moi. (Org.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. 1ed. São Paulo: *Annablume*, p. 279-310: 2009.

_____. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, v. 14, p. 295-312: 2010.

_____. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: Problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, 49: 159-198, 2014.

SYMANSKI, L. C. P; SOUZA, M. A. T. O Registro Arqueológico dos Grupos Escravos: Questões de Visibilidade e Preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2007 (33): 215-242.

VILHENA, L. S. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Ba: Editora Itapuã, 1969. 2v.

IMAGENS SENSORIAIS NAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO: O ODOR E O SUOR DO NEGRO NO IMAGINÁRIO SOCIAL DO BRASIL REPÚBLICA

SENSORIAL IMAGES IN THE CHRONICLES OF JOÃO DO RIO: THE ODOR AND SWEAT OF THE NEGRO IN THE SOCIAL IMAGINARY OF BRAZIL REPUBLIC

*Poliana Santos**

RESUMO: No começo do Brasil República, o pobre e o negro eram percebidos como uma categoria social atrasada, que emperravam a ação modernizadora e o progresso do país. Tomados como inferiores e infecciosos por grande parte das elites argentárias e intelectuais da época, as camadas inferiorizadas e negras eram alvo de políticas higienistas, de operações repressivas e de interpretações biológicas referentes à raça e ao coletivo. Sobre estas manifestações pairavam todo um imaginário social que atribuía cor e cheiro característico à classe marginalizada e ao mestiço. O espaço destes grupos também era visto por um ângulo diferenciado. Em regra, eles eram representados por um odor forte e enjoativo, pela transpiração demasiada e dentro de uma ambiência claustrofóbica. Esta configuração foi fortalecida na literatura do tempo através da produção ficcional de João do Rio. Com efeito, este trabalho tem o objetivo de compreender como uma determinada visão social dos negros e dos miseráveis é posta numa linguagem artística que reforça e eleva a ideologia e o discurso racista. Essa forma é a estética decadentista. Para tanto, utilizaremos como objeto de estudo as crônicas do autor, que serão analisadas a partir do diálogo entre a literatura e a história.

PALAVRAS-CHAVE: odor, imaginário, negro, literatura, história

ABSTRACT: At the beginning of Brazil Republic, the poor and the black were perceived as a backward social category, which impaired the modernizing action and the progress of the country. Taken as inferior and infectious by much of the argentinean and intellectual elites of the time, the inferior and black strata were the targets of hygienist policies, repressive operations, and biological interpretations concerning race and the collective. On these manifestations hung a whole social imaginary that attributed color and characteristic smell to the marginalized class and the mestizo. The space of these groups was also seen from a different angle. As a rule, they were represented by a strong and nauseating odor, by too much perspiration and within a claustrophobic ambience. This configuration was strengthened in the literature of time through the fictional production of João do Rio. In fact, this work aims to understand how a certain social vision of blacks and miserable people is put into an artistic language that reinforces and elevates the ideology and the Racist speech And this form is the decadent esthetic. To do so, we will use as object of study the chronicles of the author, which will be analyzed from the dialogue between literature and history.

KEYWORDS: odor, imaginary, black, literature, history

Notas biográficas sobre um flâneur carioca

João Paulo Alberto Coelho Barreto, mais conhecido pelo pseudônimo João do Rio, nasceu em 1881, no Rio de Janeiro. Era um escritor e jornalista consagrado, e viveu sempre de sua pena. É responsável por inaugurar, no começo da República, um jornalismo investigativo, baseado em reportagens e enquetes. Suas crônicas, compostas em diálogos e entrevistas, também foram consideradas inovadoras em comparação com

* Doutorado em História Social, FFLCH/USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8222157341692510>

outras produções do gênero. Autor versátil, não se prendeu a nenhuma modalidade de linguagem, dedicando-se a vários estilos: dramaturgia, contos, conferências, romances e crônicas. Teve uma vida vertiginosa, acompanhando as transformações urbanas na capital do país. Viu não somente as grandes mudanças operadas na cidade pela tecnologia e a modernização, mas também assistiu os enormes problemas causados pelas epidemias, pela carestia da vida e o descaso político. Testemunhou a Primeira Guerra, ficando ao lado dos aliados contra os alemães.

Destarte, o torvelinho da história do começo do século XX, no Brasil, foi registrado e ficcionalizado em seus textos. A entrada do bonde elétrico e do automóvel, a febre do cinematógrafo, o advento de hábitos como tomar chás e realizar visitas, o gosto pelas viagens e os salões dançantes, enfim, a vida mundana da capital foi retratada com todas as minudências em sua obra. Ao mesmo tempo, voltou seus olhos para os ambientes e prazeres populares: as tradições festivas e carnavalescas, o costume das pessoas estarem às janelas, os cultos religiosos e de origem africana, a exemplo do candomblé, as moradias pobres etc. Entrevistou peixeiros, ambulantes, ex-escravos, ciganos, mendigos, garotos de rua, prostitutas, seresteiros, pintores, tatuadores, presidiários, entre outros. Foi ouvida uma gama de marginalizados, de diversas categorias sociais, que permaneceria sem uma nota histórica, se não fosse o interesse desse escritor.

João do Rio era um *flâneur* carioca, que gostava de ir aos teatros e conviver com altas rodas da sociedade republicana; sem, contudo, deixar de frequentar os becos e vielas da urbe, de conhecer locais com certa incidência de crimes, e de mergulhar no universo da gente humilde do Rio de Janeiro. Estava situado, portanto, num lugar de mediação, entre a cultura burguesa e a cultura popular. Essa intercessão pode ser atinada entre o próprio espaço de habitação do cronista e o ambiente de residência de sua família materna. Já depois de ganhar notoriedade, ele vai morar em Ipanema, novo bairro carioca, símbolo da modernização à beira mar. O local se torna representativo das classes abastadas, configurando no ideal de moradia e de elegância, em face dos passeios, dos banhos de praias e das atividades desportistas. Tais hábitos começam a ser apontados pelos higienistas como um suprassumo da civilização e de uma vida saudável (O'DONNELL, 2013). Não obstante, sua avó, por parte de mãe, assim como as suas tias, morou num dos bairros mais populares do Rio de Janeiro, composto principalmente por uma população negra e pobre: a Cidade Nova. É significativo que esta região, considerada o reduto do samba carioca no começo do século XX, vai ser tratada pelo

jornalista em várias de suas crônicas. As imagens que criou, todavia, nem sempre eram positivas. O bairro é caracterizado pelas casas humildes, mas os seus habitantes são apresentados frequentemente como malandros, vadios, delituosos, prostitutas, ladrões etc.

Ele era um escritor adandinado, gostava de vestir-se de forma extravagante, portando colete cereja, bengala, chapéu de coco e monóculo. Sua indumentária e comportamento elegante provocavam inúmeras polêmicas, mas lhe davam igualmente muito prestígio. Foi, algumas vezes, acusado de cavador, isto é, uma pessoa que ganhava dinheiro em troca de favores e de amizades. Essa denúncia advinha do fato de o jornalista receber benefícios em função de elogios a políticos ou de reclames que publicava nos periódicos. É sabido, por exemplo, que o seu trabalho na *Gazeta de Notícias* foi uma indicação do político Nilo Peçanha, de quem era amigo.

João do Rio era um homem obeso, negro e homossexual, não condizendo com os valores morais e branqueados das elites cariocas. Foi vítima de preconceito, de zombaria e até de agressão física. Entre os seus detratores estavam Bastos Tigre, Lima Barreto, Antônio Torres e Humberto de Campos. Era aclamado por suas reportagens, todavia, pesava sobre ele as marcas do racismo e da intolerância de sua época¹. Vivia num limbo, entre a fama e o desprezo de alguns de seus pares. Conseguiu, entretanto, entrar na Academia Brasileira de Letras (ALB), em 1910, tornando-se o membro mais jovem da instituição, aos 29 anos. Deve-se dizer, que o jornalista não se considerava negro. Segundo Rodrigues (2010: 151), retocava as suas fotos para afinar o rosto e parecer branco. Embora debruçasse sobre vários temas a respeito da cultura negra e da mestiçagem, é sempre a partir de um ponto de vista distanciado que abordará a questão. Reforçará as teorias raciais em seus textos jornalísticos e fictícios, apresentando homens e mulheres não brancos como seres animalizados, em estado de desordem e de decadência moral.

Intelectual eclético, João do Rio manteve uma postura independente, não abraçando de forma sistemática nenhuma corrente estética ou pensamento político. Mas era um defensor da República, enxergando-a como baluarte do progresso e da civilização, em oposição ao Império, tido como um regime atrasado e incapaz de

¹ Foram várias às vezes que João do Rio foi insultado publicamente pelo fato de ser homossexual e negro. No jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, foi publicada uma pequena matéria que tinha como objetivo difamar o escritor. Sem autoria reconhecida, o texto dizia: “o nacional Paulo Barreto, pardo, que alegara ser jornalista, foi colhido em flagrante, num terreno baldio, quando entregue à prática de atos imorais, tendo como parceiro um soldado de polícia”. Ver RODRIGUES, 2010: 119-120.

gerenciar os avanços nacionais. Em suma, é difícil determinar a figura desse escritor, sem cair no equívoco. Dono de uma personalidade tão complexa e misturada, e imerso em universos culturais distintos, esse homem de letras traz dentro de si uma soma de ambiguidades, que advém de uma conjuntura de transição (Império-República), de uma formação autodidata e das escolhas pessoais. Vale salientar que esse cronista da cidade, que bebia na mesma taça de gosto burguês, tinha uma procedência familiar ligada à história da escravidão, da liberdade e da resistência contra o preconceito e o cativo.

Há indícios de que avó materna de João do Rio, a gaúcha Gabriela Amália Caldeira, estava vinculada à luta pela libertação dos escravos, gastando o parcimonioso dinheiro que acumulava com alforrias. Era uma mulher negra, que não escapou dos preconceitos raciais de sua época. Quando jovem se amasiou com o médico Joaquim Cristóvão, homem branco e filho de um cirurgião, com posses. Viveu com o seu companheiro por mais de dez anos, e teve com ele quatro filhas. A segunda descendente seria Florescência, mãe do escritor. A relação conjugal não perdurou, porque o seu consorte a abandonou para se casar com Maria Isabel de Oliveira, mulher branca e filha de um coronel da Guarda Nacional (RODRIGUES, 2010: 20-21). Gabriela Caldeiras representa, na história do Brasil, aquelas figuras femininas que tiveram que sustentar os seus filhos sozinhas através trabalho autônomo. O regime republicano do início do século XX era perpassado por teorias raciais e por lembranças indesejáveis da escravatura. A mentalidade e a sensibilidade do tempo creditavam fortemente na inferiorização moral e física do negro. A ascensão econômica e a evolução biológica passavam, conforme um princípio eugênico, pela escolha da cor do parceiro. Nesse aspecto, a mulher negra não era para “ser levada a sério”. Deveria servir apenas para diversão dos senhores brancos. O romancista Lima Barreto trata com maestria dessa questão, em seu livro *Clara dos Anjos* (2005), publicado postumamente.

A mãe de João do Rio, também mulata, casou-se com um professor de matemática, homem branco e aparentado com família nobre. O casal participava igualmente do movimento antiescravatura, comparecendo no concerto realizado pelo maestro Carlos Gomes em favor da abolição dos escravos (RODRIGUES, 2010: 24). Não estavam envolvidos diretamente na luta pelo fim do cativo, mas a postura dos cônjuges mostra uma manifestação pessoal de resistência.

Enfim, o autor adadado era um indivíduo de múltiplas facetas, expressando um caráter ambíguo, que vai refletir em toda a sua produção literária. Ora representava toda a frivolidade da modernização brasileira, ora expunha os aspectos mais desiguais e

injustos desse processo, ao retratar os deserdados da *belle époque* (SCHAPOCHNIK, 2004: 14). Mas sob qual olhar e sensibilidade esse homem de letras focou os pobres e não brancos da sociedade carioca do início do século XX? Esta é a pergunta desse artigo. Destarte, pretende-se mostrar como os negros e a classe popular eram representados nas suas crônicas, dando destaque a certos artifícios estéticos de sua obra: o cheiro, a oleosidade e a asfixia.

O cheiro dos marginalizados e a faculdade de sentir das elites republicanas

Desde o final do século XIX, as teorias raciais ganharam força no Brasil, tornando-se um paradigma para noção de povo, de desenvolvimento e sociedade. A população brasileira, caracteristicamente negra e mestiça, era apresentada como naturalmente atrasada, mas em vias de aperfeiçoamento pelo processo de branqueamento e práticas higiênicas e eugênicas. Classificado como fisicamente degenerado e moralmente libidinoso, o povo foi qualificado como classe propensa ao vício e ao contágio. Tal contaminação não se dava somente no campo da doença. Ou seja, as camadas inferiorizadas não poderiam apenas transmitir moléstias, mas também difundir sua degradação mental, levando a loucura e a corrupção para certos membros das famílias burguesas e argentárias. Nesse sentido, o povo enquanto aglomerado ou ajuntamento era considerado um perigo. Era como se a gente comum reunida potencializasse toda a sua crida concupiscência e primitividade.

É essa concepção, por exemplo, que impera em João do Rio, quando trata das classes populares, a respeito das visitas que fez aos seus centros religiosos, das perambulações por bairros e espaços empobrecidos, das idas às festas e comemorações do povo. É com espanto que observa as senhoras de alta posição, de “mão enluvadas”, irem à sessão de candomblé a fim de curar qualquer enfermidade, de conseguir um marido ou algum amor. “Tremi romanticamente por aquela ingenuidade que se perdia nos poços do crime à procura do amor...” (RIO, 2008a: 61). Imagens de delírio, alienação e animalidade associada à pobreza, ao negro e ao mestiço são recorrentes em sua obra. Homens e mulheres são caracterizados com traços símios, dentes afiados, de moral duvidosa e acentuada volúpia. Nesse sentido, o ambiente e a intimidade da gente humilde eram representados como um espaço da desordem, asfixiante, mal cheiroso e contagioso. Em seus textos, aonde houvesse ajuntamento de miseráveis e mulatos imperaria uma atmosfera nauseabunda, carregada de fluidos, suores e lascívia. É

significativo o que o cronista escreve a respeito da famosa tia Ciata, uma das responsáveis pela popularização do samba carioca no começo de 1920. Ela é vista como “uma negra baixa, fula e presunçosa” que teria enlouquecido a uma senhora distinta, dando-lhe beberagens para curar uma doença no útero (RIO, 2008a: 64).

Toda a sua perspectiva sobre a gente pobre e mestiça é assinalada pela inferiorização e animalização. As personagens negras que criou em seus contos, e os indivíduos reais que retratou em suas crônicas, são caracterizados principalmente pelo físico. O corpo negro é superdimensionado. Em passagem rápida por Salvador, em 1909, ele observa o movimento de pessoas nas ruas, que seria constituído por “negros feitos de músculos de ébano, mulatinhas adolescentes com a carnação das mangas maduras, rapazes desempenados, velhas africanas, mulatos sacudidos...” (RIO, *A Notícia*, 1 de janeiro de 1909: 3).

O escritor pensou o povo e a sociedade brasileira, de modo geral, através de teorias evolucionistas e da ideia de inferioridade racial, muito em voga na época. Sua perspectiva focava comumente para a antropologia criminal lombrosiana, que postulava que alguns indivíduos eram herdeiros de algum gene primitivo e, por isso, inclinados ao crime, à luxúria, vadiagem, insanidade, preguiça etc. Tais características corruptoras poderiam ser identificadas nos traços e formatos do corpo, configurando os estigmas físicos. Pesava sobre os humildes um passado remoto, ainda vivo, manifestado em seu comportamento psicológico e em sua estrutura física. A influência de Cesare Lombroso nos escritos de João do Rio pode ser evidenciada nas análises de suas personagens fictícias; nas distinções que fez de figuras da classe popular, visualizadas nas ruas ou nas prisões; nas citações que faz ao médico em alguns de seus comentários; e numa crônica específica, de inspiração claramente lombrosiana, denominada *Os tatuadores* (RIO, 2008b: 62-69).

No texto *A galeria superior*, o cronista registra uma reportagem numa prisão no Rio de Janeiro. É como um antropólogo criminalista que analisa o ambiente e os presidiários. Destaca-se uma percepção minuciosa sobre os detentos, tomados como degenerados e selvagens. O narrador foca nas mãos e rostos dos correccionais, buscando na fisionomia e nos contornos físicos dos indivíduos amostras de delinquência. É significativo que os carcerários são em maioria negros. O cronista, porém, não vê homens; mas figuras híbridas, mistura de humano com macaco. A lógica que rege a interpretação de João do Rio é a de que os negros, pertencentes a uma raça inferior, estariam mais próximos de uma ancestralidade primitiva; portanto, eles estariam num

estado mais bárbaro da humanidade, que inclui um gênio criminoso. Vale a pena reproduzir o trecho:

Quando algum desconhecido passa, deixam tudo, precipitam-se, alguns nus, outros em ceroulas, e há como um panorama sinistro e caótico – negros degenerados, mulatos com contrações de símios, caras de velhos solenes, cara torpes de gatunos, mãos estranhas de delinquentes, finas e tortas umas, grossas algumas, moles e tenras outras, que se grudam aos varões de ferro como o embate furioso de um vagalhão (RIO, 2008b: 204).

Posto isso, vale dizer que a teoria lombrosiana, além de assegurar um argumento de autoridade científica para as reflexões do autor, fundamentava o seu gosto estético por um clima ficcional soturno e pesado, assinalado pelo mistério, o sensualismo e o estranho. Esse prazer da forma era expresso no decadentismo. A literatura decadente se interessava pelos aspectos degradantes e sombrios dos homens, por seus desejos escondidos e perversos, pelo decaimento moral. E isso independente da cor ou de condições econômicas. Nesse caso, muitos dos contos de João do Rio são constituídos por personagens ricas e até nobiliárquicas, com características maléficas e pervertidas, a exemplo do barão Belfort, um boêmio e libertino que aparece em várias narrativas do autor. Contudo, são nos ambientes das classes marginalizadas da capital que o arquétipo decadentista é condensado. É lá onde ocorrem os crimes, mostrando-se um terreno fértil para malandragem e a torpeza humana.

No escrito *Mulheres detentas*, é também com termos animalescos que descreve figuras femininas negras e mestiças. São predicados a estas igualmente a desordem, a imundície e a sujeira, que quase sempre vem metaforizada pelo adjetivo da oleosidade:

A maioria das detentas, mulatas ou negras, fúfias da última classe, são reincidentes, alcoólicas e desordeiras. Olho as duas salas com as portas de par em par abertas e fico aterrado. Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos de macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, há perfis esqueléticos de antigas belezas de calçadas, sorrisos estúpidos navalhando bocas desdentadas, rostos brancos de medo, beijos trêmulos, e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcoólicas (RIO, 2008b: 227).

Como destaca Corbin (1995: 185), “o burguês projeta no pobre aquilo que ele tenta recalcar”. A imagem que a burguesia atribui ao povo se concentra em torno da imundície e do excremento. A fetidez se constitui num paradigma para se pensar a gente comum. Nesse aspecto, o ar em volta do pobre e da miséria se torna contagioso e ameaçador. E o forte odor bloqueia a respiração, aumentando o risco da infecção. O mau cheiro e a falta de ar se transformam em pistas ou indícios da presença das classes laboriosas em determinados lugares. São sinais de seus amontoamentos. Além do mais,

o “fedor” dos humildes passa a estar associado ao sexo, à prostituição e ao desejo carnal (CORBIN, 1995: 186-197). Portanto, pelo cheiro se demarca uma diferença entre ricos e pobres, tomando o problema social como algo natural e biológico, que emana e exala de dentro para fora. Esse sistema de imagens aparece literariamente na obra de João do Rio. Na crônica *Sono Calmo*, o espaço do povo é apresentado como um ambiente subterrâneo, macabro, um círculo infernal. Não se vê terra plana na morada da arraia-miúda, apenas descida e subidas. E o efeito estético de luz e sombra, dado pelo narrador, cria um clima de tensão e horror.

– Subamos! –murmurou.

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas e antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil.

[...]

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saia enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mas um pavimento e arrebentávamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar nos cais os batelões que a levasse ao ceppo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos (RIO, 2008b: 177-179).

O ambiente da pobreza é descrito como um submundo, onde ninguém pode entrar sem tampar o nariz. O escritor reuniu todas as representações do pobre apenas nesse fragmento. Nesse círculo infernal, que é a moradia do trabalhador, gente em trapos se ajuntava no chão e degraus, mulheres aparecem em tom de suspeita, homens são comparados a gados, corpos estão espalhados por todos os lados. Eram marinheiros, soldados, mendigos, estivadores e outros operários braçais. Na casa reina a desordem e a ruína, com o assoalho carcomido, a sala cheia e sem separações. E o fedor insuportável toma conta do lugar, partindo de todos os pontos da habitação: das paredes, das escadas, do teto, do pavimento, dos corpos humanos. O odor é caracterizado como doentio e infeccioso; ele envenena e contamina todos os cantos e objetos do domicílio, ele contagia o próprio narrador, impregnando-se em suas mãos. O mau cheiro não é somente humano, mas também animal, pois corriam sobre as camas e lençóis

percevejos, insetos conhecidos por expelir aromas desagradáveis. Em outras palavras: o cronista constrói um mundo em confusão, no qual se misturam muita sujeira, bichos peçonhentos e pessoas em andrajos, desnudas e suarentas. Pinta-se um mapa do inferno, dividido verticalmente em três partes: o rés do chão e mais dois pavimentos. Nesses espaços, destacavam-se as fileiras de quartos improvisados, repletos de camas velhas ou esteiras espalhadas por qualquer canto do dormitório. E a cada andar se tornava mais difícil a locomoção e a respiração.

É salutar dizer que João do Rio quis retratar o infortúnio da população carente do Rio de Janeiro, mostrando os seus locais de habitação – velhos sobrados imperiais corroídos pelo tempo. Eram nessas paragens que a gente necessitada ia morar, principalmente, depois das perseguições aos cortiços, da demolição de numerosos prédios e da expulsão dos pobres das áreas centrais da capital. Tais ações, procedentes do ideal civilizatório da República, resultaram numa grave crise habitacional, afetando os grupos mais desprovidos socialmente (CHALHOUN, 1996). Não é invenção que os marginalizados eram forçados a viver em lugares sem condições higiênicas mínimas, sendo forçados a dormir no chão ou amontoados entre si. Mas percebe-se que o cronista ficcionalizou aquilo que viu e registrou, a fim de acentuar o estado de misérias dos trabalhadores e operários. Ele pinta a residência dos pobres em clara menção ao inferno de Dante, que é composto de nove círculos infernais. São sob esses termos que caracteriza as hospedarias populares com as suas três divisões: “círculos infernais” e “círculo de pavor”. E à medida que o narrador vai subindo nos pavimentos superiores, mais perigoso e estreito se configura o ambiente e a atmosfera. Assim, a representação e o relato da moradia popular são mediados por referências e imagens clássicas da literatura ocidental.

Posto isso, deve-se observar que no imaginário das elites do século XIX e XX, a fetidez da miséria é acompanhada com as exalações que certas raças naturalmente segregariam. Nesse raciocínio, a despeito dos cuidados com a limpeza ou com a alimentação, o negro, por exemplo, teria uma fedentina particular, característica de sua espécie (CORBIN, 1995: 346). João do Rio reforça igualmente essa imagem, quando visita os locais das camadas inferiorizadas e da cultura negra. Os componentes literários utilizados pelo autor para anunciar o cheiro racial do indivíduo são o suor e novamente a oleosidade. A transpiração e a gordura dos corpos são um artifício ficcional para qualificar o negro como um ser corrupto por natureza, e associá-lo, portanto, a sujeira. É desse modo que o cronista observa as pessoas nos cordões carnavalescos: “negralhão

todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro” (RIO, 2008b: 142). É dessa mesma maneira que relata o ritual das iaôs, no livro *As religiões no Rio*:

Quando chegamos, a sala estava enfeitada. Em derredor sentavam-se muitos negros e negras mastigando olobó, ou cola amargosa, com **as roupas lavadas e as faces reluzentes**. A um canto, os músicos, fisionomias estranhas, faziam soar, com sacolejos compassados, o xequerê, os atabaques e ubatás, com movimentos de braços desvairadamente regulares. Não se respirava bem (RIO, 2008a: 44, grifo nosso).

Ou seja, embora homens e mulheres negras estivessem com as roupas limpas, os seus rostos continuavam reluzentes, e na sala enfeitada “não se respirava bem”. Independente de seus asseios, eles permaneceriam com o mesmo cheiro. Vale salientar que o tom narrativo e decadente perde sua força ou deixa de existir, quando o cronista analisa outras crenças, formadas por homens abastados e eruditos, como a igreja positivista e a complexa fisiolatria. Nestas, o estilo deixa de ser exagerado e adquire um acento mais respeitoso e jornalístico. Aliás, a percepção diferenciada entre as práticas religiosas dos pobres e dos ricos fica mais clara na leitura que faz do espiritismo. Haveria um espiritismo sincero, constituído de políticos e homens cultos; e existiria o baixo espiritismo, aquele da “populaça”, visto como fraudulento, pernicioso, local de meretrício e de patifes. Em outras palavras, os elementos formais do escritor estão carregados de significação ideológica (RIO, 2008a).

É necessário comentar que o efeito da oleosidade pode ter outra conotação. A figura do óleo pode aludir igualmente ao trabalho braçal. O suor gotejante e a face lustrada se referem, da mesma maneira, aos esforços físicos que eram operados pelas classes operárias e marginalizadas. Os músculos fortalecidos e desenvolvidos também remetem às tarefas penosas. Esse sentido pode ser notado na crônica *Trabalhadores de estiva* (RIO, 2008b: 164), na qual a maioria dos trabalhadores é caracterizada pela força titânica que exercia, horas a fio, para transportar sacos pesados de cereais, algodão e outras mercadorias. Imagens de corpos nus, musculosos e suarentos são várias vezes trazidas para o texto, alternando com as representações de cansaço, dorlência e angústia, expressas pelo adjetivo pálido.

À beira desse cais, saveiros enormes esperavam mercadorias; e em cima, formando um círculo ininterrupto, homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, atiravam o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina. Eram sessenta, oitenta, cem, talvez duzentos. Não os podia contar. A cara escorrendo de suor. Os pobres surgiam dos armazéns como flechas, como flechas voltavam (RIO, 2008b: 163).

Por fim, deve-se fazer uma ressalva à produção intelectual e ficcional de João do Rio. A sua perspectiva sobre os pobres e os negros provocam no leitor contemporâneo um tanto de antipatia. No entanto, condenar o escritor por sua focagem reacionária é elaborar um juízo de valor muito caro a qualquer historiador. É preciso tomar o pensamento como um sistema não harmônico, e marcados por interferências e imprecisões. Ele não é uma linha reta em que se possa confiar. Nesse aspecto, João do Rio foi igualmente um literato ativo, defendendo a regulamentação da jornada de trabalho, descortinando a extrema exploração que os mineradores viviam na Ilha da Conceição, criticando a “escravidão social” da mulher, acusando as condições desumanas das habitações coletivas. Candido (1978: 197) explica, em *Radicais de ocasião*, que apesar de superficial, o escritor era brilhante, revelando-se um surpreendente observador da miséria, denunciando as desigualdades sociais com um “senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e anarquismo”.

Aliás, em alguns momentos, o autor foi sensível ao culto do candomblé, tentando enxergá-lo sem preconceito e buscando compreender o seu significado. Na crônica *O Natal dos africanos* (RIO, *Kosmos*, dezembro de 1904, sem paginação), o jornalista comentou que a religião de origem africana tinha a mesma finalidade que o cristianismo e as demais devoções, qual seja o desejo de felicidade e da paz humana; e acrescentou que os sentidos dados por negros e africanos à festa cristã era tão legítimos quanto os motivos dos católicos.

Considerações finais

A crônica, tais quais todos os gêneros textuais, até mesmo as escritas de si, não é uma forma narrativa descompromissada, feita à toa, ao sabor do vento, como em vários momentos foi definida por escritores e por críticos literários (CANDIDO, 1992). Sua aparente leveza e desinteresse, seu ar de conversa devem ser pensados como construções e efeitos de linguagem. Por ser elaboração intelectual, todo o texto passa por uma meditação, uma seleção de palavras, uma organização mental e determinada intencionalidade. Assim, os comentários breves, que caracterizam essa modalidade, não são em nada inocente, mas operam sentidos, refletem desejos, comunicam em comum

com a sociedade valores e ideologias. Também podem se tornar antítese do mundo, agindo como escrita de resistência, discurso utópico.

O gênero é versátil, adapta-se a muitos formatos, podendo se apresentar como artigo, ensaio, alegoria, modelo epistolar, reflexão autobiográfica e memorialista, e até mesmo como uma peça teatral, fazendo-se em diálogo entre personagens; ou entre o cronista e o seu entrevistado. Esta última característica, vale salientar, foi a mais utilizada por João do Rio (MEDEIROS, 2009: 161-162). Nesse aspecto, a crônica se mostra infensa a fronteiras ou a paradigmas precisos. Essa falta de rigor e de uma linguagem mais apurada, a exemplo do que acontece com o romance, fez com que esse tipo de texto fosse visto como uma arte menor. Porém, por traz dessa suposta inferioridade do gênero, deve-se notar um grande poder de expressão, porque sem as entrelinhas do esforço literário, ele chega de modo mais suave e compreensível ao leitor, atendendo um maior público. A sua simplicidade, contudo, não o torna uma atividade ingênua e grosseira. Sua singeleza é criação e pode guardar muitos artifícios.

Com efeito, pretende-se dizer que a crônica é uma prática discursiva (CAMPOS, 2011), pondo em circulação através dos jornais e das revistas certas visões de mundo, reforçando ideias e sentimentos preconcebidos. É um exercício de poder e de convencimento. Mas é também uma arte ambígua, misturando elementos muitas vezes opostos. João do Rio, como cronista e narrador fortaleceu e consolidou alguns juízos do seu tempo, como o ideário e as teorias raciais. Ele focou os pobres e os negros do ponto de vista das classes dominantes republicanas, herdeiras dos conceitos e da violência que marcaram o sistema escravocrata brasileiro. Todavia, a sua obra é igualmente um testemunho das mazelas e injustiças sociais ocorridas na República, ao mesmo tempo em que retrata o cotidiano e a luta diária das populações carentes do Rio de Janeiro.

O cronista adandinado frequentemente expôs que a sua intenção era deixar um registro escrito para o historiador ou o curioso do futuro (RIO, 1917:7). Sua obra seria um depoimento do tempo, em especial, dos fatos e acontecimentos miúdos, que compuseram a história e a sensibilidade da sociedade carioca. Ou seja, seus escritos são documento-monumento (LE GOFF, 2003), à medida que apontam para o legado de uma memória coletiva, evoca e recorda o passado, e escolhe as imagens que devem ser vista e apreciadas pelo investigador e leitor. Cabe a estes, no entanto, observar as mensagens involuntárias que esses trabalhos artísticos guardam por trás de suas frestas.

Referência:

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Scipione, 2005.

CAMPOS, Maria Inês Batista. *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2011.

CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992.

_____. Radicais de ocasião. *Discurso*, nº 9, 1978. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37853>> Acesso em: 24 de setembro de 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jaques. Documento-monumento. In: _____. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

MEDEIROS, Gutemberg Araujo de. *Urbanidade e metajornalismo as matrizes da modernidade: memória textual nas produções de Lima Barreto e João do Rio no início do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008a.

_____. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

_____. *Pall-Mall Rio*. Rio de Janeiro: Vilas-Boas, 1917.

_____. São Salvador à noite – impressão de encantamento. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1909. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830380/14542>> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

_____. O Natal dos africanos. *Kosmos*, Rio de Janeiro, dezembro de 1904, sem paginação. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/146420/631>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

SCHAPOCHINIK, Nelson. Entre a celebração e a desfaçatez. In: RIO, João do. *João do Rio: um dândi na cafelândia (crônicas)*. Organização de Nelson Schapochinik. São Paulo: Boitempo, 2004.